



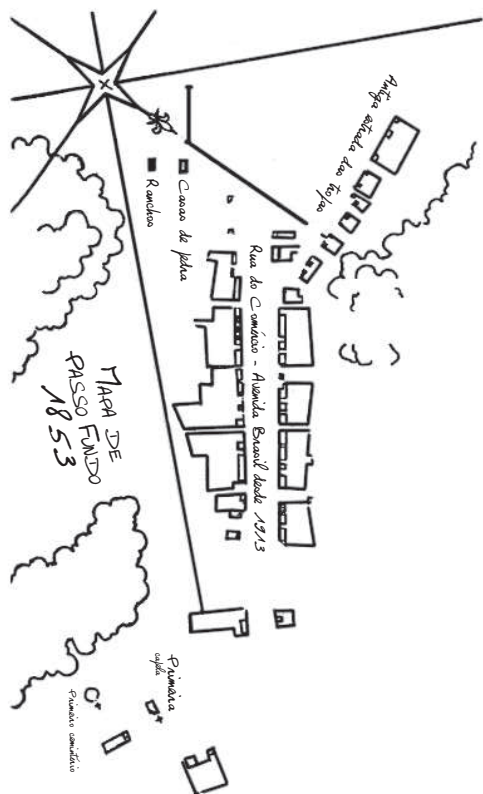
MOMENTO PATRIMÔNIO

VOLUME II



COLEÇÃO
MEMÓRIA
&
CULTURA

ORGANIZADORAS
GIZELE ZANOTTO
IRONITA POLICARPO MACHADO



MOMENTO PATRIMÔNIO

VOLUME II



aldeia sul



ORGANIZADORAS
GIZELE ZANOTTO
IRONITA POLICARPO MACHADO

Aldeia Sul Editora

Passo Fundo, 2013

Momento Patrimônio Volume II

Gizele Zanotto, Ironita Policarpo Machado (Organização)

Editoração:

Ivaldino Tasca e Marina de Campos

Capa e projeto gráfico:

Marina de Campos

Foto da capa/contracapa:

Paulo Rogério Magro

Consultoria geral:

Janaína Tasca Mendes

M732 Momento patrimônio : volume II / organização Gizele Zanotto, Ironita Policarpo Machado. – Passo Fundo : Aldeia Sul ; Berthier, 2013.
156 p. : il. ; 23 cm. – (Coleção memória e cultura – NEMEC/PPGH).

ISBN 978-85-7912-133-3

1. Patrimônio cultural – Passo Fundo (RS). 2. Passo Fundo (RS) – História. 3. Patrimônio histórico – Passo Fundo (RS). I. Zanotto, Gizele, coord. II. Machado, Ironita Policarpo, coord. III. Série.

CDU: 981.65

Bibliotecária responsável Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364



Berthier®

Impresso pela Gráfica Berthier
Avenida Presidente Vargas, 907 - Cep: 99070-000
Vila Rodrigues - Passo Fundo - RS
(54) 3313-3255



aldeia sul

Publicado pela Aldeia Sul Editora
Passo Fundo - RS
(54) 3601.1041 / 9157.6580 / 9969.0921
www.aldeiasul.com.br

COLEÇÃO MEMÓRIA E CULTURA

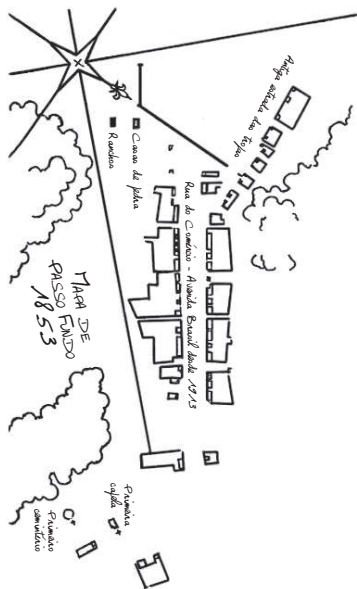
Os estudos sobre Memória e Cultura (em suas variadas expressões materiais e imateriais) articulam várias abordagens, problemáticas e propostas de pesquisa desenvolvidas na área das Ciências Humanas. Coadunando perspectivas teórico-metodológicas com análises empíricas, suas repercussões incidem no perceber e compreender como as relações sociais e históricas se articulam, dinamizam, desenvolvem e se cristalizam na perspectiva de seus agentes e da sociedade ampla que integram. Neste sentido, as repercussões das pesquisas excedem o espectro específico das discussões historiográficas para abranger, também, análises sociológicas, filosóficas, institucionais, do cotidiano, das visões de mundo e das ações decorrentes de tais compreensões.

Coordenação: João Carlos Tedesco, Gizele Zanotto e Gerson Luís Trombetta

Pesquisadores: Arlene Anelia Renk, Bruno Antonio Picoli, Cândido Moreira Rodrigues, Christiane Jalles de Paula, Claudia Mariza Mattos Brandão, Gerson Luís Trombetta, Gizele Zanotto, Ironita Policarpo Machado, Isabel Aparecida Bilhão, Jacqueline Ahlert, João Carlos Tedesco, José Zanca, Marlise Regina Meyrer, Marta Rosa Borin, Patrícia Carla de Melo Martins, Roberto Di Stefano, Rodrigo Coppe Caldeira, Teresa Maria Malatian.

SUMÁRIO

Patrimônio e Identidade Regional Ana Luiza Setti Reckziegel	7
1. Patrimônio histórico e modernização: Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto e Estação Férrea da Gare Eduardo Roberto Jordão Knack	11
2. Monumentos dos (i)migrantes em Passo Fundo Rosane Márcia Neumann	27
3. Lugar de passagem: toponímia e patrimônio Fernando Borgmann Severo de Miranda e Ironita Policarpo Machado	45
4. Memórias de comércio e de ofícios em Passo Fundo João Carlos Tedesco	63
5. Espaços sagrados e uma vida de iniciações Gizele Zanotto	81
6. A estatuária missioneira: entre o valor religioso e o patrimonial Jacqueline Ahlert	95
7. Patrimônio Material em Passo Fundo: História construída na paisagem Ana Paula Wickert e Nino Roberto Schleder Machado	115
8. Metodologia da Educação Patrimonial e o ensino de História Ironita Policarpo Machado	127
Memórias, Histórias & Identidades Gizele Zanotto	151



PATRIMÔNIO E IDENTIDADE REGIONAL

Ana Luiza Setti Reckziegel¹

O livro que tenho a satisfação de apresentar resultou de projeto pioneiro coordenado pelo curso de História da UPF, integrado pelo curso de Jornalismo e apoiado pela UPFTV. Trata-se do *Momento Patrimônio*, que surgiu a partir da constatação do descaso ao qual os *lugares de memória* da cidade estavam sendo submetidos.

Após levantamento quanto a quais são esses lugares e pesquisa histórica detalhada, especialistas foram chamados a opinar sobre a problemática da conservação do patrimônio cultural local. Historiadores, sociólogos, arquitetos, engenheiros e filósofos, entre outros profissionais, foram envolvidos num profícuo debate interdisciplinar acerca do patrimônio cultural, material ou imaterial, os diferentes usos que se fazem da memória e a construção da identidade regional.

Atualmente em sua terceira edição, o projeto conta com o envolvimento de professores e alunos em todas as etapas de produção. As pesquisas foram registradas sob forma de programa de TV em série especial e por meio de publicações. Essa iniciativa tirou do âmbito legal dos conselhos, sociedades e institutos de preservação a discussão sobre o patrimônio, fomentando a pesquisa com metodologia e fontes diversificadas.

A questão da diversificação das fontes e também das temáticas levou os pesquisadores a se preocupar em ultrapassar a questão da preservação dos prédios e monumentos e avançar no sentido de questionar as representações sociais e as percepções de valores culturais associados a esse patrimônio. Enfim, de que forma a dinâmica da história está representada no patrimônio cultural.

Para Le Goff, “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história”. Essa premissa nos ajuda a compreender o envolvimento crescente dos historiadores com as questões relacionadas ao patrimônio, entendido como um vetor de significação social por meio

¹Professora titular do curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da UPF.

do qual é possível inferir diversos contextos históricos.

A presente coletânea permite atestar que o estudo do patrimônio leva à construção de novas memórias e à ressignificação da própria identidade regional. Os capítulos que compõem a obra abordam uma pluralidade de memórias que vão desde a arquitetura, os monumentos, a oralidade, a religiosidade e a estatutária. A diversidade das temáticas oportuniza que o último capítulo seja elaborado com base na reflexão sobre como ensinar história a partir do patrimônio.

O primeiro capítulo se intitula “Patrimônio e modernização: Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto e Estação Férrea da Gare”, do historiador Eduardo Knack. Nesse texto, o autor constata que, em função de um processo de modernização urbana, nos anos 1970 começam a emergir “lugares de memória” em Passo Fundo. Quando essas edificações são transformadas em patrimônio, as sociabilidades urbanas relacionadas a esses espaços se modificam, alterando o significado que lhes é atribuído por parte da comunidade. De forma muito interessante, o autor leva o leitor a refletir sobre o momento em que os prédios em questão foram tombados e quais foram as justificativas para se tornarem patrimônio histórico. Afirma que “essa indagação constitui um problema inicial, pois revela a visão que os grupos envolvidos no seu tombamento tinham sobre a história, o que consideravam importante para ser preservado como parte da memória da cidade. A atribuição dos significados aos bens patrimoniais não representa, necessariamente, todos os grupos sociais de Passo Fundo, e nem sempre esses espaços tiveram o mesmo significado para os diferentes sujeitos do município”.

Em “Lugares de memória dos (i)migrantes em Passo Fundo”, a historiadora Rosane Neumann esclarece que a pluralidade étnica da cidade é fator de compreensão da construção de monumentos e demarcação de espaços por parte de grupos italianos, alemães e judaicos, como uma forma de torná-los visíveis e de estreitar laços entre seus membros. A autora observa que “em Passo Fundo, no início do século XXI, percebe-se como tendência a construção de monumentos vinculados à imigração, demarcando a presença de determinados grupos étnicos em detrimento de outros, erguidos em parceria entre entidades organizadas, o poder público e a iniciativa privada”. A fim de analisar essas construções, a historiadora elege alguns monumentos, entre eles: o monumento em memória às vítimas do Holocausto – o primeiro com esse caráter no interior do estado –, inaugurado em 23 de abril de 2010, junto à entrada do Cemitério Israelita, no bairro Vera Cruz; a criação da Praça Itália e da Praça Romana; e o monumento que faz homenagem à imigração alemã, inaugurado em 25 de outubro de 2003, curiosamente situado na Praça Itália, reforçando a ideia da integração entre todas as etnias.

“Lugar de passagem: toponímia e patrimônio” é o capítulo escrito pelo engenheiro e historiador Fernando Borgmann Severo de Miranda e pela historiadora Ironita Policarpo Machado. Nas suas palavras, “os lugares situados na territorialidade da cidade de Passo Fundo, que não são nossos e de ninguém, mas de todos”, materializam vivências, épocas, conjunturas, relações de poder, características culturais próprias de cada temporalidade; enfim, mesmo transformados, potencializam a leitura de memórias que dizem muito de quem somos. A leitura dos primeiros nomes das ruas que surgiram em Passo Fundo nos conduz a duas revelações. A primeira delas é que os nomes eram dados pelos próprios habitantes, espontaneamente, sem interferência do Estado. A segunda é que os nomes se referiam ao local, isto é, expressavam um acidente geográfico ou algo ligado à natureza do local, como é o caso de “Travessa da Ladeira” ou “Rua das Flores”. Esses nomes exprimem uma integração homem-natureza que acabou se perdendo no processo de

modernização. O problema que se coloca, então, é que os nomes mudam conforme as épocas e seus aspectos socioculturais e políticos, o que por sua vez indica transições e rupturas entre conjunturas durante um período de longa duração.

“Memórias de comércio e de ofícios em Passo Fundo”, do cientista social João Carlos Tedesco, dá voz aos sujeitos envolvidos na dinâmica econômica regional. São antigos madeireiros, comerciantes de madeira, trabalhadores... Pessoas que exerceram algum papel nessa atividade que marcou época na estruturação do perfil econômico regional. O autor utiliza as narrativas orais como expressão de memória e, portanto, patrimônios presentes na sociedade, cristalizados na experiência de vida de sujeitos. Afirma que a história oral nos permite “*re-contar* e dialogar com o passado, fazer valer experiências e ligar passados e presentes”, para em seguida advertir que, “como toda a experiência humana, a lembrança narrada é também uma experiência continuamente interpretada, porque toda percepção se faz dentro de um quadro de interpretação, corrigido e transformado pelas novas experiências”.

A historiadora Gizele Zanotto, no capítulo “Espaços sagrados e uma vida de iniciações”, elege como fonte de pesquisa o patrimônio imaterial representado pelas manifestações rituais. A autora analisa a questão da memória e do patrimônio tomando como objeto os templos religiosos e os cemitérios locais. Sua justificativa é que “nos espaços sagrados ou sacralizados [...] se desenrolam vários dos ritos de passagem de nossas vidas”. É a partir de uma vida de iniciações que “nos inserimos e nos identificamos individual e culturalmente como membros de um grupo familiar e de uma coletividade”. Assim, o patrimônio imaterial constitui uma medida de concepção valorativa da cultura passo-fundense em suas singularidades, pluralidade e identidade compósita, dinâmica e plural.

Em “A estatuária missioneira: entre o valor religioso e o patrimonial”, a historiadora Jacqueline Ahlert analisa a questão da atribuição de valor histórico e artístico para o acervo missioneiro como forma de garantir a permanência e a integridade desse patrimônio. A estatuária missioneira é interpretada como manifestação religiosa popular dos séculos XVIII e XIX no Rio Grande do Sul e, portanto, passível de ser tratada como patrimônio histórico e vetor de construção de memória social e cultural. Para a autora, “essas esculturas contêm a expressão do desenvolvimento da autonomia religiosa e estética dos missioneiros, indexando significados de diferentes universos culturais. Carregadas da historicidade do processo de interiorização da fé no cotidiano das Missões, nos aproximam da compreensão de uma nova dinâmica de orientação da experiência religiosa, do contexto como a fé e a devoção passaram da imagem e de seu significado no imaginário dos índios até sua introdução nas residências desses indivíduos, perpetuando uma prática religiosa coletiva e individual”.

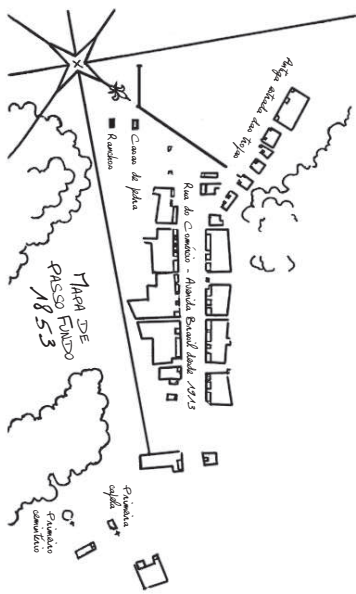
O capítulo “Patrimônio material em Passo Fundo: história construída na paisagem”, escrito pela arquiteta Ana Paula Wickert, levanta a questão da preservação arquitetônica em Passo Fundo. Trata-se de um tema em torno do qual há dificuldades que vão desde o desconhecimento da população sobre o que se deve conservar até “fortes interesses privados relacionados ao mercado imobiliário, que muitas vezes se sobrepõe aos interesses socioculturais”. A autora argumenta que a preservação do patrimônio não significa a “conservação museal da cidade”, mas passa pelo desenvolvimento sustentável através da preservação da história e identidade ao lado da modernização.

Encerrando esta coletânea, o capítulo “Metodologia da Educação Patrimonial e o ensino de História”, escrito pela coordenadora do projeto Momento Patrimônio, historiadora Ironita Policarpo Machado,

consiste em contribuição de muita relevância às operações didáticas e metodológicas para o estudo da história fora do espaço da sala de aula. Esclarece que a “pesquisa e o estudo do patrimônio histórico, cultural e artístico, em suas diferentes classificações (monumentos, estatuária, edificações, toponímia, festas e ritos), na educação básica, podem contribuir para a conscientização do valor da memória local, bem como enriquecer o conteúdo em sala de aula”. Com riqueza de sugestões didáticas, o capítulo centra-se na ideia de que o patrimônio pode se constituir em possibilidade de elaborar eixos históricos da história local e potencializar as articulações da parte com o todo histórico, reconhecendo suas particularidades.

O patrimônio material ou imaterial está, como sugere a leitura dos capítulos apresentados acima, diretamente ligado às representações socioculturais e político-econômicas da sociedade, bem como é criador de identidades que definem os perfis regionais.

Compreender historicamente o patrimônio é tarefa essencial para interpretar aquilo que está ou esteve representado nos edifícios, nos monumentos, na fé, na arte e em tudo que se constitui impregnado de sentido histórico, mantendo seus signos fundadores ou se ressignificando no imaginário social.



PATRIMÔNIO HISTÓRICO E MODERNIZAÇÃO: ESPAÇO CULTURAL ROSELI DOLESKI PRETTO E ESTAÇÃO FÉRREA DA GARE

Eduardo Roberto Jordão Knack ¹

Os lugares que conhecemos não pertencem sequer ao mundo do espaço, onde os situamos para maior facilidade. Não passam de uma delgada fatia em meio às impressões contíguas que formavam nossa vida de então; a recordação de certa imagem não é mais que a saudade de determinado instante; e as casas, os caminhos, as avenidas, infelizmente, são fugitivos como os anos.

Marcel Proust

Em *No caminho de Swann* (2010, p.534), Proust constrói um romance com base em suas próprias memórias. Conclui a terceira parte do livro com a citação acima, mostrando que os lugares que conhecemos, que estão na nossa memória, não estão no “mundo do espaço”; são lembranças, e quando os evocamos por qualquer motivo, quando se tornam recordações no presente, passam a fazer parte do nosso imaginário, pois “as casas, os caminhos e avenidas” sofrem constantes transformações, bem como os indivíduos que recordam. Os grupos envolvidos com o trabalho de manutenção da memória também se modificam, o que implica pensar que a atribuição do “histórico” aos lugares também muda. Os espaços vão adquirindo novos contornos, nova coloração com o passar dos anos.

Esses apontamentos sobre recordações dos lugares nos levam a pensar a relação entre a modernização do espaço urbano e o patrimônio. Inicialmente, é preciso indagar em que momento os prédios em questão foram tombados e quais foram as justificativas para se tornarem patrimônio histórico. Essa indagação constitui um problema inicial, pois revela a visão que os grupos envolvidos no seu tombamento tinham sobre a história, o que consideravam importante para ser preservado como parte da memória da cidade. A atribuição dos significados aos bens patrimoniais não representa, necessariamente, todos os

¹Graduado e Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, bolsista CAPES. E-mail: eduardorjk@yahoo.com.br.

grupos sociais de Passo Fundo, e nem sempre esses espaços tiveram o mesmo significado para os diferentes sujeitos do município².

Uma vez esclarecida a percepção que os grupos envolvidos no tombamento dos bens tinham sobre a história, bem como a importância atribuída ao patrimônio, surge outra questão: as relações entre o patrimônio e a modernização. Tanto a estação férrea quanto os prédios que fazem parte do Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto possuem íntima relação com o processo de transformações que alterou a configuração urbana de Passo Fundo nas primeiras décadas do século XX. Esses prédios foram vetores de tal modernização; suas características arquitetônicas e urbanísticas se tornaram fragmentos, ou, como o próprio título de um programa da série *Momento Patrimônio* sugere, são *rugos*³ do passado que nos permitem investigar essas mudanças.

Mas essa não é a única relação possível. Conforme Proust adverte, os prédios de uma cidade, “infelizmente, são fugitivos como os anos” e não pertencem ao mundo do espaço. Isso não significa que apenas as edificações destruídas fisicamente passam para o mundo das lembranças. Os significados e funções atribuídas a determinados prédios também mudam em virtude de transformações históricas: “a recordação de certa imagem não é mais que a saudade de determinado instante”. Assim, as constantes transformações urbanas implicam um diferente relacionamento da comunidade com esses espaços, em diferentes “instantes” da história. Certamente, as recordações das pessoas que trabalharam na prefeitura municipal no início de 1970 (quando ainda se localizava no prédio que hoje abriga os museus Histórico Regional – MHR – e de Artes Visuais Ruth Schneider – MAVRS) são diferentes das recordações daqueles que conheceram o prédio no final dos anos 1990 (já como museu). O próprio título de “espaço cultural” é um indício da mudança e da pluralidade de significados atribuídos a um prédio em diferentes momentos da história.

As recordações não conseguem restituir o todo do passado. Nós mudamos, nossa personalidade se altera e, nessas modificações, vamos modificando os significados do passado, ressignificando os aspectos temporais, a importância e a função das recordações. Portanto, memória e tempo são recriados, não datados. Os comportamentos e identidades fazem o tempo passar por uma prova, há uma tensão entre ambos (TEDESCO, 2011, p.210).

A busca pelo controle do tempo é empreendida pelos grupos sociais a partir da elaboração de calendários, datas comemorativas e a própria construção de “lugares de memória”. Para Tedesco (2011, p.210), “os lugares não possuem significados imanentes”; são os sujeitos que atribuem valores aos espaços urbanos, com base em vivências e socializações que estão além de sua “materialidade”. Pensar as relações

²Candau (2009, p.50) revela algumas armadilhas que envolvem o conceito de memória coletiva, como “induzir à existência de uma memória compartilhada através da constatação de atos memoriais coletivos, constatação feita em presença de inúmeros dados empíricos: comemorações, construções de museus, mitos, narrativas, visita patrimonial, etc.”. A simples identificação desses elementos não significa falar numa memória coletiva, pois o “fato de dizer é evidentemente verdadeiro. O fato de crer igualmente. O conteúdo do dizer e crer pode ser ou não”. Para dar conta do problema, Candau recorre ao conceito de meta-memória, uma representação que os indivíduos fazem de sua própria memória e que supõem ser compartilhada com a coletividade, configurando a “substância” dos discursos patrimoniais.

³Referência ao programa Cidade sem rugas, com a prof. Dr^a. Ironita P. Machado, o arquiteto Nino Machado e a prof. Dr^a. Gizele Zanotto. Vídeo disponível em: <<http://historiaupf.blogspot.com.br/>>.

entre dois espaços que fazem parte do patrimônio histórico da cidade envolve a dimensão da memória patrimonial de uma comunidade, suas experiências com o tempo e as tensões que resultam das tentativas de domesticar a passagem dos anos⁴. Recordações, apenas, não dão conta da totalidade do passado, impelindo os grupos sociais a buscar outros meios para conhecer, construir e legitimar aquilo que entendem como sua história.

Nora (1993, p.8-9) procura entender como a aceleração do tempo⁵, uma marca das sociedades contemporâneas, afeta a memória. O autor entende que a “memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos, e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”, ao passo que a história trabalha com um “criticismo destrutor da memória espontânea”. Nesse sentido, os “lugares de memória” emergem quando a “memória viva” encontra problemas em sua “evolução” natural. O medo do esquecimento em virtude da aceleração do tempo e da modernização urbana infla os discursos patrimoniais e acarreta surtos preservacionistas. Embora essa dissociação entre memória (como algo vivo, natural) e história (rigor crítico, busca da verdade) seja um pouco ilusória (apesar de trilharem caminhos diferentes, as duas trabalham com operações de seleção entre o lembrar e o esquecer) (DOSSE, 2012, p.285-287), preservar edificações consideradas históricas é um meio buscado pelos grupos para vencer o efeito entrópico do tempo. A preservação da arquitetura é uma ação eficaz que diferentes grupos sociais encontram para salientar sua história e estabelecer relações de continuidade com o passado.

Kramer e Waihrich (2007) descrevem as características arquitetônicas dos prédios analisados no presente trabalho. Essas características podem ser compreendidas como as rugas das edificações (e dos grupos a elas relacionados). O pensamento, ou a escola de arquitetura, são resíduos históricos, pois apenas a pedra e a cal, por si só, não nos dizem nada sobre o passado. Entre os bens em questão está o Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto, que compreende os prédios onde funcionaram o Clube Dramático Passo-Fundense, a Intendência Municipal e o Clube Pinheiro Machado (composto ainda pela Biblioteca Municipal Arno Viuniski).

O Clube Dramático Passo-Fundense foi construído na década de 1880. Além de sua função



Figura 1: Prédio da Intendência Municipal, atualmente ocupado pelo Museu Histórico Regional e Museu de Artes Visuais Ruth Schneider.

⁴Barros (2009, p.35) aponta que, ao voltarmos nosso olhar para conceitos como tempo, espaço e suas relações com o homem, encontramos “o ponto nodal não apenas do ‘memorável contemporâneo’ mas também da hoje imprescindível reflexão sobre a Memória Coletiva e suas relações com a História”. Pensar na Estação Férrea da Gare, nos prédios do espaço cultural, envolve refletir sobre essas expressões.

⁵Augé (2012, p.31) esclarece que “a aceleração da história corresponde de fato a uma multiplicação de acontecimentos na maioria das vezes não previstos pelos economistas, historiadores ou sociólogos. A superabundância factual é que constitui problema [...]. Essa superabundância, que só pode ser plenamente apreciada levando-se em conta, por um lado, a superabundância de nossa informação, e, por outro, as interdependências inéditas do que alguns chamam hoje de sistema-mundo”.

inicial, também abrigou diferentes instituições, desde os poderes judiciário e legislativo municipal, o Clube Pinheiro Machado, o jornal *O Gaúcho*, já serviu como escola e como sede de entidades tradicionalistas. Na década de 1990, passou a abrigar o Teatro Municipal Múcio de Castro. O prédio do teatro (bem como o conjunto do qual faz parte – prédio dos museus e da academia), de acordo com Kramer e Waihrich, “inscreve-se em um eixo que liga a área da Gare à Praça da Mãe Preta, perfazendo um traçado que passa pelo conjunto citado, pelo local da origem da Universidade de Passo Fundo e pela Praça Tamandaré”. Além de ser um ponto de referência para o traçado da cidade, esse espaço tem como características arquitetônicas a simetria em sua fachada frontal, que se reflete “no arranjo dos espaços internos, como hierarquia do acesso e clareza compositiva, as quais foram mantidas na intervenção executada” (KRAMER; WAIHRICH, 2007, p.17).

O prédio da Intendência Municipal foi construído entre 1909 e 1911, encomendado pelo



Figura 2: Prédio do Clube Dramático Passo-Fundense e do Clube Pinheiro Machado, atualmente ocupados pelo Teatro Municipal Múcio de Castro e Academia Passo-Fundense de Letras.

intendente Cel. Gervásio Lucas Annes, patriarca do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) local. Foi sede da intendência até a década de 1930, quando passou a se chamar prefeitura. Abrigou o executivo municipal até 1976, quando foi construído o novo centro administrativo. Entre esse ano e a inauguração do Museu de Artes Visuais Ruth Schneider e do Museu Histórico Regional, foi ocupado por uma série de secretarias municipais, entre outras repartições públicas. Kramer e Waihrich apontam que a “fachada frontal exhibe elementos compositivos de desenhos inusitados, como os que configuram a platibanda e o arco mourisco sobre a porta do balcão”. O prédio, de acordo com as autoras, também apresenta uma composição simétrica que define um fachadismo, complementado pelo gosto do estilo *Art Nouveau*, tendo sua porta e ou-

tros detalhes internos importados da Bélgica (KRAMER; WAIHRICH, 2007, p.25).

O Clube Pinheiro Machado, fundado em 1904, está ligado à história do PRR. Além de o título ser uma homenagem ao senador republicano, as lideranças partidárias da cidade se reuniam na sua sede para pensar os rumos do partido e do governo municipal. Apenas em 1919 o clube adquire um terreno para a construção de uma sede própria, finalizada em 1921. Em 1938, durante o Estado Novo, o clube passa a ser propriedade da prefeitura e é transformado em Grêmio Passo-Fundense de Letras.

O antigo Clube Político Pinheiro Machado participa da tríade de edifícios institucionais históricos da cidade. Entre os três prédios existe concordância atribuída pela volumetria, composição e vocabulário, embora não se desconsiderem suas diferenças. A monumentalidade está presente não na individualidade dos volumes, mas no resultado do conjunto (KRAMER; WAIHRICH, 2007, p.33).

As autoras levantam um ponto central para se pensar os três edifícios. O impacto de sua “monumentalidade” é maior em virtude de serem um conjunto, que partilha não apenas características arquite-

tônicas mas de referências históricas. Esse conjunto é tombado pelo mesmo projeto de lei, que considera como fundamental o papel que as edificações (e os grupos) desempenharam na história política municipal. Mesmo assim, é possível perceber que as funções desempenhadas pelos espaços foram múltiplas, e que a comunidade passo-fundense possui, portanto, múltiplas experiências com essas edificações. Portanto, quando um bem se torna patrimônio histórico, sempre estará envolvido num processo de seleção, que acaba configurando a memória patrimonial de uma cidade a partir do que Pollak chamou de “trabalho de enquadramento da memória”⁶. O que não significa que os indivíduos ou os grupos envolvidos no tombamento dos prédios tenham plena consciência dessa seleção – a memória sempre será acompanhada do esquecimento, tanto em sua dimensão individual quanto coletiva.

A Estação Férrea da Gare é uma edificação que está intimamente relacionada à modernização urbana da cidade. Foi um vetor do processo de desenvolvimento econômico no início do século XX, o que implicou as primeiras transformações significativas para Passo Fundo, como a transferência do cemitério, que ficava nas imediações da estação, para o bairro Vera Cruz. Sua construção, iniciada no começo de 1890 e interrompida em função da Revolução Federalista, só foi concluída em 1898 pela *Compagnie de Chémins de Fer Sud-Ouest Brésiliens*. A estação é retangular e marcada pelo uso de ferro na sua construção, uma característica do século XIX “desenvolvida para a criação de amplas coberturas para edifícios que necessitam abrigar grande contingente de pessoas, como é o caso das estações ferroviárias” (KRAMER; WAIHRICH, 2007, p.21).



Figura 3: Prédio da Estação Férrea da Gare, onde ocorre atualmente a Feira do Pequeno Produtor.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E MODERNIZAÇÃO URBANA

O tombamento do conjunto arquitetônico composto pelos prédios dos museus (Museu Histórico Regional e Museu de Artes Visuais Ruth Schneider), do Teatro Municipal Múcio de Castro e da Academia Passo-Fundense de Letras é um dos bens patrimoniais mais antigos do município. Seu projeto de lei, que tramitou na Câmara de Vereadores sob o processo Nº 043/90, é um dos primeiros no que se refere ao patrimônio histórico. Encaminhado pelo vereador Alberto Poltronieri, demonstra uma preocupação com a preservação da história municipal: “Os prédios que ora estamos propondo sejam tombados fazem

⁶Para Pollak (1992, p.206), a memória está em permanente construção, o que pode levar a conflitos e disputas, especificamente quando envolve o poder político. Nesse sentido, os grupos que estão no poder trabalham para enquadrar a memória da sociedade dentro de suas lembranças, de suas experiências que consideram coletivas. Esse trabalho pode ser considerado um investimento que os grupos fazem em determinado projeto, utopia ou visão de mundo, solidificando o social. Entre suas implicações está a de manutenção contínua, pois a memória é dinâmica e está sempre em transformação.

parte da história de Passo Fundo, sendo nosso dever preservá-los a fim de manter o pouco que ainda resta da cultura e história de nosso município” (PROCESSO 043/90). A Comissão de Legislação e Redação aprova o projeto e dá o seguinte parecer:

É obrigação do legislador preocupar-se com o acervo cultural e patrimonial do Município, a fim de que, não só as gerações presentes, mas para que as futuras gerações continuem valorizando aquilo que nos foi legado pelos que nos antecederam. Além da preservação dos prédios que constituem o patrimônio histórico de Passo Fundo, é preciso também que o Poder Público adote uma política de preservação e conservação desse patrimônio que será tombado, evitando-se sua deterioração e preservando, desta forma, seus valores históricos (PROCESSO 043/90).

A preocupação em preservar os bens patrimoniais expressa pelo vereador Alberto Poltronieri vai ao encontro da proposição da Comissão de Legislação e Redação. A década de 1980⁷ apresenta um quadro de transformações urbanas no município que levou à necessidade de se pensar em dispositivos legais para proteger as edificações consideradas históricas. Como Candau (2009) aponta, os discursos que configuram o patrimônio já o supõem como coletivo, como a história do município ameaçada pelo crescimento urbano. Embora esse patrimônio necessariamente não represente uma memória coletiva, os vereadores já percebem os anos de 1990 como um momento em que se estavam colhendo os frutos de um intenso processo de modernização e verticalização que atingiu Passo Fundo. Tal processo ocasionou a perda de inúmeras edificações, a construção de novos espaços adequados à concepção de cidade pensada pelo poder público a partir do PDDU de 1984:

Pode-se constatar que a partir do plano de 1984 a cidade ganhou uma nova escala, rompendo definitivamente com as formas do passado. São construídas as primeiras galerias comerciais e de prestação de serviços. Era uma nova tipologia que, concomitante com a utilização de materiais industrializados como o vidro e o alumínio, proporcionou uma nova imagem para Passo Fundo (TEDESCO, et. al., 2007, p.369).

Essa nova imagem foi marcada pelos prédios verticais para habitação coletiva, acelerando uma especulação imobiliária que mudou o panorama do centro da cidade e das áreas no seu entorno. Castells (2011, p.46) indica que o termo urbanização refere-se tanto à constituição de formas espaciais particulares das sociedades humanas, “caracterizadas pela concentração significativa das atividades e das populações num espaço restrito”, quanto “à existência e à difusão de um sistema cultural específico, a cultura urbana”. A cultura urbana que marca Passo Fundo no transcorrer do século XX, especialmente a partir de 1950, é baseada num pensamento que enxerga o progresso como modernização (verticalização) e industrialização. Esses tópicos orientaram a elaboração dos planos diretores e afetaram o desenvolvimento urbano local,

⁷Desde o início de 1980 Passo Fundo enfrenta problemas para gerenciar o intenso crescimento populacional ocorrido entre 1950-1970. Indício desse quadro é a elaboração de um novo Plano de Desenvolvimento Urbano (PDDU) em 1984, que buscava “a valorização do centro urbano da cidade como local de referência regional” e, para isso, “incentivou a verticalização da área central para que se criasse uma imagem de grande centro econômico-social e cultural, que deveria se materializar através de investimentos públicos e privados” (TEDESCO, et. al., 2007, p.367-368).

pois alimentaram um imaginário no qual o município aparece como a *capital do planalto*, uma cidade moderna⁸, centro da região norte do estado.

A *Agenda*, publicação de 1976 em homenagem à inauguração do novo centro administrativo municipal, é um indício de como a busca pelo progresso na cidade está relacionada com a cultura urbana que marcou o município nos anos de 1980 e da percepção que os grupos à frente do poder público tinham sobre a passagem do tempo e a história⁹. Na própria capa já aparecem essas questões. O subtítulo, “*Passo Fundo, a nova história*”, acompanhado por uma foto do novo centro administrativo que abrange quase toda a capa e uma pequena foto do antigo, cria um sentido de inovação. Uma nova página da história está começando e outra está sendo encerrada. Obviamente, a construção de um centro administrativo maior está relacionada com o crescimento do município, exigindo um espaço adequado para que o poder público desempenhe suas funções. Mas a publicação vai além, apresentando o prédio como marco de uma nova história:

Publicamos, acima, o fac-símile do relatório apresentado à Câmara de Vereadores, em 1º de novembro de 1911, pelo Intendente (Prefeito) municipal deste Município, dando conta da conclusão do novo prédio do “Palacete Municipal”, dando conta de que “As obras da nova instalação municipal foram céleres, permitindo que a 25 de julho deste ano transferíssemos para ella o expediente, dotando cada repartição de cômodos próprios, amplos e bem iluminados, embora a construção não estivesse ainda definitivamente concluída”. Agora, 65 anos depois, a cidade assiste hoje à inauguração de uma nova Prefeitura – em dimensões que a qualificam como “Centro Administrativo Municipal”, com prédios e instalações acabadas, mas já na previsão de novas dependências. E, enquanto em 1911 a iluminação pública era feita por 66 lâmpíões a querosene, torna-se evidente que o Cel. Gervásio Lucas Annes não poderia imaginar que seu longínquo sucessor, Cel. Edú Villa de Azambuja, iria inaugurar uma outra Prefeitura dotada, já não de energia elétrica, mas de um computador... (FREITAS, 1976, p.3).

A relação estabelecida entre presente, passado e futuro caracteriza aquilo que Hartog (1996, p.129-131) classificou como “regime de historicidade moderno”. Essa noção seria uma “formulação eru-

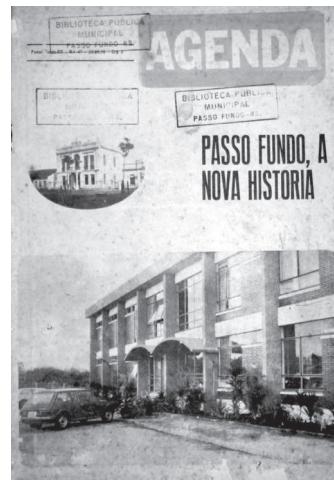


Figura 4: Capa da *Agenda*, de 1976, publicação em homenagem à inauguração do novo centro administrativo municipal.

⁸Dupas (2006, p.112-113), citando Habermas, indica que o termo “sociedade moderna surgiu em torno da década de 1950, associado à nova lógica do desenvolvimento econômico capitalista com a democracia, mobilização social e abertura universalista”. O moderno, em Passo Fundo, aparece em contraposição a um passado eminentemente agrícola, está identificado com o desenvolvimento industrial (mesmo que este tenha surgido como atividade complementar à agricultura) e ganha força na disputa com municípios vizinhos pela liderança política e econômica da região. Moderno representa, nesse caso, uma cidade verticalizada, industrializada, e a modernização, as transformações necessárias para alcançar esses objetivos.

⁹Candau (2012, p.90) comenta sobre as tentativas de controle e organização do tempo: “como as outras formas de domesticação e recortes temporais (agendas, sequências e ritmos sociais), facilita a orientação da memória e fornece referências a partir das quais os indivíduos organizam suas existências. Unindo o presente, passado e o futuro, o calendário representa uma referência essencial tanto para identidade dos indivíduos como para os grupos, quando estes se esforçam para pensar no tempo”. Nesse sentido, anuários comemorativos, publicações como a *Agenda*, estabelecem um marco temporal na esperança de controle do tempo, fornecendo uma “temporalidade fundadora da identidade”.

dita da experiência do tempo”, realizada por intelectuais, historiadores, mas que acaba moldando a forma como as sociedades expressam e vivem o tempo. No regime moderno, a busca pelo futuro organiza nossa percepção do tempo, e, se “ainda há uma lição da história, ela vem do futuro, e não mais do passado”. O passado aparece na *Agenda* para mostrar como a cidade progrediu, substituindo o lampião e a eletricidade que marcavam a antiga Intendência Municipal, inaugurada em 1911, pelo uso de computadores, no novo centro administrativo em 1976.

A nova história aparece em aberto, uma vez que é prevista a construção de novas dependências para acompanhar o crescimento esperado da cidade. Esse regime, essa percepção histórica, faz parte da cultura urbana que marcava Passo Fundo nas décadas de 1970 e 1980, pensada e elaborada por intelectuais e políticos¹⁰, e que influenciou a percepção dos munícipes sobre a temporalidade em que estão inseridos. As previsões do futuro eram influenciadas pelos anseios de industrialização e modernização urbana. O passado carecia de significado frente ao progresso a ser alcançado, como demonstra a *Agenda*, informando o destino que o prefeito pretendia dar ao antigo conjunto arquitetônico que abrigava o poder público municipal.

Segundo propósito anunciado pelo Prefeito Edú Villa de Azambuja, muito em breve esta vista estará apenas nos registros históricos de Passo Fundo: os velhos prédios da Prefeitura e Câmara de Vereadores deverão ser demolidos, para darem lugar a empreendimentos da iniciativa privada (FREITAS, 1976, p.3).

No *Album do município* de 1973, é reconhecido o papel desempenhado pela administração na “revolução industrial de Passo Fundo”, com a implantação do distrito industrial. Prevendo inúmeras vantagens para a instalação de indústrias, como doação de terrenos, isenção tributária, assistência de planejamento e orientação técnica, o poder público buscava a industrialização num futuro que parecia tão próximo que cercava o presente: “Realmente, nestas plagas o progresso é uma constante, mas o caminho ainda é muito longo. Refiro-me à industrialização da Capital do Planalto” (GARAY, 1973, p.29). O anseio pelo futuro não levava em conta os possíveis significados que envolviam a memória patrimonial do município. As transformações urbanas na cidade aceleravam a perda de edificações com valor histórico arquitetônico e conferiam à cidade uma nova feição, moderna, vertical, digna de ser um centro regional.

Koolhaas (2010, p.31-32), num texto chamado *A cidade genérica*, questiona se as cidades contemporâneas não estariam se tornando semelhantes aos aeroportos: todos iguais. O arquiteto segue seu raciocínio apontando que o fato de o crescimento populacional ser exponencial “implica que o passado se tornará em dado momento demasiado pequeno para ser habitado e partilhado por aqueles que estão vivos”. O crescimento urbano, para o autor, despojaria as cidades de suas identidades históricas, especialmente

¹⁰É possível apontar inúmeros intelectuais passo-fundenses que contribuíram para sedimentar essa percepção. Em virtude de sua atuação nos anos 1960, que constitui um prelúdio ao crescimento das décadas posteriores, Salim Buaes merece menção. Para Buaes, “O bem estar coletivo, a cultura e o nível de vida do homem em sociedade, refletem a marcha do progresso econômico.” (1996, p. 71). Ele também defendia a venda do antigo prédio da prefeitura para angariar fundos com objetivo de construir o distrito industrial. “Além disso, devemos considerar que não há termos de comparação entre as vantagens econômicas e sociais que deverão advir do desenvolvimento industrial de Passo Fundo, em futuro próximo, com a simples valorização do atual e velho prédio da Prefeitura Municipal que, dentro em breve, será substituído por um novo em construção nas imediações da EFRICA”. (1996, p. 76-77).

no que tange aos vestígios arquitetônicos. Isto não apenas em virtude de transformações nas construções que preenchem o espaço e formam parte da cultura urbana mas também pelo próprio aumento gradual do número de habitantes, que diluiria o sentimento de pertencimento a um núcleo identitário. Augé (2012, p.50) aponta como é importante a relação entre espaço e identidade para os indivíduos e grupos sociais:

As coletividades (ou aqueles que as dirigem), como os indivíduos que a elas se ligam, necessitam simultaneamente pensar a identidade e a relação, e, para fazerem isso, simbolizar os constituintes da identidade partilhada (pelo conjunto do grupo), da identidade particular (de determinado grupo ou determinado indivíduo em relação aos outros) e da identidade singular (do indivíduo ou do grupo de indivíduos como não semelhantes a nenhum outro).

Augé (2012, p.53) pensa na identidade em sua relação, não apenas com os outros, mas com o próprio espaço, chegando ao conceito de “lugar antropológico”, que é também “histórico a partir do momento em que, conjugando identidade e relação, ele se define por uma estabilidade mínima”. Esse lugar se diferencia dos “lugares de memória”, de Nora, por ser um histórico “vivido”, no qual o reconhecimento e a interpretação dos aspectos históricos que compõem o espaço ocorrem nas relações cotidianas. São justamente esses aspectos, que marcam e diferenciam uma cidade da outra, que Koolhaas considera como fadados ao fracasso, frente a uma cidade que é cada vez mais invadida por uma cultura urbana genérica, produzindo “não lugares”:

Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar. A hipótese aqui defendida é a de que a supermodernidade é produtora de não lugares (AUGÉ, 2012, p.73).

Em Passo Fundo, as décadas de 1980 e 1990 marcaram a intensificação da produção de não lugares, definidos por Augé (2012, p.75) como vias aéreas, ferroviárias, rodoviárias, domicílios “móveis” – meios de transporte, como aviões, trens e ônibus –, aeroportos, estações, cadeias de hotéis, parques de lazer, redes de comunicação, entre outros¹¹. É possível associar o conceito de cidade genérica de Koolhaas ao de não lugar de Augé – uma cidade genérica não seria um espaço permeado por não lugares? A emergência desses não lugares que vieram com as intensas transformações urbanas desencadeia o tombamento das primeiras edificações consideradas patrimônio histórico do município. Além desse momento de redefinição do espaço urbano, a própria ação do tempo, somada ao descaso, se encarregava de acelerar a destruição das edificações no centro da cidade, especialmente um dos edifícios que faz parte do Espaço Cultural Roseli Doski Pretto, como indica a ementa do vereador Meirelles Duarte anexada ao PROCESSO Nº 043/90:

O tombamento referente ao prédio da Academia Passo-Fundense de Letras será feito somente em sua fachada que dá as características ao prédio então existente naquele local. Tombar o prédio todo, torna-se tec-

¹¹Wickert (2005, p.131) também indica os anos de 1980 como marcantes para o desenvolvimento do comércio no espaço central de Passo Fundo. Nesse sentido, as edificações vão sendo adaptadas a uma apropriação comercial que altera significativamente sua função e sua historicidade dentro da cidade. O desenvolvimento intensivo das atividades comerciais pode ser interpretado como um produtor de não lugares, ao despir os prédios das características arquitetônicas que marcavam sua singularidade.

nicamente impossível, uma vez que além de ter sido destruído pelo tempo de sua existência, também não encontra hoje engenheiro ou arquiteto que garanta a sua reconstrução nos moldes originais ou conservação do que restou. A manutenção da fachada preservará todas as linhas arquitetônicas da época e possibilita que no restante da área se construa uma moderna academia sem desfigurar o que foi aquele centenário prédio.

O abandono e o descaso em relação ao prédio colocam em xeque a forma como foi preservado. Tombar apenas a fachada de um prédio e empreender uma nova construção em seu interior, como Choay (2006, p.217) indica, “despreza de forma mais aberta o respeito que se deve ao patrimônio histórico”. Modernizar implica uma descaracterização da edificação. É compreensível a proposta, uma vez que só restava a fachada do prédio em questão; mas o fato de a situação ter chegado a tal ponto mostra uma falta de atenção aos bens arquitetônicos com um valor histórico por parte do poder público. Isto pode ser explicado, em partes, pela valorização de uma cultura urbana baseada na verticalização e industrialização¹². A Comissão de Obras Públicas e Nomenclatura de Ruas confere parecer favorável ao projeto de preservação apenas das fachadas dos três prédios:

Os prédios onde funcionaram a Prefeitura e a Câmara Municipal, já sofreram modificações internas, não conservando mais a originalidade, ficando preservada somente a fachada externa. No prédio da antiga Câmara Municipal está sendo construído um teatro que brindará os passo-fundenses com uma sala de cultura. Conforme laudo da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Passo Fundo, o prédio da Academia Passo-Fundense deverá levar em conta o re-uso do mesmo, uma vez que só após esta definição é que as recomendações para a restauração serão adequadas (PROCESSO Nº 043/90).

Choay (2006, p.228) aponta que a “exploração do patrimônio histórico arquitetônico está, pois, fadada ao esgotamento, a menos que se reduzam os custos de manutenção e se regule o fluxo de seus consumidores”. Além dos problemas na estrutura dos edifícios causados pelo uso contínuo, também é preciso pensar no público que visita esses espaços em busca de seu valor histórico-arquitetônico, que procura conhecer, a partir desses edifícios, um pouco do passado da cidade e encontra, na realidade, prédios descaracterizados. O conjunto arquitetônico que compreende o espaço cultural é inestimável para Passo Fundo; não se está sugerindo uma redução no público visitante, mas se levantando questões que devem ser pensadas para a sua conservação. Em relação às condições de sua preservação como patrimônio histórico, infelizmente dois dos prédios (hoje o Teatro Municipal Múcio de Castro e a Academia Passo-Fundense de Letras) do conjunto sofreram descaracterizações drásticas em seu interior. Não deixaram de ser lugares integrados à vida dos munícipes, porém com múltiplos e novos significados, na medida em que desempenham diferentes funções para a cidade.

Outra edificação que figura entre as primeiras a serem tombadas como patrimônio histó-

¹²Num ofício anexado ao PROCESSO 043/90, a Academia Passo-Fundense de Letras se pronuncia em relação ao interesse pelo prédio e pelo pedido de vistoria: “externamos nossa satisfação pelo interesse manifestado por essa Câmara em relação ao prédio da Academia Passo-Fundense de Letras, problema que há várias décadas aflige os membros e cerceia o trabalho da instituição. Por outro lado, lamentamos constatar que só agora, depois de criticado com veemência e exaustão, o assunto passa a ser encarado com objetividade, sem interferências emocionais e pessoais. O ponto de partida é, sem dúvida, o conhecimento das reais condições em que se apresenta o prédio ora em discussão”.

rico do município é a Estação Férrea da Gare. O projeto de lei do vereador Flaminio Lima, arquivado na Câmara de Vereadores de Passo Fundo sob o processo Nº 279/90, indica como “natural” a preservação do prédio da “antiga Gare”, por se constituir, “na verdade, em um belíssimo e real monumento ao Ferroviário, obra executada na época mais pujante da Viação Férrea no Brasil”. A Comissão de Obras Públicas e Nomenclatura de Ruas dá o seguinte parecer:

O prédio da gare antiga é indiscutivelmente patrimônio de alto valor histórico, pois durante mais de 80 anos serviu como Estação Ferroviária de Passo Fundo. Sua conservação permitirá integrar sua imagem a outros remanescentes do parque da gare, como a caixa d’água, Monumento ao Ferroviário e depósito antigo. As características do prédio também recomendam sua conservação (PROCESSO Nº 279/90).

A escolha da estação férrea para integrar o patrimônio histórico arquitetônico do município é o reconhecimento de seu papel como espaço promotor do desenvolvimento urbano e impulsionador do progresso econômico da região. A passagem do trem é responsável pelas primeiras transformações que alteram o traçado da cidade, modificando o eixo da expansão urbana. Como Gosch (2005, p.77) indica, a “estação ferroviária deslocou o antigo centro, que se desenvolvia ao longo do caminho das tropas, para o entorno da atual Praça Marechal Floriano”, onde se constitui o espaço central da cidade até hoje. Portanto, aquele local é vital para se pensarem tanto a configuração urbana quanto a transição de atividades econômicas – de uma economia centrada basicamente na passagem das tropas, na criação de animais e numa agricultura de subsistência, para a instalação de indústrias, madeireiras, moinhos, hotéis e outros serviços próprios do mundo urbano.

Infelizmente, a preservação desse patrimônio não valorizou o conjunto arquitetônico da estação que compreendia outras edificações: “Passo Fundo possuía um depósito de locomotivas, oficinas, caixa d’água e residências para funcionários da rede” (WICKERT, 2011, p.61). Ocorreu uma seleção entre as edificações que poderiam ser tombadas, priorizando aquela que relaciona o espaço com o desenvolvimento econômico e urbano, esquecendo a participação dos funcionários e operários da estação férrea. Essa seleção também apresenta outros problemas, como a descaracterização do conjunto, pois sua importância para a cidade não pode ser compreendida sem o contexto em que está inserido, sem levar em conta as edificações que foram construídas em função da estação, como os hotéis, o moinho e as casas dos operários. Além disso, o atual uso do prédio deve ser levado em consideração, pois revela uma faceta do encontro da modernização urbana e do patrimônio histórico hoje:

O uso sazonal e inadequado da Gare como espaço para feiras não é capaz de devolver ao edifício seu significado histórico e cultural. O largo da estação, atualmente em condições ruins, é usado como estacionamento público sem que se perceba a relevância histórica deste lugar para a cidade (WICKERT, 2011, p.66).

É preciso aprender a gerenciar os bens históricos. Edificações do início do século XX não devem ser usadas como se tivessem sido construídas no dia anterior. Manter o patrimônio integrado à vida cotidiana é uma forma de proporcionar novas relações entre a comunidade e o bem em questão, mas esse processo

deve ser realizado dentro de condições que não afetem sua estrutura, especialmente quando transformado num estacionamento. O carro é um dos símbolos do encontro da cidade com a modernidade, nos anos de 1980, momento em que ocorre a retirada dos trilhos para melhorar o tráfego na Avenida Sete de Setembro, um típico “não lugar” (as horas perdidas no trânsito, os estacionamentos), na definição de Augé, onde nem ao menos se estabelecem novas e significativas relações da sociedade com o espaço. Para Choay (2006, p.219-220), a preservação do patrimônio industrial implica pensar em algumas questões. Espaços como depósitos, por exemplo, que aparentemente não possuem relevância estética ou arquitetônica, marcam a memória das pessoas que passaram parte de suas vidas trabalhando nesses locais, bem como têm importância em função de serem exemplares, documentos de um estágio da industrialização. No caso da Gare, claramente ocorreu uma perda nos dois sentidos.

A retirada dos trilhos denota outro momento de transição da conformação urbana de Passo Fundo e de sua economia. O abandono da malha ferroviária é marcante no país a partir da década de 1950, especialmente a partir da construção de Brasília e da opção do governo em adotar uma matriz de transportes baseada em rodovias e no desenvolvimento da indústria automobilística. De acordo com Ribas e Fioreze (2004, p.103-104), a retirada dos trilhos abriu “espaço para a construção da Avenida Sete de Setembro, dando início à pavimentação e à construção do Parque da Gare, já em 1982”. A opção pela funcionalidade e pela modernização urbana levou à descaracterização do patrimônio ferroviário da cidade. Além dessa mudança, novos espaços foram criados, o que sinaliza outras formas de sociabilidade. Destacam-se nesse caso o considerável estímulo ao comércio e a construção do shopping center, jornais, rádios, postos de gasolina, entre outros lugares (e não lugares) que representam indícios das transformações da década de 1980. Um dos poucos vestígios que marcam uma época anterior à difusão do automóvel é o bebedouro da gare, tombado como patrimônio histórico, conforme projeto encaminhado pelo vereador Luciano Azevedo em 1995, com a seguinte justificativa:

O referido bebedouro foi construído a décadas, vindo, com o passar dos anos a integrar-se ao cotidiano dos passo-fundenses mais antigos, que ali paravam com seus cavalos para que os animais pudessem saciar sua sede, numa época em que o cavalo era o meio mais comum de transporte e em que os automóveis eram privilégio de poucos (PROCESSO Nº 374/95).

A preservação desse bem faz sentido se pensada em relação à estação férrea e ao estímulo que a passagem do trem proporcionou para a cidade, com a construção dos hotéis, que hospedavam os visitantes usuários do bebedouro. É interessante observar os pareceres das comissões em relação ao projeto de tombamento. A Comissão de Legislação e Redação aprova o projeto por sua importância não apenas para a memória dos habitantes da cidade mas também porque os viajantes “ainda hoje dizem que naquele tempo havia um bebedouro para cavalos, muito bem feito, diferente de outras cidades, e estrategicamente, bem localizado na época, perto de hotéis”. O parecer da Comissão de Educação e Bem Estar Social aprova o projeto com a seguinte justificativa: “Passo Fundo está crescendo e apagando sua memória com a demolição de prédios, portanto somos favoráveis ao projeto” (PROCESSO Nº 374/95).

Prevalece uma visão sobre a preservação de edificações notáveis frente aos impulsos de modernização, como demonstra o projeto encaminhado pelo vereador Giovani Corralo, que dispõe sobre a proteção

do patrimônio histórico, cultural e paisagístico de Passo Fundo. No texto, consideram-se “patrimônio cultural e histórico” do município os monumentos “que tenham um valor excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência”, assim como os conjuntos e os lugares notáveis (PROCESSO Nº 257/94). Essa visão sobre o que é necessário preservar deve ser compreendida num contexto de destruição do patrimônio na década de 1990, que impelia o poder público a buscar aquilo que entendia como exemplares da história ou da arquitetura. Dessa forma, foram preservados prédios sem se pensar em seu conjunto, o que acabou descaracterizando o patrimônio. O caso da estação da Gare é um exemplo dessa situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passo Fundo experimenta transformações significativas entre 1970 e 1990 que afetam sua configuração urbana. Nas últimas três décadas do século XX, a verticalização muda a paisagem da cidade. A proliferação de atividades comerciais na área central, somada ao crescimento populacional, altera o ritmo da vida dos munícipes. Essas alterações afetam o significado atribuído a alguns espaços marcados por edificações que já eram uma referência para a comunidade. A construção de um novo centro administrativo, maior e mais adequado para as atividades do poder público, torna a “antiga prefeitura” obsoleta, surgindo propostas de vender o conjunto para a iniciativa privada com intuito de auxiliar no estabelecimento de um distrito industrial. Essa situação leva o poder legislativo da primeira metade de 1990 a preservar alguns dos primeiros bens que se tornaram patrimônio histórico do município.

Em função do processo de modernização urbana, começam a emergir “lugares de memória”, uma seleção dos bens considerados exemplares da história de Passo Fundo. Ao transformar essas edificações em patrimônio histórico, as sociabilidades urbanas relacionadas a esses espaços se modificam, o que altera o significado atribuído a esses bens por parte da comunidade. De antigo centro político e administrativo, os prédios da Intendência Municipal, Clube Dramático (sede durante muito do poder legislativo) e Clube Pinheiro Machado passaram a constituir, juntamente com a biblioteca, um centro cultural da região. Porém, mesmo com a fundação do Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto, as lembranças da comunidade se confundem, pois o prédio dos museus, por exemplo, ainda é chamado de “antiga prefeitura”. Mas, paulatinamente, o funcionamento dos museus começa a modificar esse quadro, e muitos habitantes já reconhecem o edifício como o “prédio dos museus”.

A preservação da Estação Férrea da Gare também implicou uma integração na vida cotidiana, mas vinculada a atividades urbanas que agridem sua estrutura, especialmente quando seu pátio é transformado em estacionamento. O prédio da Gare se tornou um lugar de memória, mas está ao lado de um “não lugar” (um estacionamento se enquadra na definição proposta por Augé), alterando drasticamente a função que o tombamento de um bem como patrimônio histórico tem para a comunidade. A descaracterização da estação não ocorre apenas por essa contradição e pelo uso inadequado. A seleção empreendida pelo poder público sobre o que preservar naquele espaço priorizou o prédio entendido como exemplar da história da viação férrea e da economia do município, abandonando os outros pavilhões, as casas dos operários e prédios adjacentes, como os moinhos e os hotéis.

As cidades são tão dinâmicas quanto os grupos sociais que as compõem. Estão em constante transformação de ruas, casas e prédios. As lembranças que temos dos espaços são constantemente alteradas em

função das relações que se desenrolam no presente. O processo de modernização, particularmente no que diz respeito a aspectos como a verticalização, empreendida por conta da demanda de novas habitações, a abertura e a ampliação de ruas e avenidas, em função de problemas do tráfego de automóveis, e a ampliação do comércio e da prestação de serviços (exigindo novas salas comerciais), despoja as cidades de suas características arquitetônicas singulares – a *cidade genérica* é uma universalização do conceito “cidade”.

A preservação, com inventários e tombamentos do patrimônio histórico e cultural, pode ser um meio de proteger recortes do passado, que sempre resultam de operações de seleção e de enquadramento da memória. É por esse motivo que as políticas preservacionistas não devem ser apenas destinadas aos exemplares da história e da arquitetura; devem abranger espaços de sociabilidade que marcaram diferentes grupos da sociedade. A valorização do patrimônio não deve ocorrer apenas por conta de seu caráter documental mas também em razão de sua afetividade para a comunidade, de seu papel simbólico para as cidades.

O caráter documental talvez não seja suficiente para a preservação do patrimônio. Deve-se considerar que os problemas gerados pelo crescimento populacional refletem necessidades e demandas por parte da sociedade. Mais e melhores habitações, espaços para o trânsito, etc. A valorização de um espaço pela afetividade gera o sentimento de continuidade, da presença no espaço e na memória coletiva, desencadeando o medo da perda, do esquecimento. Nesse sentido, emerge outro problema que envolve o patrimônio histórico-arquitetônico: a questão de sua integração na vida cotidiana, desempenhando novas funções. O uso intensivo desses espaços pode gerar danos irreparáveis. Por isso, não basta apenas preservar, mas adotar políticas sérias e efetivas de manutenção das edificações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 9. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- BARROS, José D'Assunção. *História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço*. In: *Mou-seion*, v. 3, n. 5, 2009.
- BUAES, Salim. *Perspectivas do desenvolvimento econômico e social de Passo Fundo*. Pe. Betrhier, Passo Fundo, 1996.
- CANDAU, Joël. *Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade*. In: *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 1, n. 1, 2009.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- DOSSE, François. *A história*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso; ou o progresso como ideologia*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- FREITAS, João Baptista Mello. *Agenda*. Passo Fundo: João B.M. FREITAS, 1976.
- GARAY, Wilson. *Album do município 7 de agosto de 1973*. Passo Fundo: Jornal Destaque LTDA, 1973.
- GOSCH, Luiz Roberto Medeiros. *Evolução urbana de Passo Fundo*. In: WICKERT, Ana Paula. (org.). *Arquitetura e urbanismo em debate*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.
- HARTOG, François. *Tempo e História: “como escrever a história da França hoje?”*. In: *História Social*, Cam-

pinas, n. 3, 1996.

KOOLHAAS, Rem. *Três textos sobre a cidade*. Barcelona: Gustavo Gili, 2010.

KRAMER, Mara; WAIHRICH, Lorena Postal. *Arquitetura urbana de Passo Fundo: 1865-1965*. Passo Fundo: Berthier, 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

NORA, Pierre. *Entre memória e história A problemática dos lugares*. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, n. 10, 1993.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PROCESSO Nº 043/90. (Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo).

PROCESSO Nº 279/90 (Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo).

PROCESSO Nº 257/94 (Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo).

PROCESSO Nº 374/95 (Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo).

PROUST, Marcel. *No caminho de Swann*. São Paulo: Abril, 2010.

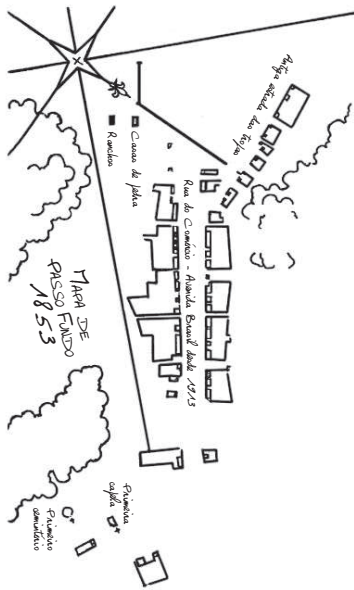
RIBAS, Desire; FIOREZE, Zélia Guareschi. *A evolução urbana da avenida Sete de Setembro: uma contribuição para a organização do espaço passo-fundense*. In: SILVA, Ana Maria Radelli da. et. al. (orgs.). *Estudos de geografia regional: o urbano, o rural e rurano na região de Passo Fundo*. Passo Fundo: UPF, 2004.

TEDESCO, João Carlos; et. al. *Passo Fundo e a produção do território pós-anos 1950: migração e urbanização*. In: BATISTELLA, Alessandro. (org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

TEDESCO, João Carlos. *Passado e presente em interfaces: introdução a uma análise sócio-histórica da memória*. Passo Fundo: UPF; Xanxerê: Universidade do Oeste de Santa Catarina; Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2011.

WICKERT, Ana Paula. *A comunicação visual e a percepção do espaço urbano e da arquitetura*. In: WICKERT, Ana Paula. (org.). *Arquitetura e urbanismo em debate*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

WICKERT, Ana Paula. *Patrimônio ferroviário em Passo Fundo: do apogeu ao abandono*. In: BATISTELLA, Alessandro. (org.). *Patrimônio, memória e poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural de Passo Fundo (RS)*. Passo Fundo: Méritos, 2011.



LUGARES DE MEMÓRIA DOS (I)MIGRANTES EM PASSO FUNDO

Rosane Marcia Neumann¹

A instalação de imigrantes e seus descendentes em Passo Fundo, ao longo dos séculos XIX e XX, limitou-se aos núcleos coloniais fundados em seu território. Contudo, um número significativo desse contingente populacional instalou-se na sede do município, tanto rural quanto urbana, desempenhando importante papel no comércio, indústria, serviços, atividades de ofício e como profissionais liberais. Em meados do século XX, percebe-se um movimento de revitalização e reconstrução das identidades étnicas e de pertencimento desses grupos, materializada pela demarcação de espaços e a construção de locais de memória, como monumentos, o que afirma a sua presença no município. O presente artigo procura localizar essa discussão, mapeando a presença de imigrantes e seus descendentes em Passo Fundo, a construção de monumentos como locais de memória e a incorporação desses ao patrimônio histórico-cultural local.

PLANALTO RIO-GRANDENSE: AS COLÔNIAS NOVAS

O processo de imigração e colonização no Brasil foi acompanhado por um movimento interno paralelo: a remigração, ocorrendo de uma colônia à outra, ou dentro da própria colônia – além do retorno dos (i)migrantes. No final do século XIX, esse movimento de pessoas tornou-se mais intenso ainda, e a distância entre o lugar de saída e de destino, cada vez maior. Nesse contexto, no Rio Grande do Sul, insere-se a migração das *colônias velhas* para as *colônias novas*, entre as *colônias novas* e, principalmente a partir da década de 1920, das *colônias novas* para o oeste catarinense, e assim sucessivamente. Todo o projeto de colonização, ao se lançar, carregava consigo uma leva de migrantes, atraídos pela possibilidade de adqui-

¹Doutora em História. Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de História da Imigração (NEHI); Presidente da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras (ANPHCTB).

rirem (mais) terras para si e seus filhos, por preços reduzidos, na perspectiva de permanecer/tornarem-se proprietários, multiplicando seu capital.

Entende-se por *colônias velhas* ou *antigas* a região colonial alemã e italiana formada no século XIX, tendo como ponto de expansão a colônia de São Leopoldo e Caxias do Sul, ocupando toda a região dos vales dos rios Sinos, Caí, Taquari e Antas. Em contraposição a essas, denominam-se *colônias novas* ou *nova* zona colonial aquelas fundadas na última década do século XIX e primeiras décadas do século XX, nos mesmos moldes, na região do Planalto Rio-Grandense, especialmente nos municípios de Cruz Alta, Palmeira das Missões, Passo Fundo e Santo Ângelo.

A migração é um fenômeno variado e multiforme, tendo a mobilidade dos homens como ponto comum. Em contextos diversos, tem por finalidade última a busca de melhores condições de sobrevivência. O (i)migrante vive numa constante dialética de expulsão e atração (RAISON, 1986; SAYAD, 1998). Certa dose de fantasia e credulidade existiu sempre à origem de todas as migrações em grande escala, pois o migrante tende a exagerar as possibilidades disponibilizadas pelo local de destino, como se fossem infinitas, e a capacidade de ação não encontra obstáculos, idealizando em excesso. Os relatos de migrantes sobre as dificuldades enfrentadas no novo meio são escassos. A grande epopeia da (i)migração, construída a *posteriori*, silencia os pormenores, afirmando que as dificuldades foram vencidas pelo trabalho.

Para o imigrante, a propriedade da terra era muito importante. Terra, nesse sentido, significava liberdade, possibilidade de ascensão social e econômica. Willems (1980), Waibel (1958), Roche (1969) e Seyferth (2004) são unânimes ao afirmar que o colono era apegado à propriedade da terra como um bem econômico, porque os imigrantes haviam perdido uma virtude camponesa essencial: o apego a terra. Essa “perda cultural” seria a responsável pela venda, na primeira oportunidade, da sua terra, abandonando o seu lar, adquirindo um lote mais em conta, uma “terra boa”, um lote com uma localização mais favorável, um negócio mais rentável; ou, ainda, migravam para os núcleos urbanos, dedicando-se a um ofício, geralmente aquele que já conheciam na Europa ou, no caso dos seus descendentes, nas *colônias velhas*.

Assim, no Brasil, o colono foi menos sedentário do que o camponês europeu. Caracterizavam-no “a ânsia por novas terras e o ‘*Wanderlust*’ (desejo de peregrinar). Quando encontrava terras melhores para si e seus filhos, tornava a se mudar novamente” (FOUQUET, 1974). Roche (1969) afirma que, excetuando os que permaneciam no lote paterno, os descendentes de colonos migravam em média uma vez durante sua vida. Os imigrantes e seus descendentes alimentavam, então, as migrações internas, o que representa uma marca distintiva da colonização no Rio Grande do Sul. O *pioneirismo* permanente expandiu rapidamente a fronteira agrícola, formando novos núcleos coloniais em áreas cada vez mais afastadas da capital, processo que o autor denominou de *enxameamento*.

Essas migrações foram resultado da conjugação de vários fatores: o crescimento demográfico da antiga zona de colonização alemã e italiana, aliado à escassez de terras para venda; a rotação de terras, acompanhada do uso intensivo e das queimadas, o que provocava o rápido esgotamento do solo, com a queda da produção; a disponibilidade de terras por preços mais acessíveis nas frentes pioneiras de colonização; o fluxo constante de imigrantes ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do XX, abastecendo as colônias, pois os elementos estrangeiros deixavam as áreas rurais quando atraídos pelas possibilidades apresentadas pelas cidades, ainda mais com o incremento industrial; o abandono ou a conjugação da atividade agrícola com o artesanato rural; a falta de sociabilidade, responsável pelo abandono dos lotes ou

o desespero de muitos imigrantes, pois a distribuição dos lotes em linhas coloniais, distantes uns dos outros, diferia do modo de vida em aldeia conhecido na Europa (NEUMANN, 2009). Somando-se a esses fatores, Seyferth (2004) entende que essa mobilidade espacial tinha outros pretextos, que também provocaram invasões irregulares de lotes entre colonos e abandono à revelia das autoridades: a má qualidade das terras e a distância em relação à sede colonial foram causas determinantes da migração, mas também a separação da família aparentada ou emigrada de uma mesma região, que reflete a impossibilidade de escolha da terra, sobretudo nas colônias oficiais.

Após um século de imigração e colonização no estado, Theodor Amstad, reportando-se ao movimento das populações rumo às *colônias novas* da região do Planalto, ponderou que demorou “um bom tempo até que os colonos alemães se decidissem por um ‘voo para tão longe’”. O estímulo imediato para tanto foi dado pela febre por terras dos anos noventa [1890]. Derrubaram-se para os moradores das colônias velhas os limites de suas estreitas picadas natais, pela compra cega das colônias cobertas de mata” (*Cem anos de germanidade...*, 1999, p. 127) – esse movimento teria se intensificado com o final da *Revolução Federalista* (1893-95). Nesses movimentos migratórios, os colonos carregavam as suas mudanças da forma possível: de trem, a cavalo, de carro ou carroças de boi.

Não raro podia-se assistir ao espetáculo inusitado, como pessoas que até aquele momento mal haviam ultrapassado os marcos de fronteira de seu município, carregarem com toda a naturalidade seus pertences numa carroça, passando três a quatro semanas peregrinando, até alcançarem o extremo noroeste do nosso Estado, em Serro Azul, Pirapó ou Serro Pelado, para aí construírem sua nova querência (*Cem anos de germanidade...*, 1999, p. 128).

Para Amstad, uma das principais razões para esse deslocamento era o modelo de colônias públicas fundadas no início da República, baseadas na colonização mista, o que fazia com que boa parte dos colonos, detentores de capital, migrasse novamente para colônias particulares, confessionais e etnicamente separadas. Outro fator era a especulação dos compradores e vendedores de terras, que tinham seus agentes espalhados na capital, nas estações de trem, nas colônias, cada qual afirmando que suas terras eram as melhores e as mais baratas. Influenciados por essa propaganda, muitos migraram para as novas frentes de expansão agrícola.

PASSO FUNDO E SUAS COLÔNIAS

No transcorrer do século XIX, estabeleceram-se nas áreas de campo do Planalto Rio-Grandense tropeiros, na maioria paulistas e paranaenses, com suas fazendas voltadas para a criação de gado. Essa ocupação deu origem a Passo Fundo, município desmembrado de Cruz Alta em 1857. Paralelamente, os *lavradores nacionais* cultivavam suas roças de subsistência, outros se dedicavam ao extrativismo da erva-mate e ao comércio de muares (cf. BATISTELLA, 2007).

As áreas de mata foram relegadas a segundo plano, fracionadas e colonizadas pelas iniciativas pública e privada na virada do século XIX para o XX. Para isso, foi fundamental o prolongamento da via férrea de Santa Maria até Cruz Alta, em 1894, e a posterior bifurcação em direção a Passo Fundo – Santa Catarina e Santo Ângelo, interligando a região Planalto com o restante do estado, permitindo a circulação

de pessoas e mercadorias. Em 1897, foi inaugurado o percurso da ferrovia de Cruz Alta até Carazinho, e em janeiro de 1898, até Passo Fundo. Analisando a expansão da via férrea para a região norte do estado, Wolff (2005) e Heinsfeld (2007) salientam que a chegada do trem trouxe a reboque os colonos, pois em cada estação de trem formou-se um núcleo colonial, o qual evoluiu para um pequeno centro urbano².

Borges de Medeiros³ acreditava que o desenvolvimento das colônias estava diretamente vinculado à existência de uma infraestrutura adequada, incluindo vias de ligação, como de estradas de rodagem, vias fluviais e a ferrovia. De acordo com Borges de Medeiros, “não basta introduzir o imigrante; é mister, outrossim, preparar a colônia para recebê-lo, dotando-a de todos os melhoramentos imprescindíveis” (*Mensagem...*, 1899, p. 24).

A colonização da região caracterizou-se pela atuação da iniciativa privada, seja individual ou de empresas; e iniciativa pública, no caso estadual ou municipal. Atendendo aos propósitos oficiais, ou seja, à rápida nacionalização dos elementos estrangeiros, as colônias deveriam ser etnicamente mistas. Contudo, no que se refere à iniciativa privada, esse quesito nem sempre foi regra, e o governo não dispunha de mecanismos eficientes para interferir, permitindo assim a formação de colônias étnicas.

As colônias privadas ocuparam, geralmente, uma pequena extensão de terras adquiridas de particulares ou ao Estado, com um número limitado de lotes. Internamente, cada qual ditava suas regras e seus preços de terras. Sob esse viés, cada colônia particular é um microespaço complexo e singular, resultado de uma negociação entre o(s) seu(s) proprietário(s)/idealizador(es), os colonos, os *lavradores nacionais*, os proprietários adjacentes, o poder público, e das contingências macro-históricas. Esses empreendimentos de colonização ocuparam o espaço deixado pelo Estado, cuja política consistia em reduzir os investimentos em imigração e colonização. Aproveitaram-se também da situação favorável do mercado, motivado pelo crescimento da demanda por lotes coloniais por parte dos colonos. Soma-se a isso a existência de extensas áreas de terras devolutas, que poderiam ser adquiridas ao governo (NEUMANN, 2009).

A presença de imigrantes isolados em Passo Fundo data das primeiras décadas do século XIX. Todavia, as primeiras colônias foram fundadas somente no final daquele século. Trata-se de colônias predominantemente colonizadas por imigrantes e descendentes de colonos alemães – Santa Clara (1896), Alto Jacuí (1897), Não-Me-Toque (1897), General Osório (1898), Dona Ernestina (1900), Selbach (1906) –, italianos – Guaporé (1892) –, poloneses e judeus – Erechim (1908) –, seguindo o perfil de colônias mistas.

A presença de imigrantes judeus em Erechim, conforme observa Isabel Gritti (1992), está relacionada à atuação da empresa estrangeira *Jewish Colonization Association* (ICA), criada pelo Barão de Hirsch, em 1891, que tinha por objetivo auxiliar, inicialmente, os judeu-russos, vítimas de discriminação e massacres, e, posteriormente, os israelitas dos demais países do leste europeu e Ásia. A ICA fundou no

²Em 1905, a rede ferroviária do estado foi unificada em quase sua totalidade e entregue à companhia belga Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer Au Brésil. Em 1920, por seus serviços não corresponderem às expectativas, e tentando resolver o problema dos transportes, a rede foi encampada pelo Estado (cf. KLIEMANN, 1977).

³Antonio Augusto Borges de Medeiros sucedeu Júlio de Castilhos no governo em 1898 e assumiu a chefia do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) com a morte deste, em 1903. Consolidou no estado o regime republicano autoritário e centralizado, e permaneceu à frente do executivo de 1898-1907; 1913-1928.

Rio Grande do Sul, em 1904, a colônia Filipson, no município de Santa Maria, e em 1909 comprou a Fazenda Quatro Irmãos, no então município de Passo Fundo – hoje municípios de Erechim, Getúlio Vargas, Campinas do Sul e São Valentim –, com a área de 93.985 hectares, fundando a colônia de Quatro Irmãos. Como o projeto inicial não obteve êxito, as terras foram vendidas a colonos de diferentes nacionalidades.

Outro exemplo de colonização mista, tanto no modelo de colonização quanto nos elementos sociais que ocuparam a área, foi a colônia *Barro*, hoje município de Gaurama, fundada em 1910, no então município de Erechim (WOLFF, 2005). Tratava-se, em parte, de uma colônia pública, colonizada pela *Comissão de Terras*, predominando os imigrantes poloneses e outras etnias eslavas; e a outra parte, pelo sistema privado, por meio da *Gesellschaft Luce Rosa & Cia. Ltda* – empresa criada em 1883, com sede em Porto Alegre –, cujos compradores, na sua maioria, eram de origem italiana, alemã e alguns espanhóis. O processo de ocupação teve início com a demarcação e construção da ferrovia, e somente mais tarde foi consolidado por formas planejadas de colonização. Conforme Wolff (2005), os trilhos de trem foram a linha divisória entre as duas formas de colonização distintas na colônia Barro.

Enfim, no grande município de Passo Fundo formaram-se vários núcleos coloniais, marcados pela diversidade étnica. Ao longo do século XX, muitas dessas colônias foram desmembradas, dando origem a novos municípios, mantendo, estes sim, uma identidade étnica mais definida. Todavia, Passo Fundo atual caracteriza-se pela diversidade étnica. Para Barth (1998, p. 195; 214), a pertença étnica seria, ao mesmo tempo, uma questão de origem e de identidade corrente. Acresce que o grupo étnico seleciona, dentro das suas características, as que são relevantes para sua identificação e diferenciação em relação ao outro. “Se um grupo conserva sua identidade quando os membros interagem com outros, isso implica critérios para determinar a pertença e meios para tornar manifestas a pertença e a exclusão”. Para Candau (2012), a identidade é uma construção social, que se dá numa relação dialógica com o *Outro*.

OS ESPAÇOS DE MEMÓRIA

Em Passo Fundo, no início do século XXI, percebe-se como tendência a construção de monumentos vinculados à imigração, demarcando a presença de determinados grupos étnicos em detrimento a outros, erguidos em parceria entre entidades organizadas, o poder público e a iniciativa privada. Até então, eram comuns os bustos erguidos nas praças em homenagem a personagens da política nacional e local, ou monumentos como o Obelisco do Centenário da Independência e o Obelisco do Centenário de Passo Fundo. Nessa linha comemorativa, há o monumento do Centenário da Imigração Italiana.

Os monumentos têm como características “o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos” (LE GOFF, 1984, p. 95). Regra geral, o poder vale-se dos monumentos para a sua perpetuação. O valor da lembrança antecede a sua instauração/construção como um *locus* da memória pública. Para Nora (1993), os monumentos só se transformam num lugar de memória se a imaginação os investe de uma aura simbólica, de um significado; do contrário, não adquirem sentido nenhum. Para Le Goff (1984), trata-se de mais uma forma de integrar a memória pública e tornar-se monumento histórico, pois “a razão fundamental de ser um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, prender o máximo de sentido num mínimo de sinais”. Nora (1993)

acresce que há (criam-se) locais de memória porque não existem mais meios de memória.

A construção de monumentos ligados aos grupos étnicos tem por objetivo demarcar espaços de memória no município, ao dar visibilidade a sua presença. Nota-se, ao mesmo tempo, um processo de revalorização da diversidade étnica e do pertencimento a determinado grupo. Para Candau (2012, p. 24), a memória é a identidade em ação, perpassada pela seleção e o esquecimento. A memória coletiva é uma representação, ou seja, “um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo”. Existe no plano do discurso, mas não no concreto. Sendo assim,

os atos de memória decididos coletivamente podem delimitar uma área de circulação de lembranças, sem que por isso seja determinada a via que cada um vai seguir. [...]. Uma memória verdadeiramente compartilhada se constrói e reforça deliberadamente por triagens, acréscimos e eliminações feitas sobre as heranças (CANDAU, 2012, p. 35; 47).

Os monumentos que remetem diretamente a grupos imigrantes em Passo Fundo são aqueles construídos por/em homenagem aos judeus, alemães e italianos.

MONUMENTO JUDEU

Os judeus são lembrados no espaço urbano do município por dois monumentos, um de acesso restrito, junto ao cemitério judaico, e outro público.

Os primeiros imigrantes/descendentes de judeus se estabeleceram na sede do município de Passo Fundo em 1912, fortemente vinculados ao distrito de Quatro Irmãos (Erechim). Organizaram-se étnica e socialmente com a fundação da *União Israelita Passofundense*, em 1922, reunindo cerca de 50 famílias, todos de origem *Askenazi*, vindos da Europa Central. No ano seguinte, em prédio alugado, instalaram a sinagoga, biblioteca e sede social. Posteriormente, em 1924, formaram sua própria escola, empenhada na alfabetização e o ensino judaico, predominando o *Idish*. Construíram a *Sinagoga Abraão Melnick* e mantêm seu cemitério junto ao Cemitério da Vera Cruz. Por fatores dos mais diversos, especialmente a migração e a diminuição da natalidade, o número de judeus em Passo Fundo não ultrapassa 20 famílias em 2013 (cf. <http://www.sinagogapf.com.br/historico>).

Os locais de memória, representados pelos monumentos, podem remeter a aspectos privados ou públicos. No primeiro caso, podemos considerar os monumentos fúnebres, presentes no Cemitério Israelita, construídos pelas famílias para homenagear seus mortos. O primeiro túmulo data de 1925. Em geral, apresentam inscrições em hebraico (ou *Idish*), ornamentadas com a estrela de Davi e detalhes de ramos de folhas, entalhadas na pedra branca. A partir da década de 1980, mantém o mesmo padrão, embora em mármore e, em alguns casos, com inscrições em português. Outro aspecto que chama atenção é a divisão sexual do cemitério, isto é, a ala masculina e a ala feminina. Talvez a terceira possa ser denominada como a “ala antiga”, composta por apenas 10 túmulos das décadas de 1920 até 1943, sendo uma carreira para homens, e a outra, mulheres.

No espaço público urbano de Passo Fundo, esse grupo étnico se mantém representado por meio

de dois monumentos.

O primeiro monumento, que se localiza na Rua General Canabarro, representa Chanukiá, um candelabro adaptado com nove braços – diferente do Menorah, o candelabro dos sete braços, símbolo do judaísmo e do Estado de Israel –, símbolo da Festa de Chanucá ou Festa das Luzes, na qual se comemora a libertação do templo de Jerusalém do domínio dos gregos no século II a.C., sob a liderança dos macabeus e do milagre do azeite, o qual queimou no candelabro do templo por oito dias (cf. <http://www.beitisrael.org>). A placa que se encontra ao pé do monumento traz a seguinte inscrição:

As luzes de CHANUCÁ prevalecerão sempre, em todos os tempos, como uma vitória da luz sobre a escuridão. Esse monumento é uma homenagem aos judeus que por aqui passaram e que deixaram sua marca no progresso desta terra, como também um agradecimento a este povo pela acolhida ao longo dos anos.

Passo Fundo, 26 de agosto de 1998.

Prefeito Municipal – Julio César Canfield Teixeira

Soc. União Israelita de Passo Fundo – Daniel Winik

Esse monumento marca a presença dos judeus em Passo Fundo como grupo étnico imigrante, sinalizando claramente para essa condição de estrangeiros, ao agradecer a “acolhida” e salientar sua identidade étnica e cultural, representada por suas tradições e costumes, como a festa de Chanucá. A integração e contribuição a essa terra de acolhida se dão por meio do trabalho, fomentando assim o “progresso” de Passo Fundo.

Em termos de repercussão e representatividade, o segundo monumento é mais conhecido e lembrado. Trata-se de um monumento em memória às vítimas do Holocausto – o primeiro com esse caráter no interior do estado –, inaugurado em 23 de abril de 2010, junto à entrada do Cemitério Israelita, no bairro Vera Cruz, projeto assinado pela arquiteta Fernanda Baibich Melnick (*Figura 1*). O monumento, que é formado por um muro de blocos de cimento cinza com arame farpado na parte superior, tem seis pilares representando os seis milhões de judeus mortos durante o Holocausto nazista e uma parede ao centro simbolizando as paredes dos campos de concentração (cf. <http://www.sinagogapf.com.br/>). Uma placa de granito traz uma mensagem do escritor Moacyr Scliar.



Figura 1 - Monumento em memória às vítimas do Holocausto.
Fonte: <http://www.sinagogapf.com.br/holocausto>.

Dar testemunho não é apenas evocar os sombrios episódios do passado para evitar que se repitam.

Dar testemunho é também homenagear as vítimas da barbárie.

Guardião da História, o povo judeu cumpre o dever moral de alertar o mundo para os riscos da intolerância, do preconceito, do fanatismo.

E, ao fazê-lo, honra a memória dos seis milhões de seres humanos que pereceram no Holocausto nazista.
Seu martírio não foi em vão.
Yitkadal vey-itkadesh shmei rabá.
Que o Seu grande Nome seja exaltado e santificado no mundo que Ele criou conforme a Sua vontade.

A iniciativa pela construção desse local de memória partiu da própria Sociedade União Israelita, com o objetivo de chamar atenção à intolerância, ao preconceito e ao fanatismo, não como coisas só do passado, mas para que não se repitam no presente ou no futuro, prestando-se para a educação das novas gerações (cf. <http://www.sinagogapf.com.br/historico>).

O monumento, nesse sentido, se autodenomina testemunha de um período histórico, ao mesmo tempo em que presta uma homenagem às suas vítimas. Nas entrelinhas, elege os judeus como “sentinelas do mundo”, sempre alertas para denunciar e combater situações de intolerância étnico-racial.

O ESPAÇO ITALIANO EM PASSO FUNDO

Grupo étnico majoritário em Passo Fundo, os descendentes de italianos são os mais preocupados em se fazer representar via construção de monumentos. O exemplo mais concreto dessa demanda foi a criação da Praça Itália e da Praça Romana.

A organização dos imigrantes italianos e seus descendentes, por intermédio de associações e representações oficiais, é uma das explicações para essa monumentalização. Passo Fundo é sede no norte do estado do agente consular da Itália, além de contar com mais de mil e quinhentos italianos com dupla cidadania. Há associações voltadas para a preservação e reatualização da cultura italiana, como a *Associação Italiana de Cultura do Rio Grande do Sul*, que tem parceria com a Universidade de Passo Fundo para o estudo da cultura e língua italianas; o *Comitato Piazza Itália*⁴, o *Centro Italiano di Beneficenza e Assistenza Leonardo Da Vinci*, que mantém o *Museu do Imigrante Leonardo Da Vinci*, e o *Centro Cultural Ítalo-Brasileiro Anita Garibaldi*.



Figura 2 – Vista da Praça Itália. Fonte: A autora, 2013.

Em 1999, a agência consular da Itália, com o apoio das entidades ítalo-brasileiras e da iniciativa privada, construiu a Praça Itália, situada na esquina da Rua Teixeira Soares com a Avenida Sete de Setembro (Figura 2). Mais que um marco étnico italiano, a praça pretende-se um espaço democrático e interétni-

⁴O Comitato Piazza Itália atuou como entidade civil por mais de 20 anos. Em 2012, constituiu-se como entidade jurídica.

co, abrigando monumentos de outros grupos étnicos, num total de oito monumentos. Para além desses, construiu mais dois monumentos em outros pontos da cidade. São monumentos vinculados à história da Itália, verificando-se a ausência nos mesmos dos colonos italianos, protagonistas e personagens anônimos do processo de colonização do norte do estado.

A pedra fundamental da Praça Itália presta uma “homenagem a Dom Filippo Isnardi, italiano de Savona-Liguria que em 1852 foi Pároco em Passo Fundo”. O projeto da obra é assinado pela acadêmica de Arquitetura Marielen Colpani e as arquitetas Marisabel Scortegagna e Kátia Cañellas. Foi doada por Antônio e Neclito Colpani, “em homenagem aos imigrantes e à coletividade ítalo-brasileira”. Data de 1º de janeiro de 2000, marcando a passagem dos 125 anos da imigração italiana. A pedra fundamental é doada de uma urna, que “será aberta em 2025, ano este do 169º aniversário do município de Passo Fundo, 79º aniversário da República Italiana e 150 anos da Imigração Italiana no Brasil. Passo Fundo, 2 de junho de 2000”. Constam na placa o nome do prefeito municipal Júlio C. Canfield Teixeira, o agente consular da Itália Aldo Alessandri, o Comitato Piazza Itália e Societá Italiana Leonardo da Vinci.

Ainda no decurso das comemorações dos 125 anos da imigração italiana, foi inaugurado o monumento Piazza Itália, que traz, de um lado, as cores da bandeira da Itália, e do outro, o mapa da Itália em alto-relevo branco com o fundo azul, obra idealizada pelo *Comitato Piazza Itália* e o Consulado Italiano de Passo Fundo, para identificar a praça. Percebe-se a tentativa de construir uma identidade múltipla para a praça, presente nas placas de identificação: Praça Itália, Praça das Nações e Praça Personagens Ilustres. As três denominações sintetizam seu propósito: um espaço de lazer, que abriga monumentos vinculados à etnia italiana, mas que ao mesmo tempo procura a integração étnica, cedendo espaço para outras nações e para personagens considerados ilustres. Por outro lado, permite pensar que a praça não tem uma identidade definida, pois há quem fale em Praça dos Imigrantes.

No rol dos personagens ilustres da Itália, há os monumentos em homenagem a Leonardo da Vinci, Anita Garibaldi, Giuseppe Garibaldi e Dante Alighieri. Esse último, uma homenagem do Consulado da Itália, com uma réplica do Palazzo Vecchio.

A imponência desses monumentos contrasta com a simplicidade do marco erguido em Passo Fundo pela passagem do centenário da imigração italiana, comemorado em 1975 em todo o estado. Na ocasião, uma placa de mármore, afixada em uma pedra, alicerçada em um quadrado de piso ao rés do chão, foi colocada no canteiro central da Avenida Presidente Vargas, esquina com a Rua Olavo Hann, (*Figura 3*) com os dizeres:

1875-1975 - A comunidade de Passo Fundo agradece a inestimável contribuição dos imigrantes italianos e saúda seus laboriosos descendentes.



Figura 3 – Monumento do Centenário da Imigração Italiana.
Fonte: <http://www.projetoportunidade.com.br/>

P. Fundo, nov. 1975.

Tranqüilo Grazziotin, Presidente dos Festejos do Centenário
Edú Villa de Azambuja, Prefeito Municipal

A inscrição traz intrínseca a imagem construída dos/pelos italianos nas expressões “*contribuição*” e “*laboriosos*”, o que remete à ideia de progresso e trabalho, tanto por parte dos imigrantes quanto de seus descendentes. Ressalta-se a importância desse enxerto populacional na região e sua contribuição para o desenvolvimento. Para Woortmann (2004), sua vinculação com a nova pátria passava pelo trabalho: trabalhavam para o engrandecimento do Brasil e isso, para eles, bastava para provar que eram brasileiros.

Esse monumento foi restaurado e elevado em 1999, iniciando as comemorações dos 125 anos da imigração e a construção de novos monumentos. Assim consta na placa que foi fixada a seu pé: “Este marco histórico dos 100 anos da imigração italiana foi restaurado por Nereu Grazziotin e família em homenagem aos 53 anos da República Italiana. Júlio Teixeira, Prefeito; Aldo Alessandri, Agente Consular. Grazziotin S/A. 02 de junho de 1999. 125 Anos da Imigração Italiana no Brasil. 1875-2000”.



Figura 4 – Monumento Mapa Itália - 53 anos da República italiana (02/06/1999).

Fonte: <http://www.projetoportunofundo.com.br/>

Além dos monumentos em homenagem aos italianos no Brasil, há outros com referência direta à Itália, como o monumento Mapa Itália, idealizado pelos imigrantes italianos, inaugurado em 2 de junho de 1999, em homenagem aos 53 anos da República Italiana (Figura 4). A iniciativa partiu da Agência Consular da Itália, com o apoio da empresa Semeato. A construção do monumento foi uma parceria entre a Semeato, responsável pela parte superior e o trabalho artístico, e a Construtora “Wolmar Salton Inc. Ind. & Com. Ltda., [que] construiu o alicerce de mármore do ‘Mapa Itália’, em homenagem a todos os imigrantes que fizeram a ‘nossa Passo Fundo’, com projeto arquitetônico de Atílio Tramontini”. A obra está localizada no centro, no canteiro central da Rua General Neto, em frente ao Edifício Bertoldo, nº 183. Escrita em italiano, a placa colocada pela família Roberto Otaviano Rossato (Semeato) afirma “que esse símbolo itálico é uma homenagem de todos os imigrantes italianos desta terra gaúcha e do Brasil”.

Demarcados os espaços destinados aos eventos mais significativos da história italiana, o agente do consulado, junto ao Comitato Piazza Itália, e a iniciativa privada buscaram espaços para construir monumentos que reunissem em si elementos dos diferentes grupos de imigrantes que se instalaram em Passo Fundo.

O monumento mais representativo e proeminente, com esse perfil, localiza-se na Avenida Presidente Vargas, esquina com a Rua Olavo Hann, paralelo ao Monumento do Centenário. Trata-se do Monumento da Loba, construído pela passagem dos 130 anos da imigração italiana no Brasil. O espaço para a localização da obra foi autorizado pelo prefeito municipal Airton

Lângaro Dipp, que sancionou e promulgou a Lei nº 4.266, de 4 de novembro de 2005, autorizando “o Executivo a conceder espaço físico à SEMEATO S/A Indústria e Comércio, para a construção do monumento em homenagem aos italianos, localizado no canteiro da Av. Presidente Vargas esquina com a Rua Olavo Hann”. Em parágrafo único, consta que “o projeto do monumento em homenagem aos italianos deverá ser aprovado pelo Poder Executivo Municipal”.⁴

O canteiro central recebeu o nome de Praça Romana, uma alusão direta a Roma e seus fundadores. Já o Monumento da Loba tem por pretensão ser uma homenagem simbólica a todas as etnias de Passo Fundo. Sua simbologia é intrincada e pouco inteligível ao transeunte comum. A estrutura arquitetônica representa uma coluna romana, encimada pela escultura de uma loba, construída em metais, remetendo à lenda da fundação de Roma. Na parte inferior da construção, as placas comemorativas, além de explicativas, procuram arrolar os envolvidos na execução da obra.

Chama atenção no Monumento da Loba a colocação de grades de proteção, o que pode ser atribuído ao fato de estar localizado no canteiro central de uma avenida com intenso tráfego de veículos. Qualquer tipo de acidente naquele local poderia danificá-lo. A consequência é que a grade limita o contato das pessoas com o monumento, indicando que deve ser contemplado. Esse é outro aspecto que merece destaque, pois, em razão de sua monumentalidade e forma, só é possível ter a dimensão do conjunto observando-o a distância e de diferentes ângulos.

Como símbolos oficiais constam os brasões de Passo Fundo e de Roma. A placa comemorativa apresenta os dizeres:

1875-2005

Este monumento, comemorativo aos 130 anos da imigração italiana foi projetado e incentivado pela Família Roberto Otaviano Rossato e Família do Cavaliere Aldo Alessandri e demais colaboradores voluntários para que na posteridade seja lembrado o sacrifício, o trabalho e a fé trazida pelos imigrantes à esta mãe terra brasileira que os acolheu de braços abertos. Este marco histórico é o símbolo da integração de todas as etnias e aos nossos nativos. A Loba Romana com Rômulo e Remo que representa os italianos no mundo, foi obra do artista Paulo Câmera Bonora passo-fundense filho de imigrantes italianos.

A mesma placa nomeia as autoridades do executivo municipal de Passo Fundo e de Roma, os representantes do Consulado da Itália em todas as instâncias no Brasil, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, a rainha das festividades e o arquiteto responsável pela obra, Milton Wobeto. Outra referência temporal também chama atenção: o “59º Ano da República Italiana – 130 da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul e no Brasil – 148 Anos do Município de Passo Fundo – 40 Anos da Semeato”. Ainda, a busca por elementos representativos consta na escolha da data de inauguração: dia 21 de abril, em referência ao dia da Fundação de Roma, em 753 a.C., a Tiradentes e também à Fundação de Brasília (1960).

Outras duas placas, datadas de 2005, registram o nome das instituições – Agência Consular, Comitato Piazza Itália, Centro Italiano de Beneficência Leonardo da Vinci, Comitê dos Italianos de Passo Fundo, Cavaleiros do Mercosul – e famílias que colaboraram para a construção do monumento. Dentre as 50 famílias, predominam as de sobrenome italiano, mas há também algumas de outra etnia – vale res-

⁴LEI Nº 4266, de 04 de Novembro de 2005. Disponível em: <http://www.projetopassofundo.com.br/>.

saltar a ideia de família italiana presente no monumento. Quanto ao local de residência desses indivíduos/famílias, constam: Boscoreale, Itália (1); Roma, Itália (6); Carazinho (2); Paraí (3); Tio Hugo (1); Victor Graeff (1); e Passo Fundo (36).

No ano seguinte, o grupo cultural e tradicionalista Cavaleiros do Mercosul acrescentou mais uma placa como homenagem à inauguração do Monumento da Loba.

Aqui, neste local, foi o portal por onde adentraram os imigrantes italianos, dando início a instalação da Vila VIA VÊNETO, mais tarde Exposição, hoje Presidente Vargas.

Com o suor de seu rosto e os calos de suas mãos, forjaram uma raça completamente atípica, diferenciada pela perseverança e crença nos seus limites, nas buscas de seus objetivos, cujo sucesso foi enxergar além do horizonte, a fim de auxiliar na construção de Passo Fundo e de sua gente, alavancando o progresso e a esperança nessa nova pátria.

A trilogia da LOBA, RÔMULO E REMO, símbolo de ROMA, aqui representado nesta réplica, são uma HOMENAGEM aos ITALIANOS e descendentes, que no milagre da miscigenação fizeram renascer o novo homem e a nova mulher, sem distinção de cor e de raça, com fé no criador, moldaram uma nova etnia.

Essa mistura de negros, índios e europeus rompeu preconceitos na formação de nossa brasilidade.

Nesses 130 anos de emigração os italianos edificaram para si e para os seus uma nova nação, uma pátria onde todos nós somos irmãos!

Passo Fundo, 21 de abril de 2006.

Foram nomeados na placa 18 cavaleiros do Mercosul e suas respectivas senhoras, os coordenadores da entidade, além da agente consular da Itália e seu Cavaliere.

O monumento (*Figura 5*) por si só é complexo, e as placas nele afixadas permitem várias leituras

e interpretações. Tem por objetivo ser um marco para a posteridade; homenagear os imigrantes italianos e seus descendentes que se estabeleceram/passaram por Passo Fundo, lembrando seu “sacrifício, o trabalho e a fé”, e o acolhimento dispensado a eles na nova pátria, a “mãe” que os acolheu. Simultaneamente, se autodefine como “símbolo da integração de todas as etnias e aos nossos nativos”, reforçando a ideia de integração étnica em Passo Fundo, o que sinaliza para uma pretensa inexistência de conflitos étnicos.

Nesse aspecto, as ideias presentes no monumento são contraditórias: por um lado, evocam claramente os italianos como um grupo étnico diferenciado, com uma identidade bem definida, que envolve a construção e afirmação de um *nós* diante de um



Figura 5 – Monumento da Loba ou Monumento 130 anos da Imigração Italiana (1875 – 2005). Fonte: <http://www.projetoportunidade.com.br/>

outro; por outro lado, apresentam esse mesmo grupo como perfeitamente assimilado e integrado à cultura local.

A questão étnica e racial se confunde no discurso explicitado no monumento. Sugere que os imigrantes italianos forjaram localmente “uma raça completamente atípica”, uma nova etnia, fruto da miscigenação, distinguindo-se pela persistência e definição de objetivos, contribuindo para a construção de uma Passo Fundo progressista e recobrando a sua credibilidade, em consonância com os ideais da brasilidade. Indiretamente, menospreza os elementos nacionais, retomando o discurso da colonização do Império, que via no imigrante o desenvolvimento, em contraste com o atraso e o sistema arcaico empregado pelos nacionais, pouco interessados pela agricultura e indústria.

A simbologia da loba romana com Rômulo e Remo, presente no imaginário de Roma desde 753 a.C., completa a obra, ao buscar na antiguidade elementos para reforçar a presença/contribuição dos italianos no mundo. Extrapola, desse modo, Passo Fundo, representando-se como um monumento sem fronteiras, pertencente a todos, simbolizando a integração, a confraternização, a solidariedade e a união pela paz de todas as etnias. Em justificativa à construção desse local de memória, o Comitato Piazza Itália procurou estabelecer uma analogia entre a loba e o processo de imigração e colonização italiana no estado e na região. Segundo a entidade,

No dia 20 de maio de 1875 em Nova Milano, na época pertencia ao município de Farroupilha, fincaram raízes os primeiros imigrantes italianos, uma família constituída do casal e dois filhos. Aí começou uma história de sacrifícios e glórias, que é a própria história do imigrante italiano, começou também a solidariedade e a cooperação, que é a verdadeira chave para futuro de uma comunidade e da humanidade num todo. A finalidade das diferentes entidades de caráter cultural, beneficente e assistencial que estão surgindo no meio ítalo-brasileiro, tem como meta atingir objetivos, que proporcionem a todos os de boa-vontade, eventos culturais e festividades significativas com o fim precípua de somar e não dividir. [...] Fizemos vários monumentos homenageando a etnia italiana e outras etnias também, para reverenciar o valor daqueles que aqui aportaram para colonizar e desenvolver nosso território. [...] Por esta razão é que o Comitato Piazza Itália, A Câmara do Comércio Italiano, O Museu dos Imigrantes “Leonardo Da Vinci” não têm medido esforços para homenagear todas as etnias de imigrantes principalmente as de origem latina, porque foi no Latium (Lazio) região cuja capital era Alba que começou a história dos latinos, sabinos e etruscos, propriamente a do povo romano⁶.

Novamente o discurso oscila entre a posição central ocupada pela etnia italiana, berço da civilização latina, e o reconhecimento dos demais grupos étnicos, ao levar adiante o projeto de construção de monumentos em sua homenagem. Consolida-se a ideia da democracia étnica em Passo Fundo, da qual a Praça Itália deveria ser o exemplo concreto. Atendem a essa tendência, por exemplo, o Monumento à Etnia Africana (2000), localizado na Praça Itália, e o Monumento Nativo – um pedestal em mármore sobre bloco de granito, encimado por uma escultura em aço do artista Paulo Câmara Bonora (projeto de Ricardo Lângaro) –, localizado em frente ao prédio da Câmara Municipal, como uma homenagem ao Sesquicentenário de Passo Fundo e a todas as etnias. Construído em 2007, o monumento é uma promoção

⁶Comitato Piazza Itália. A Loba e os 134 Anos de Imigração Italiana. Disponível em: http://www.projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&tipo=texto&cat_codigo=18&con_codigo=447

e doação do Centro Italiano Leonardo da Vinci e Comitato Piazza Itália.

A proximidade cultural com a Itália foi reforçada com a criação de um vínculo oficial, por intermédio do Decreto Nº 50/2010, declarando Passo Fundo cidade-irmã do município de Ostia – Roma XIII, ou seja, o 13º distrito de Roma⁷.

MONUMENTO À IMIGRAÇÃO ALEMÃ

Os primeiros imigrantes alemães a se instalarem em Passo Fundo são fruto da migração interna daqueles que se desviaram dos projetos de colonização oficiais do Império, datando da década de 1830, como foi o caso da família Schell e das que se seguiram. Somente no final do século XIX o fluxo de migrantes de origem alemã aumentou, com a fundação de núcleos de colonização no município, como Alto Jacuí, Selbach, Colorado, Tapera, Não-Me-Toque, Victor Graeff, Ernestina e Tio Hugo. Na sede do município, dedicaram-se ao comércio e à indústria e se organizaram em entidades sociais, como o Clube Juvenil (cf. LECH, 2007).

As comemorações dos 180 anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul (1824-2004) motivaram a construção de um monumento à imigração alemã na Praça Itália, inaugurado em 25 de outubro de 2003, reforçando a ideia da integração entre todas as etnias (*Figura 6*). A iniciativa para a construção da obra partiu da comunidade ítalo-brasileira, a Agência Consular da Itália, o Comitato Piazza Itália, a Câmara do Comércio Itália, a Società Italiana Leonardo da Vinci, em parceria com a Prefeitura de Passo Fundo e a Sociedade Cultural Alemã Brasileira. Na ótica de seus idealizadores, o monumento “é mais um símbolo da amizade e fraternidade entre as etnias italianas e alemãs, das quais nós descendemos com muita honra, Itália e Alemanha, membros da União Europeia, são países irmãos, que acompanham com ternura seus filhos que da Europa migraram para o Brasil”⁸.

A construção de pedra, em formato de uma torre, traz no centro o brasão de armas da Alemanha. Seis placas afixadas na obra, em diferentes momentos, orientam uma possível leitura da mesma. A placa menor, localizada na parte inferior, identifica o monumento e nomeia as autoridades presentes no ato da inauguração: “Sociedade Cultural da Etnia Alemã de Passo Fundo. Este monumento representa um marco histórico e cultural da imigração alemã no RS – Brasil”. Logo acima, a placa maior arrola o nome dos 56 colaboradores, em sua quase totalidade, de famílias de origem alemã. Identifica também o arquiteto responsável pela obra, Ronaldo Silva.

Na placa central, abaixo do brasão, em escrito bilíngue português-alemão, a etnia alemã de Passo Fundo manifestou-se em relação ao monumento:

Sociedade Cultural Brasileira-Alemã Goethe de Passo Fundo

Para nós, descendentes de imigrantes alemães, este monumento é um marco histórico da imigração alemã no Brasil. A etnia alemã contribuiu para o desenvolvimento de várias regiões da nossa nação

⁷Decreto Nº 50/2010, de 24/03/2010. Declara a cidade de Ostia – Roma XIII cidade-irmã de Passo Fundo. Disponível em: http://www.projetoportunidade.com.br/principal.php?modulo=texto&tipo=texto&con_codigo=26089; http://www.pmpf.rs.gov.br/pagina_interna.php?t=19&c=5121&p=1&a=1&pm=

⁸Comitato Piazza Itália. Em <http://www.projetoportunidade.com.br>

brasileira. A essa Pátria que recebeu de braços abertos as mais variadas etnias, a comunidade teuto-brasileira presta sua homenagem, integrada à Praça Itália, símbolo de um dos países parceiros da União Europeia. Comitê Etnia Alemã de Passo Fundo.

Seguindo o discurso da Praça Itália, o escrito na placa central reforça a ideia de integração interétnica, expressa inclusive pela parceria dos dois países na União Europeia. Apresenta ainda o monumento como um marco que não se restringe ao local, uma vez que presta uma homenagem aos imigrantes alemães no Brasil.

Os monumentos fazem sentido para uma coletividade quando esta se identifica com eles, estabelecendo um vínculo de pertencimento, reatualizado pela memória, permeado pela seleção e o esquecimento. Talvez por seu significado, ou na tentativa de torná-lo significativo, o monumento recebeu mais duas placas em anos posteriores. A primeira, em 2005, com os dizeres: “1875-2005. O município de Tio Hugo homenageia os 130 anos da imigração italiana e a comunidade ítalo-brasileira de Passo Fundo, através deste marco histórico à Praça Itália, que simboliza preito ao legado desta etnia, junto à comunidade regional. Tio Hugo – RS 2005”. Constam os nomes dos representantes da Agência Consular da Itália, Comitato Piazza Itália, prefeito de Tio Hugo e prefeito de Passo Fundo. Nesse caso, mais uma vez, o monumento extrapola o sentido do local e se pretende regional, pois é o município de Tio Hugo, de colonização alemã, que usa o seu monumento étnico para prestar uma homenagem aos 130 anos da imigração italiana.

Em 24 de novembro de 2012, foi acrescentada uma segunda placa pela Associação Sociocultural Alemã de Passo Fundo, como uma homenagem a seu sócio-fundador, Augusto Werner Goellner, transcrevendo nela parte de seu discurso por ocasião da fundação da entidade. O autor reforça a imagem do imigrante, que trouxe consigo “a coragem, muita força e a esperança de cultivar esta abençoada terra, ajudando a transformá-la numa grande Nação. Nunca desanimaram, e as dificuldades encontradas jamais conseguiram destruir aquela inesgotável força. E a certeza de que venceriam”. Retoma a ideia do herói, que venceu na nova terra graças a seu trabalho e sua persistência, pois a palavra de ordem era “avante”.

Nesse discurso, de acordo com Sant’ana (1993-94, p. 21-22), a colonização vê-se como o resultado de medidas e atitudes coerentes, decididas e positivas. A miséria dos pioneiros transformava-se em heroísmo e suas raízes brasileiras firmavam-se na epopeia pioneira, na qual o colono, abandonado à própria sorte, mas objetivo, decidido e corajoso, vence no novo mundo. “Engana-se, porém, aquele que pensar que existem sujeitos históricos de nomes-próprios bem definidos em tal discurso, [pois] o sujeito da narrativa é o colono, símbolo da comunidade, o herói é anônimo e define-se na relação de qualquer colono com sua ‘nova’ *Heimat*...” (SANT’ANA, 1993-94, p. 19).



Figura 6– Monumento a etnia alemã
Fonte: A autora, 2013.

O aspecto cultural também é mencionado. Para superar a saudade da terra natal, “sempre praticaram seus hábitos e costumes, alegrando a todos com suas canções, danças e festas tradicionais de suas origens”. Retoma ainda o discurso da contribuição do imigrante para o desenvolvimento do Brasil, visto que, por meio do trabalho, venceram nessa terra e cultivaram nos seus descendentes “o amor pelo nosso Brasil, favorecendo às futuras gerações a possibilidade de profissionalizarem-se médicos, advogados, arquitetos, artesãos e demais profissões que ajudaram no progresso deste país”. Para o grupo étnico, o “monumento é o marco inicial da caminhada pelo resgate de nossas raízes”. Sinaliza para a revitalização de um sentimento de pertencimento a esse grupo étnico, criando o seu primeiro espaço de memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apontado, Passo Fundo não possui um perfil étnico definido, caracterizando-se pela diversidade, resultado do processo histórico de sua formação. Os grupos étnicos presentes no município acabaram sendo diluídos. A construção de monumentos e a demarcação de espaços étnicos são uma forma de torná-los visíveis, de reconstruir laços entre seus membros, mesmo que artificiais. Segundo Candau (2012, p. 16), a memória alimenta a identidade.

Se identidade, memória e patrimônio são ‘as três palavras-chave da consciência contemporânea’ – poderíamos, aliás, reduzir a duas se admitirmos que o patrimônio é uma dimensão da memória –, é a memória, podemos afirmar, que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade.

Reproduz-se localmente uma tendência, que consiste na construção e inauguração das obras pela passagem de datas simbólicas da imigração, como comemorações do centenário, 125 anos, 130 anos, 150 anos, 180 anos. Para a sua materialização, a parceria entre a iniciativa privada e o poder público foi fundamental, motivada também pela possibilidade de um turismo histórico-cultural.

Os monumentos vinculados ao processo de imigração e colonização italiana, alemã e judaica fazem parte do cenário da cidade de Passo Fundo, de seu patrimônio histórico e cultural, ocupando e demarcando espaços de memória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade: grupos étnicos e suas fronteiras*. São Paulo: UNESP, 1998.
- BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- _____. *Patrimônio, memória e poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural em Passo Fundo (RS)*. Passo Fundo: Méritos, 2011.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.
- Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul 1824-1924*. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.
- FOUQUET, Carlos. *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil. 1808-1824-1974*. São Paulo/ São

Leopoldo: Instituto Hans Staden/ Federação dos Centros Culturais “25 de Julho”, 1974.

GRITTI, Isabel Rosa. *A imigração judaica para o Rio Grande do Sul: a Jewish Colonization Association e a colonização de Quatro Irmãos*. Porto Alegre, 1992. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 1992.

HEINSFELD, Adelar. *As ferrovias na ordem positivista, o progresso corre pelos trilhos*. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). *República Velha (1889-1930)*. v. 3, t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 273-303.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *A ferrovia gaúcha e as diretrizes de “ordem e progresso”, 1905-1920*. Porto Alegre, 1977. Dissertação [Mestrado]. História da Cultura. PUCRS, 1977.

LECH, Osvandré (Coord.) *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento*. In: *Enciclopédia Einaudi. Memória e História*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984. v. I, p. 95-106.

Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros na 3ª Sessão Ordinária da 3ª Legislatura em 20 de setembro de 1899. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d’ “A Federação”, 1899.

NEUMANN, Rosane Marcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. Porto Alegre, 2009. 2 v. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. PPG em História da PUCSP, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

RAISON, Jean-Pierre. *Migração*. In: ROMANO, Ruggiero (ed.). *Enciclopédia Einaudi. Região*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986. v. 8, p. 488-517.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.

SANT’ANA, Sérgio Bairon Blanco. *História palinódica: significações culturais de uma regionalidade teuto-brasileira*. Tese [Doutorado]. São Paulo, 1991. Universidade de São Paulo, 1991.

_____. *O fantasma da unidade cultural na metáfora palinódica do brasileiro alemão*. Revista História. São Paulo, n. 129-131, p. 19-30, ago-dez/1993 a ago-dez/94.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração*. São Paulo: Edusp, 1998.

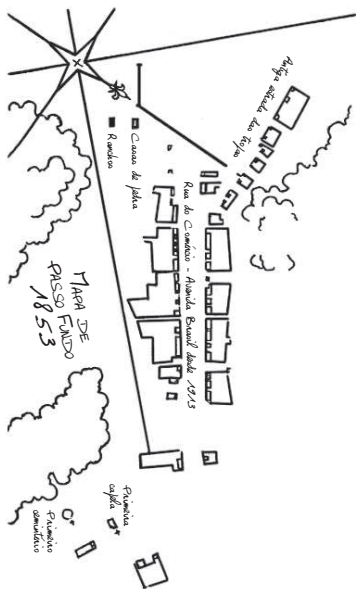
SEYFERTH, Giralda. *Imigração, colonização e estrutura agrária*. In: WOORTMANN, Ellen F. (org.) *Significados da terra*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

WOLFF, Gladis Helena. *Trilhos de ferro, trilhas de Barro: a ferrovia no norte do Rio Grande do Sul – Gaurama (1910-1954)*. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2005.

WOORTMANN, Ellen F. *Ein gutes land: uma categoria do imaginário teuto-brasileiro*. In: _____. (org.). *Significados da terra*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.



LUGAR DE PASSAGEM: TOPONÍMIA E PATRIMÔNIO

Fernando Borgmann Severo de Miranda¹
Ironita Policarpo Machado²

Há pelo menos duas maneiras de nós abordarmos uma cidade. Existe a cidade superficial, racionalista, aquela onde triunfa a linha reta, onde o caminho que nós tomamos para chegar a uma determinada finalidade é o caminho da rotina, da repetição, do mesmo. Existe uma outra abordagem da mesma cidade, que é aquela da cidade subterrânea, da cidade da memória...

Olgária Matos

Os lugares são construções históricas. Andamos, entramos, avistamos, descansamos, passamos em muitos deles, diariamente. No entanto, na condição de passantes, não temos conhecimento de como os lugares tomaram aquele tracejado, aquele nome, esta ou aquela referência. Nem mesmo do quanto esses lugares revelam aspectos de identidade e que dizem muito de quem somos. Este texto se constitui em possibilidade de reflexão e de contextualização de alguns *lugares* situados na territorialidade da cidade de Passo Fundo, que não é nossa e de ninguém, mas de todos.

Como elementos indissolúveis, o espaço e o tempo têm uma existência que deve ser definida e compreendida pela configuração de sua função e conteúdos específicos. As construções espaciais variam no tempo e no espaço, acompanhando as mudanças socioculturais. Nessa perspectiva, aos estudos de história e do patrimônio o recorte possível de análise é o *lugar*. Nas palavras de Ciro Flammarion Cardoso,

¹Presidente do Instituto Histórico de Passo Fundo. Graduado em História pela Universidade de Passo Fundo e em Engenharia de Produção pela PUC-RS. Dedicar-se ao estudo e a pesquisa sobre o processo de modernização da cidade através da toponímia e do patrimônio arquitetônico urbano. Email: fbsm@me.com.

²Doutora em História, na área de História das Sociedades Ibéricas e Americanas, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; mestre em História Regional pelo Programa de Pós-Graduação em História e graduada em História pela Universidade de Passo Fundo; professora do Curso de Licenciatura e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo: iropm@upf.br.

[...] o *lugar* define-se como a construção ao mesmo tempo concreta e simbólica do espaço, servindo de referência para todos aqueles que são destinados por esse lugar a uma posição – não importa se central, intermediária ou periférica – no sistema de valores, da hierarquia, do poder. O lugar assim definido é uma base de sentido para os que nele vivem; e torna-se fundamento da inteligibilidade para a pessoa de outra cultura interessada em observar e entender aquela comunidade em que o lugar em questão foi construído.

Lugar é a ideia, o sentido, o símbolo que se encontra parcialmente materializado. Está registrado no espaço, como as ruas e as praças. Nesses lugares, os habitantes estabelecem relações com seu território, com suas famílias e com os outros. Tal ideia – e, conseqüentemente, sentido – é variável, em parte segundo a posição que os indivíduos e os grupos ocupam processualmente no tempo. Transforma-se em lembrança ou esquecimento, em mito ou história, mas provê e impõe um conjunto de referências que, ao desaparecer, é difícil de substituir ou preservar, passível de compreensão e identificação. Assim, o lugar antropológico, político e social é mapeável por meio de linhas (ruas, vias), interseções (esquinas ou encruzilhadas), espaços abertos. Trata-se de lugares de passagem ou encontros (praça, mercados) e pontos de interseção (edifícios como um templo ou igreja, monumentos).

É nessa perspectiva que as reflexões aqui se inscrevem. Na atualidade, o processo dinâmico e multifacetado da modernidade/globalização não anulou os lugares assim definidos, tidos como um presente que supera mas também reivindica e incorpora o passado, reconcilia-se com ele e integra-o a si. Os movimentos que ocorrem nos lugares, traços das conquistas do espaço, são passíveis de uma análise que garanta identidade, relações e história.

Os lugares recebem topônimos. A palavra “toponímia”, que diz respeito à designação dos lugares pelos nomes, é derivada dos termos gregos *τόπος* (tópos), lugar, e *ὄνομα* (ónoma), nome, literalmente, de um lugar. O estudo dos topônimos, ou seja, dos nomes próprios de lugares, sua origem e evolução, é considerado uma parte da linguística, com fortes ligações com a história, arqueologia e geografia. No estudo do patrimônio e da história, os topônimos nos permitem compreender a evolução da povoação: sua relação com acontecimentos, figuras locais ou nacionais; suas atividades cotidianas; seu modo de perceber os acontecimentos nacionais e as repercussões locais; as relações entre vários topônimos, etc. Enfim, permitem-nos caracterizar a conjuntura de uma época ou de um contexto local e sua integração na história nacional.

O presente estudo faz um exercício metodológico de leitura de alguns topônimos, objetivando sublinhar a importância desses lugares como patrimônio da sociedade passo-fundense. Quem quer que observe ou estude os nomes das ruas será atraído pelas “curiosidades” que eles proporcionam: nomes de travessas da então Vila do Passo Fundo, como *da Ladeira, da Ponte, do Chafariz, das Flores, do Estreito...* Alguém teria necessidade de perguntar onde se localizavam elas naquela época? E ruas com nomes de adversários políticos, que hoje se encontram em esquinas, como *Múcio de Castro*, esquina com *Túlio Fontoura*³? E o que diria a Imperatriz Dona Tereza ao perceber que, sobre a placa de sua *Rua da Imperatriz*, se sobrepôs outra, com o nome do cacique *Nonohay*, ainda em pleno império? E o *Caapi*, o caminho indígena-

³Adversários políticos e proprietários dos dois maiores jornais de Passo Fundo, o primeiro de *O Nacional* e o segundo do *Diário da Manhã*. Utilizaram várias vezes, nas décadas de 1960 e 1970, as páginas dos dois periódicos para os ataques e contra-ataques pessoais, fato que marcou a vida política da época.

na que foi transformado em *Estrada das Tropas*, depois *Rua do Commercio* e hoje é uma avenida chamada *Brasil*! São tantas as mudanças que ocorreram, tantas as sobreposições de nomes, e tão longo o tempo, que não seria exagero dizer que as placas das ruas viraram um autêntico palimpsesto.



Chafariz da Mãe Preta em 1930, rua Uruguai. Fonte: Museu Histórico Regional



Rua Uruguai, local do antigo chafariz em 2003. Fonte: Arquivo dos autores.

A par desses referenciais, pretendemos fazer uma leitura dos topônimos que foram sendo dados às ruas, discutindo sua relação com as épocas em que surgiram. A finalidade principal é identificar os fatores socioculturais e políticos que teriam operado no processo de nomeação. Os nomes das ruas em suas diferentes épocas, objeto do nosso estudo⁴, devem ser vistos como nomes de um espaço que, como diz Roberto da Matta, “se confunde com a própria ordem social” (1991, p. 34).

Em números aproximados, Passo Fundo, situada no planalto médio rio-grandense, dispõe hoje de aproximadamente 1.400 ruas, praças e avenidas, que interligam 130 bairros/vilas, onde residem mais de 180.000 habitantes. A mais antiga e ainda hoje principal avenida está localizada sobre uma extensa coxilha que inicia no leste do estado e vai lentamente declinando em direção ao oeste, até encontrar a chamada região das missões. Sobre a crista desse divisor de águas das bacias do Uruguai e Jacuí foi aberto inicialmente um caminho indígena, que depois passou a ser utilizado pelos tropeiros que levavam mulas e gado das missões e planalto para São Paulo. Essa localização estratégica atraiu, a partir do início do século XVII, jesuítas e bandeirantes em busca de indígenas para escravizar, caboclos ervateiros, fazendeiros com seus escravos e imigrantes europeus, o que faz da *região*⁵ um local de encontro culturalmente rico e de complexa identidade.

⁴A pesquisa empírica deste texto foi consultada em: MIRANDA, Fernando Borgmann Severo de; MENDES, Jeferson dos Santos. *Passo Fundo: o passo das ruas*. Passo Fundo: Méritos, 2011.

⁵Definida como “a categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade: assim, a região configura um espaço particular dentro de uma determinada organização social mais ampla, com a qual se articula”. AMADO, Janaina. *Região e História: Questão de Método*. In: SILVA, Marcos A. (Coord.). *República em Migalhas*. História Regional e Local. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990. p.8.

A leitura dos primeiros nomes das ruas que surgiram em Passo Fundo nos conduz a duas revelações. A primeira delas é que os nomes eram dados pelos próprios habitantes, espontaneamente, sem interferência do Estado. A segunda é que os nomes se referiam ao local, isto é, expressavam um acidente geográfico ou algo ligado à natureza do local, como é o caso de *Travessa da Ladeira* ou *Rua das Flores*. Esses nomes exprimem uma integração homem-natureza que acabou se perdendo no processo de modernização. A partir dessa leitura, o marco temporal remete aos anos 1850, quando a prática de nomear ainda guardava essa característica de espontaneidade.

A natureza dos nomes das ruas lhes confere uma tendência a permanecer. A história mostra que eles só mudam de tempos em tempos, às vezes acompanhando uma mudança do espaço ou uma ruptura com a ordem estabelecida – uma revolução, por exemplo, em que os vencedores se empenham em varrer da história e dos mapas os nomes e os símbolos dos que foram derrotados. Assim, apenas o tempo



Vista aérea da cidade de Passo Fundo – Av. Brasil. Fonte: MHR.

considerado como longa duração poderia nos dar elementos para a análise a que nos propomos. Durante esse longo período, percebemos quatro alterações na forma de nomear as ruas, cada uma significando um rompimento com uma ordem anterior.

A primeira ruptura se dá na época da emancipação do município, em 1857, quando a Câmara de Vereadores passa a organizar o espaço urbano e traz para si o monopólio do poder de nomeação, entendido como o exercício exclusivo de quem detém o poder institucional de decidir organizar, criar e nomear espaços. Dessa maneira, retira dos nomes a

espontaneidade e o fator local e altera de forma significativa a relação dos habitantes com o espaço urbano.

Uma segunda ruptura pode ser observada quando o Estado passa a fazer um uso estratégico e político dos nomes das ruas, que começam a incorporar os heróis e datas de uma história oficial que ele pretende legitimar. Em Passo Fundo, percebe-se isto a partir da comemoração dos vinte anos da Proclamação da República, em 1909.

Uma terceira transição ocorre a partir dos anos 1928 e se estende até o início da década de 1970. A grande expansão urbana, com a implantação de grandes loteamentos, faz com que o número de ruas passasse de 48 para 444 nesse período, o que exigiu uma abordagem diferente com relação aos nomes. Em alguns casos, os nomes eram aprovados pelo intendente/prefeito juntamente com o projeto do loteamento. Isto, por um lado, diminui sua representatividade na nossa pesquisa. Por outro, eles têm um tipo de padrão interno que os nomes anteriores não tinham, como é o caso de um bairro cujas ruas formam um aglomerado de nomes de cidades.

Uma quarta e última ruptura pode ser percebida no início dos anos 1970, quando, de uma certa maneira, os nomes voltam a ser locais. Não é mais uma época de grandes heróis ou grandes datas nacionais, nem de abstrações políticas. O “herói” agora é local: pessoas ligadas a trabalho assistencial em

bairros; funcionários públicos; um morador antigo do bairro; o reconhecimento a um professor dedicado; uma parteira que a comunidade quis homenagear, e mesmo uma criança querida pela comunidade e que faleceu aos nove anos de idade tornaram-se nomes de ruas. Os nomes passam a se referir ao ‘micro’ e ao individual.

O problema que se coloca, então, é que os nomes mudam conforme as épocas e seus aspectos socioculturais e políticos, o que por sua vez indica transições e rupturas entre conjunturas durante um período de longa duração. No período analisado percebemos que alguns nomes permaneceram e outros foram substituídos. Dos nomes antigos, espontâneos, nenhum permaneceu. A troca de nomes antigos, locais, por nomes que não tinham vínculo com o local foi iniciada em 1865. Em 1913, os últimos foram substituídos. Numa tentativa de explicar como isso ocorreu, buscamos auxílio em dois conceitos relacionados aos nomes de ruas: *força evocativa* e *poder de permanência*.

Usamos aqui “evocativa”, no seu sentido latino de *evocare*, significando “trazer à lembrança”, “re-memorar”. Assim, o nome da rua, além de sua função prática de orientação espacial, tem também um componente de significado. Exemplificando, a antiga *Rua da Ponte* traz à lembrança o próprio objeto ao qual se refere. Nome e significado estão imbricados. O problema é que nomes com essa característica de localização mudam ao longo do tempo. O espaço urbano, considerado como algo dinâmico, é construído socialmente e os movimentos sociais agem sobre ele, modificando-o.

Essa modificação altera o espaço, abrindo a possibilidade concomitante de uma mudança no nome, que passa então a “concordar” com a nova situação. Os nomes indicam transições e rupturas com uma conjuntura anterior. Se essa mesma ponte fosse destruída e sobre o local se construísse uma nova, seria natural, num sistema de nomeação que privilegia a localização, que a mesma rua ganhasse outro nome, *Rua da Ponte Nova*. *Força evocativa* seria conceituada como “a intensidade com que o nome evoca, ou comemora, ou traz à memória, o espaço, ou a imagem, ao qual ele faz referência”. Nesse sentido, podemos dizer que os nomes locais, espontâneos, têm uma *força evocativa* “alta”, porque trazem à ideia uma marca do espaço que é utilizado como referência ou localização.

O outro conceito, *poder de permanência*, está ligado à persistência do nome ao longo do tempo. A permanência ocorre enquanto aquilo que ele representa, seja um objeto ou uma abstração, continuar representando a ideia que estava na origem quando do processo de nomeação. Alguns fatores podem alterar essa concordância, diminuindo a força. Suponhamos que numa dada época o poder institucionalizado dê o nome de um representante da sua versão da história a uma rua. Poderíamos conceituar poder de permanência como “a capacidade do nome em resistir às mudanças do movimento histórico, ou, em outras palavras, à capacidade de adaptação que o nome tem a uma nova ordem estabelecida”.

Com o auxílio desses conceitos poderíamos dizer que nomes locais, espontâneos, têm uma grande *força evocativa*, mas um baixo *poder de permanência*, o que talvez explique por que os nomes antigos de cidades como Passo Fundo, até onde estudamos, tenham praticamente desaparecido como nomes de ruas. Naturalmente, há exceções, como ocorre com mudanças de nomes que a população, por estar acostumada com o nome antigo, não aceita, ainda que permaneçam oficiais. É o caso da *Praça Santa Terezinha* em Passo Fundo, que oficialmente foi renomeada para *Capitão Jovino*, mas sem efeitos práticos, pois continua ainda a ser referenciada como *Santa Terezinha*.

Essas conjunturas a que nos referimos poderiam também ser vistas como “camadas” nas placas

das ruas. Como exemplo, poderíamos analisar os nomes que estão “por baixo” das placas da atual Avenida Brasil, a mais antiga e principal avenida da cidade. A nomeação *Brasil* surgiu no início dos anos 1910, quando a cidade encontra a sua modernidade: a cidade se ilumina com a substituição dos lampiões a que-rosene por lâmpadas elétricas; a rede telefônica encurta distâncias; a instalação do primeiro banco agiliza o comércio; e, entre outros movimentos, a área urbana se densifica e se organiza com a construção de hotéis, a inauguração da prefeitura “nova” (atual Museu Histórico e Museu de Artes Visuais Ruth Schneider) e a implantação da ferrovia que em 1898 ligava Cruz Alta a Passo Fundo e que a partir de então, 1910, ligaria o Rio Grande do Sul, via Passo Fundo, com São Paulo e o resto do país.

Se “rasparmos” as esquinas das casas que ostentam hoje o nome Avenida Brasil, encontraremos outro nome, *Rua do Commercio*. Nome popular e local, surgido espontaneamente ainda antes da emancipação e que resistiu até 1913, quando foi renomeada. Um pouco mais abaixo encontraremos a Estrada das Tropas, por onde transitavam tropeiros com mulas e gado em direção a São Paulo. Se escavarmos ainda mais, encontraremos um antigo caminho indígena, o *Caapi*, “caminho do mato”, que ligava o planalto às missões e por onde circularam os já citados caingangues, guaranis, jesuítas, bandeirantes com índios escravizados, caboclos ervateiros, espanhóis e portugueses⁶.

A análise dos diversos períodos históricos em busca de elementos que teriam influenciado as denominações nos leva à seguinte suposição: rompimentos com conjunturas anteriores deram origem ou influenciaram o processo de nomeação. Nesse sentido, podemos pensar como ficou materializado nas placas das ruas a Revolução Farroupilha, a emancipação do município, a Guerra do Paraguai, a Revolução Federalista, a instalação da República e as mudanças na paisagem urbana que o processo de urbanização provocou na Passo Fundo dos séculos XIX e XX.

Outros nomes são sinais de acontecimentos históricos, como a chegada do trem, a modernização da cidade, a Revolução de 1923, a República Nova, o crescimento urbano desestruturado, a industrialização, a instalação da universidade. Que relação podemos fazer com os nomes atuais das ruas? Se pensarmos a rua como um local de sociabilidade, de encontro entre diferentes, seria plausível que elas nos falassem acerca de algumas facetas da identidade do passo-fundense hoje?

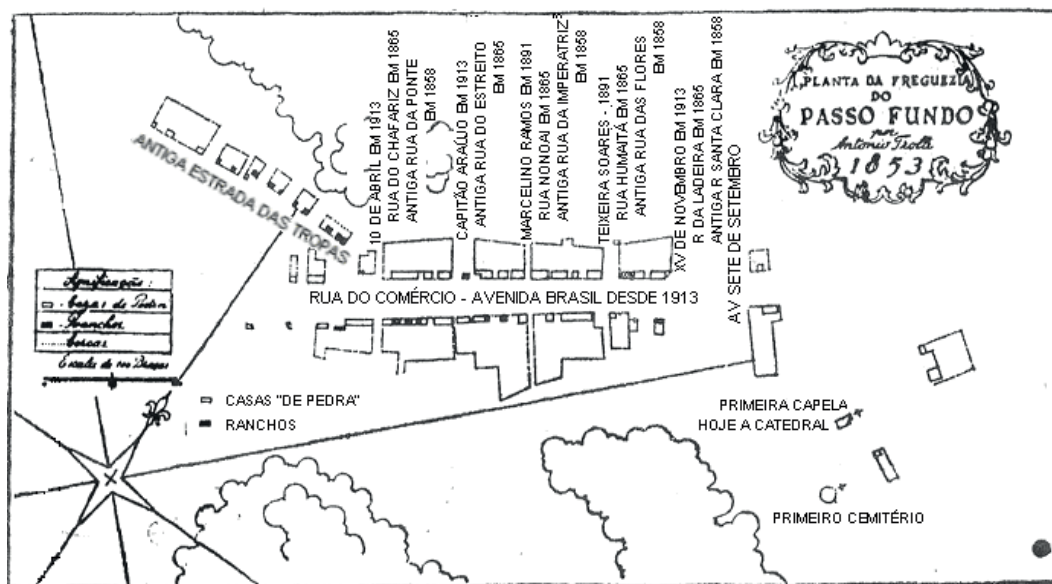
O PASSO NATURAL – 1865

A característica de associação com o local pode ser observada nos nomes das ruas de vilas e cidades brasileiras mais antigas. Especificamente em Passo Fundo encontramos nomes como *das flores*, *da ponte*, *da direita*, entre outros. Nada de eventos, nem heróis ou abstrações políticas.

Em São Paulo, os nomes das ruas só seriam oficializados, e as casas numeradas, em 1809. Com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, D. João VI, para facilitar a cobrança de impostos, especialmente a “sisá”, mandou o ouvidor enviar à câmara paulistana a ordem de que, “sem perda de tempo, passem a mandar escrever em cada princípio de rua na quina, ou canto de casa que ficar mais

⁶A complexidade do movimento histórico nessa fronteira é tanta e abarca tantas culturas diferentes que não causa estranheza a construção, nos últimos tempos, de monumentos, como naus, cruzes jesuíticas, cavaleiros e placas comemorativas. Na maioria das vezes, tentam em vão buscar no passado lembranças que legitimem a identidade passo-fundense.

cômodo, o nome da mesma rua...”. Consecutivamente, “em cada propriedade de casa, os números por letras de algarismos desde um até ficarem numeradas todas as propriedades... de maneira que não fique rua ou beco sem nome, assim como propriedade alguma sem número no alto da porta...⁷”.



Planta da Freguesia do Passo Fundo em 1853, com a evolução dos nomes das ruas. Fonte: Plano Diretor de 1953 e pesquisa dos autores.

A partir de então, lentamente o paulistano deixaria de se referir a uma *localização* como “junto à casa da fundição” ou “defronte ao colégio”, passando a se referir a um *local*, como “rua do colégio número 4”. Isso acarreta mudanças na maneira de olhar e ler o espaço urbano, com reflexos no cotidiano dos habitantes. Trata-se de deixar de se referir a um endereço que envolve relações socioculturais para adotar um endereço que traz uma determinação nominal rígida. No mesmo sentido, ainda em 1875, apesar de já estarem oficializados outros nomes, ainda encontramos referências a *localizações* como *Rua Traseira do Cemitério Católico* e, em 1898, *Travessa da Igreja*. Em Passo Fundo, a oficialização dos nomes das ruas se deu em maio de 1858, inaugurando uma época de nomes modernos, que passaram a ser atribuição do poder constituído, ou seja, da Câmara de Vereadores.

É o primeiro rompimento com uma conjuntura anterior, de nomes espontâneos, não oficiais. Por iniciativa do vereador suplente José de Andrade Pereira foram oficializados os nomes de duas ruas e cinco travessas (OLIVEIRA, 1990, p. 82-83). Dos sete nomes, quatro eram espontâneos, locais, e foram oficializados – *travessas das Flores, da Direita, da Ponte e Rua do Commercio*⁸ –, dois eram religiosos – *Rua de*

⁷HISTÓRIA das ruas de São Paulo. História das placas. Disponível em: www.dicionarioderuas.com.br/placas.htm. Acesso em: 18 ago. 2004.

⁸Consideramos Rua do Commercio um nome espontâneo, pois expressava a localização dessa atividade na Vila.

São Bento e Travessa de Santa Clara – e um fazia referência ao império – *Travessa da Princeza*. Este último nome tem algumas características especiais: foi o único nome da história da Passo Fundo monárquica que fazia referência ao império, mas permaneceu por pouco tempo, pois já em 1865 seria substituído pelo do cacique Nonohay. Nesse mesmo ano, 1865, a câmara passava a dar às ruas nomes não locais: *Praça do Tamandaré*, ruas de *Payssandú*, *Moron e do Uruguai*, e a *Travessa do Brasil*⁹, iniciando uma nova época e uma nova relação dos habitantes com o espaço urbano.

Reforçando o conceito de *lugar*: os conceitos de localização e local são estudados por Pablo Maurutto em *Dissertando Milton Santos*. Para ele, o espaço “é muito mais um evento que um elemento físico” e “se altera com o movimento social”. A “capacidade de transformação de um espaço justifica a localização como algo dinâmico”, o que se distingue no caso do conceito de lugar, determinado e “sem nenhuma relação com as interferências sociais”¹⁰. A colocação de placas nas ruas e a numeração das casas interferiram no espaço urbano, impedindo que um mesmo lugar mudasse de localização através dos movimentos sociais da história.

O PASSO POLÍTICO – 1909

A segunda alteração percebida na forma de nomear as ruas está relacionada à Revolução Francesa, que, segundo o historiador Maoz Azaryahu, introduziu na Europa uma mudança fundamental na prática de nomeação: o Estado passou a utilizar os nomes de ruas e praças com propósitos de representação política. Em 1792, a estátua de Luis XV, na Praça Luis XV, foi demolida e em seu lugar foi erguida uma figura colossal representando a liberdade. A praça foi apropriadamente renomeada de Praça da Revolução, atual Place de la Concorde.

A Revolução continuou o processo de “desbatizar” e rebatizar nomes, riscando do mapa nomes da monarquia e da Igreja para colocar em seu lugar nomes da Revolução: entre outros, a Ponte de Notre Dame passou a chamar-se da Razão; Montmartre transformou-se em Montmarat, a rua da Princesa foi denominada da Justiça e a rua Richelieu, A Lei (FERGUSON, 1988, p. 390). Para os revolucionários “os nomes das ruas foram um meio de propaganda, um instrumento de vingança, e uma arma para punir” (MILO, 1996, p. 363).

A Revolução Francesa tornou-se exemplo do uso de nomes de ruas e praças com propósitos político-ideológicos. A nova prática só seria iniciada no Brasil com a Proclamação da República. Segundo José Murilo de Carvalho, houve um grande esforço em transformar os principais participantes do 15 de novembro em heróis do novo regime: “seus nomes foram dados a instituições, a ruas e praças de cidades, a navios de guerra” (1990, p. 56). De acordo com Baczko, “é notável o fato de que as elites políticas se deem rapidamente conta de que o dispositivo simbólico constitui um instrumento eficaz para influir e orientar a sensibilidade coletiva, para impressionar a multidão e até manipulá-la” (1991, p. 44).

⁹Cfe. Copiador Oficial – Ofícios e Ordens pela Câmara Municipal da Villa do Passo Fundo, 1857-1867, p. 158-159, Arquivo Histórico Regional.

¹⁰MAURUTTO, Pablo A. *Dissertando Milton Santos*. Disponível em: www.atarde.com.br/user/caloi/M.Santos.htm. Acesso em: 13 mai. 2004.

Apesar de não termos encontrado um estudo sistematizado, sabemos que, em Porto Alegre, menos de um mês depois da Proclamação da República, algumas ruas e praças foram rebatizadas com nomes republicanos (TERRA, 2001, p. 13-14; 150): a *Praça Dom Pedro II* passou a se chamar *Marechal Deodoro*, a *Praça Conde d'Eu* foi rebatizada com o nome de *Quinze de Novembro*, a *Rua Imperial* foi denominada *Benjamin Constant*, a *Rua da Imperatriz* virou *Rua Venâncio Aires* e a *Rua do Imperador* passou a ter o nome de *Rua da República*. Em São Paulo, a *Rua da Princesa* ganhou o nome de *Benjamin Constant* e a *Rua da Imperatriz*, que havia sido nomeada quando da visita da família imperial a São Paulo em 1846, foi rebatizada com o nome de *Quinze de Novembro* (PORTO, 1996, p. 31; 142), expressando a transição para uma conjuntura de nomes político-ideológicos.

Em Passo Fundo, o Partido Republicano só foi fundado em junho de 1889, pelo Cel. Gervásio Annes e outros membros do extinto Partido Conservador. Na pequena Vila de aproximadamente três mil habitantes (OLIVEIRA, op. cit., p. 167), a principal rua, a *do Commercio*, se mantinha “ainda em solo primitivo”, e as casas ali construídas eram “edificações baixas e beirais salientes desaguando nas calçadas [...]”. A economia, baseada na agricultura, erva-mate, criação de gado e comércio, estava estagnada, fruto da desestruturação ocasionada pela Guerra do Paraguai. Iluminação pública ainda não havia, e “[...] em certas noites se ouvia na Rua do Commercio o berrar solene dos touros que vinham de tais campos e a percorriam, dando nota pitoresca ao silêncio que envolvia a terra [...]” (XAVIER, op. cit., p. 168-169; 405-406). Nesse contexto, a notícia da Proclamação da República chegou à Vila através de um mensageiro a cavalo, um dia depois, vinda do distrito de Carazinho. Não era propriamente o que Baczko chama de “um ‘tempo quente’ na produção de imaginários sociais” (1991, p. 39): nenhum dos nomes das 16 ruas ou das três praças foi rebatizado, nem monumento algum foi erguido que homenageasse a nova ordem republicana.

Nos anos seguintes o município se viu envolvido com a Revolução Federalista, e as ruas que foram abertas ou que mudaram de nome ainda se referiam à Revolução Farroupilha, à Guerra do Paraguai ou à história local da cidade. Nenhum nome, portanto, que poderia ser identificado como político-ideológico, modelo que utilizamos para fazer o recorte temporal nos pontos de transição em que uma conjuntura rompe com a anterior. Isso só viria a acontecer quando os republicanos se estabilizassem no poder municipal.

Na comemoração dos 20 anos da república, um ato do intendente Cel. Gervásio Lucas Annes materializou nas ruas o compromisso ideológico das lideranças passo-fundenses com a república. Com o surgimento de novas ruas e uma praça, próximas ao centro da cidade, foram todas elas nomeadas com nomes republicanos. Uma foi denominada de *Rua Tiradentes*, a figura mitológica que encarnou a república,



Líderes do Partido Republicano de Passo Fundo, em 1912. Em pé: João de Almeida, Ângelo Preto, Claro Gomes, Aníbal Lemos, Eugênio Di Primio; sentados, ex-Intendentes Gabriel Bastos, Pedro Lopes de Oliveira (Cel. Lolico), Cel. Gervásio Annes, Antonino Xavier e Oliveira (prefeito em 1945). Fonte: MHR.

como observa José Murilo de Carvalho: “Diante das dificuldades em promover os protagonistas do dia 15, quem aos poucos se revelou capaz de atender às exigências da mitificação foi Tiradentes” (1990, p. 57). À nova praça foi dado o nome de República, e as outras duas novas ruas foram batizadas de Silva Jardim e Benjamin Constant.

O propósito era, sem dúvida, colocar num cenário do dia-a-dia os nomes que representavam a legitimação da ordem política expressa pelo poder institucionalizado, liderado na cidade, por mais de duas décadas, pelo Cel. Gervásio Annes. Utilizando como instrumento os nomes das ruas, tornavam natural a sua versão oficial da história, incorporando-a ao cenário urbano.

A década de 1910 é lembrada como a Belle Époque tardia passo-fundense, em que a cidade encontra a sua modernidade. A *Avenida Progresso*, nomeada em 1913, incorporava nas ruas o espírito daquela época.

Nesse mesmo contexto, dá-se a alteração de nomes antigos de ruas da cidade, com muitas delas perdendo seus nomes originais, que vinham desde 1865¹¹, e sendo rebatizadas com nomes que evocam o passado da cidade, do Rio Grande do Sul e do Brasil, e de personagens militares, principalmente republicanos¹². Percebe-se uma tentativa de integração da história local com as histórias estadual e nacional, através do rebatismo dos últimos nomes espontâneos: a *Rua do Commercio* passa a ser a *Avenida Brasil*, as ruas *de Bellas e do Chafariz* ganham nomes que lembram a identidade da cidade, *Sete de Agosto*, a emancipação política, e *Dez de Abril*, a data da elevação de vila à cidade, e a *Rua do Estreito* passa a ter o nome do primeiro presidente da câmara e líder da emancipação, *Capitão Araújo*. Ainda nessa década, e no mesmo Acto 203, aparecem nas praças os nomes de Marechal Deodoro e Marechal Floriano. Os nomes dados às ruas, nessa época, reforçam o recorte que inclui esse período, numa conjuntura de preocupações político-estratégicas.

A expressiva expansão urbana, ocorrida entre 1918 e 1922 (o que pode ser observado na comparação das plantas da cidade de 1918 e de 1922), incorporou ao espaço urbano várias ruas que ganhariam nomes que também lembravam a independência, a república e políticos locais: a *Rua Jacuhy* passa a ser a *Rua Independência*, e os outros nomes continuam referindo-se à república e a líderes políticos da cidade, como os republicanos Cel. Gervásio Annes, Dr. Vergueiro, Capitão Jovino e, numa honrosa exceção, o passo-fundense e líder federalista Prestes Guimarães, que havia falecido em 1911.

Segundo Ferguson, “os nomes não são apenas sinais *para a* cidade, mas muito mais sinais *da* cidade”. Em outras palavras, além de sua função prática de orientação espacial na cidade, os nomes são também indicadores sociopolíticos e culturais significativos do espaço urbano. Diz também que “como todos os sinais da civilização urbana, os nomes das ruas fornecem aquilo que Pierre Bourdieu chamou capital simbólico, que as cidades dispõem de diferentes maneiras, por diferentes razões e com diferentes efeitos”. (FERGUSON, op. cit., p.386).

Ou, como diz o próprio Pierre Bourdieu: “Todas as estratégias simbólicas por meio das quais os agentes procuram impor a sua visão das divisões do mundo social e da sua posição neste mundo podem situar-se entre dois extremos: o insulto [...]”; e “a nomeação oficial, ato de imposição simbólica que tem a

¹¹Como é o caso das ruas do Estreito, do Chafariz, rua de Bellas e, inclusive, a rua do Commercio, denominação que vinha desde 1858, e que passa a chamar-se Avenida Brasil a partir de 1913.

¹²Cfe. Acto 213, Arquivo Histórico Regional.

seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do monopólio da violência simbólica legítima” (2001, p. 146).

Nesse sentido, o ato de nomeação oficial é um poderoso mecanismo de legitimação da ordem sociopolítica, tornando natural a versão oficial da história que ele incorpora ao cenário do dia-a-dia. Na mesma linha, Maoz Azaryahu entende o nomear ruas como um ato administrativo e político, afetado por um jogo de interesses que competem pelo controle simbólico do domínio público. A “norma moderna”¹³ é que a prerrogativa da nomeação de ruas pertence à autoridade, que faz então de um procedimento aparentemente administrativo uma expressão de poder” (1996, p. 313). Chama, portanto, a atenção para o fato de que a nomeação de ruas com motivos *comemorativos*¹⁴ é uma peculiaridade da cultura política “moderna”.

O PASSO URBANO – 1928

O terceiro recorte que nos propusemos fazer, período entre 1922 e os anos 1960, deve ser analisado segundo outra abordagem, mais analítica. A partir de 1928 o crescimento da área urbana se acelera, com a implantação de loteamentos de grande porte, como o Bairro Cruzeiro (1928), a Vila Petrópolis (1928), a Vila Vera Cruz (1928) e o Bairro São José (1955). O número de ruas tem, então, um crescimento expressivo. A área urbana havia passado de 689 hectares para 867 hectares em 1928, e cerca de 1.400 hectares em 1953, mais do que duplicando nesses 25 anos. O número de ruas e praças, que era de 48 em 1922, passa a ser de 444. O expressivo crescimento no número de ruas da cidade causou problemas na sua nomeação.

A intendência/prefeitura não atualizava a relação de ruas, nem as plantas da cidade correspondiam à realidade, como foi noticiado na imprensa em 1954, com o título de “Verdadeira confusão nos nomes das ruas da cidade”: há uma balbúrdia “na nomenclatura das ruas da cidade”, o que já havia sido denunciado pelo Grêmio Passo-Fundense de Letras. Segundo se verificou, “há nomes em duplicata e até em triplicata, tornando difícil a localização de uma via pública nesta cidade”, e “a planta da cidade, essa que existe no ‘mercado’, apresenta grandes deficiências [...]”. A lista fornecida pela Secção de Obras da Prefeitura também é omissa em várias partes, resultando disso tudo uma grande confusão...”. A notícia concluía assim: “[...] faz-se mister uma nova planta de Passo Fundo, com todas as ruas traçadas e os respectivos nomes, para depois, então, com esse material, a Comissão Especial da Câmara poder fazer as retificações necessárias”¹⁵.

O estudo efetivou-se e, em 1955, o prefeito Mário Menegaz sancionou a lei oficializando a nomenclatura de 426 ruas e 18 praças da cidade¹⁶. Portanto, a partir de 1922, quando existiam 48 ruas, e até 1955, quando foram regulamentadas, houve um acréscimo de 396 nomes de ruas. Isso nos obriga a mudar

¹³Em oposição às nomeações ocorridas num período anterior, de nomes locais, espontâneos, quando as nomeações eram feitas pelos próprios habitantes da cidade, sem interferência do Estado.

¹⁴Expressão cunhada por Azaryahu no artigo acima.

¹⁵VERDADEIRA confusão nos nomes das ruas da cidade. O Nacional, Passo Fundo, 16 fev. 1954.

¹⁶PASSO FUNDO. Lei n. 660, de 23 de dezembro de 1955. Câmara Municipal de Vereadores.

a abordagem que vínhamos adotando. Se antes fazíamos uma leitura “rua por rua”, analisando os nomes de cada uma, agora isso já não é mais viável. Passamos então a recorrer a uma leitura mais “estrutural”, agrupando as ruas segundo sua “motivação” e planilhando as informações.

Com essa nova abordagem, verificamos que mais de 20% dos nomes referiam-se a nomes de cidades do Rio Grande do Sul e do Brasil. Verificamos também que, via de regra, esses nomes eram dados

de uma só vez, nomeando as ruas dos novos loteamentos, como a Vila Vera Cruz e a Vila Petrópolis. Apenas esses dois loteamentos citados contavam com 77 ruas e sete praças, recebidas pelo intendente Nicolau Vergueiro, que em 1928 tornou “incorporadas ao domínio do município as ruas, avenidas e praças das mesmas, assim como aprovadas as denominações das 40 ruas e quatro praças da primeira e 37 ruas e três praças da segunda¹⁷”. Dessa maneira, os dois loteamentos já nasciam com as ruas nomeadas, antes mesmo que passassem a ser habitadas, e



Passo Fundo em 1918. Fonte: Arquivo Histórico Regional.

eram apenas confirmados pelo intendente. Assim, nomeava-se “em bloco”, o que resultou que um bairro inteiro, como a Vila Vera Cruz, tornou-se conhecido por ter, em sua maioria, nomes de cidades, e outro, como a Vila Petrópolis, por ser associada a nomes de personagens da história do Brasil. Formaram-se, assim, “aglomerados” de nomes referenciando batalhas (Vila Ivo Ferreira), parcialidades indígenas (Vila Fátima), religiosos (Vila Lucas Araújo), inventores e juristas (Vila Dr. Galves), nomes de uma mesma família (Vila Annes) e outros. Alguns bairros/vilas, como as quatro citadas, levavam o nome do loteador ou do antigo proprietário da área.

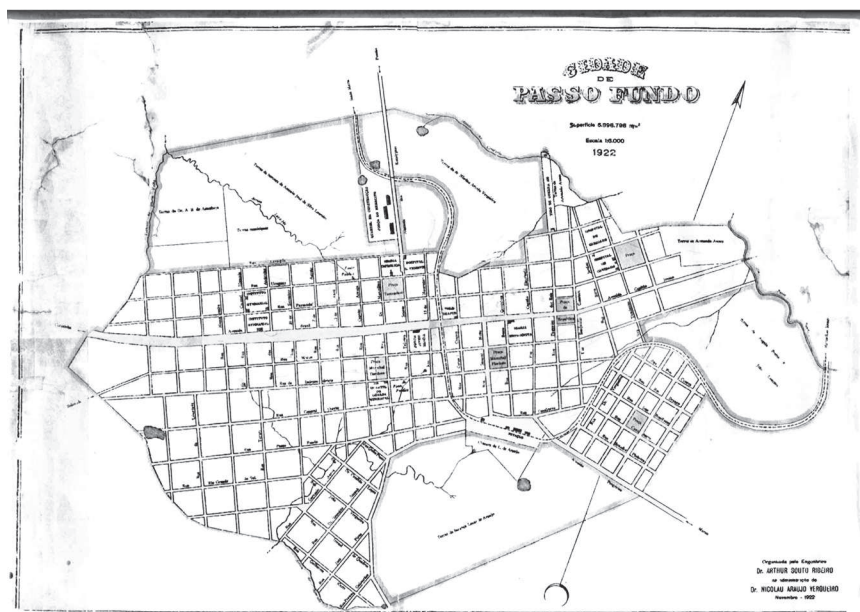
Não podemos deixar de notar também que esse período perpassa todo o governo Vargas. Sobre esse período, devemos levar em consideração as emancipações ocorridas em áreas próximas a Passo Fundo, como Carazinho (1931) e Não-Me-Toque (1954), e que viraram nomes de ruas nesse período. Outras foram nomeadas depois, como Iraí (1933), Tapera (1954), Ibirubá (1954) e Santo Cristo (1955). Chama a atenção o fato de que não existia nenhuma rua com o nome de Getúlio Vargas. Muito diferente, portanto, do que ocorria em várias outras cidades, como Porto Alegre, onde o nome do presidente Vargas foi dado a uma avenida quando ele ainda era vivo. Uma avenida em Passo Fundo só teria seu nome após sua morte. A proposta de nomeação levantou uma disputa política entre os partidos com representação na câ-

¹⁷Relatório apresentado ao conselho municipal pelo intendente Nicolau de Araújo Vergueiro, em 1º de novembro de 1929. Passo Fundo: A Nacional, impressora, 1930. p. 9, grifo nosso.

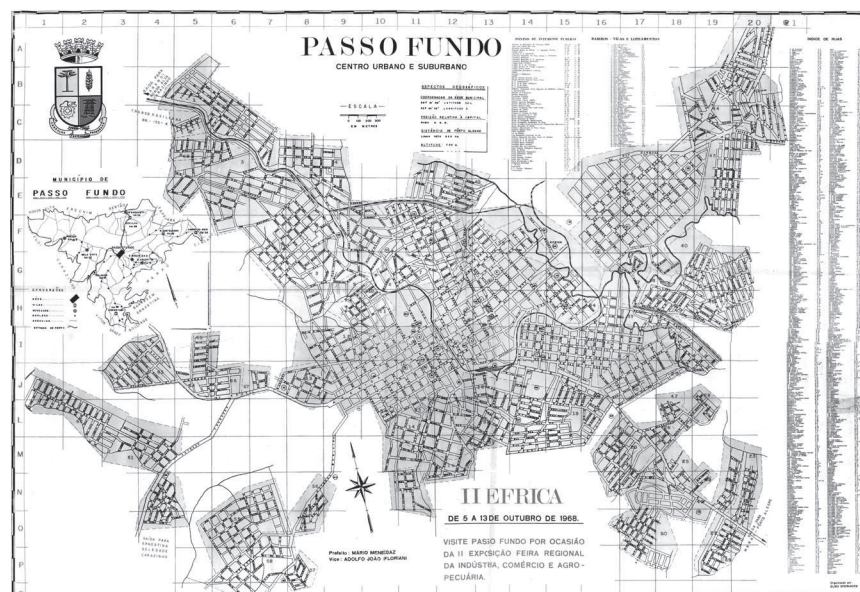
mara, e o nome levou meses para ser aprovado¹⁸.

Portanto, esse é um período da história dos nomes das ruas da cidade que deve ser analisado com um olhar mais estrutural e com uma abordagem diferente em comparação aos períodos anteriores. Optamos, então, por fazer um terceiro recorte temporal no período que vai de 1922 ao início dos anos 1960. Esse período se caracteriza, com as considerações e restrições que fizemos acima, por nomes relacionados a cidades e a políticos locais.

Por um lado, é evidente que as nomeações feitas “em bloco” perdem em representatividade para a nossa pesquisa. Por outro, são nomes que em sua grande maioria permanecem até hoje e que são utilizados como um referencial espacial da cidade. Por exemplo, quando alguém pergunta onde fica a Rua Erexim ou a Rua Caseiros, logo vem como primeira possibilidade o Bairro Vera Cruz, por lá existir um aglomerado de ruas com nomes de cidades. O mesmo ocorre com nomes religiosos, no caso do Bairro Lucas Araújo. São nomes que, pelo seu *poder de permanência*, ficaram associados indelevelmente à paisagem urbana.



Passo Fundo em 1922. Fonte: Arquivo Histórico Regional.



Passo Fundo em 1968. Fonte: Arquivo Histórico Regional.

¹⁸Para uma história do polêmico processo de nomeação, ver: MIRANDA, Fernando Borgmann Severo. Memória e memoricídio: dois grupos políticos discutem o nome Presidente Vargas para uma avenida em Passo Fundo. Semina: Cadernos dos Pós-Graduandos do Programa de Pós-Graduação em História. Passo Fundo, v. 2, n.1, p. 33-40, 2004.

O PASSO DO POVO – 1970-2010

O quarto e último recorte que fizemos vai do final dos anos 1960 a 2010. Uma mudança fundamental pode ser percebida no início dos anos 1970, quando, de uma certa maneira, os nomes voltam a ser locais. Não é mais uma época de grandes heróis ou grandes datas nacionais, nem de abstrações políticas. O “herói” agora é local: pessoas ligadas a trabalho assistencial em bairros, pequenos comerciantes, funcionários públicos, agricultores, mulheres “do lar”, professores, militares, pequenos industriais, políticos locais, pecuaristas, médicos, ferroviários, topógrafos, líderes comunitários, um morador antigo do bairro, um professor dedicado ou uma parteira que a comunidade quis homenagear. São esses os personagens que se tornam nomes de ruas.

No período, foram nomeadas 574 ruas, equivalentes a 42% do total das 1.364 ruas mapeadas pela pesquisa desde 1858. O deslocamento da população rural para a cidade e a política habitacional, que tinha grandes

linhas de financiamento disponíveis para a construção de moradias, impulsionaram o lançamento de vários loteamentos em áreas adjacentes à cidade. Como consequência, a população da área urbana, que era de 70.869 habitantes em 1970, passou para 184.869 em 2010, ou seja, 110.000 pessoas a mais vivendo na cidade.

Alguns dados acentuam a diferença deste período em relação aos anteriores: nomes de pessoas são a maioria quase absoluta, com 95%. Apenas 27 dos 574 nomes não são de pessoas. O vínculo com o local aparece no percentual daqueles que faleceram em Passo Fundo, 93%. No entanto, apenas 25% nasceram na cidade, o que quer dizer que vieram como (i) migrantes. Nasceram em Guaporé (3,6%), Soledade (3,6%), Porto Alegre (2,8%) e outras cidades tam-

bém representativas, como Bento Gonçalves, Carazinho, Santa Maria, Veranópolis, Caxias do Sul, Júlio de Castilhos, Lagoa Vermelha, Cruz Alta. Nasceram na Itália e faleceram em Passo Fundo nove pessoas, e russos, três. A idade média das pessoas com nome nas ruas, no período, é de 64 anos.

Há uma pulverização também quanto às atividades das pessoas, que se dividem em 102 profissões ou afazeres, sendo que as que mais aparecem são os pequenos comerciantes (12%), funcionários públicos e agricultores (8%), “do lar” (6%), professores (4%), militares, pequenos industriais e políticos locais (3%), pecuaristas (2,6%), médicos, ferroviários e topógrafos (2%), e líderes comunitários (1,5%). Várias profissões aparecem num ou dois nomes de ruas, como marceneiro, mecânico, panificador, parteira, sapateiro, motorista, tradicionalista, construtor, operário, oleiro, despachante, barbeiro, alfaiate, cabeleireiro, ferreiro, funileiro, carpinteiro, agrimensor, etc. Essas profissões acentuam a relação com a cidade e o caráter local dos nomes das ruas.

Em contraste com períodos anteriores, não há nenhuma data comemorativa como nome de rua durante todo esse período. Pelos dados levantados, pode-se dizer que a característica principal dos nomes é



Av. Brasil em 2005. Fonte: Arquivo dos autores.

terem um forte vínculo com o local e com o dia-a-dia da cidade. Como se percebe, o que predomina não são os nomes de macro-heróis nacionais ou macrodatas comemorativas, mas uma fragmentação em lideranças, ou modelos, cuja expressividade normalmente não ultrapassa um bairro ou uma pequena corporação. Não importa tanto se são macro ou micro-heróis, mas sim que, como diz José Murilo de Carvalho, “por ser parte real, parte construído, por ser fruto de um processo de elaboração coletiva, o herói nos diz menos sobre si mesmo do que sobre a sociedade que o produz” (CARVALHO, 1990, p. 14). Em outras palavras, se tratarmos apenas de nomes, eles são de interesse limitado; mas fazem sentido se olharmos, além deles, para a sociedade que os produziu, segundo sua versão da história.

Essa volta ao *local* é uma característica da sociedade contemporânea, onde o individual se sobrepõe ao coletivo. A partir dos anos 70, o corte temporal inicial deste último período que analisamos, começa a haver uma crise, no sentido de mudança, em várias áreas do conhecimento, entre elas a que aqui nos interessa, as teorias da história. Vários autores¹⁹ escreveram e ainda escrevem e discutem sobre essas transformações. Antes dos anos 70, os historiadores produziam conhecimento a partir de teorias totalizantes, buscando uma explicação da totalidade do social, cujos paradigmas maiores eram as teorias positivista e marxista. O tempo era tridimensional e linear, como uma flecha que, lançada do passado, atravessava o presente e se dirigia para um futuro. Essas teorias eram otimistas, tinham um projeto implícito, que procurava a redenção do homem no futuro, e para isso pensavam o progresso como algo cumulativo, cada estágio baseado no anterior. Consideravam que existiria um fim da história, fosse ele o Estado positivo de Comte ou o socialismo de Marx.

A partir dos anos 70, essas teorias entram em falência, surgindo outras mais culturalistas, que levam em conta as ‘gentes’. Agora há um corte “vertical”. Retira-se um fragmento e se passa a estudá-lo em profundidade. Trabalha-se com a ideia de presente condicionando a interpretação do passado. A época não é mais otimista, há uma dificuldade com o coletivo, a preocupação com um mundo estético, uma mistura de estilos, que valoriza a forma mais do que o conteúdo. Como diz Martin-Barbero, “nos últimos cinquenta anos vivemos em uma sociedade em que os objetos duram cada vez menos, já que sua acelerada obsolescência é planificada por um sistema cujo funcionamento depende de que ela se cumpra” (MARTÍN-BARBERO, 2010, p.4).

Da mesma forma, os lugares se transformam muito rapidamente, revelando a contradição entre o moderno e o antigo. Como mostramos neste texto, os lugares situados na territorialidade da cidade de Passo Fundo, que não é nossa e de ninguém, mas de todos, materializam vivências, épocas, conjunturas, relações de poder, características culturais próprias de cada temporalidade. Enfim, mesmo transformados, potencializam a leitura de memórias que dizem muito de quem somos.

Caro leitor, e o nome de sua rua, seu bairro, seu clube, entre outros lugares de sua vivência, traz qual memória?

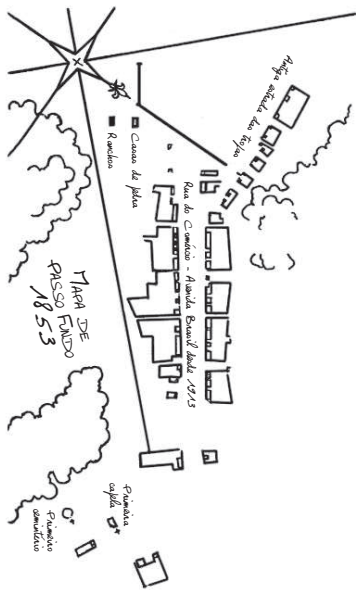
¹⁹Michel Zaidan Filho, Ciro Cardoso, Jacques Le Goff, Pierre Nora, François Dosse, Marshall Berman, entre outros.

NOME DAS RUAS DE PASSO FUNDO E ALTERAÇÕES - 1858 A 1922

1858 Sessão da Câmara de 26 de Maio	1865 Sessão da Câmara de 6 de Março	1891 Ato de 10 de Novembro	1901 Ato nº 19 de 12 de Junho	1907 Ato nº 132 de 2 de Agosto	1909 Ato nº 159 de 31 de dezembro	1913 Ato nº 203 de 13 de dezembro	1918-1922 Conforme mapas da época	ATUALMENTE
Do Commercio						Avenida Brasil		Avenida Brasil
São Bento								Paissandú
Da Imperatriz	de Nonohay	Marcelino Ramos						Marcelino Ramos
Das Flores	do hyamitá	Teixeira Soares						Teixeira Soares
Da Ponte	do Chafariz					Dez de Abril		Dez de Abril
Direita	De Bellas					Sete de Agosto		Sete de Agosto
Santa Clara	da Ladeira					Quinze de Novembro		Quinze de Novembro
								Uruguai
	Oriental		Gal. Netto					Gal. Netto
	Occidental		Cel. Miranda					Cel. Miranda
								Moron
	Jacuhy						Independência	Independência
	do Estreito					Cap. Araújo		Cap. Araújo
	Praça da matriz							Praça Mal. Floriano
	Pça. da Boa-vista							Instituto Educacional
	Brazil					Vinte de Setembro		Vinte de Setembro
	da matriz		Cel. Chicuta					Cel. Chicuta
	Pça. do Tamandaré							Praça Tamandaré
	Da boa vista					Dos Andradass		Dos Andradass
			Gal. Osório					Gal. Osório
			Gal. Canabarro					Gal. Canabarro
			Fagundes dos Reis					Fagundes dos Reis
			Cap. Eleutério					Cap. Eleutério
				Lavapés				Lavapés
					Praça da República			Praça Tochetto
					Tiradentes			Tiradentes
					Silva Jardim			Silva Jardim
					Benjamin Constant			Benjamin Constant
						Cel. Mascarenhas		Cel. Mascarenhas
						Pça. Mal. Deodoro		Ginásio Notre Dame
						Pça. Mal. Floriano		Pça. Mal. Floriano
						Diogo de Oliveira		Diogo de Oliveira
						Alferes Rodrigues		Alferes Rodrigues
						Castanho da Rocha		Castanho da Rocha
						Cap. Bernardo		Cap. Bernardo
						Av. Progresso		Av. Presidente Vargas
						Sete de Setembro		Sete de Setembro
							Prestes Guimarães	Prestes Guimarães
							Gervásio Annes	Gervásio Annes
							Passo Fundo	Passo Fundo
							Benedito Acauã	Benedito Acauã
							Juca Pinto	Juca Pinto
							Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul
							Da Liberdade	Da Liberdade
							Tuyuty	Tuyuty
							Dr. Vergueiro	Dr. Vergueiro
							Cap. Jovino	Cap. Jovino
							Alameda dos Eucaliptos	Continuação da T. Soares
							José Bonifácio	José Bonifácio

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Janaina. *Região e História: Questão de Método*. In: SILVA, Marcos A. (Coord.). *República em Migalhas. História Regional e Local*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990.
- AZARYAHU, Maoz. *The power of commemorative street names*. In: *Environment and Planning D: Society and Space*. London: Pion Ltd, 1996.
- BACZKO, Bronislaw. *Los imaginários sociales. Memórias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 146.
- CARDOSO, Ciro Flammarion. *Repensando a construção do espaço*. In: *Revista de História Regional*. (31): 7-23, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- Copiador Oficial - Ofícios e Ordens pela Câmara Municipal da Villa do Passo Fundo, 1857-1867*, p. 158-159, *Arquivo Histórico Regional*.
- DA MATTA, Roberto. *A casa & a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.
- FERGUSON, Priscila Parkhurst. *Reading City Streets*. *The French Review*, Bozeman, Montana, v.61. n.3, p.386-397.
- HISTÓRIA das ruas de São Paulo. História das Placas*. www.dicionarioderuas.com.br/placas.htm. Acesso em: 18 ago. 2004.
- DAL MORO, Selina M.; KALIL, Rosa M. Locatelli; TEDESCO, João Carlos (orgs). *Urbanização exclusão e resistência*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- MILO, Daniel. *Street Names*. In: NORA, Pierre (Org.). *Realms of memory. The construction of the french past*. New York: Columbia University Press, 1996.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *El Futuro que habita la memória*. Disponível em: <http://lesjatologico.files.wordpress.com/2010/09/el-futuro-que-habita-la-memoria2.pdf>. Acesso em 30/08/2013.
- MAURUTO, Pablo A. *Dissertando Milton Santos*. Disponível em: www.atarde.com.br/user/caloi/M.Santos.htm. Acesso em: 13 mai. 2004.
- MENDES, Jeferson dos Santos; MIRANDA, Fernando Borgmann Severo de. *Passo Fundo: o passo das ruas*. Passo Fundo: Méritos, 2011.
- MIRANDA, Fernando Borgmann Severo. *Memória e memoricídio: dois grupos políticos discutem o nome Presidente Vargas para uma avenida em Passo Fundo*. *Semina: Cadernos dos Pós-Graduandos do Programa de Pós-Graduação em História*. Passo Fundo, v.2, n.1, p. 33-40, 2004.
- MIRANDA, Fernando Borgmann Severo; MACHADO, Ironita P. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicações, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier. *Annaes do município de Passo Fundo. Aspecto histórico*. Passo Fundo: Ediupf, 1990. v. 1.
- PORTO, Antonio Rodrigues. *História da Cidade de São Paulo Através de suas Ruas*. São Paulo: Carthago Editorial, 1996.
- TERRA, Eloy. *As ruas de Porto Alegre*. Porto Alegre. AGE, 2001. v. 1.



MEMÓRIAS DE COMÉRCIO E DE OFÍCIOS EM PASSO FUNDO

João Carlos Tedesco¹

A nossa empresa sempre teve mais de mil empregados. Onde nós ia, era um vilarejo que se constituía. Nós tinha em Coxilha, Coxilha na época era um povoadinho pequeno, logo depois se tornou um povoado grande, tinha mais de cinco fábricas de caixarias. A Gaúcha Madeireira era muito grande; os Franciosi também. [...]. A Gaúcha ajudou a emancipar muitos vilarejos que na época eram pequenos povoados².

A *economia da madeira* inaugurou um dos primeiros *estágios econômicos* da região centro-norte do Rio Grande do Sul, em particular na região de Passo Fundo. Falamos em “estágio” porque a *economia da madeira* teve um grande dinamismo por mais de meio século, entre 1890 até 1960. Ela interligou fatores econômicos, sociais, políticos e ambientais.

Embora tenha se apresentado por todo o estado, foi no antigo território de Passo Fundo da época, o qual foi se alterando no decorrer dos anos, que a indústria da madeira se fez presente com grande intensidade. As matas; a topografia, que facilitava sua extração; a presença da rede ferroviária; o intenso processo colonizador; a cultura do trigo, que demandava a derrubada das matas; a presença de indígenas e de caboclos, os quais se somavam aos descendentes de europeus nos trabalhos de extração, industrialização, transporte e comercialização da madeira; expoentes do capital nacional (em particular, grandes comerciantes) e internacional (em geral, ligado à ferrovia e aos processos de colonização); a valorização e capitalização das terras, etc., deram o tom de um processo interligado de fatores, o qual desenhou, em grande parte, a configuração do território econômico e agrário/agrícola que hoje ainda temos na região.

As primeiras serrarias artesanais surgiram com a necessidade da economia doméstica e para abas-

¹Professor do Programa de Mestrado em História da UPE. Email: jctedesco@upf.br

²Entrevista direta com Otto Bonatto, em 23/07/2002 (83 anos). O entrevistado, por 41 anos (1944 a 1985), foi trabalhador da Gaúcha Madeireira S.A, empresa da família Nedeff, uma das maiores madeireiras de Passo Fundo e região norte do RS.

tecer os nichos de mercados dos núcleos coloniais. Existia uma interligação entre matas (em particular a de pinhais) e terra, entre terra com produção/criação e os pinhais (ou outras madeiras, como o cedro e a canela, por exemplo). Com o aumento da população, houve a necessidade de mais terras cultiváveis e de mais matéria-prima; como consequência, intensificou-se o corte das matas³.

Esses são alguns elementos que, na sua interligação, merecem ser aprofundados no presente texto. Daremos prioridade a vozes de sujeitos envolvidos nessa dinâmica econômica regional (mas que não se esgota nela): antigos madeireiros, comerciantes de madeira, trabalhadores do setor, enfim, pessoas que tiveram algum envolvimento com essa atividade, que marcou época na estruturação do perfil econômico de Passo Fundo⁴.

Entendemos as narrativas orais como sendo expressão de memória e, portanto, patrimônios presentes na sociedade, cristalizados na experiência de vida de sujeitos. Elas nos permitem re-contar e dialogar com o passado, fazer valer experiências e ligar passados e presentes. Através dessas “fontes vivas”, entendemos ser possível recuperar fragmentos de saberes em torno do “tempo das madeiras”, como um interlocutor observou. Ao fazer “escavações” na memória, conforme diz Benjamin (1983), é possível remover um terreno com solo fértil de possíveis achados, sensações, emoções, objetos e cheiros. Porém, como toda experiência humana, a lembrança narrada é também uma experiência continuamente *interpretada*, porque toda percepção se faz dentro de um quadro de interpretação, corrigido e transformado pelas novas experiências. Entendemos que, inseparáveis entre si, memória, temporalidade e experiência se recriam cada vez que se prova a imaginar aquilo que aconteceu no passado. Desse modo, a memória patrimonial tende a estar em consonância com o conjunto das representações de formas de vividos temporais que cada grupo social produz, pratica e transmite por meio de formas variadas de socialização e interação.

Além do patrimônio imaterial representado pelas memórias narrativas, o tema das madeiras nos permite correlações com outras esferas patrimoniais, principalmente as representadas por: edificações (madeiras antigas que ainda existem); traçados ferroviários que deixaram seus *rastros*; a estação ferroviária, patrimônio arquitetônico e histórico tombado; as matas, patrimônio natural; os rios e a mobilidade da madeira em seus leitos (Jacuí e Uruguai, em particular); os centros de comércio madeireiro, que se constituíram, com o passar dos anos, em novos municípios na região; a cultura do trigo, que marcou o dinamismo econômico da região onde se localiza Passo Fundo, com migrações de trabalhadores e povoados que foram se concentrando em núcleos populacionais urbanos no interior dessa cidade, entre outras dimensões.

³Cf. Recenseamento do Brasil, 1920: indústria. Rio de Janeiro: IBGE, 1927. O Rio Grande do Sul, em 1920, já contava com 365 indústrias de madeira registradas, das quais 361 pertenciam a particulares e a sociedades de pessoas, e quatro eram de sociedades de capitais e sociedades mistas, representando 33,8% do total de serrarias instaladas no país. Passo Fundo, no mesmo ano, contava com 72 estabelecimentos produtores de madeira registrados. Ver Tedesco; Wentz (2007).

⁴São poucas as pessoas que ainda vivem, que residem em Passo Fundo e que tiveram diretamente envolvimento com o setor madeireiro. Em razão disso, utilizamos algumas entrevistas que havíamos feito por ocasião de uma pesquisa de campo sobre desenvolvimento econômico em Passo Fundo nas primeiras décadas do Século XX. Grande parte delas está presente no livro de Tedesco; Sander (2002), bem como no artigo de Tedesco; Wentz (2007). Porém, conseguimos encontrar ainda alguns antigos madeireiros e operários do setor que residem em Passo Fundo; alguns deles tornaram-se nossos interlocutores. Foram entrevistados no mês de janeiro e fevereiro de 2013; nossos conteúdos de fala giraram em torno do histórico de empreendimentos familiares, de relações de trabalho, do comércio e comerciantes do setor, dos ofícios, das questões de legislação, da ferrovia e dos rios, dos conflitos na esfera da extração, do transporte etc. Essas conversas recentes que tivemos foram importantes, pois, na verdade, revelavam práticas e situações comuns e semelhantes ao que já havíamos conversado com vários interlocutores em 2001 e 2002.

MERCADOS E SINERGIAS

Um entrevistado nos informa o complexo de relações e sujeitos que envolvia o *território da madeira*.

A madeireira começou pelos anos 40 entre a sociedade dos Nedeff com os Kopper e tomaram a dianteira na exploração da madeira. O grosso do desenvolvimento da madeira para nossa empresa foi os anos 50. O nosso depósito foi o maior que tinha em Coxilha, em Lagoa e em São Joaquim, nesse tínhamos dez serrarias. Tirei o tempo pra contar: em São Joaquim, no Bom Jardim da Serra, serramos mais de 500 mil pinheiros. [...]. Quando tinha o sindicato, o pinho foi replantado, depois ninguém mais se interessou, era muito difícil de criar, a formiga devorava, subia no pinheiro e comia as pontinhas. Foi muitos anos assim, derrubavam e não tavam nem aí, prometiam pra fiscalização, mas não plantavam. Depois daí plantavam o americano [pinus], não mais o araucária, esse era bem mais fácil. A empresa [Gaúcha Madeireira] comprou uma região muito grande em Lagoa [Lagoa Vermelha], no Marmaleiro em Santa Catarina, em São Francisco de Paula, e em outros também e reflorestou, mas poucos faziam isso [...]. Coxilha foi um grande centro madeireiro. O Salton, os Franciosi, a Sibisa, os Ioschpe, o Bonotto e Ceni, entre outros, eram os grandes madeireiros de Coxilha. Era melhor trazer em Coxilha do que em Passo Fundo. A região toda aí de Tapejara, Sertão, Erebangó, tinha muita madeira. Onde tinha estação de trem, nós tínhamos grandes depósitos: Coxilha, Erebangó, Englert, São Bento, Carazinho e Passo Fundo, aqui durou pouco. Ia muita madeira pra Argentina e para Porto Alegre e Rio Grande. Tínhamos venda e comércio atacadista e varejista em todos esses centros. [...]. O comércio madeireiro deu vida a Passo Fundo, incentivou muito [...]⁵.

A *economia da madeira* esteve ligada a um contexto de desenvolvimento, o qual possuía identificação com a imigração europeia e, em particular, com as migrações internas, ou seja, com a ocupação dos espaços de fronteira agrícola do norte do Rio Grande do Sul; portanto, com as companhias colonizadoras e de infraestrutura de mobilidade no espaço (ferrovias e abertura de estradas), bem como o excedente de mão-de-obra nos meios rural e urbano que já se evidenciava nas primeiras décadas do século XX.

Várias regiões do Rio Grande do Sul estavam ocupadas por matas de pinhais e outras *madeiras de lei*, em particular o espaço colonial do noroeste, sudeste e centro-norte (Wentz, 2004). Essas regiões foram, prioritariamente, apreciadas pelos (i)migrantes europeus, recém-chegados, que utilizavam a madeira para construir suas moradias, móveis, instrumentos agrícolas (carroças, em particular), entre outros (Tedesco; Wentz, 2007). Os imigrantes europeus e seus descendentes sempre tiveram grande domínio nos ofícios com madeira (construções, artesanato, confecção de instrumentos para o trabalho: ferramentas, carretas, etc.). As toras de madeira de lei também eram vendidas, o que revertia em recursos financeiros para vários agentes envolvidos. Corteze assinala que, “para o imigrante, a mata virgem sulina era, sobretudo, sinônimo de terra fértil e de madeira a ser mercantilizada e aproveitada como matéria-prima” (2002, p. 100). Em cartas enviadas para amigos e parentes na Itália, os imigrantes descreviam, encantados, as maravilhas das colônias de floresta e os lucros que conseguiriam com a sua exploração (Franzina, 2001)⁶. A

⁵Entrevista direta com Otto Bonatto, já informada.

⁶No livro indicado de Franzina, encontramos várias passagens em que imigrantes italianos escrevem aos seus familiares e conhecidos na Itália contando as grandezas das matas, dos pinhais, a madeira em abundância, como é fácil construir uma casa e galpão, o dinheiro ganho com a venda e o trabalho junto às madeireiras, o fato de alguns terem se tornados madeireiros etc.



Madeira das famílias Franciosi e Fossatti na “região do Carreteiro” (hoje, pertencente a Tapejara), por volta de 1960. A referida empresa possuía um grande comércio de madeira em Coxilha (hoje município de mesmo nome). Foto gentilmente cedida pela família Briancini em janeiro de 2013.



O pinheiro (araucária) é a árvore que identifica o setor madeireiro do norte gaúcho; sua abundância na região foi retratada e ilustrada por muitos pesquisadores e viajantes; proprietários de madeireiras fazem questão de enfatizar a sua presença e importância. O pinheiro foi expressivo do patrimônio ambiental, presente nas grandes extensões de matas da região de Passo Fundo. Fonte: pesquisa de campo.

mata não demonstrou ser um empecilho para a vida na colônia; ao contrário, apresentava-se como um recurso econômico.

Havendo necessidade de povoar as regiões norte e da serra (região colonial), Borges de Medeiros, então presidente do Estado nas primeiras décadas do século XX, procurou incentivar a imigração, promovendo o “equilíbrio regional: povoar estrategicamente regiões opostas às regiões latifundiárias” (Barcellos, 1988, p. 52). Nesse início de século XX, nas florestas do Rio Grande do Sul, abundavam as madeiras de construção. Os matos naturais ficavam nos vales dos grandes rios e especialmente na serra geral e nas suas ramificações, que se estendiam pelo centro do estado e pelos rios Uruguai, Jacuí e Taquari, onde se encontravam as melhores madeiras e se podia utilizar a navegação natural para o seu transporte. Isso aconteceu por quase meio século, antes da chegada do caminhão, por várias regiões do estado.

Apenas para ilustrar, no ano de 1914, 29,57% do total arrecadado em impostos no Estado provinham da venda de madeiras, sendo que, do total das exportações, as madeiras representavam 61,4% da arrecadação. Em 1917, 46,40% dos impostos com as exportações eram provenientes das madeiras e, em 1926, 48,25%. O centro-norte do estado contribuía com mais de 70% desse total (Primentel, 1943, p. 357). Em 1920, Minas Gerais tinha 2.252 estabelecimentos produtores de madeiras, São Paulo possuía 1.768 e o Rio Grande do Sul apresentava 4.824 (Idem, p. 353), esses, no Rio Grande do Sul, na sua grande maioria, explorando um tipo só de madeira, o pinheiro (Tedesco; Wentz, 2007).

Desse modo, não temos dúvida em afirmar que o pinheiro nativo foi uma das principais riquezas exploradas no sul do país e que, também, por um bom período, envolveu um contingente significativo de trabalhadores. Seu fruto sempre foi um ótimo alimento humano, largamente utilizado pelos primeiros imigrantes e na criação de suínos (Silva, 2007)⁷; sua madeira era especial para a confecção de casas; seus nós serviam muito para a produção de carvão, muito

⁷Silva (2007) desenvolve um belo estudo sobre o tropeirismo de porcos na região norte do RS, divisa com o estado de Santa Catarina, em particular no município de São José do Ouro, e o uso intensivo do pinhão como alimento dos mesmos. Estuda ainda seu declínio, com a desenfreada extração do pinheiro pelas empresas madeireiras e colonos em geral nas primeiras décadas do século XX na região.

apreciado na fabricação de pólvora; também se extraía dos nós de pinho o alcatrão (Pimentel, 1943).

Ainda que se ressalve a dificuldade de se ter uma estatística mais apurada em razão da mobilidade da força de trabalho e das atividades sazonais, dados indicam que, nos anos 1920, as indústrias madeireiras do país empregavam 12.632 pessoas de um total de 275.512 operários das indústrias brasileiras (Pimentel, 1943, p. 361), significando que 4,58% do total de empregados estavam ligados à indústria extrativa da madeira. Ficavam excluídos dessa conta os arrastadores, os balseiros, os carroceiros e outros envolvidos indiretamente com a derrubada da mata, os quais, em geral, eram caboclos, pequenos camponeses, os quais possuíam domínios desses ofícios (Tedesco; Wentz, 2007).

Migrações de serrarias se alinhavam com as migrações de homens; em seu conjunto, produziam territorialidades econômicas e ocupacionais da madeira.



Madeireiras no meio rural de Passo Fundo eram comuns na região; muitas serrarias migravam para onde tinha madeira; na foto vê-se o uso do terno de bois no transporte das toras do mato até as serrarias; muitos caboclos tiveram nessa atividade uma grande participação. Foto cedida pela família Denardi.

Nós íamos por tudo na região, Lagoa, Caseiros, por lá tinha muita madeira, cruz credo, quanta mata a gente via pela frente, Ibiraiaras, por lá. [...]. Nós ia de uma ponta a outra de Passo Fundo, lá pra Pontão. [...], tinha uns sim que tinham pavor dos índios, eles se embrenhavam na mata, é. [...]. Depois bem mais tarde eu fui até lá por Chapecó, lá nos perau do rio Uruguai. [...]. A serraria se desmontava fácil, levava um pessoal daqui, os práticos já [...], vi uns que levavam lá pra baixo pelo rio, nós não, pegamos o período do caminhão, o trem também, né.⁸

Redes de comércio, estrutura viária, mercados consumidores locais e de amplitude variada, utilizações diversas da matéria-prima e seus correlatos industriais (tábuas, barrotes, caibros, mata-juntas, costaneiras...), profissões, etnias e formas variadas de apropriação e de negócios das terras, entre outros aspectos, envolviam essa territorialidade econômica da madeira em algumas regiões do Rio Grande do Sul (Wentz, 2004).

Um dos nossos interlocutores retrata bem essa mobilidade de fatores que o setor madeireiro produzia:

Meu pai lidava com erva e madeira, sempre foi assim; eu e meu irmão continuamos também assim; em 1940 nós tínhamos um grande comércio de madeira em Chapecó e Xanxerê. Nós tinha ganhado do governo na época a Chapecozinho, uma grande extensão de terra para tirar os pinheiros e depois pros colonos plantar. [...]. Nós comprávamos madeira dos outros; tudo era *embalsado* e ficava esperando a enchente. Eu sei que em 1941 deu uma grande enchente e nós perdemos 20 mil dúzias de tábuas. Do Goio-En, a madeira ia pra São Tomé ou até Uruguaiana. [...]; foi só em 1954 que montamos serrarias e comércio de madeira em Passo Fundo, mas daí nós já tinha umas seis aí perto do [rio] Uruguai na região de Chapecó. [...]. Em 1961 terminou o embalsamento porque a ferrovia melhorou

⁸Entrevista direta com Manoel Lima (em 16/02/2013), 81 anos, “sempre trabalhador das madeireira daqui”; reside com um neto na Vila Rodrigues em Passo Fundo.

e as estradas também, nós daí compramos caminhão. A madeireira ficava ali na Vera Cruz; durou um tempo depois e fechou, como quase todas as muitas que tinha em Passo Fundo⁹.

O centro-norte e, mais particularmente, o norte gaúcho – esse, colonizado a partir de 1890 – tornaram-se, entre 1915 a 1940, os principais produtores de madeira do estado (Roche, 1969). No caso específico de Passo Fundo, segundo Ferreira e Siqueira, em 1902, inaugurou-se a indústria da madeira no município, período que deu início a um processo de intensificação da exploração dos pinheirais. Essa indústria em pouco tempo representaria a maior fonte de riqueza local (Ferreira Filho, 1965). Um dos nossos entrevistados narra que, já nas primeiras décadas do século XX, havia uma relação profunda entre o trem, a madeira e o trigo.

O trem transportava de tudo, madeira, trigo principalmente; feijão, essas coisas, era só pro gasto na época, não é? Todo o dia carga e carga. [...] Lenha, lenha sim, era bonito ver aqueles vagões cheios de madeira. Era progresso na época. Aqui tinha um mundaréu de gente trabalhando na madeira. O trem comia lenha e levava madeira pra baixo e pra cima [entende-se Porto Alegre e São Paulo, respectivamente]. Ah, se voltasse o trem! [...]. Naquela época o dinheiro valia. Um pedaço de mato era uma riqueza. Aqui era puro pinheiro. Em Erebangó, na linha Quatro Irmãos, judeus tiraram tudo, quanto mato tinha lá! Foram embora depois que terminou a madeira. Ela valia, viu. Tinha linha de trem especial para a madeira. Os madeireiros mesmo construíam isso. Os Ioschpe eram judeus, souberam fazer esse transporte. Outros transportavam com carroça adaptada e com várias juntas de bois, as ditas “feiras”; era carroça e carroça transportando madeira. Aqui na beira da ferrovia era quilômetros de madeira empilhada pra *alimentar* o trem. Onde hoje é o Englert, aqui, tu podes ver, pela foto, ali [quadro na parede], tu só enxerga pinheiro. O pinheiro, o cedro, a cabriúva, a grapia, mas principalmente o pinheiro, este sim, este era abundante. [...] ¹⁰.

Passo Fundo e Carazinho concentravam grandes quantidades desses estabelecimentos extrativistas e industriais. Segundo Rückert (1991), em 1934, quando Carazinho se emancipou de Passo Fundo, houve um aumento significativo de serrarias, existindo em torno de 150 em funcionamento. Em Passo Fundo, no mesmo ano, segundo Xavier e Oliveira (1957), havia 129 serrarias, que empregavam em média dez trabalhadores cada uma. Na Fazenda Sarandi (parte pertencente a Passo Fundo e parte a Carazinho), da qual uma parcela, posteriormente, passou a ser denominada Fazenda Annoni, havia um grande complexo madeireiro entre as décadas de 1930 e 1950. O relato a seguir é extremamente ilustrativo da realidade construída sob a égide da indústria da madeira.

A madeireira surgiu em 33 ou 34, não lembro bem. O precursor dessa madeireira foi meu avô, João Lângaro, mas ele foi mal de negócio, e a empresa ficou hipotecada no banco. Aí meu pai, Dionísio, junto com os cunhados Davi e Victor Benincá, eram dois irmãos casados com duas irmãs, eles levantaram a hipoteca

⁹Entrevista direta com Sr. Jorge Berthier (em 25/01/2013), de 86 anos; reside em Passo Fundo, descendente de família de madeireiros e balseiros no oeste catarinense e em Passo Fundo.

¹⁰Entrevista direta com o Sr. Venceslau Azevedo (em 12/08/ 2002); 83 anos. O mesmo foi trabalhador por quase meio século da ferrovia “na Vila do Englert” (hoje pertencente ao município de Sertão) e também na Estação Experimental do Trigo (hoje IFET-Sul, município de Sertão). No período da entrevista, o mesmo residia na Vila Englert.

e começaram juntos a trabalhar. [...]. Ficava na Vila Rodrigues, tinha outras também lá. Era uma indústria extrativa, funcionava na base da extração da madeira. Vinha madeira de Lagoa, Marcelino, Santa Catarina, os caminhões vinham de Santa Catarina. [...]. Lagoa era uma região de muitos pinhais; Carazinho também. Depois vieram outras firmas, os irmãos Birmann, judeus de Quatro Irmãos, enriqueceram muito, tudo isso em função da madeira. A Lângaro e Benincá, depois que terminou a madeira daqui, começou a trazer de Santa Catarina. A madeira era cortada, aplainada em tábuas, pranchas e eram exportadas em grande parte para a Argentina. Tinha vagões de trem que faziam o carregamento, enchiam os vagões, vinha uma máquina e levava. Eram vagões de carga, fechados. Eram exportados até Uruguaiana, outros para Livramento, tinham representantes comerciais lá. Os Lângaro transportavam pra Libres pelo rio Uruguai, também para a Argentina. [...]. As madeireiras de Passo Fundo normalmente se localizavam próximo à estrada de ferro. A Vila Rodrigues era o espaço certo. [...]. Os uruguaios [família Mailhos] lá de Pontão, os Annoni, tinham muita madeira, trouxeram muita madeira aqui pra Passo Fundo, aproveitando do trem, né. A madeira foi fundamental para Passo Fundo. [...].¹¹

Para os empresários e colonizadores que adentraram por esta região, o significado da madeira possuía conotação meramente mercantil. Percebendo a importância comercial, eles envolveram pequenos camponeses (caboclos e descendentes de imigrantes) nessa atividade, criaram e desenvolveram ainda mais a mentalidade do desbravador, do pioneiro, do que derruba e não reconstrói. Alimentados pela oferta abundante do produto (e seu sentido de infindável) e pela criação intensa de mercado que se constituiu em nível regional, nacional e internacional, foram condicionados também por uma conjuntura que, aos poucos, foi ficando interna (produção de trigo e ferrovia) e externamente (guerras, urbanização, mercados expoentes...) favorável. Um dos nossos entrevistados deu ênfase a esse dinamismo e à cultura do trigo:

O forte da economia era a madeira; era a referência. O Syrotsky e Birmann, o Adão Schell Neto, os Ioschpe, os Berthier, a indústria madeireira Teixeirense, a Alovise Zanata e Cia. Ltda, os Franciosi, os Nedeff, os Lângaro, oh! Esses sim. A Madeireira São Miguel, não lembro mais de quem era na época; os Busato também tinham, penso que é lá por 1924 [...]. Muita, muita madeireira. [...]. O trigo aqui em Passo Fundo, só pra ter uma ideia, foi iniciado por um madeireiro, o seu Mário Goelzer, em Coxilha, perto da fazenda Butiá. [...]. Os Tagliari, o Evaristo me parece, o Nilo Salton, o Ernesto Busato, o Canali, o Hugo Alovise, não consigo me lembrar mais quem. Mas enfim, eram gente da cidade, do comércio, do ramo da madeira, mas eram fortes. [...]. O banco [no caso aqui o Banco da Província] os tinha como bons clientes! [...]; o trigo só rendeu muito aqui por causa da madeira.¹²

Praticamente todos os nossos interlocutores narraram esses vínculos existentes entre a madeira, o trem e a esfera do progresso material na região. Na região de Sertão, antigo território de Passo Fundo, na Estação Englert, havia grande comércio de madeira. Segundo uma nossa entrevistada,

A Vila [Englert], em 30 e 40, era constituída de funcionários da Estação Experimental, de funcionários da estação férrea que tinham trabalho fixo e os agropecuários que trabalhavam para a subsistência. O excedente de mão-de-obra das colônias velhas, a abundância de recursos naturais (madeira e erva-

¹¹Entrevista com Sr. Sérgio Lângaro, já informada.

¹²Entrevista com seu Nilo Quadros, 87 anos. Foi por décadas granjeiro, produtor de trigo, mas, segundo ele mesmo, sua atividade principal foi na economia da madeira, principalmente como comerciante; fez questão de enfatizar que usou muito o trem: “Enchi alguns vagões”.

-mate) e a possibilidade de ampliar a área de cultivo foram as molas propulsoras dessa colonização, aliadas à construção da estrada de ferro que então se inicia, e cujo engenheiro deu o nome ao distrito, dando início a uma nova localidade, derrubando as matas para formarem suas lavouras e iniciando a exploração da madeira, a qual viria a tornar-se a maior riqueza econômica da localidade.¹³



Os trilhos de trem serviam também para o transporte da madeira no interior das próprias madeireiras, como é o caso da Madeireira Escobar. Foto cedida pelo Sr. Danilo Escobar.

Nessa região do Englert há uma grande mata de pinheiro nativo conservada e sob jurisdição federal; a mesma atesta a abundância dessa espécie de madeira existente na região.

Num material distribuído nas escolas e que relata algo da história do atual município de Sertão (na época pertencente a Passo Fundo), encontramos afirmações do tipo: “O trem, por onde passava, trazia consigo muita destruição da natureza e muito progresso”. Segundo o mesmo material, “certas áreas ficavam esperando a dizimação geral das outras matas, para, após, serem exploradas. Então, quando as matas existentes não apresentavam muitos recursos para a exploração das serrarias, são os proprietários das reservas que passavam a vendê-las por valores consideráveis se comparados aos existentes”. Na narrativa histórica local, estima-se que existiam na região do

Englert, na década de 1930, 12 serrarias, “as quais trabalhavam no limite máximo, visto que havia matéria-prima abundante e comércio para tudo o que produziam. Esse conjunto de serrarias gerava um movimento muito grande”¹⁴. Segundo outro entrevistado,

o trigo começou a dar bem nestas terras, terra vermelha, terra forte, de mato. [...]. Destocava tudo. Depois de destocar os troncos e raízes dos pinheiros, vinha o trigo. Os bois e os dinamites arrancavam os tocos das árvores; um pouco o fogo ajudava. [...]. Eu mesmo trabalhei anos na Estação Experimental aqui do Englert destocando mato com dinamite e a muque. E assim *se abriu* essa região¹⁵.

Os grandes empreendedores do setor madeireiro adentraram no ramo após a consolidação do tronco ferroviário por toda a região. Segundo Danilo Escobar, terceira geração de madeireiros da família Escobar,

desde os anos 40, quando começamos, que nós usávamos o trem para o transporte da madeira; carregava madeira no trem e ia pra fronteira (Uruguai) e pra Porto Alegre; carregava na estação ou no desvio da linha férrea que tinha lá perto da Madeireira São Miguel, na esquina do quartel, lá foi carregada muita madeira nossa no trem. Comprava o pinheiro na região e serrava, vendia também pra outras madeireiras, mas, em geral, usava o trem e vendia o produto pra fora¹⁶.

A região norte do estado, como já vimos, foi recortada no final do século XIX e em grande parte

¹³Entrevista com a professora Lucinda, uma antiga moradora da Vila Englert.

¹⁴Cf. texto Ocupação e desenvolvimento. Prefeitura Municipal de Sertão, 1996, texto para orientação nas escolas (p. 28-29).

¹⁵Entrevista com seu Nilo Quadros, 87 anos, já informada.

¹⁶Entrevista direta com Danilo Escobar (em 13/03/2013), filho e neto de madeireiro. Seu pai, Amado Escobar, com 85 anos, ainda possui vínculos com a indústria da madeira.

das primeiras décadas do século XX pela construção de estradas de ferro, que “comia a madeira¹⁷”, transportava e empregava gente; promoveu a derrubada da mata não só para permitir sua passagem mas, na concepção dos empreendedores econômicos da época, para trazer o progresso. A colonização e as empresas particulares souberam tirar proveito do sentido econômico que a ferrovia permitia. Centenas de serrarias, milhares de trabalhadores do setor e de famílias de colonos migrados das antigas colônias, dezenas de comerciantes deram conta da destruição desta fonte de renda que os jornais da época, especialmente *O Nacional*, de Passo Fundo, não cansavam de mencionar. Esse periódico, em 1/8/1928, já dizia que “a indústria da madeira é de interesse palpitante, a maior fonte de riqueza da região” (*Jornal O Nacional*, 1/8/1928, p. 1).

Em 1929 apareciam nos dados do município 362 empresas madeireiras (Tedesco; Wentz, 2007). Algumas empregando mais de cem pessoas. Carazinho, ainda como 4º Distrito de Passo Fundo, possuía 174 empreendimentos madeireiros no final da década de 1920, abarcando mais da metade das empresas pertencentes ao município de Passo Fundo e justificando ser o maior empório madeireiro do planalto gaúcho (Wentz, 2004). Havia também uma grande correlação entre os grandes madeireiros, comerciantes do setor, com o poder local; povoados se constituíam ao redor das madeireiras; isso se deu Coxilha, Mato Castelhana, Caseiros, Pontão, entre outros na região. Em entrevista, o Sr Jorge Berthier, fez questão de dizer que seu pai foi duas vezes prefeito nomeado de Chapecó e o “primeiro prefeito eleito do município”.

“A MADEIRA NÃO TINHA SAFRA, ERA LUCRO CERTO”: PODER E IRRACIONALIDADE EXTRATIVISTA

Segundo Bellani, a extração da madeira e o poder dos madeireiros eram tão grandes que a exploração dos recursos naturais e o conseqüente comércio de madeiras, principalmente o do pinho, foram realizados, durante muitos anos, com plena e absoluta liberdade, sem coerção por parte das autoridades fiscais: “Onde houvesse árvores para derrubar, as serrarias se multiplicavam, com estoques nem sempre imediatamente diluídos nos mercados compradores” (Bellani, 1991, p. 125). Segundo Roche (1969, p. 89),

“a indústria da madeira é essencialmente nômade. Atingira a capa florestal do Planalto desde 1890, com a abertura de novas colônias, quer alemãs, quer mistas, e esta zona florestal fornece, a partir de 1915-1920, a principal produção de madeira. Conservou sua preponderância nesse setor, tendo, porém, a Segunda Guerra Mundial ativado a exploração da madeira [...] Vacaria e Lagoa Vermelha, no Planalto, como Santo Ângelo e Santa Rosa figuram entre os primeiros produtores a partir de 1930, ao lado de Passo Fundo e Carazinho que permaneceram, ainda assim, os grandes centros madeireiros. O volume exportado aumentou regularmente de 39 499 toneladas, em 1931, para 76 814, em 1940. O Rio Grande do Sul ocupava, então, o primeiro lugar entre os estados brasileiros, graças à exploração de enorme reserva de araucária do Planalto”.

A madeira cedeu e *limpou* o espaço para o trigo, que se consorciou com o milho, o qual, por sua vez, promoveu a criação de suínos e sua conseqüente industrialização e comércio da banha, produção essa de grande destaque na economia gaúcha e, em particular nas regiões colonial e centro-norte do Estado. Um dos nossos interlocutores nos disse que,

¹⁷Entrevista direta com o Sr. Venceslau Azevedo, já informada.

“Muitos que tinham madeireira se vincularam a agricultura, ao trigo, principalmente depois da crise da madeira. As terras de campo valiam muito pouco, se arrendava campos muito facilmente. O Valdemar Lângaro se dedicou muito à agricultura, começou como madeireiro e depois, pelos anos 50, se dedicou como granjeiro. [...]. Os pinhais acabaram logo. Coxilha, Sertão, Mato Castelhano, esses pinhais acabaram logo, não tinha fiscalização, não tinha o Ibama, tinha o IBDF, o Instituto do Pinho, mas os madeireiros procuravam ser amigos, não tinham fiscais, então possivelmente a devastação foi total. Você vai daqui a Iraí, não tem mais um pinheiro, é só lavoura. Antes era só pinheiro. [...]. A madeira era um taco certo o ano inteiro, não tinha safra, era lucro certo. [...]”¹⁸

Na realidade, houve certa preocupação de autoridades políticas do estado no sentido de coibir a forma desmesurada e irracional do corte da madeira. Ainda em 1900, pelo decreto-lei nº 313, o governo dispôs sobre o regime colonial e florestal do estado, buscando proteger determinados espaços e formas de derrubada, com o objetivo de proteger rios, regiões de declives, etc. (Wentz, 2004). A ideia era determinar um limite para o corte e exploração da madeira, sua reposição, utilidade (benfeitorias, uso doméstico, mercado...). Nesse sentido, na mensagem de 1904, Borges de Medeiros argumentava que,

“apesar das disposições reguladoras do domínio florestal e das recomendações às Intendências Municipais no sentido da proibição do corte de madeiras nas margens dos rios navegáveis, dentro da faixa considerada de servidão pública, e bem assim do lançamento de um imposto proibitivo sobre a lenha fornecida às estradas de ferro, continua a devastação das matas com prejuízo crescente do regime de águas, da climatologia e da agricultura” (Barcellos, 1988, p. 186).

O Serviço de Proteção Florestal, órgão público de regulamento e normatização da atividade, em seu relatório de 1919, manifestava preocupação com as reservas florestais em virtude dos mananciais e cursos de água. Na imprensa local, em 1928, essa preocupação se refletia. Vejamos:

O Brasil necessita, quanto antes, de um Código Florestal, para proteger e defender a sua imensa riqueza florestal, ameaçada pela derrubada sem ordem, que vai fazendo desertos por toda a parte, e pouco a pouco, conduzindo o país à ruína fatal, em consequência dos danos irreparáveis, que causa à sua economia, a falta de regulamento à exploração comercial da madeira, e colonização das terras cobertas de matas. [...]. Uma floresta que é uma fonte de riqueza que se esvai para sempre, dando curso apenas uma vez, à ganância insaciável dos seus mercadejantes, com prejuízo da coletividade. Não é só o dano decorrente da extinção da matéria prima que se deve evitar, mas igualmente a influência exercida sobre o clima, pela falta de matas em extensas regiões, onde se vão formando os desertos, com todo o seu cortejo de horrores e misérias. [...]. (Jornal O Nacional, Passo Fundo, 15 set. 1928, p. 1).

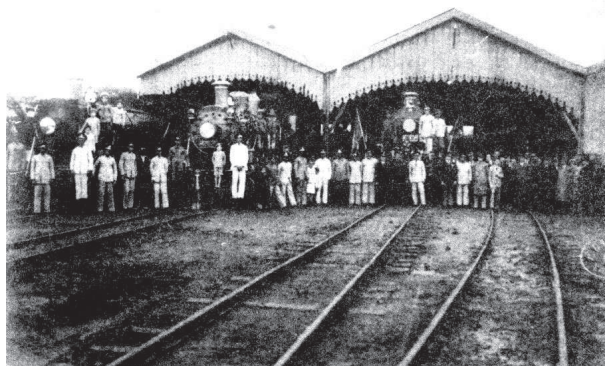
Na entrevista que fizemos com o senhor Otto Bonatto, trabalhador por mais de quarenta anos na Gaúcha Madeireira de Passo Fundo, diz que os Nedeff, seus patrões, buscaram sempre reflorestar, inclusive comprando grandes extensões de terra para tanto. Segundo ele, havia, na época, uma organização sindical dos madeireiros, a qual tinha como uma de suas funções sensibilizar os seus membros para a necessária e econômica recomposição da madeira, fato esse com pouco resultado, conforme reconhece o nosso entrevistado. O reflorestamento só iria acontecer com mais intensidade por volta de 1950 e 1960, quando da

¹⁸Entrevista com Sr. Sérgio Lângaro, já informada.

introdução do “pinheirinho americano”, que, segundo o Sr. Bonatto, era de fácil cuidado em relação às formigas e “vinha rápido”; porém, era de utilidade quase nula – “um belo engano que serviu pra tapiá”.

Em correspondência aos conflitos que se instalavam em Passo Fundo, em 1911, formou-se a União das Serrarias Serranas, cujo objetivo era congrega os interesses dos madeireiros (Wentz, 2004; Barcellos, 1988). A região de Passo Fundo sofria a concorrência dos estados de Paraná e Santa Catarina, além de ser uma região distante dos portos de embarque, principalmente do porto de Porto Alegre (Wentz, 2004). Essa questão tornou-a muito sensível à crise do setor em 1927, razão pela qual pressionou-se o governo do estado a abater parte do preço do frete da Viação Férrea, fornecer bonificações para os exportadores, construir alpendres para depósitos de madeira, racionalizar as medidas de peso/vagão, dentre outras (Tedesco; Sander, 2002; Wentz, 2004).

O Estado propiciava aos colonizadores a aquisição de terras às margens das ferrovias, pois o povoamento dessas áreas e a construção de estradas eram objetivos inseparáveis no projeto de desenvolvimento (Kliemann, 1986, p. 110). As empresas madeireiras utilizaram em grande escala esse meio de transporte, mesmo enfrentando dificuldades, em vista da escassez de vagões para o carregamento de suas mercadorias.



O transporte da madeira deu grande utilidade e importância ao trem em Passo Fundo. Foto D' Agnoretto.

No Congresso dos Comerciantes, realizado em setembro de 1917 em Porto Alegre, foram discutidas as dificuldades enfrentadas pelos madeireiros em relação ao transporte de suas mercadorias pelas ferrovias. Os madeireiros do estado, no geral, estavam muito descontentes com a atuação da Viação Férrea. Em novembro e dezembro de 1916, eram fornecidos vagões aos serradores rio-grandenses na proporção de 100%; de janeiro a março de 1917, em 72%; de abril a junho, em 50%; de julho a setembro, em 28%; de outubro a dezembro, em 8%, e, de janeiro a março de 1918, em 3,1%. Ainda, o governo federal tinha permitido que a Viação Férrea elevasse provisoriamente em 20% as suas tarifas (Jornal *Estância*, Porto Alegre, maio/ago. 1918, p. 148).

A preocupação dos madeireiros e proprietários de serrarias com as questões que envolviam a ferrovia eram constantes. Em alguns momentos o problema era o preço do frete; em outros, a falta de uma infraestrutura de armazenamento da madeira; o problema do atraso e da demora de vagões e da chegada inconstante nos postos de vendas estava também na ordem do dia, bem como a falta de vagões para o carregamento da madeira, questão que fazia com que muitos dos grandes madeireiros tivessem de adquiri-los privadamente. Os vários jornais consultados¹⁹ traziam quase que diariamente questões sobre o tema, bem como sobre a discussão referente ao aumento das tarifas de frete.

¹⁹A Federação – Porto Alegre; Jornal da Serra e Noticioso – Carazinho; O Nacional – Passo Fundo; Correio do Povo – Porto Alegre; Diário de Notícias – Porto Alegre; A Voz da Serra – Passo Fundo. Uma análise sobre matérias de jornais sobre conflitos no setor madeireiro, ver Tedesco; Sander (2005), Wentz (2004).

O aumento dos fretes vem, pois, demonstrar como os nossos homens públicos se interessam pela sorte dos produtores e pelo desenvolvimento econômico do país. A questão não foi decerto sequer ligeiramente estudada e os poderosos concessionários das ferrovias do Rio Grande do Sul facilmente conseguiram o triunfo de suas pretensões (Jornal *A Estância*, Porto Alegre, maio/ago. 1918, p. 14.)

Malgrado os reclames generalizados do setor, a crise iria se abater bem mais tarde, pós-Segunda Guerra Mundial. Nos dados sobre a economia de Passo Fundo em 1942, o setor madeireiro contribuía com 46,8%, porém, em 1950, reduziu para 18,48% e em 1970 para apenas 4,07%.²⁰

“A AJUDA DE SÃO PEDRO”: BALSAS E BALSEIROS. AS MEMÓRIAS DE OFÍCIOS

O envio de madeiras do norte do Rio Grande do Sul pelo rio Uruguai, embarcadas no porto do Goio-En, divisa de Nonoai com Chapecó, dava-se quando das enchentes do Uruguai e aproveitava-se para transportar as madeiras em grandes balsas ou jangadas, assim como outros produtos eram enviados por barcos especialmente construídos para esse fim (Bellani, 1991; Woloszyn, 2010; Tedesco; Sander, 2002). As cheias anuais que propiciavam esse tipo de transporte rudimentar sofriam oscilações e, por isso, muitas vezes os comerciantes de madeira eram prejudicados. As enchentes, às vezes, levavam de seis a oito meses para ocorrer, mas a balsa já estava pronta; então, a madeira ficava exposta ao sol e à chuva, estragando-se. Aquela que ficava sob a água não sofria alterações.

Balsas imensas eram levadas pelas correntes do rio, do qual inúmeros comerciantes de madeira se serviram para comercializá-la, comprando terras nas regiões norte do Rio Grande do Sul, de Chapecó, Nonoai e extremo-oeste de Santa Catarina. O rio Jacuí possui sua nascente em Passo Fundo; a bacia hidrográfica do Guaíba tem boa parte de suas águas constituídas por esse rio. A sua utilização pela indústria da madeira foi intensa nas primeiras décadas do século XX. A região de Passo Fundo se caracteriza por ser um território divisor de águas, parte das águas desembocam no rio Jacuí e parte no rio Uruguai; desse modo, há um patrimônio ambiental e natural expressivo, recurso esse que foi muito utilizado pelos comerciantes da madeira na região. De uma forma poética e ufanista, um analista do setor narra que,

“Experiência das mãos, esperança do coração, coragem da aventura, um chapéu na cabeça, uma panela, um abrigo para dormir, palheiro na boca para afastar os mosquitos [...], lá se vai, cinco e mais dias, Uruguai a dentro, Uruguai abaixo, criando divisas, valorizando nossa moeda em nobreza de câmbio, gerando empresários e comerciantes, fazendo ao natural o hoje discutido Mercosul [...]”.²¹

Uma entrevistada na região do Englert nos disse que

“os devotos de São Pedro continuam ainda hoje aqui. A ajuda de São Pedro era muito importante, tinha muita gente dependendo e esperando as chuvas, sem ela ficavam de braço cruzado [...], poucos

²⁰Cf. dados da Produção industrial do Estado em 1942, 1953 e 1970, da Fundação de Economia e Estatística do RS: FEE, 1989.

²¹Cf. apresentação de Rovílio Costa ao livro de Angeli (2000).

sabem dessas histórias e da importância do [rio] Uruguai”.²²

A entrevistada lembra que seu marido ficava até três meses “no mato e nas balsas, só vinha pra casa depois de transportada [a balsa]. Ele ficava depois um bom tempo por aqui e contava, todo mundo queria saber como foi no rio, o pessoal se motivava e iam também”.

No outro lado da margem, os mercadores argentinos e uruguaios aguardavam as mercadorias. As madeiras de lei, em forma de toras e vigas, e a madeira de pinho, serrada em pranchões e tábuas, eram transportadas até o porto dos Passarinhos²³, em Iraí, onde eram dispostas em forma de grandes balsas e enviadas, nas épocas das cheias, para São Borja e, de lá, para Uruguaiana; de Uruguaiana, para a Argentina ou Uruguai²⁴. As enormes balsas eram conduzidas pelos balseiros, “homens com prática na lida com esse meio de transporte e conhecedores do curso do rio, ainda iam o cozinheiro, o prático, o lancheiro, uns oito homens no remo mais dois ajudantes” (Woloszyn, 2010, p. 65).

Classificar madeira, conhecer o mercado, desdobrar e beneficiar tábuas, destocar, conhecer a previsão do tempo, empilhar tábuas e colocá-las no estaleiro, transportá-las até a barranca do rio, atravessar o rio, comerciar o produto, falquejar vigas, arrastar as toras, fazer a canchada, juntar as peças, marcar as peças de madeira, amarrar as vigas em quartéis ou pelotões, embalsar, saber o momento da largada, viajar na balsa, dentre inúmeras outras atividades, constituíram relações, diferenciações, atores, especialistas do ramo, bem como marcou a forte presença do caboclo, principalmente o ribeirinho e, tudo isso, faz parte dos conteúdos de lembrança que narrativas dimensionam, faz parte de um patrimônio imaterial, de saberes e experiências que marcaram uma época na região de Passo Fundo.



As balsas sobre o rio Jacuí também contribuíram para o dinamismo econômico e o transporte da madeira na região; a espera das chuvas (enchentes), o trabalho da confecção das balsas, o transporte, o retorno ao local de origem etc., tudo isso fez parte da vida nos primeiros tempos da colônia. O caminhão foi substituindo essa atividade que, na realidade, poucos hoje conhecem. Foto gentilmente cedida por Valdirene Chitolina.

“POR ONDE TU ANDAVA TINHA MADEIREIRA”: *UM TERRITÓRIO DE MADEIREIROS*

Um dos grandes madeireiros da região foram “os Annoni”; suas atividades no setor intensificaram-se nos anos 30; adquiriram serrarias em Carazinho, Passo Fundo, Getúlio Vargas, Sobradinho e em

²²Entrevista com Leocádia dos Santos, 74 anos, em janeiro de 2013, antiga moradora da Vila Englert e que esteve, juntamente com seu marido e família, trabalhando no setor madeireiro por mais de 30 anos.

²³Entrevista com Enio Gehn; sócio-proprietário da firma Gehm, Benvegnu, e Rodolfo Mattje, madeireiro em SC, entrevistados por Liliane I. M. Wentz. O lugar onde eram feitas as balsas, era chamado de “pranchada.” Ver Tedesco; Wentz, (2007) e Wentz, (2004).

²⁴GEHM, Enio. Entrevista já citada.

vários municípios no estado de Santa Catarina. Outro que merece destaque pela pujança regional foi Tadeu Annoni Nedeff (o mesmo possuía título de Comendador), proprietário da Gaúcha Madeireira de Passo Fundo; o mesmo, tanto em Passo Fundo, quanto em Lagoa Vermelha e, pós-anos 60, com a crise da madeira na região, em várias outras partes do estado, foi de grande expressão. Na Colônia de Quatro Irmãos (hoje, município com o mesmo nome), a qual se estendia até Erebangó, na linha férrea Passo Fundo-Erechim, havia um grande empório madeireiro, em particular, de imigrantes ou descendentes de imigrantes judeus. Em 1942, essa colônia chegou a transportar 811 vagões de madeiras. Gritti (1992, p. 265) afirma que os israelitas que obtiveram sucesso em Quatro Irmãos foram os que se dedicaram ao ramo da madeira. A exploração da madeira era tanta que, em 1947, nada menos do que 36 serrarias estavam operando, grande parte delas controlada e gerenciada por representantes da empresa. Durante o período da Primeira Guerra Mundial, momento este favorável à indústria da madeira devido à baixa concorrência europeia, a companhia consolidou seu mercado na Argentina e no Uruguai.²⁵

A Jewis lucrou muito no período. Eles não dependiam muito do governo, tinham seus próprios vagões. Esses judeus e turcos que estavam lá sabiam fazer, reservaram pra si a exploração da madeira. Vendiam as terras, mas a madeira boa pro comércio era de exclusividade deles. Hoje se lembra do Salomão Ioschpe por causa do colégio aqui [...]. Na época tinha muito judeu, sírio no comércio em geral em Passo Fundo e principalmente na madeira, saíram, em grande parte daí, lá da dita Colônia do Quatro Irmãos.²⁶



Madeireira das famílias Franciosi e Fossatti, já informada.
Foto gentilmente cedida pela família Briancini.

A empresa Irmãos Iochpe S.A, Indústria e Exportação, tinha sua matriz fixada na cidade de Passo Fundo, com filial em Porto Alegre e escritório em Montevideu. Mantinha serrarias nos municípios de São Joaquim, Joaçaba e Getúlio Vargas (Wentz, 2004).

A firma Lângaro & Benincá & Cia. Ltda., de propriedade de Dionísio Lângaro, Vitor e Davi Benincá, instalada em Passo Fundo, comprava madeiras de Lagoa Vermelha, Marcelino Ramos e Santa Catarina, exportando-a para a Argentina via trem e via rio Uruguai. Também havia a Benincá & Cia. Ltda., de propriedade de Vítor Leão Benincá²⁷, o qual abriu uma frente de exportação

de madeiras via Santana do Livramento e de lá para o Uruguai e a Argentina. Outras com grande expressão como a Franciosi e Fossatti, Escobar, Salton, dentre várias outras, inclusive instaladas no meio rural, também marcaram presença em Passo Fundo.

²⁵É interessante informar que, por muitos anos, Filipson, vice-presidente da companhia colonizadora, foi presidente da Compagnie Auxiliaire des Chemins du Fer au Brésil. Por esse vínculo, pode-se ter uma ideia da correlação existente entre a estrada de ferro, a exploração da madeira e a valorização das terras na referida colônia. Ver Tedesco; Sander (2002); Tedesco; Wentz (2007).

²⁶Entrevista com Sr. Nilo Quadros, já informada.

²⁷ROSSETO, Balduino. Contador da empresa Benincá & Cia. de 1962 até 1971. Entrevistado por Liliane Mattje Wentz em julho de 2002. Ver Wentz (2004).

Na década de 1960, com a redução significativa da matéria-prima principal – o pinho – grandes madeiras buscaram mercados externos mais dinâmicos. Dois dos nossos entrevistados contaram que, no final da década de 1950 e início da de 1960, não havia mais muita madeira para serrar, “mas o comércio atacadista estava cheio do produto”; quem tinha condições infra-estruturais para estocagem encontrou no mercado externo da década de 1960 uma grande fonte de renda. Novas terras, novas fronteiras, novas madeiras e novas matas foram sendo buscadas; novos meios de transporte, novos mercados, novos donos de terras foram surgindo em outras regiões. “A serraria migrava fácil; atrás dela, ficavam as terras limpas”, diz-nos um entrevistado; ficavam também caboclos, índios e pequenos colonos pobres e expropriados, moradores e trabalhadores urbanos em potencial. Segundo um dos nossos entrevistados, trabalhador do setor madeireiro em Passo Fundo,

“nós era um mundareu de gente, tinha time de futebol só de trabalhador das madeiras, a gente se reunia no campo de futebol perto da rodoviária velha, lá em baixo; ia de lá até a estação, beirando o trilho tinha muita madeira. [...] Na Vila Rodrigues, por onde tu andava tinha madeira, era só tábua empilhada, nossa, era só pra vê”!²⁸

O mesmo relata que “naquela época não tinha legislação trabalhista como hoje, se trabalhava em troca do que eles [madeireiros] te davam; alguns trabalhavam em troca da madeira pra sua casa, resto de madeira, né”; o mesmo fez questão de enfatizar que o setor madeireiro enriqueceu Passo Fundo e,

“os madeireiros também, nós ficamos com nada, com a casinha aqui na Rodrigues [atual Vila Rodrigues], Lagoa [Lagoa Vermelha], lá eu morei um tempo e vi que também ficaram pobres como eram os que trabalhavam nas madeiras, mas tem também os que se deram bem”.

Os caboclos, não proprietários de terra, desempregados das atividades da pecuária, em crise, vislumbravam, na expectativa do salário, uma oportunidade de trabalho nesse setor. Lagoa Vermelha possuía, em 1955, 106 estabelecimentos industriais enumerados pelo Departamento de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, dos quais apenas dois não operavam na extração da madeira (Tedesco; Sander, 2002). Xavier e Oliveira (1957, p. 87) deixou registrada numa de suas obras a constatação quanto ao número de trabalhadores integrados nesse setor no município de Passo Fundo:

“Admitindo-se uma média de 10 operários para cada serraria em trabalho, que a metade do pessoal assim apurado tenha família e que esta se limite a quatro pessoas, se chega a conclusão de que nesses estabelecimentos devem ter fonte de subsistência quase 4.000 pessoas, cálculo esse que põe em relevo a influência do setor na vida do proletariado rural”.

A economia da madeira empregou mão-de-obra, expropriou muitos pequenos produtores, em geral, caboclos que viviam da pequena lavoura e do extrativismo da erva-mate e do pinhão; em contrapartida, enriqueceu e acumulou capital nas mãos de alguns, que, ao comprarem a madeira, compravam as

²⁸Entrevista com Arlindo Antunes, 79 anos (em 03/01/2003), residente na Vila Rodrigues em Passo Fundo, trabalhador “por mais de três décadas” para várias madeiras, “mas mais tempo para os Lângaro” e também “para os Fossatti”.

terras de muitos caboclos e pequenos produtores migrados; como disse-nos um entrevistado, “comprava madeira e, de lambuja, vinha a terra”; forneceu mão-de-obra e população para as cidades que se formavam ao redor de uma serraria e/ou de um comércio de madeira, em geral nas beiras dos trilhos; consolidou a categoria de granjeiros e a simbologia do desbravador/pioneiro em várias regiões do Rio Grande do Sul.

ENFIM...

A economia da madeira precisa ser vista num complexo de relações que envolve empresas colonizadoras públicas e privadas, redes de comércio e comerciantes (no espaço rural e urbano), uma malha ferroviária em expansão e uma estrutura rodoviária com carretas e caminhões que recortaram regiões do Estado, ligando-o com outras do Sul do Brasil, em correspondência com grandes mercados consumidores e com novas trajetórias de ocupação de fronteiras agrícolas e/ou de espaços econômicos já dinamizados, bem como outras frentes de expansão e de colonização. Não há dúvida de que em termos econômicos, políticos, sociais e ocupacionais, o setor madeireiro teve um significado profundo nesse dinamismo todo. Além de promover processos de ocupação do espaço natural (terra), criou vínculos produtivos e comerciais, ligou mercados distantes, possibilitou uma rede de atores sociais e econômicos; originou conflitos e definições políticas locais/regionais; fortaleceu a diversificação econômica; concretizou o princípio positivista do progresso com ordem social, sem atentar para a resolução das contradições sociais daí decorrentes.

Como a madeira demonstrou ser uma fonte de renda imediata, as serrarias se acumulavam na região, no entanto, à medida que foi se extinguindo a matéria-prima, elas migraram, deixando para trás um rastro da destruição das matas e um caminho aberto para a produção agrícola. Quem possuía terra pôde continuar; quem era trabalhador do ramo, principalmente caboclo, migrou junto com as serrarias, ou encontrou espaços sociais marginais em ter-

mos econômicos. Aliás, poucas informações há acerca dos espaços que os pobres das serrarias passaram a ocupar na região. É possível identificar, na região de Passo Fundo, pequenos núcleos de povoações que surgiram ao redor de madeireiras; localizam-se também novas indústrias aproveitando fatores locais (mão-de-obra e infra-estrutura já existente). Erebangó, Mato Castelhanó, Coxilha, Bairro São José e Vila



Madeireira da família Escobar, localizada na Vila Carmem, próxima ao centro de Passo Fundo; a mesma continua em funcionamento. A referida família está há mais de 70 anos no ramo; três gerações constituíram-se na atividade. Foto: gentilmente cedida pelo Sr. Danilo Escobar.



Antiga madeireira da família Benincá em Passo Fundo; a mesma está localizada na beira dos trilhos, na Vila Rodrigues. Hoje, o antigo pavilhão serve para o comércio de madeira das famílias Saggiorato e Polese. Fonte: pesquisa de campo.

Rodrigues em Passo Fundo, pequenas comunidades no meio rural da região, dentre outras, atestam isso.

Hoje restaram na memória vestígios de tempos passados, narrativas que compõem patrimônios imateriais, ilustrações em paredes de habitações de antigos proprietários de madeireiras, vestígios por onde o trem passava para, logisticamente, favorecer as madeireiras (como é o caso de alguns traçados no perímetro urbano de Passo Fundo), caminhões carregados de pesadas toras, pavilhões em ruínas, os quais serviam como espaços de comércio e estoque de madeira, lembranças de ofícios, nostalgias das matas, patrimônios econômicos construídos e diversificados por alguns empreendedores originários do setor, algumas pessoas para contar histórias, vilarejos de trabalhadores nas periferias das cidades da região, desejos de reconstituição dessa história “para não deixar morrer”, como nos disse o senhor Berthier em entrevista, algumas reservas de matas “perdidas em meio às plantações de soja”, outras como reserva natural e patrimônio ambiental, como é o caso da Floresta Nacional de Passo Fundo, como unidade de conservação federal, a qual possui uma área de 1.333 ha, grande parte dela povoada de pinheiros.

Enfim, estudar as madeireiras em Passo Fundo, para além de sua expressividade econômica, é possível visualizar dimensões patrimoniais em múltiplos horizontes. Andando pela cidade, visualizando suas plantações de trigo e soja e alguns restos de matas com pinhais no seu interior, caminhando pelos antigos traçados do trem no interior da cidade (muitos até incompreensíveis se não entendidos em sua correlação com as madeireiras), visitando a antiga estação ferroviária e todo o Parque da Gare, entrevistando antigos trabalhadores das madeireiras e membros da União Batuta dos Ferroviários de Passo Fundo, é possível encontrar muitos vestígios, rastros históricos, vividos de grupos, narrativas que, no seu conjunto e especificidades, compõem um imenso patrimônio que a sociedade de Passo Fundo ainda possui.

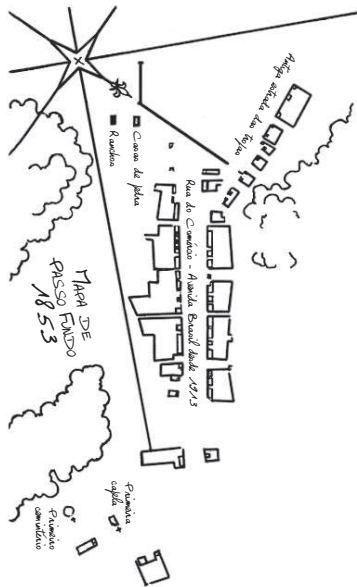


Sr. Jorge Berthier, 86 anos, um dos “mais antigos” madeireiros da região de Passo Fundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGELI, H. C. *O velho balseiro. A saga dos balseiros do rio Uruguai*. Porto Alegre: EST, 2000.
- BARCELLOS, V. M. D. *O governo Borges de Medeiros e a indústria da madeira na região nordeste do Estado – 1898-1928. Dissertação (Mestrado)*. PUCRS, Porto Alegre, 1988.
- BELLANI, E. M. *Madeiras, balsas e balseiros no rio Uruguai: o processo de colonização do velho município de Chapecó – 1917–1950*. Florianópolis: UFSC, 1991.
- BENJAMIN, W. *O narrador*. In: *Textos escolhidos: W. Benjamin, T. W. Adorno, J. Habermas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).
- CORTEZE, D. *Ulisses va in América – história, historiografia e mitos da imigração italiana no RS (1875-1914)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2002.
- COSTA, R. *Introdução*. In: ANGELI, H. C. *O velho balseiro. A saga dos balseiros do rio Uruguai*. Porto Alegre: EST, 2000.

- FERREIRA FILHO, A. *História geral do RS*. Porto Alegre: Globo, 1965.
- FRANZINA, E. *Storia dell'immigrazione italiana*. Roma: Donzelli, 2001, vol. I.
- GRITTI, I. R. *A imigração judaica para o RS: a Jewish colonization association e a colonização de Quatro Irmãos*. Porto Alegre: Pucrs, dissertação (mestrado), 1992.
- KLIEMANN, L. H. S. *RS: terra e poder – história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- PIMENTEL, F. *O Rio Grande do Sul e suas riquezas*, Porto Alegre: Livraria Continente, 1943.
- ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- RÜCKERT, A. *A produção capitalista do espaço: construção, desconstrução e reconstrução do território do Planalto rio-grandense*. Rio Claro: Unesp, 1991. Tese de Doutorado em Geografia.
- SÁ, Mem de. *Breve exposição sobre a situação industrial do sul*. Província de São Pedro. Porto Alegre, set./nov., 1946.
- SILVA, S. M. *Tropeirismo de porcos*. Porto Alegre: EST Edições, 2007.
- TEDESCO, J. C.; SANDER, R. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros*. Porto Alegre/Passo Fundo: EST/UPF Editora, 2005, 2ª ed.
- TEDESCO, J. C.; WENTZ, L. M. *A economia e a indústria da madeira*. In: RECKZIEGEL, A. L. S.; AXT, G. (Coord.). *República Velha. Tomo I. História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 335-376.
- VERZELETTI, S. C. *A contribuição e a importância das correntes migratórias no desenvolvimento de Passo Fundo*. Passo Fundo: Imperial, 1999.
- WENTZ, L. M. *Os caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul (1902-1950)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004.
- WOLOSZYN, N. *Os trabalhadores do rio: balseiros e balsas do rio Uruguai (1930-1960)*. In: HEINSFELD, A., et. al. (Org.). *Economia, espaço e sociedade*. Passo Fundo: Méritos, 2010, p. 153-172.



ESPAÇOS SAGRADOS E UMA VIDA DE INICIAÇÕES

Gizele Zanotto¹

“Rituais envolvem consciência e promovem consciência; mas, como tudo que se refere a consciência, dependem da memória e contribuem com a memória”.

Marco Antonio da Silva Mello e Arno Vogel

Segundo umas das máximas mais difusas do poeta grego antigo Píndaro, “o homem é um ser que esquece”. Esse esquecimento, que em muito contribui para que nossa memória seja resultado de um processo contínuo de filtragem do que fica e é ressignificado e do que é esquecido, todavia, torna-se um problema com a descontinuidade de transmissão de conhecimentos relativos ao viver em sociedade e aos ordenamentos e regras socioculturais que nos possibilitam ler, compreender e agir sobre o mundo. Uma das formas de minorar esse possível prejuízo social se realiza com a disseminação de mecanismos de educação continuada, passíveis de mobilizar as memórias para a rememoração de elementos basilares do discurso e prática ordenadores do cotidiano. Para além da educação formal e da educação informal familiar, vemos com destaque o papel de ritos e rituais cotidianos, regulares e repetitivos nesse processo de estímulo ao recordar. Recordar é viver, pois recordar é constituir/reconstituir vínculos afetivos, coletivos e culturais com as narrativas, os sentimentos, as interpretações, os fatos, os tempos e os espaços que nos situam no mundo. Tais narrativas nos engendram a história e nos articulam às memórias coletivas que conformam nossa identidade.

Muito mais do que eventos ligados estrita e exclusivamente às religiões e religiosidades, os ritos

¹Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Coordenadora do Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (NEMEC/PPGH) e do Grupo de Trabalho de História das Religiões e Religiosidades - Rio Grande do Sul (GTHRR/RS). Email: gizele@upf.br.

e rituais preenchem nosso cotidiano individual, escolar, familiar, laboral e mesmo os momentos de lazer e descontração. Nesse sentido, vivemos, conhecemos, definimos e comunicamos através de ritualismos incessantemente, desde o nascimento até nossa morte – e para muitos pós-morte –, fracionando nossa trajetória entre ritos de passagem e iniciação, sobretudo, que contemplam o nascimento ritualizado em hospitais; o registro civil e o batismo religioso; a iniciação e as etapas da vida educacional; a inserção na vida adulta; a integração ao exército; os trotes universitários; as oficializações de cargos e/ou atividades; a iniciação no mundo do trabalho; o matrimônio; a maternidade/paternidade; a aposentadoria; a morte; o velório e o luto. Considerando os ritos como “um conjunto de atos formalizados, expressivos, portadores de uma dimensão simbólica” (SEGALEN, 2002, p. 31²), “um conjunto de condutas individuais ou coletivas relativamente codificadas, com suporte corporal (verbal, gestual e de postura), caráter repetitivo e forte carga simbólica para atores e testemunhas” (Idem, p. 32), podemos compreender de maneira mais detalhada e qualificada seu *status* na sociedade contemporânea. Se os ritos e rituais continuam interferindo em nossa vivência e convivência social é porque significam, porque comunicam, e porque são considerados eficazes. Tais eventos podem ser religiosos, profanos, festivos, formais, informais, simples ou elaborados, mas serão sempre pautados por uma solenidade sequencial que leva à celebração coletiva, ao partilhamento de sentimentos e a sensação de coesão social (RODOLPHO, 2004, p. 139-140).

Para Patrícia R. C. Dias, a importância dos ritos e rituais evidencia-se na aplicação/mobilização de sentidos e formas que contribuem para a educação dos membros de uma comunidade. É nas ocasiões rituais que se elaboram conhecimentos e se ampliam representações; é nesses momentos que se desenvolve a imposição silenciosa de narrativas sobre sua existência e significado. Em sua análise, Dias destaca as palavras de Jean Cazeneuve que defende que o rito é uma “ação seguida de consequências reais – é a linguagem e algo mais do que isso. Obedece a uma lógica, tem uma finalidade, estrutura a causa, e acrescenta um resultado real aos participantes” (CAZENEUVE, Apud: DIAS, 2009, p. 73). Entre os estudiosos dos ritos e rituais, é patente a perspectiva de que tais atos visam manter a integração cultural e efetivar relações entre o passado e o presente para que as crianças, os jovens e mesmo os adultos possam reviver/experienciar situações anteriores consideradas marcantes. Ritos e rituais reproduzem – não sem alterações e atualizações – maneiras de ver o mundo, agir e pensar sobre ele coletivamente e acontece por fases, como a própria vivência social: “os indivíduos sempre transitam entre muitas divisões, porque a vida em sociedade passa a ser uma sucessão de etapas e acontecimentos que ocorrem de maneira linear” (DIAS, 2009, p. 80).

João Carlos Tedesco, em estudo sobre as articulações entre história, memória e oralidade, retoma a perspectiva de Jedlowski para ressaltar que os rituais, símbolos, mitos, comemorações e contos são passíveis de ressignificações, pois transitam no tempo, espaço e sociedade em sua vivência histórica. Destaca o autor, “Esses elementos narrativos do tempo, espaço e experiência (os quais ligam memória e identidade) têm o poder de entrecruzar temporalidades, dialetizar presença/ausência, contextualizar a interpretação histórica, projetar, problematizar, temporalizar o futuro, (perspectivar) a memória narrada” (TEDESCO, 2010, p. 21). Nesse sentido, a memória – narração por excelência – permite o “*religar*” (ligar de novo) das

²Na obra a autora se detém a análise da permanência e plasticidade dos ritos e rituais contemporâneos. Após uma interessante revisão teórica sobre o tema, Segalen se debruça sobre casos específicos de ritualização nos âmbitos dos esportes (caça, futebol, corrida), festas, espetáculos, política, empresas, comportamento/etiqueta e no casamento.

gerações em uma significação contínua, não destituída de alterações, mas que se quer tradicional, significativa e significativa. Tal conexão entre as gerações se faz, em muito, nos momentos rituais.

No âmbito específico das crenças, ritos e rituais são eminentemente necessários e frequentes, e têm destaque nos momentos de passagem relativos ao nascimento, casamento e morte dos membros da sua comunidade religiosa. Nossa proposta é avaliar alguns rituais em Passo Fundo, relacionando-os com os espaços em que tais eventos se dão – em especial, templos religiosos e cemitérios –, pela sua simbologia de lugares sagrados ou tornados sagrados em função dos rituais e, em decorrência, de sua conformação como bens culturais e patrimoniais perante a sociedade e/ou comunidade envolvida. As construções materiais, como vetores de uma memória ritual, legam significados e vínculos identitários, sociais, culturais e afetivos nada desprezíveis. Tal significação evidencia a constituição daqueles espaços como patrimônios para parte significativa da população local que, para além dos usos ordinários realizados em seu interior, acabam por alçar tais templos ou lugares à categoria de bem comunitário a ser respeitado, preservado e, em muitos casos, venerado.

EIS QUE VEIO AO MUNDO, MAS AINDA NECESSITA INGRESSAR NELE...

Passo Fundo, assim como as demais localidades e municípios do atual território brasileiro instauradas até o século XIX, têm como marca inicial de organização religiosa o catolicismo. Desde o início da povoação o poder clerical foi aventado como necessário, sobretudo com a elevação progressiva da localidade (povoado, freguesia, município), não somente para dar conta dos ofícios religiosos de maneira contínua, como também para resolver as questões de registro dos nascimentos, casamentos e falecimentos – atribuição legada às paróquias pelo próprio Estado brasileiro até a instauração da República em 1889. No Rio Grande do Sul a instituição católica teve pouco alcance efetivo até a constituição de uma rede de paróquias e dioceses melhor distribuídas entre fins do século XIX e a primeira metade do século XX, quando a ênfase nas cerimônias foi progressivamente diminuindo, cedendo lugar à proposta de uma romanização (enquadramento) e moralização dos religiosos no país e também no estado extremo-sulino³. De todo modo, prevalece no cotidiano dos rio-grandenses a consciência da necessidade de ritualização de certos eventos cotidianos, em especial, o batismo⁴.

O nascimento de uma criança traz esperança, regozijo, alegria e também estabelece uma nova relação cotidiana no núcleo familiar. Face às dificuldades de atendimento médico mais especializado nos rincões sulinos, as parteiras mantiveram-se atuantes por longo período. Da mesma forma, a falta de atendimento religioso católico contínuo (havia poucos padres que atuavam no Rio Grande do Sul entre meados do século XIX e início do século XX), possibilitou certa autonomia – relativa e em certo modo

³Ver: ISAIA, Artur César. Aspectos da afirmação do catolicismo na sociedade rio-grandense. In: ALVES, Francisco das Neves. TORRES, Luiz Henrique. (Orgs). Ensaios de história do Rio Grande do Sul. Rio Grande: URG, 1996. P. 46-60.

⁴Batismo, “prática de aspergir água, derramar água sobre a cabeça ou imergir alguém em água como ato de iniciação cristã e obediência ao mandamento de Jesus Cristo. O batismo como ORDENANÇA ou SACRAMENTO cristão tem aplicação praticamente universal na igreja, embora haja grande divergência quanto à sua aplicação: se aos que conscientemente exercitam a fé em Cristo (batismo dos crentes) ou se também aos recém-nascidos, cujos pais são cristãos (batismo de recém-nascidos ou PEDOBATISMO).” (GREENZ; GURETZKI; NORDLING, 2000, p. 19).

controlada - à população de fiéis. Especificamente quanto ao rito de recepção do batismo, tal maleabilidade foi necessária já que a entrada no Reino dos Céus, após a morte, demandava que o primeiro dos sacramentos já estivesse realizado. O batismo tem diferentes formas e sentidos e revela, por tamanha diversidade, aspectos do mundo social e simbólico dos membros da comunidade envolvida com seu rito. Conforme destacam Cláudia Fonseca e Jurema Brites, “para a criança tornar-se humana, não basta nascer; ela deve ser recepcionada pelo corpo social” (FONSECA; BRITES, 2003, p. 01)

Para sanar os problemas de trânsito de párocos e sua assistência esporádica em Passo Fundo, em 1833, foi autorizada a ereção de uma capela em terreno doado pelo militar Manoel José das Neves, conhecido como Cabo Neves, que chegou poucos anos antes à região em

que a localidade seria formada. Em 1835 a capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição Aparecida (localizada na atual região da Catedral de Passo Fundo) foi finalizada e passou a servir de local vetor da sociabilidade e das devoções aos padroeiros (GEHN, 1982, p. 14). Também ali se realizavam os rituais de batismo que, em geral, significam uma divisão entre os acolhidos e não admitidos no “reino dos céus”, pois é um rito de iniciação, e, conseqüentemente, de divisão e exclusão.

Em 1845 a Igreja Nossa Senhora da Conceição passou a sede paroquial e igreja matriz do Distrito. Dois anos depois foi instituída a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição que elevou a capela para paróquia (Lei Provincial n. 99) – o que destacava a povoação regionalmente e instaurava maior controle e efetividade de serviços públicos e religiosos no norte do Rio Grande do Sul⁵. A atual Igreja Nossa Senhora da Conceição – conhecida como Matriz – está situada na Rua Paissandú e foi construída em fins do século XIX, em terreno doado por Ramão Ricco.

Com a instituição da República e da laicidade estatal, as atividades de registro civil foram assumidas pelo estado brasileiro, o que apartou definitivamente dos templos religiosos a atribuição de registros

civis dos cidadãos (batismos, casamentos e obituários), questão regulamentada com a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891. Nas igrejas os registros de batismo, casamentos e óbitos continuam a ser realizados, todavia com a restrição denominacional (de alguma instituição religiosa em específico) como marca, o que lega aos templos religiosos um rol de informações restrita ao seu público de fiéis. Desta forma, temos de considerar a existência de formas de ingresso familiar, social e cidadão na



Figura 1 - Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição. Fonte: Acervo pessoal de Gizele Zanotto.

⁵Segundo D’Ávila, “A presença, em caráter permanente, de um vigário e seu coadjutor representava não apenas assistência de membros do clero secular subordinados a um bispo, mas também, de funcionários do Estado, pagos por este e encarregados, dentre outras tarefas, dos registros civis. Eles anotavam em livros destinados a tal fim, os batizados (nascimentos), os matrimônios (casamentos) e os sepultamentos (óbitos). Desta forma a sacristia, inexistente na Capela, é lugar além de sacro (função de culto), profano (cartório)” (D’ÁVILA, 1996. P. 61).

comunidade, ou seja, o batismo caseiro (para os grupos restritos que o praticam), o batismo religioso e o registro civil.

No extremo sul do país, ainda nos tempos coloniais, uma autorização eclesiástica para a realização dos batismos em casa, sem a condução de um religioso (padre), foi propiciada para evitar-se o mal maior de que um recém-nascido que falecesse não tivesse a possibilidade de integrar-se à comunidade católica pela falta de párocos e do rito batismal. O primeiro registro dessa prática no Brasil, segundo Fonseca e Brites, data de 1707 com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia – como a Igreja Católica insiste na necessidade de batismo foi permitido a qualquer pessoa realizá-lo em situações emergenciais e/ou na falta do pároco – embora sua aceitação não era tida de bom grado pelas autoridades que, quando possível, refaziam o rito, sob a batuta institucional e hierárquica. As autoras destacam que tal prática fora comum no Rio Grande do Sul e que, para além da falta de religiosos para realização do batismo, a restrição aos padrinhos de outras denominações religiosas ou não batizados, os pais casados em “união gaúcha” (não casados), ainda outros motivos também podem ser apontados para a realização do rito em casa: “Adiavam a cerimônia na Igreja (às vezes indefinidamente) por não ter acesso a um sacerdote apropriado, ou por não gostar do sacerdote disponível, ou por rejeitar as taxas arbitrárias que o pároco cobrava...” (FONSECA; BRITES, 2003, P. 03). Interessante perceber que na argumentação de Rosane R. A. Bertoncello, partícipe de um rito de batismo em casa que participamos em Passo Fundo, em fevereiro de 2011, a questão da necessidade de batismo e a falta de párocos nas localidades é destaque na justificativa para a realização do ritual: “Havia poucos padres para visitarem todas as comunidades que eram distantes, sendo que demoravam às vezes 1 ano para acontecerem os Batizados. Como antigamente existiam muitos casos de morte de bebês até os 7 dias, então para a criança não ser enterrada como ‘ateu’ batizava-se em casa” (BERTONCELLO, 2013b).

O batismo em casa foi mantido em várias regiões e ainda é realizado, mesmo que diminuindo progressivamente pela oferta no mínimo mensal de realização ritual no templo religioso, conduzido por um padre – que geralmente desaconselha a prática. Por isso, como vimos, o ideal, segundo nos informa Bertoncello, seria realizar o batismo em casa até o 7º. dia do nascimento da criança (BERTONCELLO, 2013a) e depois o oficializar na Igreja. Em Passo Fundo, embora pouco difuso e divulgado, também acontece entre alguns grupos familiares o batismo caseiro – ritual mais restrito aos familiares e amigos íntimos –, que não descarta ou minimiza o sentido social do batismo religioso oficial. Segundo descreve Bertoncello, o rito deve ser realizado em local apropriado para tal (sacralização do espaço profano com sua reconfiguração para a cerimônia – mesa com toalha branca para preparar um altar com imagens, Bíblia, água, ramos verdes, vela e água benta) e segue a seguinte sequência: acendimento da vela; os padrinhos fazem o sinal da cruz no afilhado/a; há leitura de um texto bíblico⁶; fala dos padrinhos; fala sobre a importância do batismo na vida da pessoa; novo sinal da cruz com o ramo verde e água benta na frente e peito da criança; pronuncia-se o batizado em nome da trindade (pai, filho e espírito santo) (BERTONCELLO, 2013a). A descrição do rito realizada por Fonseca e Brites aponta algumas diferenças pontuais, embora o principal da celebração tenha recorrência entre os casos que estudaram e o que acompanhamos em Passo Fundo.

⁶Bertoncello nos indica possíveis textos para o ritual do batismo: Is, 42, 1-4 ou 6-7; AT 10, 34-38; MT 3,13-17; MC 1, 9-11; LC 3, 21-22; e Jô 1, 29-34. BERTONCELLO, 2013a.

A intimidade do batismo em casa, a aceitação de padrinhos de outras denominações religiosas, a proximidade dos partícipes, etc., legam ao evento um tom mais afetivo e significativo do que oficial, como nos ritos realizados durante as missas de batismo – coletivas, muitas vezes excludentes e impessoais, formalizadas. De todo modo, a conjugação das duas práticas deixa muito a refletir, pois que também denota questões de poder nada desprezíveis. Fonseca e Brites destacam: “O batismo em casa é de certa forma uma imagem espelhada do rito oficial, pois inverte hierarquias usuais, trocando o ambiente formal da Igreja, onde domina a autoridade masculina, adulta e institucional, por uma lógica própria ao âmbito familiar. Ergue pessoas normalmente subordinadas – mulheres e crianças – a um lugar de destaque” (FONSECA; BRITES, 2003, p. 07).

Uma perspectiva um tanto diversa quanto ao batismo religioso pode ser observada nos ritos e rituais das Igrejas Batistas, ramo do chamado protestantismo, mas que mantém a vinculação cristã. Como



Figura 2 – Igreja Batista Independente de Passo Fundo. Fonte: Igreja Batista Independente – Passo Fundo. Disponível em <<http://www.ibipassofundo.com.br/site/>> Acesso 01/05/2013.

o próprio nome das denominações indica, o foco se dá no momento do batismo e na atuação do pregador João Batista (o que batiza) que teria realizado o rito em muitos judeus – como Jesus Cristo – e gentios. Sobretudo, os batistas das várias ramificações acreditam no batismo adulto e voluntário, o que o difere do rito católico que abordamos anteriormente (embora o sacramento da crisma seja justamente a reafirmação do batismo pelo jovem católico que estudou a doutrina nos anos de catequese). Para os batistas o ritual do batismo é considerado uma das ordenanças determinadas por Jesus Cristo em imersão (ou aspersão) após a confissão pública da sua profissão de fé. Para além da confissão de fé, o batismo marca o início de uma nova vida e o início do processo de santificação do fiel, pois, ao mesmo tempo em que significa uma nova condição, o batismo representa a morte anterior,

do velho eu de cada crente. Segundo a doutrina batista, a imersão se justifica, pois o próprio Jesus Cristo foi batizado desta forma nas águas do Rio Jordão. A palavra batizar significa imergir ou mergulhar e porque é pela imersão e posterior emersão que se representa a morte e novo nascimento⁷.

Em Passo Fundo, desde os anos 1950, os batistas se organizam na Igreja Batista Independente. Com a chegada do casal de suecos Bertil e Alva Olausson foram efetivadas as primeiras reuniões e a cons-

⁷Conforme a Declaração de Fé da Convenção das Igrejas Batistas Independentes, que deve ser assinada pelos pretendentes a fiel, afirma-se que “a igreja, instituída por Jesus Cristo, e composta de pessoas convertidas e batizadas conforme a ordenança do Senhor, tem a tarefa de proclamar as boas novas para a salvação do homem pecador, anunciar e mostrar a prática de justiça entre os homens, denunciando toda sorte de iniquidade individual e social, assim como toda sorte de opressão que degrada o ser humano”, ao que complementa-se com o item seguinte do documento “que o verdadeiro crente recebe a unção do Espírito Santo, que o santifica e capacita com os dons específicos para exercer o serviço divino entre os seres humanos” (CONVENÇÃO DAS IGREJAS BATISTAS INDEPENDENTES).

trução do primeiro templo, inicialmente com 8 membros (4 suecos e 4 conversos) em 18 de janeiro de 1953 (Ver: IGREJA BATISTA INDEPENDENTE). Desde então a Igreja tem crescido e se consolidou no município, da mesma forma em que se ramificou, pois há outras denominações Batistas com templos e comunidade fiel na cidade.

Realizado em casa ou em templos religiosos, o ritual do batismo estabelece uma mudança de status do batizado ante seu grupo familiar e, sobretudo, comunitário. Integrar-se à sociedade de fiéis perpassa pela realização do ato formalizado, mas em nada destituído de sentido para os que o vivenciam. Mais do que o momento de atribuição do nome, apresentação à comunidade e/ou inserção à comunidade crente, o batismo simboliza um recomeço e, para inúmeras religiões, a possibilidade de acesso aos bens sobrenaturais em sua vida, morte e mesmo pós-morte. Batizar representa integrar ou integrar-se a um sistema de doutrinas, práticas e vivências carregadas de elementos ordenadores da cotidianidade que carregam uma chave de interpretação pautada na dicotomia sagrado/profano, fiel/infel, céu/inferno, salvação/danação.

“ATÉ QUE A MORTE OS SEPARE...”,
OU QUE SEJA ETERNO ENQUANTO DURE

*“Os ritos de agregação têm significação coletiva, quer liguem um ou outro dos indivíduos a novos grupos quer unam dois ou vários grupos.” **Arnold Van Gennep***

O rito solene de união entre pessoas de diferentes sexos tem como característica o caráter formal da constituição e transmissão geracional de valores sociais que ordenam a vivência comunitária. Nesse sentido, pela própria formação de cada indivíduo, assim como pelos seus anseios, desejos, expectativas e sentimentos, a possibilidade de uma escolha conjugal é menos livre do que se costuma defender: “A escolha do cônjuge e a do tipo de relacionamento conjugal, que aparentemente são livres e espontâneas, estão permeadas por mensagens, explícitas ou implícitas, transmitidas transgeracionalmente pelos antecessores. Assim, o casamento constitui-se em um processo que não é exclusivo do noivo ou da noiva. Ao contrário, nele estão implicados fortemente os valores e legados do contexto familiar e social de cada um” (ZORDAN, FALCKE, WAGNER, 2005, p. 48). Nesse processo de formação e transmissão sociocultural, as religiões têm desempenhado um importante papel, sobretudo na organização social e no estabelecimento das diretrizes e comportamentos tidos como adequados e legítimos para os grupos familiar e social. O casamento representa a entrada em uma nova condição de vida, agora como casal, avalizado pela instituição religiosa ou pelo Estado, em um rito profano ou sacral, mas sempre um rito de passagem.

Todo rito e ritual tem a capacidade de se transformar ao longo do tempo, tal maleabilidade e/ou variabilidade tende a ser escamoteada, quando interna a uma instituição ou grupo, e exagerada quando se refere a entidades diversas que buscam se afirmar em sua singularidade e, por que não, “verdade”. Como cerimônias de passagem social (de solteiros a casados, com toda a decorrência que isso causa na vida cotidiana dos envolvidos), os matrimônios civil e religioso organizam a experiência e são, em geral, realizados de forma tradicional, repetitiva, considerada eficiente, ou seja, trata-se de “enunciar proposições consideradas de antemão como consensualmente verdadeiras” (SEGALEN, 2002, p. 118/119).

O casamento é um rito bastante complexo, que envolve vários atores, espaços, tempos e símbolos.

Para Segalen, seria um rito “ao mesmo tempo banal pela sua repetição e sempre uma ocorrência singular para os indivíduos, famílias e grupos nele engajados” (SEGALEN, 2002, p. 122/123). Mais do que um ritual religioso e afetivo, o casamento (religioso ou civil) constitui um processo de socialização dos noivos junto a outros núcleos familiares, comunitários e, em muitos casos, étnico-culturais. Nesse sentido, a aliança entre um casal será a formalização de um desejo de viverem juntos, constituindo um novo núcleo familiar. Alguns dos elementos dessa formalização (especialmente a religiosa) são evidenciadas ao elencarmos seus elementos característicos: papéis definidos (noivos, pais dos noivos, padrinhos, aios, etc.), condução pelos pais dos noivos e a “entrega” dos filhos no altar, a condução por um líder religioso, juramento, troca de alianças, beijo dos noivos, saída do templo com a chuva de arroz, discursos, a comemoração. Nestes procedimentos estão representados a despedida da família base, a entrada em outra rede familiar, a legitimação do ato por uma autoridade tida como competente, o comprometimento público e comunitário de um pacto, os desejos de felicidade e prosperidade ao novo casal e a festa integradora das famílias envolvidas, bem como dos padrinhos e amigos dos noivos em um momento especial de confraternização.

Em Passo Fundo inúmeros templos e igrejas estão aptos a realizar a formalização do enlace de nubentes, assim como o cartório de registro civil, que oficializa a união perante o Estado. Todavia, ainda vemos a Catedral Arquidiocesana de Nossa Senhora Aparecida como lugar de importância nessa seleção, visto sua simbologia e destaque citadino. Neste templo, o “Sagrado Sacramento do Matrimônio” pode ser



Figura 3 – Registro de casamento realizado na Catedral de Passo Fundo (abril de 1970). Fonte: Arquivo Histórico Regional.

requerido seguindo as determinações gerais da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR). Segundo destacou o padre Itamar Lavarda, em entrevista à Rádio Uirapuru, das 13 paróquias católicas do município a Catedral tem sido a preferida para a realização da celebração (RÁDIO UIRAPURU, 23/04/2013). A reportagem ainda pontua a mudança que vem progressivamente alterando a tradicional união religiosa destacando que: “Os tempos são outros e o casamento tradicional, feito na igreja, com cerimônia, parece estar sendo cada vez menos sonhado pelos jovens casais. Com os altos custos das cerimônias a maioria prefere um ato simples com união civil, deixando de lado a cerimônia em igrejas” (Idem). A eleição da principal igreja citadina para a realização da união de nubentes,

acreditamos, tem íntima relação com o significado simbólico do templo em termos não só institucionais (a Igreja Catedral é sede do Episcopado da Arquidiocese de Passo Fundo), mas subjetivos e mesmo sociais. Construída em lugar de proeminência na cidade, consolidada como lócus religioso, turístico e simbólico também para o próprio município de Passo Fundo (que utiliza sua imagem como um dos signos identificadores da cidade⁸), a Catedral mostra-se atrativa sociocultural e religiosamente.

⁸Para conhecer mais sobre a história da construção do tempo, bem como sobre a simbologia e destaque da Igreja Catedral como signo de poder institucional, simbólico e patrimonial, ver: ZANOTTO, 2011.

Contemporaneamente a mudança de costumes, valores e vivência tem também modificado os ritos de casamento que se tornam sempre menos ritos de passagem: “Derivadas do desejo dos jovens (ou não tão jovens) protagonistas, que tiveram acesso a novos estados sociais antes adquiridos apenas através do casamento – residência comum, sexualidade, procriação –, essas núpcias são a expressão de um compromisso entre o casal e a constelação familiar. Invenções e inflações rituais, emergência de novos atores sociais, desenvolvimento da dimensão festiva que assemelha o casamento à criação de um espetáculo, eis as características mais salientes dos ritos matrimoniais na virada do século XXI” (SEGALEN, 2002, p. 130). Por mais que consideremos a força ressignificadora de tais alterações, ainda vislumbramos no investimento sociocultural das núpcias um elemento integrador importante para as comunidades. Sua diminuição e mesmo sua possível labealidade (considerando as possibilidades de divórcio, casamentos sequenciais para viúvos) não findaram com o ritual, o que evidencia sua força, significado social e individual, eficácia e, por que não, também a sua espetacularização progressiva. Assim, vemos uma transição do anterior modelo – marcadamente católico – de um comprometimento vitalício (até que a morte os separe...) para uma nova configuração, mais afeita ao viver bem, a realização pessoal contínua e a busca de satisfação afetiva, econômica, social e cultural (que seja eterno enquanto dure).

É O FIM DE UMA JORNADA E O INÍCIO DE OUTRA...

“Morte s.f. (Do lat. mors, mortis) 1. Cessação definitiva da vida animal ou vegetal. — 2. Cessação definitiva da vida de um ser humano. (Sin. Falecimento, Trânsito, Passamento, Desaparecimento, Decesso, Óbito.) — 3. Maneira de morrer; circunstâncias que acompanham a morte. — 4. fig. Destruição, perda, termo; ruína. — 5. Figura alegórica representando um esqueleto humano armado de foice.”

(Enciclopédia Larousse Cultural)

Nas várias culturas a consideração da morte e do pós-morte são diversificadas, singularizadas e significadas a partir de sua articulação com os demais elementos socioculturais ordenadores de cada grupo. Todavia, o que é patente é a consideração do momento da morte como de um evento basilar, pois o sentido que legamos a vida deriva do significado que damos a morte. Daí a importância de se atribuir um sentido a morte, sobretudo pelo viés da religião que, como enfatiza Peter Berger, “é a ousada tentativa de conceber o universo inteiro como humanamente significativo” (BERGER, 1985, p. 41), ou seja, entre as atribuições da criação do discurso religioso está o dar sentido a vida (em todas as suas etapas) e explicar os acontecimentos que a tornam instável e/ou incompreensível⁹. Se for considerada o fim absoluto, a morte incute à vida um sentido mais urgente de busca pela felicidade, pela experimentação, pela realização presente. Se tida como uma passagem para outro estado, espaço, dimensão, etc., o falecimento imprime a experiência um atributo de acontecimento vinculado (em geral) à realização de uma vida moral e ética ou

⁹“O ritual fúnebre implica a mobilização da comunidade para evidenciar a última relação dos sobreviventes com os mortos e as novas relações que este acontecimento suscita entre os vivos” (GONÇALVES, s/d, p. 12).

da elevação espiritual progressiva que se espera do espírito desencarnado, sendo parte ou marco de uma nova vida ou de uma iniciação a vida eterna.

Os rituais de morte e sepultamento incidem em várias etapas que, comumente, incluem o to-



Figura 4 - Devoção aos mortos no Cemitério da Vera Cruz.
Fonte: O Nacional. Disponível em: <<http://onacional.com.br/geral/2275/missas+nos+cemiterios+terao+horarios+especiais>>
Acesso em 20 de junho de 2013.



Figura 5 - Missa em homenagem a Maria Elizabeth de Oliveira.
Fonte: ClicRBS. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/pas-sofundo/2011/11/27/missa-em-homenagem-a-maria-elizabeth-emociona-devotos/>> Acesso em 01 de julho de 2013.

que dos sinos que anunciam o falecimento de um membro da comunidade religiosa; a preparação do corpo do falecido em sua mortalha para o caixão e/ou cremação; o velório e a eventual elaboração de lembrancinhas, caderno de registros/assinaturas, ornamentação, etc.; cortejo fúnebre até o cemitério; missa ou encomendação de alma, realizado por um representante autorizado de alguma matriz religiosa; despedidas e sepultamento; missa de 7º. dia de falecimento; período de luto; lembranças anuais no dia de finados (TOMASI, 2001, s/p).

No feriado dedicado aos mortos, em especial, fiéis visitam túmulos de parentes, amigos e pessoas tidas como referências religiosas, políticas, culturais, etc., visando prestar-lhes homenagens, orar pela sua alma, fazer pedidos, pagar promessas. O Cemitério da Vera Cruz recebe milhares de visitantes a cada feriado de 02 de novembro. Em seu interior o túmulo mais procurado para render honras é da menina Maria Elizabeth de Oliveira, falecida em 28 de novembro de 1965 e que, desde então, é tida como “santinha” por inúmeros fiéis que lhe prestam homenagens e realizam pedidos¹⁰. A narrativa da excepcionalidade de Maria Elizabeth, bem como de sua morte decorrente de um atropelamento e o início da devoção foi logo divulgada por meio da publicação *Maria Elizabeth de Oliveira: uma estrela no céu*, de Fidélis Dalcin Barbosa, editado pela primeira vez em 1969 e até hoje reeditado. Neste empreendimento de construção da “santinha de Passo Fundo”, o papel da imprensa tem sido crescente na divulgação no mínimo anual desta forma de piedade que tem no túmulo da menina seu

¹⁰Para conhecer a constituição e ampliação do culto à “Santinha de Passo Fundo”, ver: WINTER, Murillo Dias. Da experiência no papel à expectativa do fiel: a construção e a espetacularização da devoção à Maria Elizabeth de Oliveira (1965-2011). In: ZANOTTO, Gizele. (Org.). Religiões e Religiosidades no Rio Grande do Sul (volume 1). 1ed. Passo Fundo, RS: PPGH/UPE, 2012, v. 1, p. 243-267.

lôcus espacial de desenvolvimento e aglomeração dos fiéis. Anualmente o número de devotos da menina cresce, muito em função da divulgação dos pretensos milagres realizados pela intermediação de Maria Elizabeth, a responsável por eles segundo os crentes.

As práticas fúnebres, embora mantenham certa estabilidade no que se refere aos elementos que as compõem, têm também sofrido alterações nada desprezíveis nos últimos séculos e, de maneira mais rápida, nas últimas décadas. De certo modo, destaca Antônio Custódio Gonçalves, observamos uma transformação da chamada “morte civilizada” para a “morte invertida” e mesmo a sua negação. Um indício apontado é a ocultação do cadáver com o transporte do caixão fechado. Junto a isso, há uma aceleração dos ritos funerários nas sociedades que o autor denomina como integrantes à modernidade avançada (GONÇALVES, s/d, p. 11). Tais sociedades, urbanizadas, pautadas no ritmo acelerado do tempo, na dedicação cada vez mais contínua ao trabalho e estudos e que acaba por afastar ou mesmo impossibilitar encontros familiares e/ou de grupos de modo frequente, socializador, também leva aos funerais a se adequarem às novas realidades modernas mas também a considerarem cada vez menos a presença efetiva de amigos e familiares nos momentos que compreendem o rito funerário.

Em Passo Fundo uma instituição foi fundada para dar conta de uma demanda por serviços especializados ligados aos ritos funerários e ao enterro ou cremação dos corpos. Trata-se do Memorial Vera Cruz, que proporciona os serviços de cemitério desde 2005 e de cremação a partir do ano corrente, oferta esta exclusiva no norte do estado. A proposta da empresa foi de suprir uma demanda que “respeite o Meio Ambiente e preste um serviço digno à população local” (MEMORIAL VERA CRUZ, s/d), justificativa que incorpora uma crítica às condições dos cemitérios de Passo Fundo e, junto a isso, inova ao vincular-se às questões de responsabilidade social e ambiental – discurso renovado e atualizado que também atrai não só pelas condições sanitárias descritas, mas também pelo espaço amplo e aconchegante, pelo atendimento personalizado, e pelas modernas tecnologias mobilizadas no espaço que possibilitam “participar” dos ritos funerários à distância (via internet). Outro atrativo é o próprio lema do Memorial – uma conhecida composição de Nelson Motta e Lulu Santos -, impresso em seu site e bastante alentador, sobretudo para os crentes na vida pós-morte: “Nada do que foi será de novo do jeito que já foi um dia. Tudo passa, tudo sempre passará. A vida vem em ondas como o mar. Num indo e vindo infinito” (MEMORIAL VERA CRUZ, s/d).

Seja em cemitérios públicos ou memoriais privados, os ritos funerários seguem sendo um expressivo evento de passagem que auxilia na organização social contemporânea. As questões vinculadas a tal rito, como destacamos, têm se alterado, mas ainda legam de sentido a ausência que o falecimento de entes queridos provoca. Este momento de crise é minorado com muitos dos discursos religiosos acerca da vida e morte e, em decorrência, dos elementos mobilizados nas práticas funerárias realizadas pelos grupos para a



Figura 6 - Fachada do Memorial Vera Cruz. Fonte: Memorial Vera Cruz. Disponível em: <<http://memorialveracruz.com.br/memorial>> Acesso em 01 de julho de 2013.

despedida solene de seus mortos, para o adeus desta vida e o início de uma nova etapa para a alma, espírito ou ente para muitos e muitos fiéis.

* * *

A ritualização cotidiana, como vimos, não foi findada com as transformações da contemporaneidade. Embora devamos considerar suas frequentes alterações, também devemos nos ater à plausibilidade característica de tais ritos de passagem que integram o curso da vida de cada indivíduo como necessários para a rememoração e ordenação do cotidiano via formalismos em nada destituídos de simbologia e sentido. Para que tais ritos se realizem, todavia, temos de também considerar os espaços de sua operatividade como fundamentais. Mais do que referências para a realização dos ritos e rituais, os espaços – sagrados ou depurados para a realização dos cerimoniais – carregam tais experiências de referências articuladoras do material e imaterial, dos bens que conformam a cotidianidade e a experiência dos sujeitos que vivenciam e/ou presenciam seu desenrolar ao longo de sua vida. Templos religiosos e complexos tumulares, portanto, constituem-se como ícones de práticas formalizadas carregadas de uma dimensão simbólica para atores e testemunhas. Nesse sentido, também esses espaços (bens tangíveis) tornam-se bens indispensáveis aos ritualismos (bens imateriais) e, em última instância, para a conformação e/ou formação das identidades, dos eixos de referência, da trajetória social dos indivíduos de cada sociedade.

As políticas públicas de reconhecimento, proteção e salvaguarda dos bens materiais de Passo Fundo tem dedicado atenção às edificações da cidade em função de seu valor sócio-histórico e arquitetônico, todavia as práticas realizadas em muitos daqueles espaços não está articulada ao seu tombamento ou mesmo à necessária descrição que antecede seu reconhecimento. Visando instigar à reflexão sobre tais questões é que evidenciamos o quanto as intrincadas, complexas e expressivas manifestações rituais podem e devem ser percebidas em suas múltiplas dimensões para que a vivência dos sujeitos sociais seja efetivamente contemplada. Em outros termos, nossa defesa é de uma patrimonialização mais ampla no município, considerando também os patrimônios imateriais como parte da concepção valorativa da cultura passo-fundense, de suas singularidades, de sua pluralidade e de sua identidade compósita, dinâmica e plural. É nos espaços sagrados ou sacralizados que se desenrolam vários dos ritos de passagem de nossas vidas; é a partir de uma vida de iniciações que nos inserimos e identificamos individual e culturalmente como membros de um grupo familiar e de uma coletividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Patrimônio, memória e poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural em Passo Fundo (RS)*. Passo Fundo: Méritos, 2011.

BERTONCELLO, Rosane Rita Aguiar. *Batismo em Casa*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por gizele@upf.br em 23 de março de 2013a.

BERTONCELLO, Rosane Rita Aguiar. *Batismo em Casa*. [Passo Fundo], 09 de abril de 2013b. Questionário elaborado por Gizele Zanotto (enviado e respondido por email – gizele@upf.br).

CONVENÇÃO DAS IGREJAS BATISTAS INDEPENDENTES. *Declaração de Fé*. Disponível em: <<http://>

cibi.org.br/quem> Acesso em 01 de maio de 2013.

CRESPO, Carla A. M. 2011. “À Mesa com as Famílias”: Rituais Familiares ao Longo do Ciclo de Vida. In: MATOS, Paula Mena; DUARTE, Cidália; COSTA, Maria Emilia (Orgs.). *Famílias: Questões de Desenvolvimento e Intervenção*. Porto: LivPsic, 2011. P. 81-102.

D’AVILA, Ney Eduardo Possapp. *Passo Fundo: terra de passagem*. Passo Fundo: Aldeia Sul, 1996.

DIAS, Patrícia Regina Corrêa. Ritos e rituais – vida, morte e marcas corporais: a importância desses símbolos para a sociedade. *Vidya*, v. 29, n. 2, p. 71-86, jul/dez 2009.

ESPERANDIO, Mary Rute Gomes. A Igreja Batista e o “espírito” da Modernidade. *Protestantismo em revista*. Vol. 06, p. 15-28, jan.-abr. de 2005. Disponível em: <<http://www3.est.edu.br/nepp>>

FERNANDES, Rubem Cesar, et al... *Novos nascimentos: os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

FONSECA, Claudia. BRITES, Jurema. Ritos de recepção: nomes, batismos e certidões como formas de inscrição da criança no mundo social. In: SOUSA, Sônia Margarida Gomes (Org.). *Infância e adolescência: múltiplos olhares*. 1ª. Ed. Goiânia: Editora da UCG, 2003. P. 01-18.

GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 1982.

GONÇALVES, Antônio Custódio. Rituais tradicionais de solidariedade: religião e tensões entre finitude e infinitude. Mimeo. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2855.pdf>> Acesso em: 19 de março de 2013.

GRENZ, Stanley J. GURETZKI, David. NORDLING, Cherith Fee. *Dicionário de Teologia*. São Paulo: Vida, 2000.

IGREJA BATISTA INDEPENDENTE. *Nossa História*. Igreja Batista Independente de Passo Fundo. Disponível em: <<http://www.ibipassofundo.com.br>> Acesso em 25/03/2013.

ISAIA, Artur César. Aspectos da afirmação do catolicismo na sociedade rio-grandense. In: ALVES, Francisco das Neves. TORRES, Luiz Henrique. (Orgs). *Ensaio de história do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: URG, 1996. P. 46-60.

KRAMER, Mara. WAIHRICH, Lorena Postal. *Arquitetura e urbanismo de Passo Fundo 1865-1965*. Passo Fundo: Berthier, 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LECH, Osvandré (Org.). *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

MEMORIAL VERA CRUZ. *Memorial – História*. Memorial Vera Cruz. Disponível em: <<http://memorialveracruz.com.br/memorial>> Acesso em 01 de julho de 2013.

MONTEIRO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. *Novos estudos CEBRAP*, n. 74, p. 47-65, mar/2006.

NASCIMENTO, Welci. *Conheça Passo Fundo, tchê! Passo Fundo: [s.n.]*, 1992.

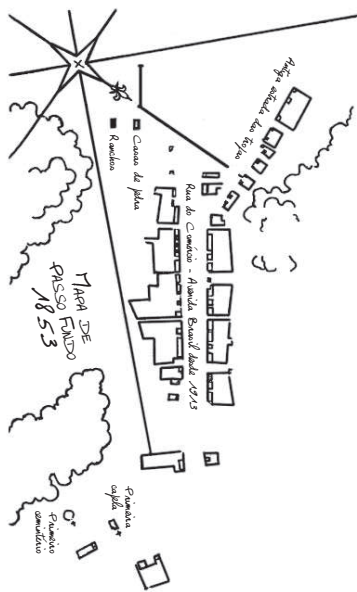
PARIZZI, Marilda Kirst. *Passo Fundo: sua história e evolução*. Passo Fundo: Berthier, 1983.

PEIRANO, Mariza. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

RÁDIO UIRAPURU. Número de casamentos na Catedral de Passo Fundo dobra em relação ao ano passado. *Rádio Uirapuru*. Edição de 23/04/2013. Disponível em: <<http://www.radiouirapuru.com.br/noticias/numero-de-casamentos-na-catedral-de-passo-fundo-dobra-em-relacao-ao-ano-passado>> Acesso em 01 de junho de 2013.

RODOLPHO, Adriane Luisa. Rituais, ritos de passagem e iniciação: uma revisão bibliográfica antropológica. *Estudos Teológicos*, v. 44, n. 2, p. 138-146, 2004.

- SEGALEN, Martine. *Ritos e Rituais Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- SILVA, Elizete da. *Cidadãos de outra pátria: anglicanos e batistas na Bahia*. 1998. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- TEDESCO, João Carlos. *História, memória e oralidade: construções sociais dos tempos e do conhecimento*. In: VERÍSSIMO, Pedro Ari. CORTEZE, Dilse Piccin (Orgs). *Revista Instituto Histórico de Passo Fundo – Edição Especial*. Passo Fundo: Berthier, 2010. P. 13-26.
- TOMASI, Julia Massucheti. *Mortalha no baú, encomendação, lembrancinha de morte e finados: os rituais funerários praticados pelos imigrantes italianos católicos urussanguenses no decorrer do século XX*. Anais do III Encontro Nacional do GT de História das Religiões e Religiosidades – ANPUH. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. V. III, n. 9, 14 págs., jan/2011.
- ZANOTTO, Gizele. *A Igreja Catedral de Passo Fundo: de semióforo a patrimônio*. In: Alessandro Batistella. (Org.). *Patrimônio, memória e poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural de Passo Fundo (RS)*. Passo Fundo: Méritos, 2011, v. , p. 211-232.
- ZORDAN, Eliana Piccoli. FALCKE, Denise. WAGNER, Adriana. *Copiar ou (re)criar? Perspectivas histórico-contextuais do casamento*. In: WAGNER, Adriana (Coord.). *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. p. 47-65.



A ESTATUÁRIA MISSIONEIRA: ENTRE O VALOR RELIGIOSO E O PATRIMONIAL

Jacqueline Ahlert¹

As obras escultóricas talhadas por indígenas e padres nas doutrinas jesuíticas da Província Paraguaia inserem-se num processo de longa duração, iniciado nas oficinas, em princípios do século XVII, mantido durante os 159 anos de administração da Companhia de Jesus e, por fim, dilatado e ressignificado durante os séculos XIX e XX, com derivações que chegam à contemporaneidade.

Em 1585, os padres jesuítas encetaram a instalação de colégios e as pregações em catequeses volantes² na província. Portavam imagens que estimulavam o imaginário indígena e facilitavam a comunicação entre ambos, percorreram aldeias intentando atrair nativos e persuadir caciques.

Apoiada pelo Estado moderno espanhol, começou em meados do Seiscentos a instalação dos povoados organizados pelos religiosos e demais etnias da bacia do Prata, com predominância dos guaranis. O marco inaugural desse processo foi a fundação de San Ignácio Guaçu, em 1609. As instalações, nessa fase inicial, aconteceram no Guairá, ocupando posteriormente a região do Itatim e prolongando-se até o Tape, no agora estado do Rio Grande do Sul.³ Povoados e estâncias missionais foram fundados ao longo do

¹Doutora em História Ibero-Americana pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora da Universidade de Passo Fundo, coordenadora da especialização em Arte Visuais: fotografia, vídeo e outras tecnologias da Universidade de Passo Fundo; pesquisadora do Programa de Pesquisas Interdisciplinares da Região Platina Oriental e pesquisadora-responsável pelo inventário do acervo de estatuária missioneira, do Núcleo de Documentação Histórica do Mestrado em História - PPGH-UPF. Email: ahlert@upf.br.

²As missões volantes, idealizadas pelo provincial Diego Torres, mostraram-se incapazes de fazer com que os indígenas abandonassem suas práticas habituais, consideradas incompatíveis com as normas católicas.

³Os 18 aldeamentos que compreendiam a região do Tape eram formados de diversas etnias, entre os mais numerosos estavam os guañanas - indígenas do tronco jê - e os guaranis (Cf. MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ANGELIS, 1969). Em 1633 o jesuíta Francisco Jiménez fundou a doutrina de Santa Teresa, localizada nas imediações do atual município de Passo Fundo, incluindo possivelmente a alguns kaingang, conforme relatos sobre os conflitos entre as etnias descritos nas cartas anuais (Cf. MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ANGELIS, 1969, p. 92). Muito embora alguns guañanas apresentassem traços de guaranização, eram tidos pelos missionários como “nação diferente e de diferente idioma” em comparação aos guaranis (MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ANGELIS - Centro de Pesquisa Históricas da PUCRS, cx. 30, doc. 7). Os ataques de bandeirantes às povoações do Guairá iniciaram em 1618, escravizando milhares de indígenas. Progressivamente, adiantando-se para o sul, chegaram aos aldeamentos do Tape em 1635-6 (Cf. SANTOS, 2007). Em 1637 Santa Teresa foi atacada e destruída. Seus habitantes trasladaram a Itapúa. Em princípios de 1638, todas as doutrinas do Tape foram abandonadas, passando os indígenas ao lado direito do rio Uruguai.

século XVII e início do século XVIII, com jurisdição em territórios pertencentes atualmente ao Paraguai, Argentina, Brasil e norte da República Oriental do Uruguai. No Setecentos, ficaram consolidados em trinta povos principais, diversos povoados e capelas, numa estrutura produtiva de cidades, fazendas e ervais.

Nos aldeamentos iniciais, cuja abrangência temporal compreende a primeira metade do século XVII e a territorial grande parte do hoje estado do Rio Grande do Sul, incluindo a região de Passo Fundo, firmaram-se as diretrizes que acompanhariam toda trajetória missionária entre jesuítas e indígenas na América Meridional. Entre elas a prática de penitência⁴, da organização das casas indígenas em parcialidades, da formação de congregações e da devoção e atribuição de poderes às estátuas e pinturas de santos, Cristo e Sagrada Família.⁵

Os usos e sentidos conferidos às imagens são complexos. Na ambiência missional, estátuas de santos presentificavam o sagrado em capelas, igrejas e nos ambientes domésticos. No transcurso dos anos, foram alvo de roubos, incêndios e destruições causadas por incursões bélicas e de apropriação do espaço simbólico e geográfico das doutrinas.⁶ Inúmeros exemplares resistiram, protegidos em casas particulares. No entanto, quando passaram a ter valor patrimonial, sua coleta para compor acervos museológicos rompeu o vínculo de culto conferido pelas famílias.

No ensaio *Foucault revoluciona a história*, o historiador Paul Veyne evidencia: se, por um lado, “os objetos parecem determinar nossa conduta”, de fato, “primeiramente, nossa prática determina esses objetos [...]”. A relação determina o objeto, e só existe o que é determinado [...]. O objeto não é senão o correlato da prática” (VEYNE, 1995, p. 159). Michel Foucault ressalta a importância da análise de como as coisas não passam de objetivações de práticas determinadas. Veyne acrescenta que “cada prática, tal como o conjunto da história a faz ser, engendra o objeto, que lhe corresponde [...]; não há objetos naturais, não há coisas. As coisas, os objetos não são senão os correlatos de práticas” (p. 163). O paradoxo e a tese central de Foucault seriam, portanto: “o que é feito, o objeto, se explica pelo que foi o *fazer* em cada momento da história”. Tanto para Foucault, como para Veyne, tratar-se-ia, então, de passar de uma filosofia do objeto para uma da relação, através da análise do seu meio: a prática ou o discurso.⁷

⁴Na quaresma de 1633, “participaram os índios com zelo”, conforme descreve a ânua. Esta ação era importante como exemplo de transformação, considerando que a prática de penitências era hábito recém-adquirido pelos indígenas, pois “nunca eles e seus antepassados tiveram alguma iniciativa neste sentido, nem haviam tido notícia do que era o açoite; tanto que nunca castigaram aos seus filhos, não sabem castigá-los e, menos ainda, a si mesmos: e assim, no princípio, riam destas coisas, quando lhes dizíamos que era necessário fazer penitência de seus pecados e açoitar-se para que Deus os perdoasse”. (MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ANGELIS, 1969, p. 57).

⁵Por outro lado, este período mostrou aos inicianos alguns problemas que enfrentariam nos anos seguintes. Em 1635, conforme relata o padre Pedro Mola, “se juntado a gente das reduções de Santa Ana, São Joaquim, São Cristovão e de Jesus Maria, não somavam 400 índios [...]. Como havia fome, os índios andavam dispersos” (MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ANGELIS, 1969, p. 118). A falta de viveres foi uma constante ameaça ao projeto jesuítico, evidenciando que o autossustento não passou de uma utopia.

⁶Encontram-se narrativas de destruição de imagens desde os primeiros ataques bandeirantes. Em 1637, o provincial Diogo de Boroa escreveu uma carta ao rei espanhol denunciando a ação depredatória dos bandeirantes sobre as doutrinas do Tape: “queimaram e profanaram as igrejas [...], as santas imagens de Cristo e sua santa mãe e os santos óleos, fazendo em pedaços o livro de batismos”. Na invasão, a sacristia da igreja da redução de Jesus Maria foi queimada e o altar-mor havia sido “feito como latrina” pelos portugueses e tupis (MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ANGELIS, 1969, p.140 e 147).

⁷Esta orientação metodológica foi, em parte, inspirada na pesquisa de AGNOLIN, Adone. O apetite da antropologia, o sabor antropológico e o saber antropológico: alteridade e identidade no caso Tupinambá. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

Deste modo, ponderar sobre a *filosofia da relação*, enquanto prática que engendra o objeto que lhe determina a conjuntura histórica, no domínio das negociações simbólicas, pode elucidar os trajetos e intervenções, as funções e significados atribuídos à estatuária missioneira e nela plasticamente expressos.

Primeiramente, as novas práticas de culto indexadas precisaram persuadir e ser aceitas/acomodadas e, por outro lado, ceder, negociar, e assumir a persistência de signos inegociáveis, posto que estavam inseridas num processo que não poderia sustentar-se na pura coerção. Indígenas e jesuítas tiveram que reformular seus códigos simbólicos. Os *objetos*, ou seja, as imagens dos santos, evidenciam uma *prática* negociativa em que os signos iconográficos católicos, além dos aspectos impostos, acomodaram-se na relação de indicados pelos loyalistas e selecionados pelos artesãos e demais missioneiros, que buscaram em seus repertórios tradicionais respostas para enfrentar a contingência histórica.

Complexificam esta abordagem de extensa duração histórica, os múltiplos receptores que a imagem teve até transformar-se em peça museológica. Estes destinatários, impensáveis para o artesão, ao longo da trajetória da imagem, modificaram-na, com repinturas, mutilações, acréscimo de adornos etc. As diversas perspectivas postas sobre a imagem desenvolveram um significado que pode ser diferente daquelas expectativas intencionadas na sua origem. Existiu o receptor posterior, que interpretou e usou a imagem como quis, e aquele original, implícito, que prefigurou a obra conforme os fins desejados. A imagem constituiu outros referentes, conforme o receptor.

Ainda na esfera dos usos, é certo que funções distintas alteravam a estética das esculturas, mas de que modos a dialética *produtor-receptor* condicionava as características da imagem? Nas esferas da remanescência, quando as estátuas constituíam um elo com o passado missional, o que cingia o vínculo *imagem-memória*? E, posteriormente, como se estabelece a relação *imagem-espectador*, no âmbito museológico e patrimonial, alienado dos usos que determinaram a configuração da estatuária? Eis alguns dos problemas que norteiam a construção deste texto.

A IMAGEM, O SANTEIRO E O DEVOTO

Nas Missões Jesuíticas, as imagens, utilizadas em resposta à necessidade de estabelecer formas iniciais de diálogo, embarcaram com os padres desde a Europa, na forma de gravuras, pinturas e esculturas. Uma vez estabelecidos na América do Sul, os ícones – como ocorre desde os primórdios do cristianismo –, foram sendo recriados e transformados segundo projeções que o contexto cultural e social circunscrevia.

O Concílio de Trento havia sido de suma importância para sistematizar as estratégias de evangelização, destacando a potencialidade das imagens. Promulgou, em sua última sessão de trabalho, o decreto sobre a veneração às relíquias dos santos e as imagens sagradas. Embora tenha apontado para um novo direcionamento, no sentido de buscar o controle sobre a execução dos novos programas iconográficos, o texto conciliar não impôs de fato nenhum sistema de regras muito preciso para a execução dessas obras.

De certa forma, isso garantiu (e protegeu legalmente os jesuítas) a flexibilidade da figuração dos ícones. Tudo indica que os artesãos não sofreram a pressão da representação *correta*. Entretanto, os julgamentos sobre o prejuízo qualitativo da atividade artesã autônoma foram recorrentes. Deveriam exercer os labores nas oficinas, caso contrário “o fazem de todo mal”, advertia Sepp em fins do Seiscentos (Cf. SEPP, 1971).

Algumas talhas permitem entrever o modelo barroco de que receberam influência ou inspiração.



Fig. 1: Anjo, 66,5x44,5 cm. Acervo: Museu Vicente Palotti. Santa Maria/RS.

e das linhas compositivas. As esculturas destinadas a compor os espaços de culto oficial, sobretudo a igreja, requeriam o uso da didática barroca, de gestos amplos, vestes esvoaçantes, olhares comoventes. Elaboradas para persuadir, muitas vezes formavam conjuntos de caráter teatral, entre si e para com o altar-mor, especialmente as figuras de anjos que emolduravam a cena principal nele orquestrada.

As representações – *fig. 1 e 2* – figuravam, possivelmente, ladeando o altar principal. Atualmente, pertencendo a acervos distintos, não proporcionam ao público a noção do conjunto que formavam.

Conforme se alteravam as funções da estatuária, as soluções formais também mudavam. Esta afirmação fica clara quando comparadas as grandes imagens que ornavam os altares das igrejas – *fig. 3* – com as imagens procissionais – *fig. 4* – e os pequenos ícones de oratório – *fig. 5*. Seja na intensidade dos panejamentos e gestos, seja no emprego de técnicas elaboradas, como o douramento, ou na seleção dos atributos da representação, os excessos vão gradualmente sendo lapidados.

Fora das imponentes paredes das igrejas, as imagens dos santos libertavam-se da imobilidade das grandes proporções e, pequenas e leves, partilhavam o cotidiano indígena. A mentalidade linear europeia, possivelmente, não alcançava o universo cíclico no qual haviam penetrado os ícones católicos. Os cultos às imagens, “veneradas com devoção e invocadas pelos indígenas” (SEPP, [1691] 1943, p.179), tornou-se rito incorporado por meio da mediação realizada pelas concepções anímicas presentes na cosmovisão dos missioneiros.



Fig. 2: Anjo, 75 cm x 63 cm. Acervo: Museu das Missões. São Miguel das Missões/RS. Fotos: Jacqueline Ahlert.



Fig. 3: Imagem de N. S. da Conceição, 108 cm x 60 cm. Acervo: Museo de Santa Maria de Fé/PRY.



Fig. 4: Imagem de N. S. da Conceição, 42 cm x 14 cm. Acervo: Museo San Bernardino. Montevideu/URY.

Os santos acompanhavam os índios à roça, participavam das festas. Acreditava-se que protegiam as casas, curavam doenças, auxiliavam partos – “tomar a imagem, e ter um parto tão súbito e feliz, foi um só ato” (MONTTOYA, [1639] 1985, p. 215) –, interferiam no cotidiano missionário e promoviam a conjugação dos acervos. O sistema anímico⁸ deu sentido à didática barroca, às imagens, aos santos como seres dotados de vida e poder.⁹

A questão passa a ser desvelar, ou aproximar-se da compreensão dos pensamentos ontológicos que definiam os princípios de sociabilidade nos diversos espaços das Missões, dos recursos fundamentais de seus argumentos e das balizas da relação sincrônica com os seres do cosmos.

Na composição estética das esculturas missioneiras encontram-se alguns indícios dessa relação totalizante. Ligadas ao tronco que foi sua origem, muitas imagens possuem um conceito próprio de volume plástico, de proporção e conjunto. Nelas, a harmonia clássica se converteu em equilíbrio estático: uma nova maneira de compreender e construir a ordem, um novo sentido em modelar a expressão a partir de sensibilidades que aspiram à quietude.

Os excessos barrocos foram aplacado por planos rígidos, linhas disciplinadas, semblantes planos e olhares moderados, incólumes à comoção de dramas e conflitos, reativos aos esquemas de representação opulenta.

As expressões do âmbito do sensível indígena, fossem plásticas, musicais ou ritualísticas, impugnadas e conservadas nos recantos da memória, evidenciam a proporção da autonomia indígena no processo missionário. Seu mundo tradicional havia se transformado irre recuperavelmente, mas as fórmulas e formas religiosas introduzidas foram o abrigo das ancestrais, guarida da indexação de sincretismo e hibridismos complexos.

Esta é a diferença. Sem ela, toda a arte missioneira não seria mais que uma cópia de modelos alheios. Sobretudo nas imagens de uso doméstico, a forma liberta-se do cânone, permite a reinvenção do espaço escultórico, uma vez que a Igreja não abrangia controladamente os seus domínios.



Fig. 5: Imagem de Nossa Senhora Conceição, 11,5 cm x 5 cm. Acervo: Família de Aparício da Silva Rillo. São Borja/RS. Fotos: Jacqueline Ahlert.

⁸Termo cunhado por Philippe Descola. Em: DESCOLA, Philippe. *La Nature Domestique: Symbolisme et praxis dans l'écologie des Achuar*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1986. O animismo, para além da compreensão redutora e generalizante – de atribuir “ânima a objetos inanimados” –, é pensado nas suas dimensões relacionais sociais, vinculadas à cosmovisão do grupo. Porém, ainda que bastante elucidativas, as formulações de Descola não abarcam a totalidade da problemática de um contexto peculiar como o missionário. O modelo anímico de relações entre humanos e não humanos requer uma elaboração específica para a cosmologia indígena-missioneira.

⁹São inúmeros os milagres que ocorrem pela interseção dos santos. Relativo a partos, Santo Inácio era, sem dúvidas, o santo mais agenciado. Na redução de Santa Tereza (atual região do município de Passo Fundo/RS), em 1633, estava para morrer uma índia que havia dado à luz. Quando o padre chegou à sua casa, mal se sentia sua palpação, “batizou-a como catecúmena, pois conhecia seu desejo de ser cristã, e ofereceu uma missa para sua saúde a Santo Inácio. Logo começou a respirar e a voltar em si, de maneira que, quando voltou pela manhã para vê-la, estava curada e amamentando o filho” (MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ANGELIS, 1969, p. 92).

Seria artificial, neste desenvolvimento, separar aquilo que se chama *conteúdo* daquilo que se denomina *forma*, pois a reconstrução imaginativa deste contexto exige do observador captar ambas, considerando a presença cultural da religião ancestral anímica guarani e a dilatação das imagens católicas no imaginário indígena.¹⁰

Gombrich lembra que o ponto de partida de um registro visual não é uma certeza, mas uma conjectura condicionada pelo hábito e pela tradição (GOMBRICH, 1986, p. 78). Em imagens feitas para a devoção doméstica e/ou culto da família extensa, a tradição – compreendida também como remanescência – comparece como um elemento natural de expressividade autóctone.

Neste âmbito, o parentesco guarani, considerado um sistema de linhagens de descendência cognática, constitui-se de um ascendente comum – o avô ou a avó –, que é a referência das relações familiares e dos quais consideram-se descendentes (Cf. THOMAZ DE ALMEIDA, 2001). Segundo os padrões tradicionais guaranis, a família extensa é composta, em princípio, pelo casal, filhas, genros e netos, constituindo-se numa unidade de produção e consumo. No que tange à afinidade, “o parentesco define-se pela função da proteção que assume, a qual abarca um conjunto amplo de modos de tratamento direcionado para ou disponibilizado entre aqueles que assim se consideram” (PISSOLATO, 2007, p. 337). Tal visão aproxima-se da concepção de Viveiros de Castro (1979), para quem o parentesco é um processo de assemelhamento ativo dos indivíduos pela partilha de fluidos corporais, sexuais e alimentares – e não a herança passiva de uma essência substancial.

Considerando estas proposições na interpretação da relação índio missioneiro/imagem, pode-se conjecturar uma analogia ancorada na incorporação dos ícones dentro do complexo missional. O vínculo indígena com a imagem poderia ter sua origem na perspectiva dos laços familiares constituídos pela afinidade. Nesse sentido, o culto individual parece ter ocorrido em momentos de afastamento do grupo, família extensa ou elementar. O espaço da individualidade, no qual se fizeram presentes pequenas representações icônicas, está narrado, entre outros episódios, nos que revelam a presença dessas peças em viagens e guerras, onde também se observa a devoção conferida a estes atos: “quando viajam sozinhos [...], levam ainda uma estátua ou imagem de santo” (HAUBERT, 1990, p. 284).

Nas ruínas da redução de San Ignacio/ARG, encontram-se nichos para oratórios nas paredes das casas dos índios. É importante destacar que este espaço de culto doméstico não é comum a todas as casas, o que conjectura a hipótese de que a imagem cultuada poderia pertencer à família extensa e não à elementar.

Possivelmente, houve uma *reformulação totêmica* no que tange à representatividade da família extensa, como evidenciou o padre Cardiel em meados do século XVIII: “em cada povoado há tribos que se distinguem por seus nomes de Santa Maria, São José, São Ignacio etc.; oito ou dez, segundo o número de habitantes. Cada uma contém de quatro a seis cacicados e seu chefe é algum dos cabildantes” (CARDIEL, 1919, p. 474). Para cada família havia uma capela: “servem-se de capelinhas que cada cacique fabricou em seu distrito, onde rezam no tempo em que deveriam frequentar a igreja, juntando a todos, pequenos e

¹⁰Assim observou Gruzinski, na introdução das práticas evangelizadoras na Nova Espanha, sobre “o essencial da imagem no Ocidente”: imagem para recordar (“memória”); imagem enquanto representação (“espelho”); e imagem para ser assistida, comemorada (“espetáculo”). (2006, p. 135).

grandes, que se achem no arredor” (Manuscritos da Coleção de Angelis - Centro de Pesquisa Históricas da PUCRS. Cx. 30. Doc. 36). Dessa forma, o neo-animismo se revela como a existência de uma “mestiçagem universal entre sujeitos e objetos” (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 125).

A reclamação dos padres não dava conta de que o culto doméstico naquelas casas – que já não eram mais indígenas, mas missionais –, estava impregnado de significação para aqueles indivíduos, catalisado na simbologia atribuída à imagem que veneravam (possivelmente vinculada ao título conferido àquela *parcialidade*), a seleção e a ordem dos conjuros pronunciados, o carisma e poder exercido por aquele que as proferia para o grupo. Cabe lembrar que, tradicionalmente, a família extensa era governada por um patriarca que, geralmente, atuava tanto como *pa'i* quanto como *karai*, ou seja, atuava tanto no âmbito civil quanto no religioso, respectivamente.

Foi esta *práxis*, dotada de sentido construído na realidade histórica, que sobreviveu – porque estava incorporada –, após o fim do sistema reducional e a presença jesuítica. Em 1821, o botânico e viajante francês Auguste de Saint-Hilaire observou que “os guaranis [remanescentes na região missioneira dos Sete Povos] não têm nenhuma superstição particular, mas seu respeito pelas imagens vai quase à idolatria” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 340-341). Na época, a pouca distância da lavoura, os agricultores de São Nicolau mantinham um pequeno oratório no interior de uma choupana, “cheio de pedaços de imagens de santos”; e, em São Luís, “uma pequena capela, coberta de palha” era dedicada a Santo Isidro (p. 300-304).

Transcorridos quase dois séculos da expulsão dos jesuítas, nos ciclos de diversas gerações de indígenas, na década de 1950, o antropólogo Egon Schaden registrou: “tudo parece indicar, enfim, que o aspecto mais ou menos mágico do culto aos santos [...], é o único realmente assimilado pelos guaranis”. E concluiu: “parece que o ‘santo’ não é nada além da imagem; coisa alguma indica a crença num espírito ou ser sobrenatural que não esteja inerente ao substrato material da própria imagem” (1974, p. 140 e 138). O perspectivismo ameríndio “procede segundo o princípio de que *o ponto de vista cria o sujeito*”, de maneira que a imagem tornou-se um sujeito na medida em que se encontrou ativada ou *agenciada* pelo ponto de vista (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 126).

De acordo com o que levou E. P. Thompson a considerar os costumes como *sui generis*, ambiência, *mentalité*, “um vocabulário completo de discurso, de legitimação e de expectativa” (1998, p.14), o exame da relação entre as práticas fundadas e as imagens (“a relação que determina o objeto/o ponto de vista que cria o sujeito”), supõe que esta funcionalidade era dialógica e “a força expressiva das talhas missioneiras variava segundo a convicção com que os *santo apoháva* as haviam assimilado aos seus próprios registros culturais, já que os guaranis nunca terminaram de aceitar o horizonte de crenças que emaranhava a produção dos modelos” (ESCOBAR, 2008, p. 18).

A sensibilidade esquemática e geometrizarante dos indígenas forçou a iconografia católica a um forte movimento de ajuste formal: desde uma depuração de ordem visual própria, das esculturas de banquetas zoomorfas pré-jesuíticas, produzidas pelos *pa'i*, aos conjuntos escultóricos de inspiração barroca que ornamentavam as igrejas. A concepção ocidental de volume e proporção não foi apropriada, no sentido de pertencimento, pelos indígenas, que continuaram privilegiando os contornos e eliminando detalhes e ornamentos nas imagens de uso doméstico e pessoal.

Essas esculturas contêm a expressão do desenvolvimento da autonomia religiosa e estética dos missioneiros, indexando¹¹ significados de diferentes universos culturais. Carregadas da historicidade do

processo de interiorização da fé no cotidiano das Missões, nos aproximam da compreensão de uma nova dinâmica de orientação da experiência religiosa, do contexto como a fé e a devoção passaram da imagem e de seu significado no imaginário dos índios até sua introdução nas residências desses indivíduos, perpetuando uma prática religiosa coletiva e individual.

A IMAGEM E A MEMÓRIA

Por onde quer que transitassem, os missioneiros estavam acompanhados das imagens. De tal forma que, em todo período colonial, se caracterizaram como *missioneros* por serem índios cristianizados e devotos de um adstrito panteão de santidades, da qual se provia “as maletas das chinas¹² em suas viagens e, como os Penates¹³ dos romanos, eram expostas no interior dos copés,¹⁴ quando os podiam construir para receberem as manifestações devotas da família” (OLIVEIRA, [1818] 1842, p. 335), nos mais variados confins platinos.

No período jesuítico, os povos localizados na Banda Oriental do rio Uruguai – conhecidos posteriormente como “Sete Povos das Missões” – contavam com uma cifra próxima a trinta mil habitantes, quando as primeiras incursões bélicas, ocasionadas pelo Tratado de Madri, insinuaram-se na região.¹⁵ Com o Tratado e a consequente Guerra Guaranítica (1753-1756), inúmeros índios missioneiros execrados pela brutalidade e barbárie espanhola iniciaram uma grande migração, acompanhando o exército português. Outros, no entanto, permaneceram nas reduções, mesmo após o fim da fase reducional administrada pelos jesuítas, com a expulsão da ordem, quando a tutela foi conferida aos dominicanos, franciscanos e mercedários.

Nos anos que se seguiram, a memória organizacional jesuítico-indígena deveria ser proscrita. O processo que começou com os espanhóis radicalizou-se com os luso-brasileiros. Como observou Auguste de Saint-Hilaire, em 1821:

Cumprir notar que não resta, em toda a Província das Missões, nenhuma inscrição ou epitáfio que lembre os jesuítas. Todos os monumentos desse gênero foram, provavelmente, destruídos pelos espa-

¹¹No sentido do termo proposto por Paula Monteiro, para quem “a noção de indexação é mais coerente do que a de sincretismo. Indexação não supõe o sujeito pensando, numa ação racional, se faz na prática, não pressupõe uma aproximação de conteúdos, não é equivalência, é uma heterodoxia que funciona na prática.” (Palestra proferida em 26/10/2010, no XII Simpósio Internacional IHU – A Experiência Missioneira: território, cultura e identidade, realizado pela Unisinos).

¹²De chinas eram designadas as mulheres indígenas e mestiças.

¹³Na mitologia romana, os penates eram os deuses do lar, responsáveis por bem-estar e prosperidade nas famílias. Eles comparilhavam o altar da deusa Vesta, no centro da casa. Assim como as miniaturas missioneiras, essas imagens eram veneradas no âmbito doméstico e carregadas em viagens.

¹⁴Pequenas cabanas construídas de madeira e palha.

¹⁵Um documento do arquivo da Companhia de Jesus de Madri, com o senso de 1753, totalizava 6.144 famílias, 29.052 pessoas nos povos orientais, assim distribuídas: São Borja, 633 famílias, 3.493 pessoas; São Luís, 800 famílias, 4.245 pessoas; São Lourenço, 474 famílias, 1.838 pessoas; São Nicolau, 968 famílias, 4.245 pessoas; São João, 772 famílias, 3.228 pessoas; Santo Ângelo, 1.137 famílias, 5.105 pessoas; São Miguel, 1.360 famílias, 6.898 pessoas. Ver: MAEDER, Ernesto; BOLSI, Alfredo S. La población de las misiones guaraníes (1702-1767). In: Estudios Paraguayos, vol. II, nº 1. Asunción: Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, 1974.

nhóis no propósito de fazer com que os índios se esquecessem desses padres (2002, p. 388).

Porém, o viajante sensivelmente percebeu que a alma da experiência missioneira esteve no alto conteúdo sacro que teve a mesma, na religiosidade que impregnava todas as condutas e atividades. Esse costume, ambiência ou *mentalité* (Cf. THOMPSON, 1998, p.14), remanescia na vivência das famílias espalhadas em rancherios nas imediações das antigas reduções, ou no próprio *pueblo*, nos acampamentos militares, nas chácaras e estâncias.

Encontra-se ainda grande número de guaranis que sabem e ensinam a seus filhos o catecismo, em língua vulgar, e as orações que os padres da Companhia de Jesus tinham composto (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 362).

Juntamente aos resquícios de práticas religiosas, havia se conservado o culto e devoção às imagens. Restos de esculturas “encontram-se em todas as casas e foram tirados das igrejas destruídas da margem direita do Uruguai e das capelas que tiveram a mesma sorte nas aldeias portuguesas” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 362-3).

Em São João, as imagens de santos que figuravam na capela haviam sido esculpidas pelo sapateiro da aldeia, “o qual não se serve de outro instrumento além de uma faca”. Sem dúvida, “não chegam a obras-primas”, afirmou o viajante francês, com a ressalva de que “é preciso lembrar que esse homem não teve mestre e não viu senão alguns modelos imperfeitos”. Cinco decênios afastavam este *sapateiro* das oficinas monitoradas por padres jesuítas, dos (eventuais, mas existentes) escultores especialistas, dos alcaides e da demanda por imagens que enobreciam igrejas suntuosas. Mas, respondendo a um mercado restrito, no qual o panteão de santidades deveria estar ainda mais seletivo, aquele artesão – sem ter a noção do processo artístico e histórico do espaço que atuava – pertencia à teia de artistas populares, escultores de imagens sacras, que viriam a ser peças de coleção, acervos de museus ou incumbidas perenemente de interceder *milagres e bênçãos*. A habilidade daquele índio foi relacionada, preconceituosamente, com o “instinto”, igualmente presente na “formiga e na abelha” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 384).

Deve-se considerar a possibilidade de que, após vários percalços, como guerras, incêndios e trocas administrativas, algumas das imagens que ornavam as igrejas das reduções tenham sido substituídas por outras. Nesse sentido, as gerações que recebiam diretamente as instruções plásticas dos padres nas oficinas de artesanato já não existiam. Os remanescentes de guaranis missionários, sem o incentivo e as orientações de outrora, reproduziam os ícones a partir da memória visual e de suas aptidões artísticas.

Ainda se viam estátuas “do tempo dos jesuítas”, provavelmente, destinadas “a figurar em um desses autos piedosos, com que os jesuítas divertiam os índios”, deduziu Saint-Hilaire, posto que “tinham os braços móveis” e pareciam representar “Pilatos ou Judas” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 384).

Em 1834, Arsène Isabelle registrou que a antiga sacristia da igreja de São Borja estava “atulhada de ornamentos danificados, em especial imagens, [...] pinturas notáveis e delicadas esculturas, [...] santos de todos os tamanhos” (ISABELLE, 2006, p. 197). Impressionaram-lhe, principalmente, os “santos em tamanho natural, cujos olhos móveis dentro das orbitas podiam derramar lágrimas de sangue!” Não bastasse, havia outros que “tinham por missão especial fazer sinais negativos ou de aprovação com a cabeça

ou com as mãos!!!” (ISABELLE, 2006, p. 197).

Em São Nicolau havia sido edificada, em 1850, uma “casa de pedra” no centro da praça da antiga redução. Para lá, “os habitantes transportaram uma dúzia de estátuas de santos que tinham tirado das ruínas da igreja”. Entre essas, destacava-se “um São Nicolau, maior que o natural, dourada e bem conservada”. Perante as esculturas, “aos domingos se reúnem os índios que moram em pequenos ranchos debaixo do mato das laranjeiras, e fazem suas orações diante das imagens que beijam com devoção” (GAY, 1863, p. 709).

Na São Luiz Gonzaga de 1853, parte da igreja ainda estava conservada, conforme observou o médico alemão Robert Ave-Lallemant. Mantinha-se “bem no meio da igreja”, uma “magnífica abóboda de madeira, de uns 60 pés de altura” (1980, p. 251). São imprecisas as hipóteses de localizar no tempo quando esta abóboda teria sido destruída. Destino incerto também tiveram algumas imagens quantificadas por ele: em São Lourenço havia trinta e três estátuas de “diferentes tamanhos de José e Maria, diversos quadros de Cristo, um arcanjo Miguel matando o dragão”, que eram guardadas num aposento do colégio; em São Luiz, numa sacristia lateral, acham-se guardadas “todas as estátuas de santos de então, em número de dezenove, umas colossais, outras pequeninas” (p. 244 e 252).

Juízos de valor manifestam-se no olhar do viajante quando analisou as imagens: “todas sem valor artístico, dignas de atenção somente sob o ponto de vista histórico” (p. 252). Talvez tenha faltado-lhe sensibilidade para reconhecer como *artística*, juntamente com a influência europeia, a intervenção indígena nas imagens, a insurgência de outro tipo de representação, o *estilo missioneiro*.

A devoção doméstica às imagens dos descendentes de guaranis missioneiros nos confins da abrangência dos *pueblos* jesuíticos foi, novamente, registrada em idos de 1845, por A. Baguet:

Ainda encontra-se atualmente um resto deste luxo de imagens e estátuas, outrora ostentado em profusão nos templos. Todas essas casas, até as mais humildes, têm alguma estátua grosseira de santo, vestida como boneca de criança e que cada visitante vai beijar com o mais profundo respeito (1997, p. 104).

Em 1860, muitos descendentes de missioneiros estavam vivendo em “pequenas chácaras nas vizinhanças dos extintos povos, onde plantam algum milho, algumas batatas doces e onde raras vezes têm alguma vaca leiteira”. De uma “maneira engenhosa” – escreveu o cônego João Pedro Gay, vigário de São Borja entre os anos de 1850 e 1874 –, alguns anciões da região de São Borja, pediam esmola, “levando consigo ordinariamente a imagem de um santo, e dizendo que pedem esmola para o santo, a fim de cumprirem uma promessa” (1863, p. 623).

A decadência gradativa do período inaugurado pela Guerra Guaranítica, marcado pelas gestões corruptas e roubos de terras e bens móveis missioneiros, teve continuidade após a invasão luso-brasileira de 1801. A desestruturação resultou em movimentos migratórios de grupos de missioneiros, sobretudo nos períodos de guerra, uma vez que muitas famílias acompanhavam os índios arregimentados pelos exércitos hispano-platino e luso-brasileiro, posteriormente, no contexto da guerra contra Artigas (1816-1820) e da Guerra da Cisplatina (1825-1828), motivados por Fructuoso Rivera.

Por óbvio, o trabalho nas oficinas também enfraqueceu, atingindo diretamente a produção das esculturas de maior vulto. Junto a esse *déficit*, devem-se somar os constantes ataques e roubos a que estas imagens estiveram submetidas a partir da retirada dos loyalistas e, sobretudo, durante o século XIX.

O mais significativo neste processo para o estudo da imaginária é a dilatação do espaço de movimentação dos indígenas missioneiros nos vários segmentos da sociedade colonial, seja como empregados em tarefas rurais ou urbanas, seja pela via da mestiçagem, principalmente pelo casamento e concubinato com índias guaranis. Esse, sem dúvida, foi um dos modos através dos quais a estatutária espalhou-se (num primeiro momento) pelo atual estado do Rio Grande do Sul, sendo que delas “andavam sempre providas as maletas das chinas” (OLIVEIRA, 1842, p. 339).

Para os últimos grupos humanos remanescentes das antigas reduções, permaneceram os ritos missionais assimilados e dotados de sentido, principalmente as celebrações. A ausência de sacerdotes que ministrassem os sacramentos propiciou a apropriação ativa dos espetáculos e da liturgia, a exemplo do que ocorria em São Borja de Yi¹⁶, nas imediações de Durazno, no Uruguai, em que, as ritualizações eram administradas pela cacique Luisa Tiraparé, procedente de São Borja.¹⁷

Com a morte do marido, Luisa ascendeu ao posto de *mayordoma*. Concederam-se a ela os bens, ícones e ornamentos da igreja de São Borja, em 1840. Além disso, a comunidade conferiu a ela a liderança espiritual, a organização das festividades, a responsabilidade pelo agenciamento dos sacramentos. Os cultos religiosos foram um dos pilares sobre os quais se sustentaram os missioneiros. No processo constante de degradação do povoado nas margens do rio Yi, quando já não havia mais a igreja, as liturgias continuavam a realizar-se na casa da *mayordoma*, como afirma Oscar Padrón Favre:

Luisa devia ter em seu rancho um oratório com imagens [...]. Sua humilde casa era o recinto onde a diminuta coletividade missioneira realizava o culto cristão, dirigindo ela as orações em guarani e os rituais consequentes (2009, p 259).

A morte da matrona foi registrada em 1881. As imagens que guardava foram paulatinamente sendo distribuídas entre os membros da pequena comunidade. Em Durazno, conservam-se algumas no Museu Histórico “Casa de Rivera”.¹⁸

A parte da história composta por fontes escritas, primárias e secundárias, dos censos, registros de batismo, das narrativas realizadas por viajantes, dos relatórios redigidos por militares e administradores, e mesmo, a parte do que *dizem* as próprias imagens – como cultura material emanada da vivência – e a historicidade dinâmica em que estiveram inseridas, as representações escultóricas missionárias têm *outras histórias*. As leituras de sentido que receberam as imagens ao longo de 400 anos (desde 1609), fecham um ciclo com a atribuição de valor simbólico que carregam na contemporaneidade.

¹⁶São Borja de Yi foi um povoado formado por indígenas missioneiros vindos, em sua maioria, dos Povos Orientais, em especial de São Borja. Após estabelecerem-se temporariamente em Bela União ou Colônia de Cuareim, foram remanejados por Rivera para o centro do país, onde acabaram por dispersar-se entre a população da região. Para informações detalhadas sobre o tema ver: FAVRE, Oscar Padrón. Ocaso de un pueblo indio: historia del éxodo guaraní-misionero al Uruguay. Durazno: Tierra a Dentro, 2009.

¹⁷A remanescente dos cultos, em especial das festividades, e das imagens consta na narrativa dos militares, políticos e administradores que exerceram mando na região, tais como o tenente-governador D. Gonzalo de Doblas; o general Diego de Alvear; o administrador geral Félix de Azara; o conde D’eu (Gastão de Orléans), entre outros.

¹⁸Mais de duzentas imagens de origem missionária foram inventariadas no Uruguai pela equipe de pesquisa da arqueóloga Carmen Curbelo, da Universidad de la República.

A IMAGEM E O ESPECTADOR: ENTRE O VALOR ARTÍSTICO E O RELIGIOSO

A remanescência das imagens está envolvida por histórias de herança familiar – dada especialmente por casamentos entre as índias missioneiras e os povoadores, posto que, muitas imagens acompanharam as mulheres –, como retribuição a favores prestados, presentes singelos de indivíduos que tinham as estátuas como bens simbólicos; como *ethos* identificatório, mantendo a função de culto, entre alguns grupos. Parte destes remanescentes converteu-se em coleção particular, outra foi coletada ou doada a museus, outras frações ainda permanecem no seio do culto familiar e algumas se converteram em insígnia da bricolagem

religiosa brasileira, a exemplo das imagens missioneiras de Jesus Menino e de Nossa Senhora da Conceição, veneradas no “Centro Espírita de Umbanda Pai Oxalá”, em São Borja, no Rio Grande do Sul.

Neste âmbito, a memória oral é um recurso importante de reconstrução histórica da trajetória das imagens. Para Jacques le Goff, “tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, da mesma forma a memória não é a história, mas sim um dos seus objetos, sendo também um nível elementar de elaboração histórica” (1988, p. 221). Esse tipo de fonte não só permite a compreensão da inserção das imagens na sociabilidade dos grupos ou indivíduos que as guardaram, mas o processo produtor de histórias e feitos vinculado a elas.

Ilustrativamente, cita-se o acervo do Museu Monsenhor Estanislau Wolski e a remanescência de imagens na região da antiga doutrina de São Borja.

O museu supracitado conta com 74 imagens que constituem, segundo dados da própria instituição, o 2º maior acervo de miniaturas da arte barroca missioneira do Brasil e 6º maior da América Latina. Independente da classificação, o seu valor é inestimável. As imagens foram coletadas nos arredores da cidade de Santo Antônio das Missões, localizada no noroeste do Rio Grande do Sul.

As informações sobre a origem da coleção de imagens provêm da memória dos moradores da cidade e de depoimentos secundários reproduzidos ao longo de várias décadas sobre o trabalho de recolhimento das peças realizado pelo padre Olmiro Hartmann.¹⁹

Entre as hipóteses, existe a de que as famílias proprietárias das sesmarias recolhiam, durante o caminho, estas imagens destinadas a capelas e oratórios domésticos. Conforme depoimento oral de Esmeraldino José Marques:

Então, os primeiros povoadores, os primeiros a ganharem sesmarias aqui nessa região chamada Rincão



Fig. 6: Imagens do acervo do Museu Monsenhor Estanislau Wolski. Santo Antônio das Missões/RS. Foto: IPHAN.

¹⁹É indispensável, nesse caso, considerar a influência das versões coletivas e retrospectivas no caso dos depoimentos sobre a coleta do acervo, sendo que estes não constituem testemunhos e expressam versões distintas sobre a procedência das peças.

do Camaquã²⁰, eram umas trinta famílias, que começaram a levar para casa essas estátuas, para protegê-las. Foram essas famílias de sesmeiros que salvaram o acervo que hoje está aqui no museu (*Jornal do Povo*. Santo Antonio das Missões: 04/11/06).

O mesmo entrevistado possui versões diversas para as procedências das imagens: “esses santos em miniatura eram utilizados para as orações nas capelas. Às vezes, as próprias famílias encomendavam para os índios, porque ficaram remanescentes dos índios e essas famílias conviveram com eles e faziam intercâmbio” (*Jornal do Povo*. Santo Antonio das Missões: 04/11/06).

Santo Antônio das Missões era território (estância) desmembrado da redução de São Francisco de Borja, fundada em 1682, no segundo ciclo missioneiro, em resposta à fundação da Colônia do Sacramento pelos portugueses.²¹

Nas últimas décadas, nas imediações de São Borja, o significativo número de esculturas de pequeno porte catalogadas e os relatos de moradores indicam a continuidade da manufatura de imagens e a remanescência dos cultos domésticos.

Estas imagens alcançaram o século XXI como bens simbólicos. A relevância dos acervos particulares não reside somente na perpetuação dos cultos domésticos ou nas estátuas em si, mas também na apropriação, identificação e práticas que as acompanham.

No município de São Borja, encontram-se inúmeras esculturas em casas particulares. Alguns acervos, com mais de uma dezena de ícones, constituem “coleção de arte sacra”. Percebe-se em algumas imagens partes (saliências) que perderam a policromia pela manipulação no decorrer dos séculos. Tais desgastes sobre a talha remetem aos seus usos, no cotidiano de várias gerações, acompanhados do gesto de segurá-la junto de si, de tocá-la, aproximando-se com intimidade da entidade que simbolizava. Dentro de sua historicidade, atualmente são *peças* colecionáveis, suas funções como *bem simbólico*, ou seja, devocionais e mediadoras, foram substituídas pela de *bem mercadológico*.

Outros acervos provêm da retribuição a favores prestados às famílias residentes nas áreas rurais dos municípios de São Borja e São Luiz. Em entrevista o músico Miguel Bicca explicou a origem das estátuas que guarda:

Em Garruchos, nos arredores da chamada sesmaria do Buriti, havia uma velha chamada a “Velha do Santo”. Esta senhora tinha muitas estátuas de santos *pequeninhas*. Como ela era benzedeira, ganhava do pessoal por agradecimento às bênçãos. Eu, como ajudava muito ela e a família, levando ranchos, trazendo de carro *pro* hospital, quando alguém precisava, fui ganhando estas imagens em retribuição. Isso também aconteceu com outras famílias que conheci lá. Foi assim que essas imagens vieram parar comigo (BICCA, Miguel Antônio. Entrevista registrada em 15/07/2011).

Além das pequenas estátuas pertencentes a oratórios domésticos, havia em cada fazenda uma capela com imagem: “cada uma tinha um santo” – lembra Miguel Bicca, do tempo em que trabalhou como pecuarista em fazendas nos arredores das antigas doutrinas supracitadas.

²⁰Toda a região entre os rios Camaquã e Piratini, afluentes do rio Uruguai, era chamada de “Rincão do Camaquã”.

²¹Nesta época, já estava em vigor o Tratado Provisional imposto a Espanha, em 1681, que visava delimitar novas fronteiras na região e reconhecer, por implicações diplomáticas europeias, a posse portuguesa sobre a margem esquerda do Rio da Prata.

Possivelmente, entre as razões que justificam a profusão de imagens remanescentes na região está o fato relatado pelo cônego Gay, ainda no século XIX: “O povo de São Borja não foi destruído nem queimado como os povos da margem ocidental do Uruguai, nem abandonado como os demais da margem oriental do mesmo rio. O seu colégio e as casas da praça foram continuamente ocupadas”. Além disso, desde a primeira década do Oitocentos, quando o marechal Francisco das Chagas Santos ali estabeleceu o quartel general, “várias famílias de Rio Pardo, Viamão, Triunfo, Porto Alegre e, sobretudo, de Santo Antônio da Patrulha”, mudaram-se para lá (GAY, 1863, p. 718-720). Os guaranis, a este tempo, habitavam as imediações do “Passo”, rancherio à beira do rio Uruguai, hoje bairro da cidade de São Borja. É lá que se concentram a maior parte das imagens, ainda de culto familiar.

Em 1982, Apparício Silva Rillo estimava que ainda existissem em São Borja “meia centena de imagens de madeira, de médio e pequeno porte, remanescentes em oratórios de famílias tradicionais de nossa cidade e em mãos de colecionadores locais de obras de arte jesuítica” (1982, p. 15).

Adentrando o século XXI (2007), a família Ayala Chagas, que há mais de cinco gerações conservava artefatos missionários, fez a doação de 21 peças que faziam parte de um altar existente em sua casa, localizada no subúrbio do município. Dessas, oito são do período jesuítico guarani, conforme constatação do IPHAN, e hoje encontram-se expostas no museu municipal Apparício da Silva Rillo. Deve-se destacar que as coleções dos museus do Rio Grande do Sul, incluindo o Museu das Missões, com 99 imagens, foram constituídas por meio de *doações* de acervos particulares, incorporadas no ambiente doméstico.



Fig. 7: Imagem de N. S. da Conceição, 44 cm x 12 cm. Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí/RS. Foto: Jacqueline Ahlert.

A avó de Leôncio, Betulina dos Santos, era benzedeira. As peças ficavam dispostas junto ao altar. Ali, ela ministrava os benzimentos, numa casa de chão batido, onde ainda vive a família. Há cerca de 40 anos, fazia parte do conjunto uma imagem de Santa Cecília, de dois metros de altura. Com a promessa de restaurá-la, certo senhor João a levou e nunca mais devolveu.

Benzedeiras são recorrentes nos percursos das estátuas missioneiras. Em Ijuí, representações da Virgem eram utilizadas por uma benzedeira. Depois de sua morte, ficaram sob os cuidados da sobrinha, que as doou à paróquia. As imagens foram o motivo de sucessivas indisposições entre o padre, que desejava mantê-las na igreja, e algumas senhoras da comunidade, que não admitiam aqueles ícones ligados a “idolatrias e superstições”, dentro do templo cristão. A solução foi encaminhá-las ao Museu Antropológico Diretor Pestana. A imagem de Nossa Senhora da Conceição (*fig. 7*) traz as marcas da devoção aferida a ela. A cera das velas que foram queimadas para e sobre a representação da santa sinalizam as práticas que redefiniram as linhas da estátua, deteriorada pelo fogo, escurecida pela fumaça, desgastada pelo uso nas extremidades. Esteve viva durante séculos nos recintos mestiços, entre ervas, orações e conjuros.

As talhas missioneiras estiveram – e ainda estão – no entre-lugar entre os valores de culto e os estéticos/históricos. Encontram-se à venda no mercado negro de obras de arte ou cruzando fronteiras por valores irrisórios, também em altares domésticos e prateleiras de museus da América e da Europa.

Valorizam-se suas formas barrocas suntuosas, como expressividade da maestria dos escultores in-

dígenas. Da mesma forma, sua historicidade marcada pela estética indígena, como testemunhos materiais do processo único de “evangelização” de milhares de indígenas por uma ordem religiosa.

O olhar dos devotos (próximo ao dos seus executores e contemporâneos da imagem) é distinto do olhar patrimonial e, ainda mais, das projeções do colecionador. Pois, nos primeiros a noção da historicidade da imagem está presente, contudo, seu valor de mercado não.

A exemplo, a imagem de São Miguel Arcanjo, localizada há 140 anos no distrito de Pulador, em Passo Fundo, submetida à restauração pela Faculdade de Artes e Comunicação da Universidade de Passo Fundo em 2008.

Desde 1871 ocorrem procissões em homenagem ao Arcanjo. Segundo a tradição oral, a estátua teria sido trazida por dois escravos, Generoso e Isaías, durante o regresso da Guerra do Paraguai.²²

Apesar do estudo cuidadoso dos responsáveis envolvidos na recuperação da imagem – através de metodologia específica, somada a investigação sobre intervenções e repinturas anteriores –, a “versão restaurada” da estátua não agradou aos fiéis. Estes consideram que a representação de São Miguel perdeu em vivacidade e colorido. Sem dúvidas, prefeririam ter a antiga imagem de volta ao altar.

Há uma relação afetiva dos moradores para com os patrimônios culturais. A imagem e a capela estão incorporadas ao cotidiano, para alguns moradores, sequer representam “patrimônios”. O Arcanjo presta-se a devoção e ao culto, compondo o altar principal da capela, numa existência incorporada, distante da visão patrimonialista.

Conforme o historiador de arte e imagens Hans Belting, “as imagens sagradas melhor revelam seus significados através de seus usos” (1997, p. 397). O problema introduzido por ele, sobre o *lugar* da imagem na história do Ocidente, indica a complexidade dos sentidos das imagens missionárias, desde os seus “valores de forma” até os seus “valores de conteúdo”.

Problematiza este enfoque, o fato das imagens não haverem sido talhadas para comporem o rol de objetos artísticos da história da arte da América Meridional, integrando livros de arte, catálogos de museus, ou mesmo, sendo objeto de pesquisa acadêmica.

Compreendidas sob a ótica de sua significação religiosa intrínseca, elas não apenas representavam um ser espiritual, mas eram tratadas como tal, sendo veneradas, invocadas, carregadas em andores nas procissões. No entanto, considerar que objetos de culto pouco têm a ver com a criação artística pode ser um tanto radical. Tratando da estatuária procedente das doutrinas, pela imanência cultural guarani, é certo que seus artesãos não possuíam a intenção de compor um novo *estilo artístico*. Nem mesmo concebiam as imagens como *arte* ou expressão individual e original de uma concepção de mundo exteriorizada na talha da madeira. No entanto, é inegável que exploraram certa liberdade criativa na manufatura de objetos de

²²Ambos pertenciam a Bernardo Castanho da Rocha, proprietário da fazenda Pinheiro Torto (interior de Passo Fundo). Conforme os relatos, Generoso tivera uma das pernas amputadas em função da guerra. Durante o regresso, este teria encontrado a imagem de São Miguel na beira de um rio, nas proximidades da antiga redução de São Miguel Arcanjo. Esta incidência faria com que Generoso promettesse que chegando com vida em Passo Fundo voltaria para buscar a imagem. Passadas algumas semanas, o escravo teria voltado ao local e trazido a imagem numa carreta puxada por cavalos. Generoso haveria iniciado, posteriormente, a construção da capela, com a finalidade de abrigar a imagem. Outros relatos indicam que não houve o regresso para buscar a imagem, que teria sido trazida quando da passagem pelas proximidades da redução de São Miguel, com a ajuda de uma “carretinha” puxada por um cavalo, obtida na vizinhança.

uso pessoal e familiar.

Ainda assim, a transformação da iconografia tradicional católica não se deu por ânsias *artístico-expressivas*, no sentido moderno do termo. O mais correto seria considerá-la inserida em um fenômeno de *vontade de pertencimento*. Os guaranis aspiravam por santidades coerentes com a sua cosmovisão, com a sua dinâmica, na qual a veracidade e a beleza da natureza repousavam naquilo que se pode apreender. Mantendo a função de *imaginatio*, as imagens “mediadoras entre os homens e o divino” tiveram na alteração da estética um dos elementos de sacração da interatividade entre o ícone e quem o vê, “ou que, mais exatamente, é visto por ele” (SCHIMITT, 2007, p. 45).²³

A intenção principal na alteração do ponto de vista é abranger as imagens como objetos universais de indagação, com recursos de investigação próprios, que vão além das qualidades estéticas e formais. A imagem daria lugar à arte quando seu papel na sociedade destacasse-se pelo valor estético, em prol do religioso.

Foram as práticas que engendraram as imagens. Em carta ânua de 1750, com notícias sobre a redução de San Xavier, afirmou-se que: “O conhecimento de nossa santa fé é bastante claro; para muitos, claríssimo” (MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ANGELIS, 1969, p. 21). O que, exatamente, diferenciava “bastante claro” de “claríssimo”? É evidente que os anos de prática catequética não tinham suprimido a totalidade das crenças ancestrais. À Maria, os mocobis chamavam “Gdatè, que quer dizer Nossa Mãe, nome que colocaram os próprios índios”. “Nossa Mãe” era uma divindade milenar, conjugada à crença em Maria, sobretudo, através da imagem. Se doentes pediam ajuda ao padre, mas não deixavam de procurar “feiticeiros”, para terem a enfermidade “chupada”. “Chupar é a medicina que usam os feiticeiros”, esclareceu o padre aos seus superiores na ânua, advertindo que não deviam dar atenção ao fato, pois os magos “apenas fingem”. No entanto, avisa o doente que “trate de cuidar da sua alma, porque senão irá arder no fogo que não tem fim e, seu corpo, será comido no campo pelos caranchos [ave carnívora] e os tigres” (1969, p. 20 e 19).

Na perspectiva da recepção dessas imagens, seus produtores não anteviram sua exposição em museus, leilões de arte ou estantes de colecionadores. “A distinção entre o individual e o coletivo, que nos parece tão clara, tem pouco peso nas condições de produção estética das sociedades primitivas”, ratificou Claude Lévi-Strauss em entrevista a Georges Charbonnier (1989, p. 61). As miniaturas, sobretudo as com tamanho inferior a 10 cm, foram elaboradas para permanecerem no meio familiar, entre iguais. Fossem feitas para uso próprio ou para encomendas, sua função era a de culto. Parafraseando Ernst Gombrich, quando abordou a arte primitiva, as imagens “tinham que desempenhar um papel nos rituais, e nesse caso o que importa não é a beleza, segundo os nossos padrões, mas se ela *funciona*” (2008, p. 43. Sem grifo no original).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retornando ao espaço missionário dos séculos XVIII e XIX, alguns viajantes e administradores referem-se aos trabalhos artesanais muito superficialmente. São mais comuns as observações sobre as estátuas. Nelas, já ao longo do século XIX, fica visível que remanesceram algumas grandes e suntuosas imagens,

²³Discordando em alguns aspectos de Hans Belting, Schmitt justifica que sua preferência pelo termo imagem a propósito da Idade Média, não ocorre para fazer oposição ao termo arte, mas para restituir-lhe todos os seus significados e domínios.

com as quais muitos se surpreendem. Fora estas, outras (a grande maioria), “são uns troços de madeira mau lavrados e pior pintados”, “sem valor artístico”, afirmou-se, “mas com algum valor histórico”.²⁴

Esta última observação, realizada por Avé-Lallemant, em 1858, foi uma notificação para a qual não se deu a atenção devida. A indiferença com estas imagens que, aparentemente, só portavam valor histórico saiu cara ao patrimônio artístico-cultural da América meridional, em geral, e para o Rio Grande do Sul, em particular.

Em 1936, Mário de Andrade foi convidado para articular a criação de uma instituição nacional de proteção do patrimônio. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado por decreto presidencial em 30 de novembro de 1937, previa a salvaguarda e o tombamento de bens materiais e imateriais de interesse público. Na ocasião, chamavam a atenção de Mário de Andrade os tipos de discernimentos que se aplicavam à validade, ou não, da cultura material do período colonial. Observou o escritor: “O critério tem que ser outro. Tem que ser histórico, e, em vez de se preocupar muito com beleza, há de reverenciar e defender especialmente as capelinhas toscas, as velhices dum tempo de luta e os restos de luxo esburacado que o acaso se esqueceu de destruir” (apud ARAUJO, 1999, p. 7).

Os intelectuais envolvidos nesta discussão intentavam rebater as leituras preconceituosas sobre o acervo de arte colonial paulista. Algo similar ao que ainda buscamos no Sul do país. Lúcio Costa manifestou sua cumplicidade com Mário de Andrade nesta causa: “não são [as peças de arte sacra] simples cópias inábeis, mas, muito pelo contrário, legítimas ‘recriações’, podendo ser consideradas [...] autênticas expressões da arte brasileira dessa época” (apud ARAUJO, 1999, p. 7).

A coerência destas observações repetiu-se quando da presença do urbanista no Rio Grande do Sul para a projeção do Museu das Missões, em 1937. Apesar disso, a valorização que faltou à população e aos órgãos públicos (que deveriam controlar a existência e manutenção da cultura material), sobrou aos colecionadores de arte e/ou bens históricos.

A devastação das esculturas missioneiras, encetada com a expulsão dos jesuítas, guerras, saques, incêndios, entre outros episódios, no século XX, já vinha sendo submetida ao espólio pelo mercado negro de arte sacra, prática que só se agravou nos anos subseqüentes.

Em algumas cidades, quando alteradas as ordens religiosas que administravam as igrejas, os novos párocos desfaziam-se dos *objetos* dos anteriores. Entre eles, imagens missioneiras, que eram facilmente recolhidas nas casas com a justificativa de *ornar* as igrejas (ou trocadas por outras produzidas em série e canceladas como mais adequadas pelo *cânone*). Para o centro do país teriam sido vendidas muitas destas peças. Este e outros fatos foram registrados na região de Cerro Largo, noroeste do Rio Grande do Sul.

Além disso, são historicamente comuns os roubos. Em 1960, chegou um “grupo de São Paulo na cidade de São Nicolau”. Seus membros “vistoriaram a igreja e se hospedaram no hotel. Não amanhecera lá, tampouco as imagens na igreja”, relatou o historiador e arqueólogo Guido Henz (entrevista concedida em 10/06/2010). Em 2010, da igreja de São Nicolau, em Rio Pardo, foram roubadas esculturas missioneiras. Ninguém foi responsabilizado.

Entre os prejuízos da guerra civil de 1835-1845, reconhece-se como absurda a ação de transformar em lenha retábulos e imagens para aquecer e cozinhar para os soldados do Império acampados em São

²⁴São base para estas citações Saint-Hilaire, Ave-Lallemant e Arsene Isabelle.

Borja na década de 1840. Todavia, incursões deste tipo não estão isoladas no tempo. Em 2007, a ignorância somada ao dogmatismo, levou para o fogo duas imagens missionárias, na mesma cidade, por um pastor evangélico.

Foi somente no final da década de 1980 que houve uma preocupação em catalogar os remanescentes da cultura material missionária. O atraso em dar início a um processo de preservação e valorização das imagens custou à história da arte sacra do Rio Grande do Sul e do Brasil a perda de grande parte deste acervo de valor histórico e artístico inestimável.

Desde esta iniciativa, mais de trinta anos já se passaram. Oportunamente, a advertência realizada pela equipe do inventário sobreveio como uma sentença:

Inversamente proporcional à representatividade e ao caráter testemunhal desse acervo é o seu estado de conservação. A equipe técnica do projeto pode comprovar sua rápida deterioração. Se não forem tomadas medidas enérgicas e adotada uma política de preservação de bens móveis, assim como seu tombamento pelos órgãos competentes, este acervo se deteriorará num curto espaço de tempo. Tal questão agrava-se se consideramos o fato da inexistência, no Rio Grande do Sul, de um laboratório técnico de restauro equipado para análise e trato específico da madeira, dado que indicamos aos organismos financiadores de pesquisa como extremamente urgente e importante para a conservação de todo o patrimônio artístico do Sul do país (COUTINHO; VIEIRA, 1993, p. 37).

É importante que o esforço realizado seja repetido, para estabelecer parâmetros de conservação das imagens, rastrear sua localização, possíveis vendas, roubos, restaurações etc. Além de incluir as peças registradas por pesquisas acadêmicas, doadas a museus e antes não contabilizadas, a imaginária encontrada em escavações arqueológicas, entre outros.

Inúmeros já foram os avanços atingidos no Rio Grande do Sul nas áreas de permanência e interpretação destes bens: pesquisas *lato e stricto sensu*; criação de cursos de graduação e especialização em conservação e restauro de bens móveis; laboratórios de pesquisa; reforma e reestruturação de museus.

Majoritariamente, os acervos estão em péssimo estado. A maneira como estão exibidos só agrava a situação.

Casos como o Museu de Arte Sacra de Rio Pardo são atentados contra o patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro, por conta dos descasos da administração pública nas suas três instâncias de poder. Na sacristia da singela e belíssima capela de São Francisco, construída em 1755 (uma das mais antigas do período colonial), as imagens estão *armazenadas* desde 1975. Entre a umidade, que verte das paredes, o teto ruindo e a total falta de segurança, esculturas com mais de três séculos estão desajeitadas sobre pedaços de TNT, acompanhadas de poucas e superficiais informações sobre a origem, dimensão das peças e designação. Todo o edifício exige restauro, inclusive as talhas de madeira que abriga, pois lá há artigos de valor imprescindível para a história da arte colonial brasileira. Esse museu tem, portanto, necessidade urgente de salvamento!

Imagens de uso pessoal ou de culto doméstico correspondem à outra dinâmica de manutenção. Nelas, o uso faz parte da historicidade, pois não perderam a dinamicidade característica de suas funções. Não se quer, com isso, dizer que prescindam de orientações de como salvaguardá-las. Algumas repinturas – bem intencionadas, posto que a imagem “fica mais bonita”, conforme seus proprietários –, são verda-

deiros crimes culturais. Perde-se, com essas práticas, a sutileza dos arabescos fitomórficos que decoravam as vestes dos santos e santas, as interpretações do ícone realizadas no momento da escolha pela policromia adequada àquela figura e ao que ela representava – como as penas vermelhas dos anjos e arcanjos, tão significativas no contexto missional.

Seria sumamente importante seguir o processo de esquematismo, sintetização ou simplificação que se efetuou pelas vias das escolhas estéticas do artesão através da própria reminiscência dos testemunhos materiais da imaginária missioneira. Contudo, para efetuar-se tal processo seria imprescindível a disponibilidade da transdisciplinaridade, que incluiria conhecimentos científicos, tecnológicos, históricos e artísticos.

Enfim, é indispensável a valoração destas obras enquanto manifestação religiosa popular do século XVIII e XIX no Rio Grande do Sul, não obstante, pela necessidade de atribuição de valor histórico e artístico para o acervo missioneiro, de uma maneira geral, como forma de garantir a permanência e a integridade deste patrimônio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAUJO, Emanoel. *A singularidade de São Paulo*. In: LEMOS, Carlos A. C. *A imaginária paulista*. São Paulo: Edições Pinacoteca, 1999.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. São Paulo: Ed. USP, 1980.
- BAGUET, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul. Florianópolis*: PARAULA, 1997.
- BELTING, Hans. *Likeness and presence: a history of the image before the era of art*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.
- CARDIEL, José. *Costumbres de los guaraníes. Historia del Paraguay desde 1747 a 1767*. MURIEL, Francisco. Madrid: V. Suárez, 1919.
- CHARBONNIER, Georges. *Arte, linguagem, etnologia: entrevista com Claude Lévi-Strauss*. Campinas: Papirus, 1989.
- CHARTIER, Roger. *A nova história cultural existe?* In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- _____. *O mundo como representação. Estudos Avançados*, vol. 5, nr. 11, jan/abr. 1991, p. 173-191.
- COUTINHO, Maria Inês; VIEIRA, Mabel Leal. *Inventário da imaginária missioneira*. Canoas: La Salle, 1993.
- ESCOBAR, Ticio. *Santo e seña: acerca de las imagería religiosa misionera y popular en el Paraguay*. In: *Catálogo Imagería Religiosa*. Asunción: Museo Del Barro, 2008.
- FAVRE, Oscar Padrón. *Ocaso de un pueblo indio: historia del éxodo guaraní-misionero al Uruguay*. Durazno: Tierra a Dentro, 2009.
- GAY, João Pedro. *História da República Jesuítica do Paraguai, desde o descobrimento do Rio da Prata até nossos dias, ano de 1861*. *Revista do Instituto Histórico Geographico e Etnographico do Brasil*. Rio de Janeiro: D.L. dos Santos, 1863. Tomo 26.
- GOMBRICH, E. H.. *Arte e ilusão. Um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo: Martins

Fontes, 1986.

_____. *A história da arte*. 16ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GRUZINSKI, Serge. *A guerra das imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492-2019)*. Trad. Rosa F. d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HAUBERT, Máxime. *Índios e Jesuítas no tempo das Missões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul. 1833-1834*. Brasília: Senado Federal, 2006.

LE GOFF, Jacques. *Histoire et Mémoire*. Paris: Editions Gallimard, 1988.

MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ANGELIS. *Do Tratado de Madri à Conquista dos Sete Povos (1750-1802)*. Introdução, notas e sumário de Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.

MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ANGELIS. *Coleção micro-filmada*. Centro de Pesquisa Histórica da PUCRS.

MONTOYA, Antônio Ruiz de. *Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas províncias do Paraguay, Paraná, Uruguay e Tape*. Porto Alegre: Martins Livreiro, [1639] 1985.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. *Episódio de um diário das campanhas do Sul (1818)*. *Revista Trimestral de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de D.L. dos Santos, 1842, tomo quarto, publicado entre as p. 331-349.

PISSOLATO, Elizabeth. *A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo mbya (guarani)*. São Paulo: Editora UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NuTI, 2007.

RILLO, Apparício Silva. *São Borja, em perguntas e respostas*. São Borja: Coleção Tricentenário, 1982.

SANTOS, Maria Cristina dos; BAPTISTA, Jean. *Reduções jesuíticas e povoados de índios: controvérsias sobre a população indígena (séc. XVII e XVIII)*. *História UNISINOS*. Vol. 11, n.2, 2007, p. 240-251.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. São Paulo: Edusp, 1974.

SCHMITT, Jean-Claude. *O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média*. Tradução de José Rivair Macedo. Bauru: Edusc, 2007.

SEPP, Antônio. *Viagem às Missões Jesuíticas e trabalhos apostólicos*. São Paulo: Livraria Martins, [1691] 1943.

_____. *Relación de viajes a las misiones jesuíticas; Continuación de las labores apostólicas; Jardim de Flores Paraguaio*. (Edición crítica de las obras del padre a cargo de Werner Hoffman). Buenos Aires: EUDEBA, 1971.

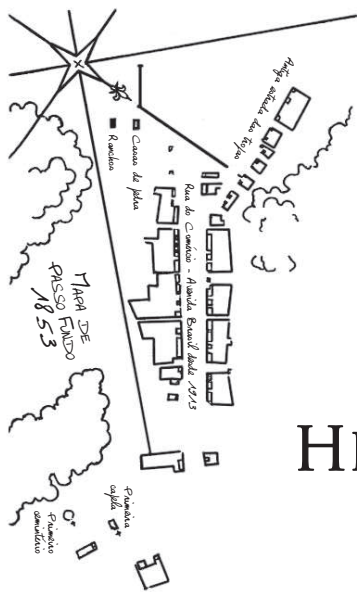
THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem Ferreira. *Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: O projeto Kaiowa-Ñandeva como experiência antropológica*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VEYNE, Paul. *Comment on écrit l'histoire*. In: Foucault révolutionne l'histoire. 3 ed. Brasília, UNB, 1995.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A fabricação do corpo na sociedade xinguana*. *Boletim do Museu Nacional*, 32:2-19, 1979.

_____. *Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio*. *Mana*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-144, out. 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131996000200005-0&script=sci_arttext.



PATRIMÔNIO MATERIAL EM PASSO FUNDO: HISTÓRIA CONSTRUÍDA NA PAISAGEM

Ana Paula Wickert¹

Nino Roberto Schleder Machado²

Para iniciar a discussão sobre o Patrimônio Material de Passo Fundo, parece pertinente a apresentação de alguns conceitos prévios. No dia a dia utilizamos o termo patrimônio com seu sentido mais genérico, mas, ao interpretarmos o conceito de patrimônio aliado à cultura, torna-se relevante um olhar mais detalhado.

A definição legal para o termo Patrimônio Cultural Brasileiro aparece na Constituição Federal de 1988, conforme citação abaixo:

“Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico – culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

A partir daí a noção de patrimônio cultural fica mais clara, e os fatos e bens representativos de uma sociedade podem ser entendidos como seu patrimônio. Ainda, deve-se ter em mente que o patrimônio cultural pode ter uma conotação mundial, nacional, estadual ou municipal, dependendo de sua relevância na configuração dos processos históricos e sociais do país, do mundo ou de sua região.

¹Secretária do Planejamento do Município de Passo Fundo. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Passo Fundo; Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (2002).

²Arquiteto e Urbanista (UFRGS), Mestre em Arquitetura - Teoria e História (UFRGS), Professor de Projeto no Curso de Arquitetura da IMED, em Passo Fundo.

Desta forma, fica claro que nenhum lugar não tem *nada* para preservar. Todos os lugares possuem uma história que lhes é própria, e possuem hábitos, crenças, festas, construções, paisagens e espaços que o identificam e representam.

Legalmente a ação de preservação é garantida pelo ato do tombamento, prerrogativa legal que salvaguarda o bem de sua destruição ou mutilação, e que não interfere no direito de propriedade. Na prática, a preservação do patrimônio não depende apenas da legislação, mas também e, principalmente, das ações de educação e conscientização patrimonial e ambiental. Ação esta que se apresenta neste livro.

O patrimônio cultural pode ser dividido em dois grandes grupos: Patrimônio Material e Patrimônio Intangível, ou imaterial. Como Patrimônio Material estão classificados os bens que possuem um suporte físico, matéria palpável, tais como paisagens, conjuntos arquitetônicos, edifícios, obras de arte, fotografias, documentos, livros, mobiliário, objetos; estes ainda podem ser agrupados em bens móveis e imóveis. Já o Patrimônio Imaterial inclui as expressões culturais e tradições ancestrais preservadas tais como os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, celebrações, danças e outras tradições.

No Brasil o Instituto do Patrimônio Histórico organiza os bens tombados em quatro Livros do Tombo, a saber:

- Arqueológico,
- Paisagístico e Etnográfico;
- Histórico;
- Belas artes e das Artes Aplicadas.

Neste trabalho será abordado o tema do patrimônio material imóvel de Passo Fundo, buscando uma compreensão de sua história, reconhecimento e preservação.

PASSO FUNDO, A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA

Historicamente observa-se uma relação íntima entre a memória e a identidade cultural dos povos. A noção de historicidade e memória vem se modificando desde os antigos gregos, mas a ideia de se apoiar em feitos históricos para fortalecer os sentimentos de patriotismo, cidadania e identidade ainda é uma prática bastante eficaz.

De acordo com Chauí (2003), a memória é inseparável do sentimento do tempo e da percepção do tempo como algo que escoar e passa. A autora divide a memória em seis tipos, sendo que interessa particularmente a classificada como memória social ou histórica, definida como aquela fixada por uma sociedade por meio de seus fundadores e de relatos, registros, documentos, monumentos, datas e nomes de pessoas, fatos e lugares que possuem significado para a vida coletiva. A memória social e histórica é objetiva, pois existe fora do ser humano, conservada nos objetos, na arquitetura e na feição das cidades.

Para Le Goff (1996), a memória tem como propriedade conservar certas informações, que permitem ao homem atualizar impressões ou informações passadas. Assim todo cidadão tem direito à memória coletiva para se relacionar com seu lugar de origem.

Ainda que a memória coletiva exista fora do ser humano, sendo-lhe então, muitas vezes imposta, ela passa por um processo de reconhecimento por parte desse mesmo ser humano. As relações entre memória social e cidade são, em sua maioria, determinadas por grupos influentes nas forças determinantes

do espaço urbano, sejam elas políticas, econômicas, sociais ou culturais.

A construção social de um bem é produto dos significados que uma comunidade lhe impõe. As cidades e os povos são, em si mesmos, construções culturais que contêm as relações entre o construído, o natural, os fatos históricos e as manifestações da cultura. Essas relações únicas configuram a identidade de um lugar, fundamental na definição das características sociais de um povo.

Considerando que a cidade configura um espaço social coletivo resultante de interesses coletivos e individuais, sua análise tanto física quanto conceitual não pode desconsiderar o jogo de forças entre os interesses predominantes. A preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e natural obedece a critérios de interesse social coletivo, pois busca manter bens que possuam valor ou interesse para gerações futuras.

Na sociedade contemporânea o fenômeno da preservação adquire feições mais complexas. Se por um lado existe uma noção de que é importante manter a identidade local como um fator de proteção contra a globalização e massificação cultural, por outro lado existem fortes interesses privados relacionados ao mercado imobiliário, que muitas vezes se sobrepõe aos interesses socioculturais. O discurso comumente utilizado em defesa da substituição do antigo pelo novo é o da modernização, levada a cabo sob qualquer preço.

Essa concepção já foi ultrapassada há mais de meio século, e as teorias contemporâneas defendem um desenvolvimento sustentável através da preservação da história e identidade ao lado da modernização. Ainda assim, essa realidade é observada em cidades como Passo Fundo, onde um somatório de fatores desequilibra a balança em prol da constante destruição do patrimônio arquitetônico.

Passo Fundo é uma cidade de porte médio, localizada no planalto norte do Rio Grande do Sul. Sua posição geográfica favoreceu seu papel histórico como cidade de passagem. No século XIX via transitar por sua ampla e longa avenida as tropas de gado, transportadas até São Paulo. A partir de 1898 essa feição se modificou com a chegada da ferrovia, cortando perpendicularmente o tradicional eixo de deslocamento da cidade. Com os trilhos, surge uma nova economia, através da venda de madeira, escoada pelo novo e moderno meio de transporte. Até a década de 1960 a ferrovia teve papel relevante no cenário sócio-econômico do município.

Após este período de comércio madeireiro, surge um novo ciclo, inaugurado com a criação das faculdades de direito, de educação em suas diversas terminalidades, potencializadas pelos cursos de medicina e odontologia que vieram resultar no processo da criação da Universidade de Passo Fundo. A partir daí a cidade assumiu seu caráter de polo de saúde e educacional na região, configurando-se também como centro de realização de eventos culturais de relevância internacional, tais como Festival de Folclore e Jornada de Literatura.

Um olhar acurado identifica facilmente as transformações sociais e econômicas no espaço físico da cidade. Na Avenida Brasil os antigos casarões coloniais e alguns sobrados historicistas construídos sem recuos durante os séculos XVIII e XIX demonstram que por ali viviam e se deslocavam as pessoas daquela época. Nas Ruas Bento Gonçalves e General Neto, e em seu entorno, ainda estão preservados alguns indícios da modernização ferroviária do final do século XIX e início do século XX.

Caminhar pelas ruas de Passo Fundo conhecendo um pouco de sua história permite ao *flâneur* (segundo Charles Baudelaire *flâneur* é “*uma pessoa que anda pela cidade a fim de experimentá-la*”) identificar fragmentos de épocas passadas, mas realmente nos é impossível a identificação de um centro histórico como em muitos outros lugares. Não porque Passo Fundo não tenha tido conjuntos arquitetônicos rele

vantes, mas sim porque as ações e políticas até então não motivaram esta preservação.

Este fato não é isolado em Passo Fundo, este é um problema brasileiro. A legislação de preservação nasceu em 1925 e as ações do Instituto de Patrimônio Histórico estavam voltadas apenas aos bens de relevância monumental, com ênfase na arquitetura luso brasileira em Minas Gerais e nordeste. Nesta época, no Rio Grande do Sul o olhar estava voltado principalmente ao sítio de São Miguel das Missões. Na década de 1960 a estratégia mudou tentando acompanhar as novas diretrizes mundiais advindas da Carta de Veneza, porém neste momento o ideário de criação de uma unidade nacional acabou deturpando a interpretação daquele documento e, novamente, não se conseguiu estabelecer uma prática patrimonial para o país.

Na década de 1970 os Estados e Municípios passam a assumir as políticas de preservação, até então prerrogativa do Governo Federal, porém nesta fase pode-se observar que nenhuma das instâncias estava preparada para esta função dentre tantas outras. Somente com a constituição de 1988 a questão passou a ser discutida através da via da participação social e não mais pela seleção de bens de valor excepcional.

Nesta mesma época passa-se a ter o entendimento de que as áreas urbanas são objetos culturais relacionados a outras disciplinas como a história, e etnografia, a arqueologia, entre outras.

Na década de 1990 o Estatuto da Cidade veio para legitimar o valor patrimonial de todas as manifestações com relevância cultural para o seu meio. Nele estão definidas estratégias que beneficiam a preservação dos bens de interesse histórico dos municípios, assim como a atuação do poder público dirigida às necessidades dos cidadãos, tais como bem-estar coletivo e a justiça social com preponderância do interesse coletivo sobre o interesse privado e particular, e justa distribuição dos benefícios e dos ônus decorrentes do processo de desenvolvimento urbano.

A compreensão contemporânea de que a reabilitação urbana é um processo inerente a esse desenvolvimento insere a preservação do patrimônio no planejamento urbano, não podendo aparecer desvinculada dos demais temas referentes à cidade.

O plano diretor deve considerar os aspectos da preservação e as vantagens fiscais associadas, como a moeda urbanística da venda do direito de construir, entre outros. Desta forma hoje a cidade assume uma complexidade muito maior do que nas décadas anteriores, onde a solução dos aspectos funcionais, especialmente baseados na cultura do carro, já foram sobrepujados.

O problema está em que muitas das edificações de grande interesse histórico e cultural em diversas cidades brasileiras não resistiram a todo este processo resultando em cidades dominadas por fragmentos de edificações e paisagens que convivem com poluição visual e preconceito sobre o verdadeiro valor das edificações históricas, que não pode ser simplesmente quantificado em alguns milhares de reais pela especulação imobiliária.

As cidades que tiveram algum tipo de ruptura no seu desenvolvimento econômico preservaram até a atualidade belos centros históricos, e dentre elas podemos citar Antônio Prado. No caso de Passo Fundo, as ondas de desenvolvimento ficaram claras na paisagem urbana, a cada novo ciclo econômico a necessidade de uma nova arquitetura que o representasse e que colocasse a cidade em pé de igualdade com a capital.

Nas matérias jornalísticas dos jornais Diário da Manhã e O Nacional entre as décadas de 1920 e 1970 observa-se uma constante necessidade de modernização urbana a partir da substituição do velho, considerado ultrapassado. Isto se deve principalmente à simplicidade estética e pobreza de meios da pri-

meira arquitetura de Passo Fundo, o que não pode ser confundido com patrimônio pobre, mas sim com produção arquitetônica referente a um ciclo econômico que ainda se relacionava muito com a arquitetura rural brasileira do século XIX.

Com o ferroviarismo a cidade procura sua modernização através da arquitetura historicista que aparece principalmente nos hotéis, clubes e residências abastadas, mas esta linguagem arquitetônica nunca foi valorizada pelas políticas públicas até a década de 1980, pois era considerada um pastiche de influências diversas sem uma matriz arquitetônica brasileira.

Desta forma perdeu-se o que era colonial, tropeiro e perdemos o que era historicista, ainda restam alguns exemplares preservados pelo ímpeto familiar, porém hoje já estão indo os exemplares modernistas, bandeira esta levantada com a total adulteração da fachada do Hotel Turis. Nas Ruas Moron, Paissandú e Independência e na Vila Vergueiro residências modernistas povoam a paisagem com seus volumes regulares, telhados planos e grandes aberturas, cuja principal referência é a Casa Romulo Teixeira, projeto de Edgar Graeff.

No afã de olharmos muito para trás estamos deixando morrer aquilo que apesar de recente já representa um ciclo histórico acabado e irrepetível. A história é um fardo que, se muito pesado, amarra-nos; se muito leve, faz com que caiamos de bruços. É necessário procurar o equilíbrio entre passado, atualidade e futuro para que realmente caminhemos para frente.

COM O QUÊ NOS IDENTIFICAMOS E POR QUÊ?

De acordo com Carsalade (2001) a ideia de territorialidade está associada à relação do homem com sua existência e com o mundo, transformando o lugar onde habita em algo relacionado com sua identidade e memória. O sentido de lugar está presente em todas as culturas e se manifesta nas mais variadas formas de expressão, como música, filosofia, literatura, artes. O autor ainda defende a tese de que a noção de territorialidade não é restrita à ideia de casa, mas que se aplica a diferentes escalas que vão da cidade, região, estado, país e até mesmo ao planeta.

Nessa discussão interessa particularmente a concepção de cidade como espaço coletivo, para compreensão das variáveis que interferem no processo de configuração da identidade urbana através do patrimônio arquitetônico. Através da permanência de evidências físicas, materiais, da sucessão histórica da cidade, há uma ampliação dos laços afetivos com seus cidadãos.

Porém, Rossi (1995) vai mais além do conceito psicológico das relações com o passado, e desenvolve o conceito de fato urbano a partir da concepção de que existe uma relação única e irrepetível entre fatos materiais ou históricos e o espaço em que aconteceram, e que justamente essa característica é o que determina a identidade do lugar. A concepção de que o monumento é inseparável do meio onde está inserido e da história da qual é testemunho foi introduzida no debate urbano pela Carta de Veneza, de 1964, inaugurando a preservação do entorno dos bens patrimoniais.

Os conceitos de *locus*, lugar e identidade, são amplamente debatidos no campo da arquitetura, e o debate se torna ainda mais acirrado na contemporaneidade devido ao crescente fenômeno de globalização do espaço urbano tradicional, gerando uma perda rápida e irreversível da identidade cultural em cidades como Passo Fundo.

Pierre Lévy (1988) afirma que, diante de todos os progressos dos meios e formas de comunicação, o homem iniciou uma nova forma de pertencimento e está se tornando *aterritorial* – o que facilita as des-caracterização dos lugares e a divulgação de valores repetitivos onde se esteja, na suposição de que são os mais aceitáveis para não dizer corretos.

A definição do que será perpetuado e o que será descartado é tarefa complexa e de grande responsabilidade. Para tanto o inventário dos bens culturais é fundamental na análise técnica e definição das estratégias de preservação. O Inventário do Patrimônio Histórico de Passo Fundo (Wickert, 2011) foi desenvolvido considerando as metodologias contemporâneas de compreensão do patrimônio na paisagem, e definiu como eixos de interesse histórico a Avenida Brasil, Ruas Bento Gonçalves, General Neto entre a avenida e Gare e a Rua Moron na área central, pois nestas vias se concentra o maior número de edificações históricas o que favorece a preservação dos conjuntos construídos com a paisagem natural.

Fora destes eixos destacam-se algumas edificações isoladas de maior valor arquitetônico e histórico, mas a relevância da metodologia está justamente no entendimento da arquitetura na paisagem. A própria Avenida Brasil e seus canteiros-praça pode ser entendida como uma das mais poderosas imagens urbanas da cidade de Passo Fundo.

Vale ressaltar que o inventário por ser técnico também insere edificações que ainda não foram descobertas pelo olhar leigo, trazendo à tona uma nova visão da cidade. Os bens com os quais a comunidade se relaciona mais intimamente são naturalmente preservados pela própria identidade que a sociedade lhe impõe, mas alguns ainda tem que ser mostrados e ensinados à população.

Uma das classificações possíveis para a arquitetura é a tipológica, o que facilita a identificação dos exemplares mais relevantes em termos de valor histórico e arquitetônico e a indicação dos bens destinados ao tombamento. As tipologias históricas identificadas na cidade são arquitetura religiosa, residencial, comercial, multifamiliar em altura e institucional.

Em cada tipologia algumas referências se estabelecem. Nas escolas os prédios do Instituto Educacional, Notre Dame, Protásio Alves e Conceição demonstram a relevância que o Governo do Estado de início do século XX dava à educação. Estas escolas de grande porte com projetos arquitetônicos arrojados para a época ainda se impõem na paisagem.

Na tipologia religiosa Passo Fundo possui uma riqueza expressiva, reconhecida pela forte tradição católica de sua história. A Igreja Matriz e a Catedral são as referências mais diretas, porém outras tantas capelas e igrejas menores compõem o conjunto de arquitetura religiosa da cidade, alvo de capítulo específico neste livro. Aliada a essa arquitetura observam-se duas manifestações tão relevantes quanto as edificações em si: as festas, como Procissão de São Miguel, e as obras de arte, tais como os murais de Aldo Locatelli na Igreja Matriz, os painéis do artista plástico polonês Arystarch Kaskurewicz na Catedral e a escultura missionária de igreja de São Miguel.

Na tipologia residencial diferentes exemplares demonstram inclusive a evolução da moradia e da sua relação com a cidade. As casas do século XIX, com porão alto e parte frontal voltada para o comércio, construídas no alinhamento da rua caracterizam a época em que o morar e o trabalhar dividiam a mesma edificação, com grandes portas abrindo diretamente para a rua. Com as transformações sociais e também no entendimento do urbanismo sanitário de início do século XX, as casas ficam mais arejadas, se soltam das divisas e a atividade comercial acontece em outro local, ou no pavimento térreo, separado da residên-

cia. É muito interessante como é possível através da arquitetura entender as transformações nos hábitos e costumes da sociedade.

Seguramente nem tudo que aos técnicos parece importante preservar assim o é entendido pela sociedade. A escolha arbitrária do que deve ser preservado e o que pode ser demolido muitas vezes pode passar pela intenção de definir uma imagem, um conceito de cidade, escondendo ou valorizando o que lhe convém.

Preservando um tipo de arquitetura define-se claramente uma imagem. Por muitas décadas a preservação esteve relacionada aos interesses das elites no poder, deixando de lado por exemplo a arquitetura vernacular. Atualmente isto é impensável, uma vez que todas as manifestações sociais e culturais de uma sociedade tem valor para sua construção histórica.

Em Passo Fundo esse tema pode ser melhor compreendido quando se analisa o caso do tombamento da edificação conhecida como Cassino da Maroca. A construção do Cassino Palácio, depois conhecido como Cassino da Maroca, foi encomenda de sua proprietária, Isaltina Rodrigues, ao maior empresário da construção civil da época João De Cesaro, no final da década de 30. A abertura formal do Cassino aconteceu em meados de fevereiro de 1941. O Cassino funcionou na Rua XV de Novembro, esquina com a General Osório entre 1941 e 1957.

O partido arquitetônico enfatiza a esquina através da parede em curva com balcão no segundo pavimento e acesso principal no térreo. Com configuração arquitetônica bastante simples, possui uma linguagem sóbria com poucos elementos decorativos, restritos a dois frisos na platibanda, elevação da platibanda na curva da esquina e parapeito nas janelas. Durante a ditadura militar funcionou ali a sede de uma delegacia do DOPS.

Durante o processo de indicação de tombamento do Cassino houve muitas manifestações contrárias à sua preservação tendo em vista o que a edificação representava na história da cidade, porém também as representações negativas podem e devem fazer parte da memória.

Portanto a eleição daquilo que é preservado em uma paisagem está intimamente ligada ao grau de desenvolvimento educacional de uma sociedade e às suas políticas públicas. Em alguns lugares se vê a preservação acontecendo como prática sistemática na busca de uma cidade com identidade e fortes referências, mas no Brasil a grande maioria dos casos é de cidades que tiveram fortes intervenções legais para a definição da preservação.

Em geral a prática patrimonial é mais arraigada em culturas mais antigas, onde os valores ancestrais permeiam a vida contemporânea. Nos países europeus a tradição preservacionista é uma prática corrente, e as edificações antigas não são demolidas, mas sim reformadas, *retrofitadas*, atualizadas, para receberem novos usos criando uma nova arquitetura sobre o receptáculo antigo, preservando a feição urbana, a ambiência e a paisagem peculiares de cada lugar.

SÉCULO XXI, COMO ESTAMOS E PARA ONDE VAMOS?

Nesse contexto não é de se admirar que a destruição do patrimônio arquitetônico tenha sido uma prática cotidiana na cidade. Se não houver uma política de preservação eficaz e educação patrimonial efetivas, a população não toma para si o problema. O desconhecimento a respeito dos valores patrimoniais de certas edificações permite barbáries contra o patrimônio histórico, como destruições massivas de edi

fícios seculares em terrenos centrais. Os antigos sobrados são substituídos normalmente por construções de caráter provisório, buscando evitar um possível tombamento da edificação histórica, o que impediria a utilização da taxa de ocupação permitida em tais áreas.

Ao discutir essa temática, Argan (1996) define que a ideia não é a conservação museal da cidade, ou seja, seu congelamento, mas sim um trabalho de desenvolvimento urbano que considere a inter-relação entre o novo e o antigo, inclusive sob aspectos funcionais. A cidade histórica pode ser analisada sob duas dimensões, uma horizontal, que revela o aspecto de toda uma área em determinado período de tempo, no passado ou no presente, e outra vertical, que mostra as diferentes camadas e modificações de uma mesma área ao longo do tempo (Horta, 1999). A cidade analisada como uma construção ao longo da história deve então possuir exemplares arquitetônicos e espaços urbanos que demonstrem como ela viveu sua própria história.

É impensável considerar uma total remodelação das edificações em uma cidade para que ela se torne conceitualmente moderna. A coexistência entre diferentes temporalidades é fundamental para a formação da identidade de um lugar, e identidade é um interesse tanto coletivo quanto individual. Os seres humanos precisam estabelecer vínculos afetivos com o lugar em que estão inseridos. Argan (1996) destaca que destituir a identidade e as referências urbanas pode ser a causa de neuroses coletivas e aumento da violência urbana.

A inserção do cidadão no processo de preservação assim como no debate sobre a preservação do patrimônio supõe um certo grau de compreensão sobre o valor dos bens históricos, compreensão essa que advém da educação e do conhecimento. Entende-se que o processo deve seguir uma ordem lógica, pois, para preservar, é necessário compreender, incorporar e se apropriar, amar o patrimônio histórico.

Outra questão que deve ser abordada é o esclarecimento da sociedade sobre o que é tombamento e quais as consequências reais do mesmo sobre a edificação. Muitos proprietários ainda creem que ao ter seu bem tombado perdem o direito de propriedade, sentindo isso como uma injustiça social. Essa visão já está sendo desmistificada com a inserção do Estatuto da Cidade nas legislações urbanas municipais.

O Estatuto prevê o desenvolvimento de incentivos fiscais e até mesmo a venda do direito de construir dos proprietários de bens tombados, criando uma moeda urbana. Esses instrumentos são muito eficazes para evitar a destruição do patrimônio em benefício da especulação imobiliária, uma vez que o direito de construir é mantido, apenas aplicado em outro local.

Educar as crianças e conscientizar os adultos sobre o valor cultural da sociedade em que vivem é uma premissa básica para preservar o patrimônio e também para inserir em cada cidadão o sentimento de pertencer a um lugar que é seu e que está sob sua responsabilidade. Para tanto são necessárias diversas ações concomitantes, como campanhas, mobilização dos educadores, sinalização histórica nos monumentos, criação de mapas e percursos culturais e históricos, entre outros, divulgando o que é patrimônio, possibilitando seu conhecimento e estimulando sua manutenção.

O objetivo está em preservar a história e a cultura não porque alguém nos disse que é importante, mas porque a sociedade os considera como referencial de sua identidade. No momento em que a preservação acontecer como resultado da cidadania e responsabilidade social não será necessário tomba o patrimônio, apenas educar sobre o patrimônio. Quando permitimos a destruição massiva do que constitui o patrimônio que recebemos, estamos, também, impossibilitando a perpetuação de nossa própria história.

GALERIA DE FOTOS



Casa Kuchenbecker demolida na década de 2000 e substituída por uma construção sem valor estético. Fonte: Ana Paula Wickert



O novo de gosto duvidoso, a casa tradicional e o costume da feira livre. Fonte: Nino Machado



Foto do IE – vê-se o mirante sobre a cobertura -1934 / Avenida Brasil – vista do mirante do IE - 1934



Tropa de mulas “passando o Rio Passo Fundo”. Fonte: Nino Machado



A Praça Antonino Xavier de Oliveira adotada pela população. Fonte: Nino Machado



Casas de madeira sucumbindo diante do progresso. Fonte: Nino Machado



Perfil de diversas cidades em uma só.
A mudança. (25/08/2007) Fonte: Nino Machado



Av. General Netto – Vila Vergueiro. Fonte: Nino Machado



1º. Hotel Glória antes da Intervenção. Bem restaurado sem estar tombado. Fonte: Ana Paula Wickert
2º. Hotel Glória após a intervenção. Fonte: Ana Paula Wickert



Piso em ladrilho hidráulico do Quartel do Exército “atualizado” pela substituição por lajotas coloniais. Fonte: Nino Machado



Forum de P. Fundo. Fonte: Nino Machado



Colégio Notre Dame antes e após intervenção – 2009 Fonte: Nino Machado





Praça Tamandaré em 26/08/2006 Ao fundo Hotel Girelli original. Fonte: Nino Machado



Praça Tamandaré em 26/08/2010 Ao fundo Hotel Girelli réplica. Fonte: Nino Machado



Praça Tamandaré. Fonte: Nino Machado



Casa e detalhe da Rua General Osório Fonte: Nino Machado



Av. 7 de Setembro, 1968 – Trilhos e casas dos ferroviários



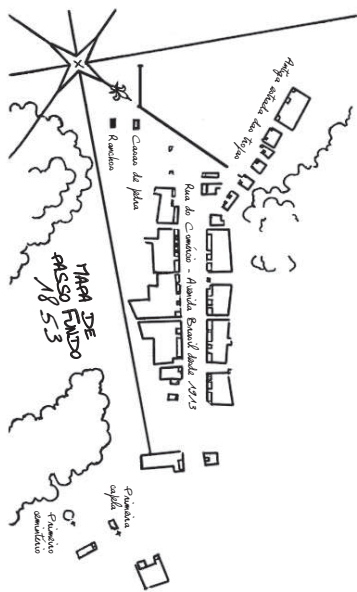
Av. 7 de Setembro – maio de 2013 – casas remanescentes dos ferroviários. Fonte: Nino Machado



Praça Marechal Floriano quando de sua implantação (provavelmente 1942) Autor desconhecido, Arquivo Nino Machado

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- ARGAN, Giulio Carlo. *A História da Arte como história da cidade*. Martins Fontes: São Paulo, 1995.
- CARSALADE, Flávio de Lemos. *Arquitetura e suas Interfaces*. Belo Horizonte: AP Cultural, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2003.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- ESTATUTO DA CIDADE. *Lei Federal nº 10.257*. Brasília, 10 de julho de 2001.
- GÓMEZ-GRANELL, Carmem. VILA, Ignácio (orgs). *A cidade como projeto educativo*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- LEGOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1996.
- LEVY, Pierre. *A inteligência Coletiva*. São Paulo, Edições Loyola, 1998.
- MASCARELLO, Sônia Nara Rego Pereira (org) *Patrimônio Cultural: documentos Internacionais e Nacionais sobre Preservação dos Bens Culturais*. São Leopoldo: Universidade do vale do Rio dos Sinos, 1986.
- MILDER, Saul Eduardo Seiguer. (org.) *Educação patrimonial: perspectivas*. Santa Maria: UFSM. Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, 2005.
- MURTA, Stela Maris, ALBANO, Celina. Org. *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002
- ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.



METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DE HISTÓRIA

Ironita Policarpo Machado¹

Desde o final da ditadura militar no Brasil, nos anos de 1980, o ensino de história (a exemplo de outras áreas do conhecimento) tem vivenciado uma profunda crise de identidade, na qual “o antigo não serve mais e o novo ainda não nasceu”. Explicando isso se pode dizer que as práticas tradicionais de ensinar história, baseadas nos princípios de periodização linear, da memorização, dos conteúdos fragmentados em fatos, da ênfase às estruturas políticas e econômicas excludentes do homem coletivo e de suas vivências socioculturais, são inadequadas aos novos tempos em que vivemos. Nossas vivências escolares demonstram que o ensino baseado nesses princípios gerou desinteresse, descaso e uma forte resistência (ativa ou passiva) frente à aprendizagem do conhecimento histórico escolar.

A despeito dessa crise, ou melhor, em razão dessa crise (já que o desequilíbrio é um princípio gerador de mudanças), vivemos uma época prenhe de possibilidades e alternativas que apontam caminhos para as necessárias transformações na história ensinada. Considerando a emergência da reforma educacional brasileira em curso, vemo-nos pressionados a elaborar os “planos de estudos/trabalho pedagógico” com uma imediatez que desfavorece a construção coletiva da mudança, de forma mais refletida e fundamentada teoricamente. Algumas opções terão que ser feitas, mesmo que seja a de manter o atual modelo de ensinar e de aprender a história.

Aqui, a opção está centrada na Metodologia da Educação Patrimonial como possibilidade de dar voz e vez às comunidades e, em especial, aos alunos de indagar sobre sua identidade, sobre seu espaço de convívio, suas relações socioculturais, ou seja, sobre a sua memória individual, familiar e social. Assim, revisitaremos algumas definições básicas referentes ao patrimônio e a história local como suporte às proposições metodológicas que se seguirão na perspectiva da Educação Patrimonial.

¹Doutora em História, na área de História das Sociedades Ibéricas e Americanas, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, mestre em História Regional pelo Programa de Pós-Graduação em História e graduada em História pela Universidade de Passo Fundo; professora do Curso de Licenciatura e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo; iropm@upf.br.

Nas palavras de Kersten (2000. P. 32-3), o termo Patrimônio Histórico teve por base o conceito de monumento histórico, hoje já ampliado, gestado na Europa a partir da segunda metade do século XIX, de onde se difundiu progressivamente. A Revolução Industrial emprestou a esse conceito uma abrangência universal. O processo industrial dinâmico e progressivo tornou inevitável o cotidiano e as passagens de convívio das sociedades e, assim, impulsionou a necessidade de guardar o passado que se desfazia aceleradamente. Daí a proteção do patrimônio histórico. Essa expressão vai reviver, no presente, elementos de identificação do passado. Patrimônio histórico como categoria e prática político-educacional viabiliza o diálogo entre diferentes culturas, sejam elas locais ou globais, e supõe que apesar de profundas divergências, possam estabelecer parâmetros e critérios comuns, bem como o reconhecimento e o respeito às pluralidades socioculturais, tanto os elementos pertencentes às sociedades e às culturas particulares quanto os da humanidade como herança comum.

Assim, os elementos básicos de uma metodologia de Educação Patrimonial são os objetos, saberes e fazeres socialmente construídos pelas experiências vividas pelas comunidades ao longo do tempo, e a sua leitura interpretativa e simbólica, pois só se preserva o que se conhece, reconhece e remete às pessoas. Constitui-se num processo contínuo que sensibiliza os indivíduos a uma nova leitura de mundo e de sua história. Como diz Horta:

Um texto que exprime, revela, manifesta este ‘patrimônio’, e que nos permite perceber o perfil, a configuração, a identidade deste grupo. A inserção do indivíduo no grupo, e no processo cultural que perpassa e caracteriza este grupo depende de sua capacidade, ou de sua ‘habilitação’ para ‘ler’ e ‘compreender’ este ‘texto cultural’ no qual está enredado, mesmo sem o saber. A inserção ativa e consciente deste indivíduo ou grupo a que pertence depende assim das condições de sua ‘alfabetização’ cultural, no domínio dos códigos, das linguagens, dos conceitos, significados e sistemas sociais que regulam a vida cotidiana. (HORTA, 2000, P. 17)

Frente a essa perspectiva, é necessário remeter ao problema de compreensão equivocada de que a educação patrimonial, da mesma forma que a História Local, fica deslocada dos conteúdos históricos “programáticos”, ou seja, do currículo formal proposto pelas instituições de ensino, pois frequentemente se coloca uma oposição entre ensinar a história local, a nacional e a história universal. Da mesma forma, o estudo do patrimônio histórico, cultural e artístico local e regional é concebido como conteúdos distantes e inviáveis metodologicamente de articulação com a História dita nacional ou mundial. A pergunta que se faz é: o que é história local, nacional e universal?

Não pretendemos abrir a discussão teórica sobre a questão, apenas indicar que esta oposição entre ensinar a história local, a nacional e a história universal pode ser vencida sob bases metodológicas da Educação patrimonial, e demonstrando que é uma questão de decisão curricular. Nas palavras de Romero:

A contraposição entre o local e o universal, o próximo e o longínquo, parece-me falsa do ponto de vista científico e contraproducente em termos dos objetivos educacionais propostos. Nosso objetivo, como docentes que têm a intenção de formar cidadãos de nossa nação e pessoas capazes de entender o mundo em que vivem, deveria ser fazer com que todos compreendessem o processo da História do nosso país, incluindo os três marcos sucessivos que lhe dão sentido: o latino-americano, o ocidental e o universal. Essa afirmação reconhece que o centro de preocupação deve estar na compreensão de nossa própria realidade – recortada nos marcos do estado e da nação – não é compreensível em si mesmo. (2004, p. 66).

Se a história nacional e a universal representam um todo, a história local e regional desenham as particularidades, o singular, o próximo, o subjetivo de homens espacialmente situados. A história local, ganha importância pela abordagem da história social, preocupada em recuperar a história das sociedades como um todo, a história das pessoas comuns.

Essa perspectiva teve ressonância nos currículos escolares, como se pode observar nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental (1997-1998) e para o ensino médio (1999), nos quais temáticas e atividades relacionadas ao meio, as características histórico-culturais regionais e da localidade são indicadas para o desenvolvimento da aprendizagem.

É necessário compreender que a história local e regional não é autônoma na sua constituição, ou seja, é importante considerar que uma realidade local não contém em si mesma a capacidade de explicar-se, pois a constituição histórica e as problemáticas de sua processualidade cultural, econômica, política e social como localidade são, também, explicáveis pela relação com outras localidades, outros países e, até mesmo, por processos históricos mais amplos. Assim, é necessário lembrar-se de que qualquer localidade, e os sujeitos dela pertencentes, são identificados nas particularidades e nas generalidades do mundo globalizado. Portanto, o processo histórico ensinado deve viabilizar a construção de identidade com base em marcos de referência relacionais e comparativos, que devem ser contextualizados e compreendidos como o local, o nacional, o latino-americano, o ocidental e o mundial.

Dessa forma, a Educação Patrimonial constitui-se em uma metodologia eficaz ao estudo do local e as devidas correlações. A pesquisa e o estudo do patrimônio histórico, cultural e artístico, em suas diferentes classificações (monumentos, estatuária, edificações, toponímia, festas e ritos), na educação básica, podem contribuir à conscientização do valor da memória local, bem como enriquecer o conteúdo em sala de aula. O patrimônio pode constituir-se em possibilidade de elaborar eixos históricos da história local e, potencializador de articulações da parte com o todo histórico, reconhecendo suas particularidades. O uso desta estratégia no trabalho pedagógico é uma maneira para articular os temas trabalhados em sala de aula através das comparações e relações históricas entre a história local e regional com a história nacional e a mundial.

O ponto inicial para a significação das opções metodológicas ao ensino de história na transposição didática é responder à pergunta: por que o ensino de história? A resposta e justificativa devem ser buscadas na história-experiência. É dessa busca e de sua fundamentação teórica que resultarão os princípios e objetivos do ensino de história, ou seja, do currículo. E, em segundo lugar, é daí que advirá a definição do conhecimento histórico para a investigação e o estudo, para, só então, demarcar a trajetória da situação didática.

A demarcação da trajetória de uma situação didática implica metodologicamente três momentos, cada um com especificidades próprias, todos interligados entre si. O primeiro momento consiste em definir sobre que demarcação e concepção temporal, espacial e conceitual se pretende focar o conhecimento histórico e, como segundo momento, sob que problematização-temática se efetivará a situação didática. Devemos considerar que a problematização-temática só adquirirá significado se partir da história-experiência e das hipóteses postas pelos sujeitos envolvidos.

Frente a essas etapas da demarcação da trajetória, e fazendo parte delas, estão os procedimentos a serem definidos para a situação didática, e aqui a didática da história precisa abrir mão dos espaços institucionalizados como a sala de aula e os métodos tradicionais, definidos com base na concepção de que ensino é apenas transmissão de conteúdos educativos preestabelecidos. Dessa forma, os procedimentos

visando a novas situações didáticas para aprender história configuram-se pelos recursos, instrumentos/técnicas e estratégias ampliadas pelas novas tendências teórico-metodológicas.

Quanto aos recursos, podemos, genericamente, situar documentos de tipologias diversas: tecnológica, oral/escrita, oficial, escolar, iconográfica, privada, estética, etc. Os instrumentos/técnicas, frente às novas fontes, ampliaram-se: estatística, lingüística, quadros, gráficos, charges, tiras, elaborações textuais e imagéticas, mapas, tabelas, arqueologia, etc. E como estratégias, dentre muitas, destacamos aquelas que mais têm sido indicadas na literatura e que, de certa forma, parecem apontar para um leque de opções de situação didática, tais como:

- a introdução e crítica de conteúdos históricos pela estratégia da problematização, através do ensino por eixos temáticos; entendo que essa proposta promove a interação recíproca entre local e global, questiona a transmissão de conteúdos, privilegiando a produção do conhecimento;
- a seleção de conteúdos e os seus procedimentos de ensino, promovem a efetivação de rupturas na cronologia, incluindo outras possibilidades de tratamento temporal; estruturando o conteúdo histórico do passado para o presente ou do presente para o passado. Assim, distanciando-se da perspectiva tradicional porque, quebrando a sequência linear, introduz a análise do presente e do próximo – local – de forma processual, comparando semelhanças e diferenças, permanências e rupturas; e, parte do passado mais recente para o passado mais remoto, do local para o global ou das condições imediatas de vida dos alunos, buscando no passado as experiências para retornar novamente ao presente e compreendê-lo melhor (entrelaçamento tempos e espaços);
- os princípios do processo dialético à orientação da análise e da compreensão, da relação e da comparação;
- os sujeitos históricos reconhecidos, como agentes de ação social, são considerados todos aqueles que, localizados em contextos históricos, exprimem sua especificidade e características;
- o dimensionamento temporal, considerando toda sua complexidade, cuja dimensão o aluno aprende paulatinamente, através das vivências pessoais – pela intuição, tempo biológico, psicológico interno dos indivíduos –, dos objetos culturais – cronológico e astronômico –, da institucionalização – calendários – e dos ritmos de duração – diferentes períodos e ritmos de duração, simultaneidade e sucessão;
- o aluno é sujeito do pensar e do fazer, do processo de compreensão e da explicação histórica;
- o conhecimento histórico, objeto de estudo, pautado na transversalidade de temas que possibilitem conhecimento multiculturais, humanísticos, éticos, atitudinais, visando ao desenvolvimento de competências e habilidades sobre as diversas dimensões da vida sociocultural².
- as estratégias metodológicas da pesquisa histórica transposta para o ensino de história, a partir de um problema presente social e/ou do cotidiano escolar, possibilita ao aluno a descoberta, a experiência e qualifica o conhecimento da realidade na qual está inserida, sua reflexão histórica e, ao mesmo tempo, o torna sujeito de seu próprio conhecimento.

²Nesta perspectiva de abordagem metodológica, ver: MACHADO, Ironita P. O currículo de história. In: DIEHL, Astor Antônio (Org.) O livro didático e o currículo de história em transição. Passo Fundo: Ediupf, 1999. P. 111-227.; DIEHL, Astor Antônio. MACHADO, Ironita P. Apontamentos para uma didática da história. Passo Fundo: Clio, 2001. BITTENCOURT, Circe. (org.) O saber histórico em sala de aula. São Paulo: Contexto, 1998.; CAIMI, Flávia Eloísa. Conversas e controvérsias o ensino de história no Brasil (1980-1998). Passo Fundo: Ediupf, 2001. p.171-196.; COLL, César. POZO, Juan Ignacio. SARABIA, Barnabé. VALLS, Enric. (tradução) Beatriz Affonso Neves. Os conteúdos na reforma. Ensino aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.; FICHTNER, Bernd. Ensinar e Aprender um Diálogo com o Futuro: A Abordagem de Vigotski. In: SILVA, L.H. AZEVEDO, J.C., SANTOS, E.S. Identidade Social e a Construção do Conhecimento. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1997. p. 146-175.; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. At. alli. Questões de teoria e metodologia da história. História no final do milênio: para quê? Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS. 2000. p. 317-349.; PERRENOUD, Philippe. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO METODOLOGIA DO ENSINO

Nesta parte do texto destacamos alguns princípios metodológicos e, com base neles, propomos algumas atividades que envolvem as temáticas patrimoniais debatidas nos capítulos anteriores deste livro. Dessa forma, à educação patrimonial aplicada como metodologia, até aqui referenciada, propomos o recorte de conteúdos e algumas estratégias metodológicas nas áreas de história, geografia e filosofia, mas registramos que as demais áreas de conhecimento (língua portuguesa, artes, religião, ciências, etc.) podem ser pensadas pela mesma metodologia, bem como os conteúdos aqui selecionados são uma amostragem podendo ser ampliados. Sendo a seguinte:

O estudo do patrimônio, os conteúdos formais e as estratégias metodológicas*

Patrimônio**	Conteúdo***	Estratégia mercadológica
Edificações: - Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto; Teatro Municipal Múcio de Castro; Prédio dos Museus; Academia Passo-Fundense de Letras e Instituto Histórico de Passo Fundo - Estação Férrea da Gare Monumentos - Obelisco do Centenário da Independência - Obelisco do Centenário de Passo Fundo - Centenário da Imigração Italiana - Monumento aos Judeus (Cemitério Israelita)	HISTÓRIA História da Arte - Folclore rio-grandense - Trabalho humano: atuação e modificação do meio pelo trabalho, diferentes profissões, tarefas; - Processo de construção da história de Passo Fundo: comunidades indígenas, abertura de caminhos, presença dos tropeiros, início do povoamento, definição do território - Imigração: contribuição étnico-cultural dos imigrantes europeus e afro-descendentes - Desenvolvimento sócio-econômico a partir do trabalho: extrativista, comércio, madeireiras, agropecuária, indústria, etc. - Organização política do município (noções de constituição dos partidos, governos, líderes) - Reduções jesuíticas e os Sete Povos das Missões - Ciclo do tropeiro no Rio Grande do Sul: abertura de caminhos, fundação de vilas e cidades, comércio com o gado, charqueadas e escravidão - Imigração e contribuição sócio-cultural - As comunidades primitivas (a partir do povoamento do antigo território passo-fundense e rio-grandense; os rios e caminhos nativos; as migrações e imigrações): trabalho e organização social dos primeiros grupos humanos (dos povos ao longo do tempo considerado pré-histórico em diferentes espaços); hipóteses sobre a vinda dos primeiros habitantes da América (ênfase nos primeiros habitantes do Rio Grande do Sul, Passo Fundo, Brasil) e suas formas de organização; - Revolução agrícola e suas implicações; interações so-	• a introdução e crítica de conteúdos históricos pela estratégia da problematização, através do ensino por eixos temáticos; entendendo que essa proposta promove a interação recíproca entre local e global, questiona a transmissão de conteúdos, privilegiando a produção do conhecimento; • a seleção de conteúdos e os seus procedimentos de ensino, promovem à efetivação de rupturas na cronologia, incluindo outras possibilidades de tratamento temporal; estruturando o conteúdo histórico do passado para o presente ou do presente para o passado. Assim, distanciando-se da perspectiva tradicional porque, quebrando a sequência linear, introduz a análise do presente e do próximo – local – de forma processual, comparando semelhanças e diferenças, permanências e rupturas;

- Praça Itália e Praça Romana - Monumento Mapa da Itália - Monumento da Loba ou Monumento 130 anos da Imigração Italiana (1875-2005) - Monumento da Etnia Africana - Monumento Nativo - Monumento a etnia alemã Topônimos - Av. Brasil - Av. Presidente Vargas - Av. 7 de Setembro - Av. Rio Grande - Rua XV de Novembro - Rua Sete de Agosto - Rua Dez de Abril - Rua Independência - Praça Tamandaré - Praça Capitão Jovino (Srª Terezinha) - Praça da Mãe Patrimônio Ambiental - Gare, o trem e Território da madeireira: mata naturais, erva-mate, pinhais, empresas madeireiras	ciais, políticas, econômicas e culturais em diferentes temporalidades e espacialidades; -Diferentes formas de organização das comunidades humanas: religião, cultura, política e economia dos povos nativos do RS e PF através dos conceitos articulando com mesopotâmicos, egípcios, maias, astecas e incas, persas, fenícios e hebreus, chineses e indianos, gregos e romanos; - Renascimento e Reformas Religiosas e as repercussões nas regiões coloniais brasileiras; - o colonialismo no Brasil e na América: ocupação europeia (portuguesa, espanhola, inglesa e outras) - deferentes formas de colonização no território americano, brasileiro, rio-grandense e passo-fundense (povoamento e exploração); - mudanças na colônia (deslocamento do eixo econômico) bandeirantes, inserção do Rio Grande do Sul nesse contexto (tropeirismo em Passo Fundo); - organização política, econômica e social do período imperial; - Constituição de 1824 e organização dos poderes - Permanências e mudanças na estrutura social e econômica (escravidão e imigração); - movimentos de contestação e crise do primeiro império; - Período Regencial e revoltas (ênfase para a Revolução Farroupilha); - início do processo de modernização; - políticas imigratórias; - movimentos abolicionistas; - Guerra do Paraguai e fortalecimento do exército. - mudanças técnico-científicas (Revolução Industrial): o surgimento da classe operária e as relações de trabalho (imigração); organização do movimento operário - O contexto do Brasil no início do século XX: transição da Monarquia para a República (fim da escravidão e situação do negro após a abolição); - relações de poder nos primeiros anos da República (política dos governadores, política do café com leite, coronelismo e voto de cabresto); - movimentos sociais de contestação à organização social, política e econômica do período; início do processo industrial no Brasil; - o Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial (Era Vargas) GEOGRAFIA Eu e a importância da natureza para a vida humana e planetária Conhecer e reconhecer os diversos sentidos e conheci-	e, parte do passado mais recente para o passado mais remoto, do local para o global ou das condições imediatas de vida dos alunos, buscando no passado as experiências para retornar novamente ao presente e compreendê-lo melhor (entrelaçamento tempos e espaços); • os princípios do processo dialético à orientação da análise e da compreensão, da relação e da comparação, as estratégias podem ser sintetizadas em: a) a estratégia da comparação e/ou articulações entre acontecimentos históricos, tempos históricos, dimensões espaciais distintas, ou simplesmente, a relação entre o particular e o geral/o geral e o particular, o micro e o macro, potencializa a problematização de situações socioeconômicas, culturais, sociais e cotidianas, que fazem parte da vida individual e social da comunidade escolar; b) o processo de compreensão gradual e, principalmente, a significação do conteúdo levando em consideração os conhecimentos que o aluno já possui, desperta a consciência dos envolvidos para o: reconhecimento de si como sujeito histórico, capaz de promover mudanças através do olhar sobre sua ação e, refletindo-a com base
--	---	---

e comércio, trigo - Imigrantes e nativos da terra - Embalsamento – rio Uruguai, Goio-En, Rio Jacuí - Madeireira Escobar-Vila Carmem Patrimônio Imaterial - Memórias: de ferroviários, descendentes de imigrantes com ofício de madeireiros e empresários de madeira e colonização - Templos Religiosos: Igreja Nossa Senhora da Conceição (Matriz) Igreja Batista Independente de Passo Fundo - Ritos de batismo - Rito do matrimônio - Rito de passagem - rituais fúnebres - Cemitério da Vera Cruz – “santinha” Maria Elizabeth de Oliveira (Santinha de Passo Fundo) - Memorial	mento da natureza para saber preservá-la e respeitá-las Preservação da natureza para proteger a vida Consequências da destruição da natureza para a vida humana e planetária Perceber semelhanças e diferenças na forma em que os grupos humanos se apropriam dos recursos naturais, transformando-os Paisagem natural e modificada - Observação - Representação cartográfica - reconhecer atitudes responsáveis de cuidado com o meio em que vive - Representação cartográfica da sala de aula (legenda, noção de proporção) concebendo noções relativas a ele - Localização das ruas próximas à escola - Representação cartográfica (caminho percorrido da casa até a escola e vice-versa; quarteirão) - Relação centro x bairro - Espaço: observação, descrição dos seus elementos, comparação entre os espaços - A apropriação e as transformações da natureza através do trabalho humano - Espaço de Passo Fundo: Elementos que compõem o lugar - Processo de formação do território de Passo Fundo considerando o espaço do Rio Grande do Sul, do Brasil, do Continente Americano e Planetário - Comunidades indígenas, tropeiros, abertura de caminhos, fundação de povoados - Introdução da orientação e localização no espaço, com base nos topônimos da cidade: meios de orientação (pontos de referência, pontos cardeais e colaterais, bússola, Rosa-dos-ventos, Sol, Lua, Cruzeiro do Sul); - leitura e representação espacial: tipos e usos de mapas (legenda, convenções cartográficas, fontes, escalas, título; - pontos e orientações espaciais, cartográficas e astronômicas entre ruas, avenidas, praças, bairro x centro; - as paisagens: naturais, culturais e geográficas; - espaço: organização e diferenças (urbano/rural – riqueza/pobreza); - impactos ambientais decorrentes da apropriação e transformação do meio - Espaço Temporal e território brasileiro (partindo do território passo-fundense e rio-grandense): contextualização do Brasil no mundo e no continente americano - localização: pontos extremos, limites e área; - processo de formação, povoamento;	no conhecimento histórico problematizado, mudar suas atitudes, portanto suas ações; e, também, respeitar as diferenças socioculturais, tornando o ambiente da sala de aula um lugar de crítica, confronto, criação e recriação de saberes; • a relação entre o particular e o geral, o geral e o particular; • os eventos pertencentes ao passado mais próximo ou distante, de caráter material ou mental, que destaquem mudanças e permanências, continuidades e descontinuidades, diferenças e semelhanças; • os agentes de ação social, todos aqueles que, localizados em contextos históricos, exprimem suas especificidades e características; • o dimensionamento temporal, considerando toda sua complexidade, cuja dimensão o aluno aprende paulatinamente, através das vivências pessoais - pela intuição, tempo biológico, psicológico interno dos indivíduos –, dos objetos culturais – cronológico e astronômico-, da institucionalização – calendário – e dos ritmos da duração – diferentes níveis e ritmos de duração, simultaneidade e sucessão.
--	--	---

- Cemitério Israelita - Lenda da Mãe Preta ou Índia Estatuária Patrimônio Cultural e Artístico - Imagem de São Miguel (Capela São Miguel Passo Fundo) – manifestação religiosa popular - Anjos e Nossas Senhoras – acervo das Missões São Miguel das Missões/RS - Anjos e Nossas Senhoras nos templos católicos Passo Fundo - Imagens Missioneiras - Folhetos de imagens e preces religiosas e festas populares de PF - Imagens Centros Espíritas de Umbanda PF - Mãe Preta – na Praça da Mãe PF	- economia colonial: origem e ocupação do Brasil e riquezas exploradas; as novas fronteiras regionais e as questões étnicas, religiosas e culturais e as dinâmicas do mundo globalizado (migrações e crescimento populacional); os grandes blocos econômicos mundiais: o mundo globalizado (as relações entre países e regiões) - (partindo da história territorial do passo-fundense e rio-grandense); - Exploração florestal, uso do solo e impactos decorrentes; a dinâmica natural, social, política e econômica; - A regionalização mundial resultantes da história da sociedade (as diferentes organizações da sociedade; as formas de ocupação e de exploração); FILOSOFIA - O diálogo inter-religioso e inter-cultural; - Diversidade religiosa presente na sala da aula; - Presença da Transcendência em nossa vida; - Conhecimento do eu e do Transcendente; - Experiências religiosas nas famílias - O cuidado com a vida em todas suas dimensões e significados expressos pelos rituais, símbolos, e espiritualidades das tradições religiosas; - A manifestação do Transcendente através de diversos sentidos da vida e rituais, símbolos, textos sagrados e seus significados, religiosidade através dos símbolos e das crenças pela vida; - Festas religiosas; - Símbolos existentes nas tradições religiosas - Respeito às diversas crenças - Relações étnicas raciais - Eu, a sociedade e o meio ambiente - O bem e o mal - O igual e o diferente - Ambiguidades - Ficção, realidade (superstição, fantasia...) - Aparências e estilo - pensar com histórias - Consumo x consumismo, hábitos, culturas e multiculturalidades - Política e cidadania: o homem é um ser político; a questão da escolha; a organização social, o poder e a cidadania, o homem como ser ético, ser político e ser estético (relacionar os conteúdos ou dialogar com os conteúdos de história, de geografia a questão da preservação do patrimônio e a identidade coletiva). - o direito ao pertencimento social, cultural e histórico através do patrimônio	• do pensar e do fazer, o aluno é sujeito, do processo de compreensão e da aplicação histórica. • <i>Desenho</i> de memória • o conhecimento histórico, objeto de estudo, pautado na transversalidade de temas que possibilitem conhecimento multiculturais, humanísticos, éticos, atitudinais, visando ao desenvolvimento de competências e habilidades sobre as diversas dimensões da vida sociocultural
---	--	--

*O recorte de conteúdos foi feito com base no referencial de currículo do ensino fundamental, mas o mesmo procedimento, considerando os mesmos patrimônios, conteúdos ampliados e as estratégias metodológicas, pode ser feito para o ensino médio.

**A localização, definição e histórico dos patrimônios listados estão nos capítulos que antecedem a este.

***Os conteúdos escolares foram pesquisados em: Referencial Curricular do Ensino Fundamental/coordenação geral Maria Salete Fernandes Telles; Organização Adriana Dickel [ET AL.]. Passo Fundo: Berthier; Prefeitura Municipal de Passo Fundo; Secretaria Municipal de Ensino de Passo Fundo, 2008.

E assim, considerando as situações didáticas numa perspectiva plural de recursos, lugares, instrumentos e estratégias, parece-nos que se agregam ao espaço escolar, outras possibilidades de aprender história; porém, a escola precisa reconhecer as outras opções de situação didática, tais como museus, televisão, teatro, arquivo, lugares de memória, cidade-bairros, avenidas, ruas, parques, praças, cemitérios, imprensa, excursões arqueológicas, etc. Portanto, com essas perspectivas plurais de espaços e situações de ensino-aprendizagem, é oportunizado que o mundo cotidiano dos alunos e a história sejam conectados didaticamente de forma produtiva.

Diante dessas questões, objetivamos aprofundar o debate sobre as condições e os lugares além da escola, sobre situações diferenciadas a serem oferecidas, vinculadas para que o processo ensino-aprendizagem tenha melhores resultados. Isso significa, em outras palavras, desafiar a didática da história a refletir sobre os espaços fora dos limites das situações tradicionais de ensino na escola, ou seja, os patrimônios históricos, culturais e artísticos locais, regionais e nacionais.

Perspectivando a didática da história para esses espaços e situações, estaremos conectando o ensino à história como experiência, ampliando o horizonte de possibilidades como direitos humanos, ética, tradição, violência, etc. Assim, essa disciplina poderá abarcar os desafios teórico-práticos impostos pela nova ordem social do conhecimento. Essas concepções de história e, confrontadas, numa diversidade de processos de construção de conhecimento, pelas novas perspectivas de pesquisa, frente à atualidade histórica, experiência vivida nas várias dimensões sociais, reivindicam por um ensino que estabeleça uma dinâmica renovada do ensinar e do aprender, para tal destacamos algumas opções de metodologias, na perspectiva da educação patrimonial.

AS SITUAÇÕES REAIS E PROBLEMÁTICAS DA RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA, NO COTIDIANO DA SALA DE AULA

Tais experiências, em geral, partem do pressuposto de que o contato direto com a realidade é necessário para a produção do conhecimento e que esta, por sua vez, é indispensável para um aprofundamento da reflexão individual do aluno. Nessa perspectiva, as situações e problemáticas conduzem-nos a propor que:

- a produção do conhecimento como algo novo e provocador para o aluno e não para a mera memorização, assim, defendendo a importância de iniciar os alunos nos caminhos da produção, para que tomem consciência de que o conhecimento histórico é algo construído e que ele, o aluno, também, pode e deve produzir um conhecimento no trato com os objetos de estudo;
- é necessário reconhecer a dificuldade de se levar a cabo essas propostas sem um conhecimento da realidade dos alunos, da comunidade e do conhecimento histórico correspondente ao regional e local;
- o processo de elaboração e de problematização do eixo temático deverá ser promovido e sistematizando numa linguagem didática e com o uso de recursos de aprendizagem que possa relacionar com a estrutura de conhecimento que já dispõe: por exemplo, em termos de fontes e recursos viabilizar o acesso aos patrimônios históricos, culturais e artísticos locais, regionais e nacionais aos documentos e a jornais de época, e atuais, porque o aluno aprenderá simultaneamente conceitos, procedimentos e atitudes - *aprender a aprender*;
- a aprendizagem de fatos ou dados é um processo que não viabiliza condições à aprendizagem significativa. Assim, é importante evitar a simples transferência e a cópia de conteúdos históricos prontos e divorciados do espaço de vivência do aluno; a aprendizagem de dados deve restringir-se àqueles casos nos quais facilite uma posterior

compreensão ou ajude na utilização de procedimentos;

- o respeito às diferenças socioculturais do ambiente escolar, principalmente no espaço da sala de aula, buscando construir um lugar plural e democrático, onde todos tenham oportunidade de criticar, confrontar ideias, criar e recriar informações, saberes e conhecimentos;
- a posição política-ética de assumir uma postura de professor mediador, comunicador, orientador, baseando-se na observação/participante constante, bem como, do reconhecimento e da consideração de que as atitudes dos alunos, e demais interlocutores do espaço escolar, são realidades dinâmicas e mutantes;
- o estabelecimento de relações que promovam a compreensão, a aceitabilidade das diferenças; o desenvolvimento de uma postura e prática de empatia, respeito e afetividade frente aos traços de personalidade dos indivíduos e aos diferentes níveis e processos individuais de aprendizagem dos alunos.

ALGUMAS ATIVIDADES

1. Um plano de ação (projeto ou eixo temático) com base no patrimônio

- A relação entre assuntos significativos e conceitos é fundamental ao ensino-aprendizagem. Por exemplo: as estatutárias referentes aos imigrantes europeus, aos nativos e aos africanos podem ser um referencial ao estudo da composição da população do estado, da região e do local, um dos assuntos significativos é a evolução social, ou seja, a formação étnica e a especialização do trabalho correspondente, a constituição cultural (culinária, crenças, valores, vocabulário, etc.)
- Os alunos aprenderão quem foram os primeiros moradores, quem chegou em seguida e quem foram os imigrantes do século XIX, ao mesmo tempo em que perceberá quais as formas de trabalho, de crenças, de hábitos correspondentes a cada grupo e seu papel na hierarquia da sociedade.

1ª Etapa: apresentação ou escolha do tema significativo - Essa etapa pode ser executada de várias maneiras. O professor pode, por exemplo, fazer um passeio com os alunos até a Praça Itália (Passo Fundo) e fotografar os monumentos, elaborar uma ficha descritiva; ou pode apresentar as fotografias dos monumentos ou o programa televisivo do Momento Patrimônio com os respectivos temas; fazer uma pergunta que desencadeie uma discussão; um depoimento de um morador da região, um pequeno texto sobre a questão (fragmentos de um capítulo deste livro) ou uma história em quadrinhos relacionada ao tema.

2ª Etapa: explicação do assunto - Após as discussões da primeira etapa, o professor fará uma aula expositiva com a participação dos alunos efetivando um *feedback* em relação ao tema para que os alunos percebam a inter-relação entre os diversos temas que estão estudando. Com a orientação do professor, os alunos poderão organizar e sistematizar suas ideias iniciais. Com o uso de periódicos, livros didáticos, textos especializados sobre o assunto, os alunos podem aprofundar temas específicos, abrir novos debates e, principalmente, familiarizar-se com a linguagem historiográfica.

3ª Etapa: formalização do conhecimento adquirido - Nesse momento, o professor orientará os alunos para que registrem as informações apreendidas e ressignificadas. As opções de formalização feitas pelos professores são variadas e devem levar em conta o nível cognitivo dos alunos (textos, desenhos, murais, linhas de tempo, álbum seriado, criação de um blog, etc.).

4ª Etapa: ampliação das experiências - Realização de entrevistas com os familiares, vereadores, prefeito, secretário de educação, historiador sobre alguma variável do tema que tenha lhe chamado atenção. Levantamento de outros temas significativos que surgiram com base na discussão do tema/patrimônio estudado e planejamento de uma nova atividade de Educação Patrimonial.

2. A história da cidade e suas relações com o estado através da educação patrimonial

Independentemente do ano ou do conteúdo formal, é importante que os alunos conheçam o patrimônio histórico, cultural e artístico e a história do lugar onde moram: o estudo de estatuárias, topônimos, memórias de trabalhadores, entre outros, nos permite selecionar temas que nos viabilizam organizar a história local/regional, estadual e nacional em séculos sem precisar nos ater à periodização tradicional (Brasil Colônia, Império e República). Assim, os alunos continuam a desenvolver o conceito de tempo em seus múltiplos aspectos cronológico-culturais.

1ª Etapa: escolha do tema – com base em categorias que podem ser analisadas em diversas temporalidade e espacialidade estabelecendo as relações históricas de articulação entre uma parte e o todo. Ex. grupos sociais e política. A temática dos grupos sociais que compõem o município com base em suas relações sociais, políticas e de trabalho, com base na Educação Patrimonial: a toponímia de ruas, avenidas, praças (Av. Brasil, Av. Presidente Vargas; Rua Uruguai e Paissandu, Praça Marechal Floriano), dos monumentos (imigrantes europeus, judeus, Praça Itália - Romana, cemitério israelita – monumento holocausto), edificações (prédio dos museus – intendência e prefeitura municipal, teatro – clube político), entre outros.

2ª Etapa – significação do tema - A atividade pode começar com a visita ao local do patrimônio ou com entrevista ou com análise de fotos. Ainda, simplesmente, o professor pode fazer algumas perguntas para debater: Vocês já ouviram falar de outras cidades diferentes da nossa? Vocês sabem como iniciou o povoamento da cidade? Por que a cidade tem este nome? Quem e quando foi dado o nome às avenidas, ruas e praças da cidade? Ao que ou a quem esses nomes remetem? As cidades que vocês conhecem pertencem ao Estado? Onde se localizam? Os alunos podem fazer uma pesquisa inicial para reconhecer seu município e estado. Com base nos dados trazidos pelos alunos o professor começa a caracterizar o município e o estado em seus múltiplos aspectos: relações sociais, trabalho, representação política, cultura, etc.

3ª Etapa: contextualizando temporalmente e espacialmente

- Atividades com o planisfério assinalando o município, o estado, o país, os continentes
- Atividade de linha de tempo para contextualizar temporalmente: o evento e/ou os sujeitos referenciados pelos topônimos, edificações, monumentos; a história do povoamento a partir de um topônimo (nome da cidade, de uma avenida); e, assim, sucessivamente, de acordo com as questões trazidas pelos alunos ou evocadas pelo patrimônio;
- Elaboração de fichas descritivas dos patrimônios indicados ao estudo;

4ª Etapa: Elaboração de questões de estudo, com base nas linhas de tempo e fichas descritivas do patrimônio.
Exemplos:

- Relações Sociais: quem são os habitantes do município, do estado e do país, e qual a sua relação com os primeiros povoadores? A cidade recebe imigrantes e migrantes? Como isso acontece historicamente? As etnias que compõem a população municipal, estadual e nacional hoje se constituem historicamente de que forma?

- Trabalho e relações de subsistência: como é o trabalho da população? Sempre foi assim? Como são as condições de trabalho? Se não são boas a quem recorrer? Quais as semelhanças e diferenças entre o trabalho atualmente e o trabalho no início do povoamento da cidade? Quais as leis que regem as relações de trabalho hoje? Quando e por quem foram criadas? Através do que a produção econômica é distribuída

no território? Sempre foi assim?

- Representações políticas: O que é governo? Quem governa o município, o estado e o país? As formas de governo sempre foram assim? Qual a diferença entre prefeitura e intendência municipal? Como o município se relaciona com o estado e com o governo federal? Sempre foi assim? A história indica que as relações políticas já motivaram guerras, revoluções, golpes de estado? Quais desses podemos citar e estudar, nos quais nosso município participou e como aconteceu? Qual é o poder dos munícipes frente aos governos?

- Produção cultural: quais as religiões predominantes no município e no país? Quando elas tiveram início? Quem trouxe para o local seus cultos e rituais? De que formas as canções, o folclore, a culinária, as crenças, as festas religiosas que reconhecemos hoje chegaram ao local? Qual é a história de cada grupo sociocultural que compõe a sociedade local atual? Existem conflitos e lutas de cada grupo, e dos grupos entre si ao longo da história no município, estado, país e entre países?

Escolha um tema significativo para cada ano e monte sua proposta de trabalho. Os estudos podem ser feitos através de pesquisa documental, iconográfica, documentos de época, utilização dos meios de comunicação e informatizados, livros didáticos; visitas ao arquivo histórico e ao museu.

5ª Etapa – Formalizando e socializando o(s) tema(s) de estudo - A formalização do conhecimento pode efetivar-se através de: elaborações textuais; linhas de tempo comparativas; quadros síntese-comparativos; produção de documentário; montagem de painel; documentário de entrevistas; elaboração de um dicionário histórico; peças teatrais; gincana cultural e histórica; gibi ou cartilha patrimonial; oficina de arqueologia; álbum fotográfico – patrimonial e histórico; mesas de debate temático (com convidados da comunidade e do poder público municipal); encontro de socialização do patrimônio imaterial (depoimentos, mostras, rodas de conversa e contos, confecções de artigos manufatureiros relacionados com o patrimônio e a história local/regional), etc.

No que diz respeito às relações pedagógicas e, conseqüentemente, à complexidade da ação pedagógica, como opções orientadoras podem ser destacados os seguintes princípios:

- o respeito às diferenças socioculturais do ambiente escolar, principalmente no espaço da sala de aula, buscando construir um lugar plural e democrático, onde todos tenham oportunidade de criticar, confrontar ideias, criar e recriar informações, saberes e conhecimentos;
- a posição política-ética de assumir uma postura de professor mediador, comunicador, orientador, baseando-me na observação/participante constante, bem como, do reconhecimento e da consideração de que as atitudes dos alunos, e demais interlocutores do espaço escolar, são realidades dinâmicas e mutantes;
- o estabelecimento de relações que promovam a compreensão, a aceitabilidade das diferenças; o desenvolvimento de uma postura e prática de empatia, respeito e afetividade frente aos traços de personalidade dos indivíduos e aos diferentes níveis e processos individuais de aprendizagem dos alunos.

3. Eixo ou núcleo temático

“Projeto de vida: sociedade, indivíduo e diálogo”, escolhido como eixo temático ou tema gerador tendo por base a contextualização do patrimônio histórico cultural e artístico da comunidade local, justifica-se pelos seguintes elementos:

1º – de ordem psicossocial, emocional e afetiva: a faixa etária em que se enquadram os alunos, corresponde ao período em que os adolescentes passam a questionar sua própria identidade. Assim, por um lado, penso

que um dos elementos fundamentais desse questionamento é a liberdade, expressam isso, principalmente pelas ações que refletem certa construção de espaço individual, num processo de relações de poder com seus pares (família, grupo de amigos, escola/professores e colegas), portanto poderá tornar-se um significativo à discussão com base em conflitos de seu processo de autoafirmação; por outro lado, é uma estratégia de conhecê-los um pouco mais com base na problematização sobre as suas “aspirações”, as quais posteriormente mapeadas poderão ser articuladoras das temáticas de estudo previstas nas unidades;

2º - de ordem sociopolítica e sob uma postura ética: o tema potencializa as articulações com questões relativas à cidadania, aos direitos e deveres, a participação e a democracia, dos direitos humanos, sociais, civis e culturais, como também a multiplicidade de sentidos que o tema traz consigo possibilitando discuti-lo sob qualquer dimensão, multiplicidade e simultaneidade temporal. Ainda, é um referente em qualquer um dos conteúdos históricos previstos na unidade temática;

3º - o seu caráter contemporâneo, pois estamos vivenciando uma conjuntura de questionamentos que se circunscrevem à realidade cotidiana da vida, traduzida nas fragilidades dos projetos sociais, da intransparência do papel do Estado e da crise socioeconômica, configurada visivelmente pelo desemprego, pela violência. Essa problemática de ordem pública é indissociável do universo privado, sendo comum encontrarmos muitos jovens sem perspectiva de um projeto de vida.

Exemplo de organização da atividade:

Proposta de metodologia do ensino de história através da educação patrimonial. Sugestão de patrimônios: Gare, Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto, Igrejas e Capelas, Lendas e religiões, estatuárias das igrejas, espaços de memória de imigrantes.

Unidade I – Homem: cultura e trabalho
Eixo temático da unidade: Trabalho e cultura (problematizar e elaborar hipóteses - realização coletiva dos alunos - com base no tema, na conjuntura atual e em suas experiências, mediada pelas provocações do professor);
Capítulo 1 – Trabalho: uma questão de direito e de identidade / Eixo temático: cultura, diversidade e pluralidade histórica Capítulo 2 – O homem construindo e apropriando o espaço / Eixo temático: trabalho, formas, relações e violência Capítulo 3 – Mapeando representações étno-culturais / Eixo temático: diversidade sócio-cultural e histórica CONCEITOS: tempo, espaço, natureza, homens, relações, modos de vida, história, etnia e hábitos, trabalho, desemprego, direito, identidade, violência, cultura, diversidade, pluralidade, etc.
Conteúdos conceituais: identificar as relações entre sociedades, as características e especificidades de trabalho de culturas diversas numa visão histórica da formação étnico-cultural e na organização do espaço regional; Conteúdos procedimentais: reconhecer versões diferentes para um mesmo acontecimento histórico; proceder a crítica e a síntese histórica, estabelecendo relação com seu cotidiano e a sociedade em que está inserido; Conteúdos atitudinais/comportamentais: respeitar e valorizar a diversidade cultural; criticar as formas de exploração de natureza sócio-econômica e política; etc.

Questões para iniciar as reflexões

- Homens e mulheres, jovens e crianças, famílias e grupos sociais são iguais?
- Esses sujeitos que constituem a *sociedade brasileira*, e sul rio-grandense em sua diversidade regional, vivem todos sob as mesmas condições e possuem as mesmas oportunidades políticas e socioeconômicas?
- A esse respeito, o que você pensa?
- Entre a sua família e a de seus amigos, você e os seus colegas de classe existem semelhanças e diferenças? Quais?
- O que você pensa sobre a diversidade e a pluralidade existente entre as pessoas e os grupos sociais?
- Em nossa *sociedade nacional* existe uma ou mais culturas?

Proposta de aula

1. Unidade Temática: Projeto de vida e representações políticas: o indivíduo, o município e o patrimônio construído.

2. Objetivos:

2.1 Geral

- Identificar e compreender os projetos de vida e as representações políticas, no processo de construção da cidade e, como fruto da atividade humana, através da observação e caracterização de edifícios históricos, que possam fornecer informações sobre o passado.

2.2 Específicos

- Reconhecer o espaço (município/cidade) em que vivemos como um meio histórico, funcionalmente vivido e transformado pelo homem;
- Desenvolver a capacidade intelectual e, com a análise e síntese, compreender o passado da localidade onde vive, assim inserindo-se e compreendendo melhor a sociedade de que faz parte e na qual virá a intervir;
- Iniciar o desenvolvimento e a construção de conceitos básicos à compreensão do conhecimento histórico e geográfico (tempo, sujeito, espaço, município, cidade, urbano, etc.).

3. Conteúdos

A regionalidade do Rio Grande do Sul (ênfase ao Planalto Médio e ao território passo-fundense): a divisão/regionalização do espaço como fruto da ação das sociedades através do tempo; o processo de formação urbana, vista pela relação entre os prédios históricos (Intendência Municipal), a toponímia de lugares/regiões e as primeiras normas de jurisdição do território e do poder;

- Localização do Município – Planalto Médio Rio-Grandense, e demais espacialidades territoriais;
- Os primeiros moradores foram os nativos da terra; os jesuítas e os índios, seus projetos de vida e a convivência no território de Passo Fundo;

- Os diferentes nomes do território do atual Município de Passo Fundo, conforme a evolução de sua formação urbana e jurisdição política; de vila, freguesia à cidade;
- A vivência política dos primeiros princípios da “democracia”; do primeiro intendente até os prefeitos;
- Aspectos do progresso do Município: serviço de força e luz;
- Cotidiano - vivências sociais, cidadania e poder: trabalho x escravidão; a mulher, o jovem e a criança & papeis e direitos sociais.

4. Desenvolvimento Metodológico

1 - Introdução da problematização do eixo e unidade temática;

a) motivação à visita ao MHR; preparação de roteiro de visita e ficha de observação;

b) visita ao MHR:

- tarefa principal: observação do prédio, internamente e externamente, comparação de sua estrutura com os prédios vizinhos;
- tema central: a identificação do processo de desenvolvimento da cidade através da elaboração e da vivência de projetos de vida individual e social, na busca da solução de suas necessidades e interesses;
- despertar no aluno a reflexão sobre a sua existência como sujeito social pertencente à cidade;

Questões orientadoras: os projetos, atitudes e realizações de nossos familiares (avós, pais, etc.) e dos grupos sociais que nos antecederam, na região e no Município em que vivemos, são iguais aos nossos?

2 - Elaboração de relatório de visita, síntese das observações;

3 - Trabalho com textos jornalísticos e os textos elaborados pelos monitores do museu sobre o prédio da intendência (antiga prefeitura e atual Museu Histórico Regional) – esses últimos são fornecidos aos visitantes ao final da visitação;

4 - De um rio a uma cidade: o rio que gerou Passo Fundo e municípios vizinhos; CDROM;

5 - Elaboração de texto coletivo, reconstituindo, em parte, a história do Município de Passo Fundo, com base na visitação, questões problematizadoras e eixo temático, concluindo quais foram as permanências, as mudanças, as diferenças e/ou semelhanças entre o passado (1911) e o presente (2003) da vida urbana, política e social.

6 - Trabalho laboratório de informática: CDROM digital e áudio; fotografias antigas e atuais; análise comparativa das imagens do rio e da vila/freguesia e município de Passo Fundo; passado x presente.

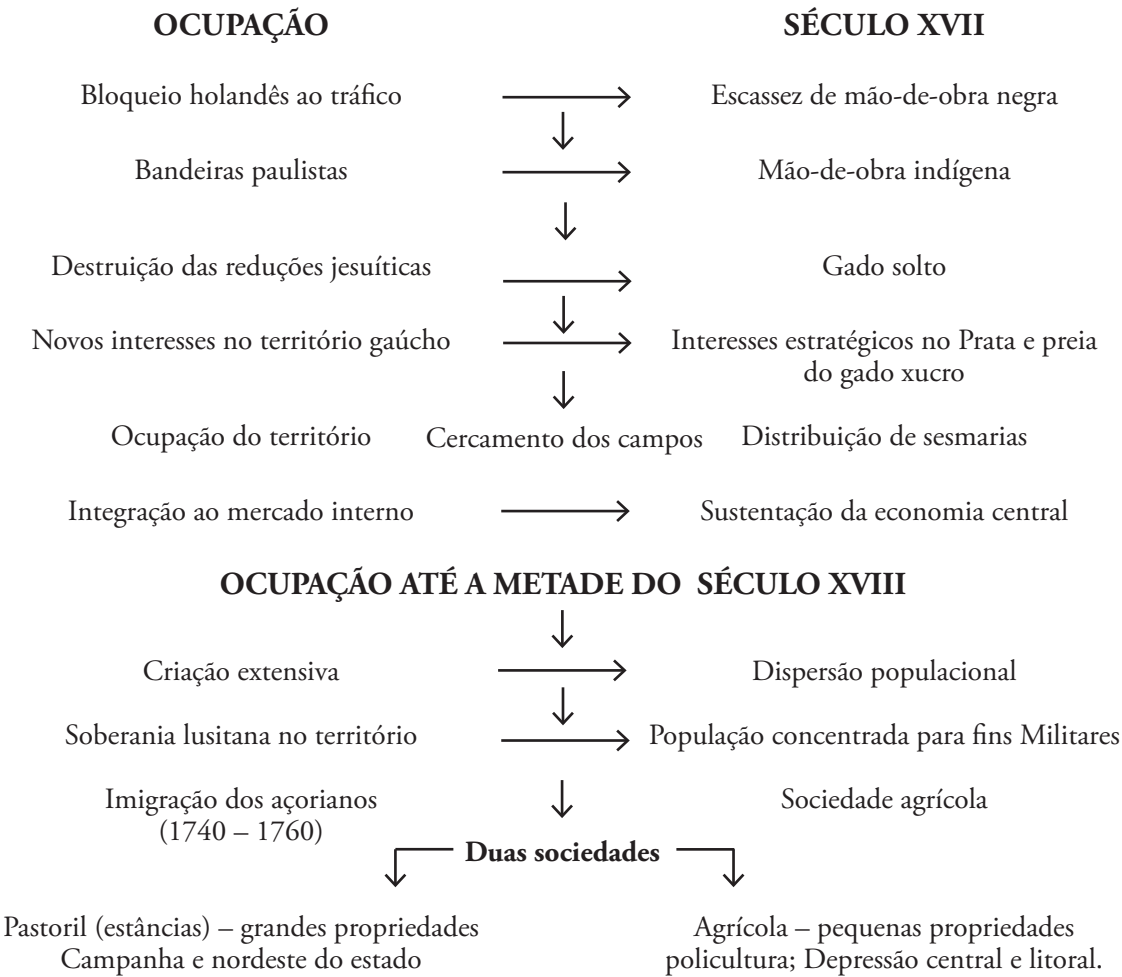
7 - Trabalho com mapas e linha de tempo: Brasil, RS, PF; localização - mapa atual de PF com sobreposição de cores e legendado demonstrando o início do povoamento, passagem das tropas e o desenvolvimento urbano; cartografia do percurso feito no passeio – na zona urbana – demonstrado no mapa de Passo Fundo; painéis com desenhos, colagem etc., demonstrando as conclusões sobre o processo de povoamento e desenvolvimento da cidade, dinamizado por projetos sociais e, também, individuais.

Debatidas as questões e socializadas as opiniões vamos identificar e interpretar essas mesmas problemáticas na atualidade – tempo presente, história rio-grandense e as relacionando à história do Brasil, destacando uma de suas regionalidades: o Norte do Planalto do Rio Grande do Sul.

Proposta de quadros sínteses;

Quadro de ocupação do espaço rio-grandense

Quadro 1 – Ocupação do espaço rio-grandense - relações com a formação histórica



O estudo e a utilização didática do patrimônio³ pressupõe um inventário dos bens existentes ao nível local, portanto as tarefas podem ser planeadas na seguinte ordem:

- 1º) o levantamento das realidades patrimoniais da zona a estudar, bem como a caracterização geral do meio;
- 2º) dos elementos recolhidos, selecionar aqueles que se relacionam com os conteúdos programáticos e/ou tema-problema de estudo e/ou os que forem eleitos pela maioria dos alunos para constituírem objeto de estudo.

Alguns exemplos: monumentos, conjuntos e sítios arqueológicos, patrimônio arqueológico e/ou urbano, patrimônio industrial e/ou cultural. **Sugestão de ficha para inventariação e caracterização do meio⁴:**

FICHA DE OBSERVAÇÃO DO MEIO/PATRIMÔNIO **(Inventariação, caracterização, classificação)**

1 – Lugares, paisagens, toponímias

- situação da vila, bairro, cidade, etc.
- plano do habitat e das atividades econômicas
- zona de Construção, de crescimento, permanência de espaços rural em volta (ou no centro) do tecido urbano
- estrutura da propriedade e culturas dominantes
- Nomes, designações toponímias

2 – Edifícios e vestígios de habitações e espaços de convívio

- grutas, vestígios africanos, italianos, nativos da terra, alemães, etc
- praças, jardins, parques, tribunal, cadeia, hospital antigo, escola, correio, bancos
- pontes, lavadouros municipais
- caminhos de ferro, moinhos etc
- casas particulares significativas (palacetes, solares, casas típicas, bairros operários)
- renovação em curso (arranjo/transformação de ruas, demolições de imóveis antigos, construção de edifícios modernos, etc.)

3 – Edifícios religiosos

- igrejas, capelas, mosteiros ou conventos (interiores: vitrais, estatuárias, inscrições, pedras tumulares, etc.)
- cemitérios, túmulos particulares

4 – Monumentos comemorativos

- placas comemorativas, inscrições
- estátuas, obeliscos
- nomes de ruas e praças (quem ou o que recordam)

5 – Museus, bibliotecas, galerias de arte

- cerâmicas, moedas, mobiliário antigo, trajes, etc

6 – Arquivos e documentos

- arquivo regional, municipal, paroquiais, particulares (famílias, instituições, empresas)

³As atividades e metodologia da educação patrimonial aqui sugeridas foram indicadas no livro Momento Patrimônio vol I. 2012.

⁴Sugestões metodológicas propostas com base em: MACHADO, Ironita P. O currículo de História. In: DIEHL, Astor Antônio (Org.). O livro didático e o currículo de história em transição. 2ªed. Passo Fundo, 2002. p. 113-237.; DIEHL, Astor Antônio. MACHADO, Ironita P. Apontamentos para uma didática da história. Passo Fundo: Clio, 2001.; MACHADO, Ironita P. Cultura historiográfica e identidade: uma possibilidade de análise. Passo Fundo: Ediupf, 2001.; PERRENOU, Philippe. Construir competências desde a escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. MANIQUE, Antônio P. PROENÇA, Maria Cândida. Didática da história: patrimônio e história local. Lisboa: Texto Editora, 1994.

METODOLOGIA GERAL DE INVESTIGAÇÃO DIDÁTICA DO PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO

- Seleção do(s) elemento(s) a estudar
- Observação/descoberta do patrimônio (elementos selecionados)
- Interrogação/formulação de hipóteses – Definição das linhas de investigação
- Construção de redes de relações explicativas:
 - REDE A - Evolução interna do monumento (localização no tempo da construção, reconstruções, organização de espaços internos e externos, estilos, funcionalidade, elementos decorativos, etc.)
 - REDE B – Evolução do diálogo do monumento com o meio em que se insere (evolução do próprio meio, relações do monumento como o meio: econômicas, políticas, administrativas, sociais, culturais)
 - REDE C – Relações do monumento com figuras e acontecimentos locais significativos (incluindo festas, tradições, etc.)
 - REDE D – Relações do monumento com outras construções ou objetos locais (tipos de construção, estilos, instrumentos de trabalho)
 - REDE E - Relações do monumento com outros monumentos nacionais ou internacionais: estilos, artistas envolvidos na construção
- Pesquisa/busca de dados: orientações na sala de aula, investigação bibliográfica, trabalho de campo, inquérito, história oral
- Tratamento/síntese dos dados:
 - Articulação das redes de relações estabelecidas
 - Caracterização do monumento na sua evolução interna
 - Caracterização do diálogo estabelecido entre o monumento e o meio envolvente
 - Valor do monumento em comparação com outros
- Divulgação dos resultados – escola e comunidade:
 - Avaliação/debate de resultados
 - Equacionamento de problemas relativos ao monumento: ambiente,
 - Degradação/preservação, aproveitamento sociocultural
- Formulação de novos problemas

FICHA DE OBSERVAÇÃO/CARACTERIZAÇÃO DE ESTATUÁRIA

1 – Personalidade representada

- nome, profissão ou função,
- data de nascimento e morte, etc.

2 – Tipo de estátua

- busto, pedestre

3 – Caracterização da estátua

- tamanho, tipo de material
- adornos, inscrições, brasões,

-símbolos, etc.

4- Localização

- espaços envolvidos

5 – Escultor

6 – Data de produção ou inauguração

7 – Entidade(s) promotora(s)

9 – Entidade que procedeu a inauguração

10 – Razões da homenagem

FICHA DE OBSERVAÇÃO/CARACTERIZAÇÃO DE EDIFÍCIOS HISTÓRICOS

1 – Designação e localização

- 1.1 - Designação oficial.
- 1.2 - Designação popular.
- 1.3 - Localização (bairro, rua, praça, etc.).

2 – Datação

- 2.1 - Data da construção (ano, década, século).
- 2.2 - Datas das reconstruções mais significativas.

3 – Abordagem histórica

- 3.1 - Artista ou artistas implicados na construção.
- 3.2 - Entidade ou entidades responsáveis pela construção (Estado, ordens religiosas, etc.).
- 3.3 - Artista ou artistas relacionados com as reconstruções das reconstruções.

4 – Funcionalidade

- 4.1 - Função atual
- 4.2 - Função primitiva.
- 4.3 - Funções desempenhadas ao longo dos tempos.

5 – Aspectos exteriores

- 5.1 - Materiais de construção.
- 5.2 - Edifício, jardins, aspectos circundantes.
- 5.3 - Componentes observáveis (portais, janelas, frontões, vitrais, torres, pináculos, balcões, colunas, estátuária, etc.).

6 – Estrutura interior

- 6.1 - Organização dos espaços (capelas, túmulos, frontões, vitrais, torres, estátuária, etc.).
- 6.2 - Funcionalidade do espaço interior.
- 6.3 - Caracterização dos espaços interiores.
- 6.4 - Orçamento.

7 – Estilos

- 7.1 - Estilo único.
- 7.2 - Pluralidade de estilos.
- 7.3 - Estilo dominante.
- 7.4 - Estilos menos representativos.
- 7.5 - Organização espacial.
- 7.6 - Razões da pluralidade de estilos (épocas de construção, reconstrução).
- 7.7 - Diferenças entre o estilo arquitetónico básico e as decorações.

8 – Aspectos interiores mais significativos

- 8.1 - vitrais, pinturas
- 8.2 - esculturas: estátuária, baixo-relevo.
- 8.3 - túmulos, inscrições.
- 8.4 - altares, objetos de culto; mobiliário, objetos ornamentais, etc.

9 – Relações entre componentes do monumento e respectiva justificativa

10 – Relações monumento/meio local e regional

11 – Relações monumentos/outros monumentos/história local/história nacional

ABORDAGENS DIDÁTICAS DA TOPONÍMIA

Inventariação da toponímia local (ou de parte dela)

- Classificação dos topônimos
 - Relação com a evolução da povoação
 - Relação com acontecimentos
 - Relação com figuras locais ou nacionais
- Seleção e agrupamentos dos topônimos a estudar (em relação com os conteúdos programáticos)
- Pesquisa sobre o significado da toponímia:
 - Atividades cotidianas da povoação antiga
 - Crescimento e transformações da povoação
 - Acontecimentos nacionais e sua repercussão local
 - Figuras locais ou nacionais e sua relação com acontecimentos relevantes
- Estabelecimento de relações entre vários tipos de topônimos
- Síntese: caracterização de uma conjuntura, de uma época, ou de um contexto local e sua integração na história nacional

A ESTATUÁRIA, A TOPONÍMIA E A DESCOBERTA DAS FIGURAS LOCAIS

Inventariação da estatutária e da toponímia locais

- Estabelecimento de relações entre estatutária e toponímia
 - Agrupamento por épocas
 - Relações entre estatutária, toponímia e fatos locais
 - Relações entre estatutária, toponímia e acontecimentos nacionais
- Seleção dos conjuntos a estudar
- Definição e inventariação de fontes
- Pesquisa (bibliográfica, documental, arquivística, trabalho de campo, história oral)
- Síntese de dados e caracterização das figuras locais
- Estabelecimento de relações entre as figuras locais e o passado nacional
 - Localização do espaço e do tempo
 - Papéis desempenhados ao nível local
 - Relações com acontecimentos locais e nacionais
 - Figuras locais ou nacionais e sua relação com acontecimentos relevantes
- As figuras locais como ponto de partida para a compreensão do passado local e nacional

Oficina “Patrimônio e memória religiosa”

Metodologia e procedimentos (devem ser escolhidas algumas das etapas abaixo, combinadas entre si):

1º – alunos orientados pelos professores fazem o levantamento das memórias religiosas da turma e da cidade (devem escolher a temática: religiões e igrejas, precisões ou crenças);

2º – estudar a origem histórica do patrimônio e temática correspondente escolhida;

3º – caracterização da situação atual das igrejas envolvidas e suas atividades na cidade, bem como iniciar

com esses alunos um debate sobre as relações entre a religião e a formação do mundo capitalista, também pode ser desenvolvida a proposta de investigação sobre o que é religiosidade e a relação das igrejas com o capitalismo hoje, através de análise do vídeo “Pax” e artigos do jornal.

4º – comparar o Cemitério da Vera Cruz e o Cemitério Memorial da Paz, refletindo sobre a relação entre as mudanças arquitetônicas, a religiosidade e a ideia de morte nos dois espaços;

5º – exibição do vídeo “Pax”, aproximadamente 20 minutos de duração. Uma animação brasileira que conta a história do encontro de quatro líderes de diferentes religiões (judaísmo, islamismo, cristianismo e budismo) que procuram unir esforços para construir a paz no mundo. O anime aborda problemas de conflitos, sincretismo e a relação entre capitalismo e religião.

6º – de acordo com a ETA escolhida, é possível e importante relacionar com a história local e nacional, por exemplo: história da Igreja Matriz e São Miguel, ambas ligadas com os estancieiros e escravos que povoaram Passo Fundo e a Nossa Senhora a padroeira do Brasil; ao renascimento e Contra-Reforma; Colonização do Brasil e a religiosidade portuguesa africana, etc., bem como realizar atividade de sistematização que pode ser através de uma elaboração em slides, painéis, exposição, publicações, etc.

Passeio – Na trilha do Patrimônio

1. Para pensar em uma trilha histórica a partir do patrimônio de uma cidade, é preciso ter claro o conceito de memória patrimonial. Deve-se evitar que os participantes percebam a atividade apenas como um “passeio” meramente contemplativo, portanto, é necessário planejar um roteiro de atividades a serem realizadas. Seguem alguns passos que podem servir como orientação para pensar em uma “trilha histórica”:

2. O “problema de pesquisa” relacionado à memória patrimonial da cidade deve ficar claro para todos os envolvidos. Os próprios alunos podem participar da escolha do problema. Para isso podemos usar algumas estratégias, como o “estudo do meio”, discutido no capítulo *Metodologia, Patrimônio e Ensino* desta coletânea. Podemos compreender o estudo do meio como uma sequência de ações que: problematizam a realidade em que os sujeitos estão inseridos, estabelecem estratégias para coleta e análise dos dados e conduzem os alunos a desenvolverem ações de intervenção no seu meio social.

3. As condições físicas do patrimônio podem ser um problema norteador, mas são inúmeros os problemas relacionados a esse tema, como a poluição ambiental, poluição visual, a urbanização da cidade (modernização e verticalização), o desenvolvimento do comércio (pensando sobre o consumo na história da cidade), enfim, é importante um estudo prévio do professor sobre diferentes temas para apresentar aos alunos para que juntos possam estabelecer o problema principal a ser pesquisado durante a trilha. O professor deve apresentar as informações sobre os pontos a serem visitados durante a realização do passeio, que pode ser feito de ônibus, com algumas paradas, ou mesmo a pé.

4. A trilha é o momento em que os alunos coletam os dados (podem ser fotos, anotações no caderno, desenhos dos locais, etc.) para a análise posterior em sala de aula, com a orientação/intervenção do professor, estabelecendo relações entre os dados coletados, a história local/regional e o problema norteador, com as técnicas indicadas no capítulo *Metodologia, Patrimônio e Ensino* desta coletânea.

5. É possível pensar em inúmeras formas de intervenção – produção de uma exposição fotográfica, produção de um jornal, ou mesmo cartazes para serem distribuídos, bem como manifestos a serem entre-

gues ao poder público.

6. Jogo da Memória Visual - Montagem de um jogo de memória visual – fotos da cidade – dos lugares considerados patrimônio – tiradas durante a trilha histórica. O jogo pode ser montado com fichas de cartolina ou por meio eletrônico, no laboratório de informática da escola; o jogo poderá contemplar imagens da cidade atuais e do passado, como por exemplo: olhar bem as imagens e identificar quais as imagens que correspondem ao mesmo lugar. Virar a imagem e reiniciar o jogo.

Sugestões sobre a avaliação de atividades de Educação patrimonial

A avaliação é considerada um processo investigativo-diagnóstico, qualitativo e quantitativo, mas cumulativo. Nesse sentido, levando em conta essas prerrogativas tanto teóricas quanto institucionais – diretrizes regimentais da escola, estabelece-se os seguintes princípios avaliativos:

- contextualização e respeito às diversidades; cooperação e responsabilidade nas atividades de grupo;
- criticidade e reflexão sobre as temáticas de estudos através do estabelecimento de relações entre as diversidades e multiplicidades temporais das temáticas de estudo;
- qualidade sobrepõe quantidade, nas atividades que contemplam tanto os conteúdos conceituais quanto os atitudinais e procedimentais;
- incentivo permanente para os alunos realizarem sua auto-avaliação;
- optar por critérios e instrumentos que não criem e/ou reforcem atitudes de competição, de constrangimentos e/ou medo, ou, ainda, que evitem a ideia de possíveis recompensas;
- optar por um processo/sistema de qualificação, no qual não é somente valorizada a capacidade intelectual, mas que influem os traços de personalidade.

Proposta de oficina: Educação Patrimonial – Patrimônio Imaterial

Bruna Anacleto⁵

Apresentamos aqui uma proposta prática desenvolvida na Escola Estadual de Ensino Médio Pro-tásio Alves, através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID) desenvolvido pela Capes, no subgrupo de História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Serão abordadas a organização e a realização de uma das oficinas desenvolvidas com os alunos do Ensino Médio Politécnico. A proposta pautada no método da problematização, teve a educação patrimonial como base para refletir sobre o fazer histórico através de oficinas realizadas com os alunos da rede estadual de ensino da cidade de Passo Fundo/RS.

Iniciando com uma explanação histórica de Passo Fundo, bem como utilizando um fragmento do vídeo “Patrimônio Imaterial” do Projeto televisivo e radiofônico Momento Patrimônio, logo em seguida apresentamos e discutimos os conceitos de Patrimônio Imaterial e a importância de sua preservação. Ao final da oficina, com o intuito de interagir com os alunos propomos atividades com base em confecção de cartazes e debates.

Atividades: Iniciamos as atividades, buscando que os alunos respondam através de suas próprias reflexões as seguintes perguntas: O que é Patrimônio Imaterial? Qual a importância da preservação do

⁵Graduanda do VII nível de História Licenciatura da Universidade de Passo Fundo, bolsista PIBID.

Patrimônio Imaterial? Quais exemplos podem ser citados sobre esse Patrimônio na sua cidade?

Em seguida propomos que cada turma confeccionasse cartazes que expressassem através de desenhos ou pequenos textos o que era o Patrimônio Imaterial para cada um deles, e por fim que uníssemos as quatro turmas novamente para estabelecer um debate e apresentação dos cartazes. Os grandes temas para cada turma foram: Religião, Música, Lendas e Festividades/Festas.



Alunos apresentando cartaz



Cartaz sobre Patrimônio Imaterial no corredor



Desenho representando o “Chafariz da Mãe Preta”



Aluna representando o Patrimônio

Sugestões de sites

Manual de Atividade Práticas de Educação Patrimonial: http://educacaopatrimonial.files.wordpress.com/2010/08/maualatividadespraticas_evelina_03mar08web.pdf

Atividade de Educação Patrimonial: http://www.iepha.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=92&Itemid=143

Educação patrimonial- Projeto Mais educação: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16727&Itemid=1119

<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3428>

Educação Patrimonial e a Interdisciplinaridade em sala de Aula: um estudo de

Caso - André Luis Ramos Soares e Sergio Célio Klamt: <http://jaraca.ufsm.br/websites/nep/download/TExtos/nep3.pdf>

http://www.upf.br/mhr/index.php?option=com_content&view=article&id=144:oficina&catid=1:noticias&Itemid=8

https://www.facebook.com/events/172233602853129/?directed_target_id=0

http://www.projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=29182&tipo=texto

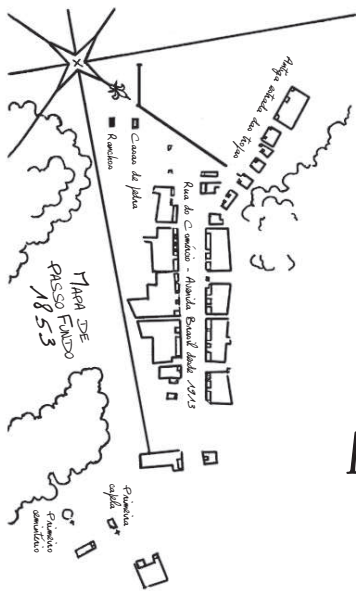
http://www.academia.edu/3242978/Momento_Patrimonio_-_Volume_I

<http://preservacaopatrimonialfacos.blogspot.com.br/2013/03/patrimonio-imaterial-avenida-brasil.html>

<http://historiaupf.blogspot.com.br/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- BERBEL, Neusi Aparecida Navas (Org.). *Metodologia da problematização: fundamentos e aplicações*. Londrina: Ed. UEL, 1999.
- BESSEGATTO, Mauri Luiz. *O patrimônio em sala de aula: fragmentos de ações educativas*. 2ª. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2004.
- BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1998.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2009.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras ET AL. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- _____. *Patrimônio Cultural e cidadania*. In: *Museologia Social*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 2000, p. 11-20.
- KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os rituais de tombamento e a escrita da história*. Curitiba: Editora UFPR?Imprensa Oficial do Paraná, 2000.
- MACHADO, Ironita P. *O currículo de História*. In: DIEHL, Astor Antônio (Org.). *O livro didático e o currículo de história em transição*. 2ªed. Passo Fundo, 2002. p. 113-237.
- MACHADO, Ironita P. *Apontamentos para uma didática da história*. Passo Fundo: Clio, 2001.
- MACHADO, Ironita P. *Cultura historiográfica e identidade: uma possibilidade de análise*. Passo Fundo: Ediu-pf, 2001.
- MACHADO, Ironita P. *Perspectivas Passo Fundo rumo ao século XXI*. In: DIHEL, Astor Antônio. *Passo Fundo uma história várias questões*. Passo Fundo: Ediu-pf, 1998. P. 136-152.
- MACHADO, Ironita P.; SILVA, Adriana F. *A cidade na história e a história na cidade*. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- MACHADO, Ironita P. *O poder Identitário na História e na Historiografia Regional*. In: HEINSFELD, Adelar. Et. alli. (Orgs.). *Fazendo História Regional: economia, espaço e sociedade*. Vol. II. Passo Fundo: Editora Méritos, 2010.
- MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. *Educação patrimonial: orientações para professores de ensino fundamental e médio*. Caxias do Sul: Maneco Livr. & Ed., 2004.
- MANIQUE, Antônio P. PROENÇA, Maria Cândida. *Didática da história: patrimônio e história local*. Lisboa: Texto Editora, 1994.
- MIRANDA, Fernando B. Severo de. MACHADO, Ironita Policarpo. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005.
- MIRANDA, Fernando B. Severo de. MENDES, Jeferson dos Santos. *Passo Fundo: o passo das ruas*. Passo Fundo: Méritos, 2011.
- PERRENOU, Philippe. *Construir competências desde a escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- ROMERO, Luiz Alberto. *Volver La Historia - Su seňanza em el tecer ciclo da E. G. B. 2 ed.* Buenos Aires. Tradução 2004 – Sem data de Publicação: Maria Auxiliadora Schimist e Marlene Cainelli.



MEMÓRIAS, HISTÓRIAS & IDENTIDADES

Gizele Zanotto¹

A vida cotidiana, marcada por eventos, atividades, ritos e rituais, lazeres, alegrias e sofrimentos, traz a marca da historicidade. Nossas existências, nossas memórias e nossas histórias resultam de experiências vividas em sociedade, de aprendizados informais (familiares, de grupo) e formais (escolares) que marcam as subjetividades e auxiliam na conformação de nossa identidade. Também as experiências forjam ou impulsionam perspectivas sobre o futuro – anseios, expectativas sobre o porvir, instigadoras, por sua vez, de projeções, de ações para realizá-las, de escolhas. Esse “regime de historicidade”, ou seja, as relações que estabelecemos entre passado, presente e futuro, também se expressa na forma como concebemos a própria história e, por consequência, nossas relações com o tempo e espaço, com os lugares em que vivemos, com as pessoas, com os nossos bens, sejam eles individuais ou coletivos, sejam eles patrimônios privados ou comuns.

Uma marca dos discursos produzidos sobre a história de Passo Fundo tem sido seu desenvolvimento – seja ele econômico, demográfico, cultural, industrial ou político. Junto a isso, vemos a recorrência da mobilização da categoria do progresso como símbolo do que se fez e do que se quer para o município. Esse discurso é corroborado nas falas de muitos dos (i)migrantes que se estabeleceram na região e que se orgulham de ter feito parte desse processo, qualificado como epopeico pela “vitória” frente às inúmeras dificuldades enfrentadas, assim como de políticos, comerciantes e de muitos outros setores da própria comunidade. Se temos, por um lado, narrativas um tanto saudosistas e rememorativas ao passado, por outro lado há a consciência de que este passado a ser recordado obtém seu significado somente em relação ao presente e ao futuro, ou seja, o passado é tido como parte constitutiva da formação da Passo Fundo

¹Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Coordenadora do Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (NEMEC/PPGH) e do Grupo de Trabalho de História das Religiões e Religiosidades - Rio Grande do Sul (GTHRR/RS). Email: gizele@upf.br.

atual e vindoura: uma cidade do progresso, da modernidade e do desenvolvimento, a capital regional do planalto médio rio-grandense. Nessa leitura, o que de fato tem valor é o presente e o porvir, que acabam se sobrepondo ao passado, evidenciando a marca de um “regime de historicidade” pautado no que François Hartog denominou de presentismo: “um presente massivo, invasor, onipresente, que não tem outro horizonte além dele mesmo, fabricando cotidianamente o passado e o futuro do qual ele tem necessidade. Um presente já passado antes de ter completamente chegado” . Mais do que esse apreço ao aqui e ao porvir, tal presentismo evidencia uma inquietação característica dos acelerados tempos modernos que terá como corolário, pelo menos desde os anos 1960 no contexto ocidental (em Passo Fundo nas décadas posteriores, sobretudo, mesmo que timidamente), uma busca pela memória, e, como decorrência um esforço pela constituição e/ou reforço de identidades. Conforme Hartog, “À confiança no progresso se substituiu a preocupação de guardar e preservar: preservar o quê e quem? Este mundo, o nosso, as gerações futuras, nós mesmos” .

Esta chave de leitura do passado pelo presente e, sobretudo, pelo futuro que se almeja construir, acaba por legar aos tempos idos um ar nostálgico, mas também a concepção de que é um tempo que se foi, que não retorna e não se mantém, pois o “futuro grandioso” requer mudanças. As transformações, por sua vez, perpassam por todos os âmbitos da vida e, de modo mais específico, sobre a história e a memória local. O passado, nesta leitura progressista que se incute a Passo Fundo, é um tempo a rememorar, mas também a apagar, a suplantar em prol do novo, do moderno, do desenvolvimento, da verticalização, da industrialização, da tecnologia de ponta, etc. Nessa lógica, os vestígios, os indícios do passado, sejam eles sociais, culturais, arquitetônicos, etc., são geralmente tidos como entraves e o pouco que se quer realmente preservar e salvaguardar traz consigo as marcas do discurso do progresso: prédios suntuosos e/ou de significado político, casas e bustos de expressivos líderes locais, construções religiosas tradicionais, instalações industriais e da via férrea, clubes culturais... Tal seleção traz poucas referências acerca da população citadina como um todo. Por ser parcial e mesmo elitista, vemos também nesta seleção a conformação/projeção de uma história citadina marcada pela exclusão, pela tentativa de homogeneização e pelo intento de forjar uma identidade que não corresponde à riqueza étnico-cultural dos munícipes que aqui residem. Não estamos aqui nos opondo a estas práticas de patrimonialização, todavia, defendemos sua ampliação não só para outros bens materiais como também a inclusão de bens culturais imateriais que evidenciam a cultura e a vivência de grupos amplos da sociedade local. Esta desconexão fica ainda mais evidenciada pela falta de ressonância, de significado, de sentido entre a memória, os patrimônios locais e a comunidade.

Esta segunda coletânea derivada do projeto Momento Patrimônio, iniciado em 2011, teve como um de seus objetivos justamente discutir e suplantar essa visão parcial acerca da constituição histórica local e, como decorrência, valorizar a multiplicidade étnico-cultural presente na região desde os princípios de sua colonização efetiva, na primeira metade do século XVIII. O que se quer é refletir e dar visibilidade à constituição passo-fundense em sua realidade múltipla, compósita, complexa e, por tudo isso, extremamente rica para que, com essa valorização se consolide também a ressonância entre a eleição de bens a serem patrimonializados e a comunidade; em outras palavras, que haja correspondência entre a conformação dos registros de bens culturais (materiais ou imateriais, naturais, etc.) pelo seu respaldo e reconhecimento junto à população .

Os textos dessa coletânea problematizam justamente as configurações de memória e história que

corroboram a manutenção dessa perspectiva elitista e progressista na conformação sociocultural local – pautada num espaço de experiência marcado pelo olhar progressista para o futuro e que vislumbra como horizonte de expectativa a contínua modernização cidadina à custa de seu passado. Ao lançar um olhar histórico para lugares de memória representativos dessa narrativa do progresso, de destaque às elites cultural, econômica e política, evidenciam-se as fissuras nessa memória e as incongruências dessa história que, por sua vez, se desconecta dos agentes sociais que, ao não se reconhecerem na narrativa oficial e/ou epopeica, também não se reconhecem como cidadãos plenos de direitos, sobretudo do direito de visibilidade de suas memórias, de seus bens coletivos e de suas histórias.

Eis a proposta que encaminhamos ao amável leitor com esta coletânea. O que nos interessa é tocá-lo sobre as questões abordadas, assim como para a problemática ampla de valorização do conhecimento acerca da memória, história e identidade passo-fundense. Memórias, história e identidade, embora diversos, estão associados profundamente, estão inextrincavelmente imbricados e são, nesses tempos modernos, cada vez mais necessários para situar-nos acerca da realidade que nos rodeia, que vivenciamos e para o que projetamos. Com mudanças de perspectiva em relação ao passado, presente e futuro podemos constituir de fato um movimento pró-patrimonial que seja significativo, pleno de sentidos e, com isso, efetivamente sociocultural. Sem a compreensão do que somos como cidadãos deste município, dificilmente poderemos ter clareza do que queremos como indivíduos, como sujeitos dos processos históricos e sociais e como sociedade que se quer e se pensa como tal. Fica o desafio e o desejo de que essas reflexões tenham contribuído para uma mudança significativa em cada leitor.

PROMOÇÃO:



APOIO:



Nossos outros títulos

“É pensando nos homens que eu perdoo aos tigres as garras que dilaceram”

Ivaldino Tasca (Org.), Claudia Crusius, José Ernani de Almeida,
Josiane Petry Faria, Mariane Loch Sbeghen e Marina de Campos

Eu e a UPF - Memórias

Organização de Ivaldino Tasca

Toco e Lala, os dinossauros sapecas contam a história de Passo Fundo

Texto de Ivaldino Tasca e ilustração de Irani Albuquerque Ruas

A Bela e a Feia

Valentina Piovesan Bervian e Fabiana Piovesan



aldeia sul

Aldeia Sul Editora

www.aldeiasul.com.br

www.facebook.com/AldeiaSulEditora

Para publicar conosco ou obter mais informações, entre em contato

Ivaldino Tasca

tasca@aldeiasul.com.br
(54) 9969.0921

Marina de Campos

marina@aldeiasul.com.br
(54) 9157.6580

“**A**ssim, os autores entregam ao leitor uma obra que abrange diferentes áreas do conhecimento acerca do patrimônio histórico, artístico e cultural. Possibilitando reflexões e atividades de educação patrimonial sobre a memória e a história da sociedade regional.”

AUTORES

ANA LUIZA SETTI RECKZIEGEL

ANA PAULA WICKERT

EDUARDO ROBERTO JORDÃO KNACK

FERNANDO BORGMANN SEVERO DE MIRANDA

GIZELE ZANOTTO

IRONITA POLICARPO MACHADO

JACQUELINE AHLERT

JOÃO CARLOS TEDESCO

NINO ROBERTO SCHLEDER MACHADO

ROSANE MÁRCIA NEUMANN



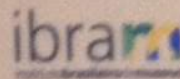
PROTEÇÃO LEGAL



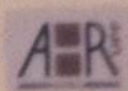
HISTÓRIA
Licenciatura

Patrimônio

ANEXO



ppgh
Programa de Pós-Graduação em História
Instituto de História e Ciências Sociais - IHC



Ministério da
Cultura

